

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Ângela Maria Zamin

A DISCURSIVIZAÇÃO DO LOCAL-FRONTEIRA NO JORNALISMO

Estudo de caso de programas jornalísticos em rádios comunitárias

São Leopoldo, RS
Janeiro de 2008

ÂNGELA MARIA ZAMIN

A DISCURSIVIZAÇÃO DO LOCAL-FRONTEIRA NO JORNALISMO

Estudo de caso de programas jornalísticos em rádios comunitárias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Orientador: Professor Doutor José Luiz Braga

São Leopoldo, RS
Janeiro de 2008

Z24d Zamin, Ângela Maria
A Discursivização do local-fronteira no jornalismo: estudo de caso de programas jornalísticos em rádios comunitárias / por Ângela Maria Zamin. -- 2008.
210 f. : il. , 30cm. Acompanha 2 CD-ROMs.
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2008.
“Orientação: Prof. Dr. José Luiz Braga, Ciências da Comunicação”.

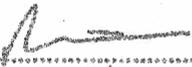
1. Jornalismo. 2. Rádio comunitário - Local - Fronteira. 3.

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

ATA DA SESSÃO DE ARGÜIÇÃO PÚBLICA Nº 005/2008

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, realizou-se na Sala de Palestras do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, a sessão de *Argüição Pública da Dissertação* “A discursivização do local-fronteira no jornalismo: estudo de caso de programas jornalísticos em rádios comunitários” apresentada pela aluna *Angela Maria Zamin*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, nível Mestrado, à Comissão Examinadora constituída pelos professores doutores *Karla Muller* (UFRGS), *Christa Berger* (UNISINOS) e *José Luiz Braga* (Orientador). Desenvolvidos os trabalhos nos termos da Norma Interna nº 02/01 e registrados os resultados nas Planilhas de Avaliação, a Comissão atribuiu a aluna, o grau *100 (dez)*.

Comissão Examinadora:

Karla Muller

Christa Berger

José Luiz Braga (Orientador)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor José Luiz Braga, pelas sempre pertinentes objeções e por desafiar-me a cada momento do processo. Também pelo respeito aos momentos de escrita silenciosa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na figura da coordenadora, professora Christa Berger, aos professores e colaboradores, pela seriedade com que *formam* mestres e doutores.

Ao CNPq pela bolsa de estudos, essencial para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores Antonio Fausto Neto (Unisinos) e Doris Fagundes Haussen (PUCRS) pelas contribuições no momento de qualificação do projeto.

Aos PPGs de Ciências Sociais, da Unisinos; de Comunicação e Informação e de Letras, da UFRGS, especialmente aos professores Edison Gastaldo, Marcia Benetti, Karla Müller e Maria Cristina Leandro Ferreira pela acolhida em momentos de buscas específicas.

À professora Karla Müller (UFRGS) e à amiga Vera Raddatz (UNIJUÍ) por me apresentarem as *fronteiras*.

Às rádios comunitárias Nova Aurora FM e Elshaday FM pela abertura à pesquisa.

Ao Reges Schwaab, companheiro de vida e profissão, de escolhas metodológicas e discussões teóricas, pelo carinho e pelos sonhos compartilhados.

A biblioteca que se forma é uma vida. Nunca, digamos, uma soma de livros soltos. [...] O senhor os acumula nas prateleiras e parece uma soma, mas, se me permite, trata-se de uma ilusão. Seguimos certos assuntos e, ao fim de um tempo, terminamos por definir mundos; por desenhar, se prefere, o percurso de uma viagem, com a vantagem de que conservamos suas marcas. É um processo no qual completamos bibliografias, preocupados pela referência a um livro que não temos, então o conseguimos, e nos deixamos conduzir a outro.

Carlos María Domínguez, em *A casa de papel*

RESUMO

O presente trabalho investiga o funcionamento do Jornalismo no rádio comunitário, ao tomar como objeto de análise os programas jornalísticos *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, das emissoras Nova Aurora FM, de Santana do Livramento/RS, e Elshaday FM, de Uruguaiana/RS. A preocupação central dessa investigação está pautada no modo como o local é discursivizado por esse Jornalismo. A escolha, portanto, vincula o rádio comunitário ao espaço local. Este é um conceito de difícil demarcação, que requer ser posto em relação com outra grandeza espacial para balizar o seu lugar, o que me levou a optar por municípios de fronteira geopolítica como espaço de observação e apreensão de um local, quais sejam: Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai; e Uruguaiana, com a Argentina, ambos no Rio Grande do Sul. Movida pela inquietação de tentar entender que local é esse, como ele é delimitado e que sentidos são atribuídos a ele nos espaços que se propõem ao Jornalismo no rádio comunitário, desenvolvo um Estudo de Caso que se ancora teórica e metodologicamente na Análise do Discurso de linha francesa e na Etnometodologia. A primeira, utilizada para uma análise formal, voltada à observação do discurso tomado enquanto texto, e a segunda, na compreensão, a partir de indícios, de como as relações (ou interações) elaboram a realidade social pesquisada. Por um movimento de apreensão de singularidades e inferências, percebo que o processo de configuração do rádio comunitário é experimental, tentativo, de adaptação e proposição criativa e que, a seu modo, essas variantes contribuem para a elaboração de um Jornalismo que, pelos processos instaurados, intervém na (re)construção do local e, no caso específico dessa pesquisa, no local-fronteira. Há, com isso, uma produção sobre as lógicas do local em que este é, simultaneamente, construtor e construído.

Palavras-Chave: Jornalismo; Rádio Comunitário; Local; Fronteira; Discurso Jornalístico.

ABSTRACT

This work investigates the functioning of Journalism in community radios, taking as objects of analysis the journalistic programs *Realidade Urgente e Bom Dia Cidade*, of the radio stations Nova Aurora FM, from Santana do Livramento, and Elshaday FM, from Uruguaiana, both towns in the state of Rio Grande do Sul. The main concern of this research is the way the “local” is transformed into discourse by this Journalism. The choice, therefore, links community radio to local space. This is a concept of difficult demarcation, which should be related to another spatial magnitude to limit its place, what has made me decide for towns near the geopolitical border as an area of observation and apprehension of the concept of “local”. They are both towns in the state of Rio Grande do Sul: Santana do Livramento, on the border of Uruguai, and Uruguaiana, on the border of Argentina. Moved by the inquietude of trying to understand the concept of “local” in this context, how it is delimited and which senses are attributed to it in the spaces which are said to be dedicated to Journalism in community radios, I develop a Case Study which is theoretically and methodologically based upon the French stream of Discourse Analysis and Ethnomethodology. The first one is used for a formal analysis focused in discourse observation, taking it as text, and the second one, in the comprehension, from evidences, of how the relationships (or interactions) elaborate the social reality which was researched. Through a movement of apprehension of singularities and inferences, I notice that the configuration process of community radio is experimental and trial; it is of adaptation and of creative proposition. In their particular way, these variables contribute to the elaboration of journalism that intervenes in the (re)construction of what “local” is through the established processes, in the specific case of this research on a border. With this, there is a production on the logics of local in which it is simultaneously constructor and constructed.

Keywords: Journalism; Community Radio; Local; Border; Journalistic Discourse.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Relação entre Lugar Social e Lugar Discursivo no Discurso Jornalístico	88
FIGURA 2	Jornalismo no Rádio Comunitário	88
FIGURA 3	Banda de Moebius – etapas da montagem do modelo topológico matemático	124
FIGURA 4	Dispositivo Teórico-analítico	164
FIGURA 5	Lógicas Processuais do Rádio Comunitário	186

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	Localização da Rádio Nova Aurora FM – Santana do Livramento/RS	24
IMAGEM 2	Estúdio da Rádio Nova Aurora FM – Santana do Livramento/RS	24
IMAGEM 3	Localização da Rádio Elshaday FM – Uruguaiana/RS	27
IMAGEM 4	Estúdio da Rádio Elshaday FM – Uruguaiana/RS	27

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Faixa de Fronteira no Rio Grande do Sul	122
MAPA 2	Ocupação do espaço físico do Rio Grande do Sul por portugueses e espanhóis	126

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Grade de Programação da Rádio Nova Aurora FM – segunda a sexta ...	26
QUADRO 2	Grade de Programação da Rádio Elshaday FM – segunda a sexta	28
QUADRO 3	Demonstrativo dos Programas que compõem o <i>corpus</i>	30
QUADRO 4	Rádios FM – Classe X Área de Cobertura	44
QUADRO 5	Posição Atual dos Planos Básicos de Canais de Radiodifusão Sonora no Brasil	45
QUADRO 6	Serviço de Radiodifusão Sonora em FM	57
QUADRO 7	População das Cidades Gêmeas / Área Livramento- <i>Rivera</i>	150
QUADRO 8	População das Cidades Gêmeas / Área Uruguaiana- <i>Libres</i>	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Abert – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
- Abraço – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
- Abraço-RS – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária Rio Grande do Sul
- Agert – Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão
- Amarc – Associação Mundial de Rádios Comunitárias
- Amarc-ALC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias América Latina e Caribe
- Amarc-Brasil – Associação Mundial de Rádios Comunitárias Brasil
- Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações
- Amfro – Associação dos Municípios da Fronteira Oeste
- BD – Bom Dia Cidade (programa de jornalismo da Rádio Elshaday FM)
- Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- Corede – Conselho Regional de Desenvolvimento
- Dentel – Departamento Nacional de Telecomunicações
- EPCOM – Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação
- Fenaj – Federação Nacional de Jornalistas
- FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
- FNPDC – Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- MNDC – Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação
- RadCom – Rádio Comunitária
- RU – Realidade Urgente (programa de jornalismo da Rádio Nova Aurora FM)

SUMÁRIO

1 Introdução	15
Primeira Parte	21
2 Objeto e Método	22
2.1 Contextualização do objeto	22
A. O programa <i>Realidade Urgente</i> e a Rádio Nova Aurora FM	23
B. O programa <i>Bom Dia Cidade</i> e a Rádio Elshaday FM	26
2.2 Estratégias de cotejo ao objeto	29
2.3 Delimitação do <i>corpus</i>	30
2.4 Aportes teórico-metodológicos	31
A. Entrelaçando fios	39
B. Des(fazendo) tramas	40
3 O Rádio Comunitário	42
3.1 Algumas considerações sobre rádio	43
3.2 No princípio, o movimento das rádios livres	49
3.3 No Brasil, do ideal de “reforma agrária no ar” à regulamentação	53
3.3.1 A mobilização pelo rádio comunitário	55
3.3.2 A Abraço-RS e a experiência de radiodifusão comunitária gaúcha	58
3.3.3 Sobre a regulamentação	61
3.4 O rádio comunitário e o espaço local	65
3.5 Radiodifusão em espaços fronteiriços	69
4 Que Jornalismo é esse do Rádio Comunitário?	73
4.1 Jornalismo como discurso	74
4.2 Jornalismo no Rádio	78
4.3 Jornalismo no rádio comunitário	81
4.3.1 O lugar do “dizer” no rádio comunitário	83

4.3.2 Os “espaços resto” e seus narrares	92
4.3.3 A editorialização da informação	93
4.3.4 Vivência como valor-notícia no rádio comunitário	97
4.3.5 Afinal, o que há de comunitário no rádio comunitário?	102
A. <i>Realidade Urgente</i> , Nova Aurora FM	108
B. <i>Bom Dia Cidade</i> , Elshaday FM	110
5 Jornalismo e Já-ditos sobre Fronteira	113
5.1 Fronteira e História	115
5.2 Fronteira e Geografia	118
5.3 Fronteira e Psicanálise	123
5.4 Fronteira e Língua	125
5.5 Fronteira e Literatura	128
5.6 Fronteira e Jornalismo	136
Segunda Parte	141
6 O Local no Jornalismo do Rádio Comunitário	142
6.1 Aportes para pensar o que é delimitado como local no Jornalismo	142
6.2 <i>Realidade Urgente</i>	145
6.2.1 A Rádio Nova Aurora FM	146
6.2.2 Livramento- <i>Rivera</i> e a fronteira Brasil-Uruguai	148
6.3 <i>Bom Dia Cidade</i>	152
6.3.1 A Rádio Elshaday FM	155
6.3.2 Uruguiana- <i>Libres</i> e a fronteira Brasil-Argentina	157
7 Sentidos sobre o Local nos Programas <i>Realidade Urgente</i> e <i>Bom Dia Cidade</i>	162
7.1 As cidades de Livramento e Uruguiana como local discursivizado	165
A. <i>Realidade Urgente</i>	165
B. <i>Bom Dia Cidade</i>	167
7.2 As fronteiras Livramento- <i>Rivera</i> e Uruguiana- <i>Libres</i> como local discursivizado	168
7.2.1 Posição-sujeito 1: “a fronteira que aparece”	169
A.1 <i>Realidade Urgente</i>	170
B.1 <i>Bom Dia Cidade</i>	172
7.2.2 Posição-sujeito 2: “a fronteira que articula”	173
A.2 <i>Realidade Urgente</i>	173
B.2 <i>Bom Dia Cidade</i>	175
7.2.3 Posição-sujeito 3: “a fronteira que rivaliza”	177

A.3 <i>Realidade Urgente</i>	177
B.3 <i>Bom Dia Cidade</i>	178
7.3 O nacional discursivizado a partir do local	180
A <i>Realidade Urgente</i>	180
B <i>Bom Dia Cidade</i>	182
8 Não “isto” não “aquilo” : construído e construtor	184
Referências Bibliográficas	194
ANEXO A – CD 1 e CD 2	206
ANEXO B – “Fronteira Brasil-Uruguai. Também se <i>habla</i> português”	208
ANEXO C – “Carta ao Leitor”	209
ANEXO D – “O peão domou o computador”	210

1 Introdução

Entre as várias definições possíveis para o Jornalismo, uma delas é tomá-lo enquanto um discurso. Construtor de um sentido “natural” para a realidade, tarefa socialmente reconhecida, o Jornalismo ordena os acontecimentos e faz circular sentidos que lhe são exteriores e anteriores. Naturalizado como uma fala sobre o real, que se ancora em uma “vontade de verdade”, o Jornalismo tem no discurso seu princípio e fim e, por isso, é um produtor de sentidos que devem, entretanto, ser compreendidos como efeito ou efeitos de sentidos. Assumindo essa perspectiva, a presente pesquisa versa sobre dizeres e maneiras de dizer. O seu foco central é compreender o discurso sobre o local no rádio comunitário por um estudo de caso do Jornalismo que se desenvolve neste formato de radiodifusão.

O rádio comunitário é resultado de um amplo processo de uso do meio e de debate acerca desse uso. Características do veículo, como mobilidade e baixo custo de produção e recepção, permitiram já nos anos 1940, na América Latina, que o rádio fosse usado como instrumento alternativo de mobilização e, nas décadas seguintes, para a guerrilha e o protesto. Na Europa as experiências alternativas de radiodifusão desenvolveram-se, na década de 1970, como opção ao monopólio estatal, ancoradas em movimentos políticos e culturais. As discussões suscitadas por esses movimentos chegaram ao Brasil no início dos anos 1980, onde convergiram para uma mobilização pela democratização do acesso aos meios de radiodifusão e pela liberdade de uso do espectro, acompanhadas por experimentações do uso do rádio de todo o tipo.

Por esses debates e usos, configurou-se no país um movimento por políticas democráticas de comunicação, o qual participou da concepção de um conceito de radiodifusão comunitária e da constituição da Abraço – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, na década de 1990. Em meio a um cenário político interpelado de um lado por esses movimentos e, de outro, pelas imposições da Abert – Associação Brasileira de

Emissoras de Rádio e Televisão, representante dos canais comerciais, em fevereiro de 1998 foi aprovada a Lei 9.612/98, que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Via de regra, esses dois ângulos antagônicos de abordagem permanecem latentes. As rádios comunitárias e os movimentos pela democratização da comunicação apontam para o fato de que, ao legalizar-se a radiodifusão comunitária, não foi considerado o entendimento construído em quase duas décadas de mobilização social. De outro lado, permanecem as emissoras comerciais representadas pela Abert, que aponta para o descumprimento da Lei e exige maior rigidez no combate às emissões sem outorga e no controle das rádios legalizadas.

As rádios comunitárias se espalham pelo país de Norte a Sul. Pelas projeções da Abraço, atualmente são mais de 12 mil emissoras, entre outorgadas, sem outorga e livres¹. Número bastante superior às pouco mais de 3 mil rádios comunitárias outorgadas, conforme o banco de dados do Ministério das Comunicações². Por si só, esse número diz muito sobre os desafios do rádio comunitário, especialmente no que se refere à luta pelo acesso via outorga, ao combate à repressão e à delimitação do que é, de fato, uma emissora comunitária.

Passados dez anos da regulamentação, outro aspecto merece ser considerado. A discussão que envolve o rádio comunitário parece não ter avançado em direção ao uso que é feito desses canais em termos de formatos, linguagens e conteúdos. A busca deste trabalho se estabelece por meio desta constatação e, em razão disso, interessa-me compreender as linguagens estabelecidas ou por meio das quais se estabelecem as rádios comunitárias. Mais especificamente, ocupo-me do Jornalismo produzido nesses espaços.

A necessidade de definir seu formato, ou formatos, levou-me a circunscrever ainda mais o interesse de pesquisa. Partindo da normatização que prescreve que o rádio comunitário “deve” voltar-se para o local, para a comunidade de seu entorno³, moveu-me a inquietação de tentar entender que local é esse, como ele é delimitado e que sentidos são atribuídos a ele nos espaços que se propõem ao Jornalismo.

Por essa escolha que vincula o rádio comunitário ao espaço local e por ser o local um conceito de difícil demarcação, que requer ser posto em relação com outra grandeza espacial para balizar o seu lugar, optei pelas fronteiras geopolíticas, em permanente relação com o

¹ O termo rádio livre contemporaneamente é empregado no Brasil para designar as emissoras que não têm e não querem outorga legal.

² Relatório da Coordenação de Radiodifusão Comunitária, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Ministério das Comunicações, 5 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br>>. Acesso em 8 dez. 2007.

³ A legislação restringe a área de abrangência das emissoras comunitárias sob a alegação de proximidade com a comunidade: “Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila” (Lei 9.612/98, Art. 1º, § 2º)

nacional e o internacional, como espaço de observação e apreensão de um local. A escolha das fronteiras como lócus de observação empírica se configura, portanto, como um facilitador na compreensão do local, ao mesmo tempo em que revela peculiaridades quanto à discursivização desses espaços. É importante considerar, porém, que a opção por esse espaço físico não se deve à busca de variações significativas em relação ao rádio comunitário desenvolvido em outros lugares.

Diante dessa opção feita, busquei emissoras de radiodifusão comunitárias que atendessem a uma série de prerrogativas. A fronteira foi a primeira delas. Julguei importante optar por rádios comunitárias com outorga, pela preocupação de que as mesmas continuassem em operação durante o período de observação. Identifiquei, ainda, emissoras com uma programação estabilizada e que dispunham de um espaço denominado por elas como de Jornalismo.

A localização do Rio Grande Sul facilitou e dimensionou a escolha das fronteiras, visto que mais de 50% do território gaúcho é constituído por fronteiras internacionais – 21,89% com o Uruguai e 30,33% com a Argentina – e que o Estado estabelece 10% das fronteiras internacionais do Brasil, representando somente pouco mais de 3% do território nacional. Optei inicialmente por distintas situações de fronteira: uma com o Uruguai, a outra a Argentina e a terceira na tríplice fronteira Brasil-Uruguai-Argentina; a primeira é seca, a segunda, delimitada pelo rio Uruguai e a última, pelos rios Quaraí e Uruguai. A escolha recaiu sobre Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai; Uruguaiana, que se limita com a Argentina; e Barra do Quaraí, na tríplice fronteira. Essa última escolha, apesar de peculiar, deixou de ser contemplada na pesquisa pelo fato de que, ainda durante o período de pré-observação, em junho-julho de 2006, o programa de Jornalismo deixou de ser veiculado pela emissora comunitária do município⁴.

A configuração final incidiu sobre as rádios comunitárias Nova Aurora FM, de Livramento, e Elshaday FM, de Uruguaiana. Os programas de Jornalismo dessas emissoras,

⁴ Refiro-me ao programa *Espaço Livre*, veiculado pela Rádio Barra FM, de Barra do Quaraí. A escolha dessa emissora era justificada por: a) uma terceira situação de fronteira, visto que Barra do Quaraí é a única tríplice fronteira gaúcha, fazendo divisa com *Bella Unión*, no Uruguai, por meio do Rio Quaraí, e com *Monte Caseros*, na Argentina, pelo Rio Uruguai; b) por essa ser uma emissora não autorizada, diferente das outras duas que compõem o *corpus*, e c) por ser esse o único meio de comunicação existente no município (os jornais que ali circulam são os da vizinha Uruguaiana ou os estaduais *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *Jornal do Comércio*). A exclusão deveu-se ao fato de que a veiculação do programa *Espaço Livre* era irregular, uma vez que dependia de trabalho voluntário. Em junho de 2006, período de pré-observação das emissoras que integrariam o *corpus* da pesquisa, o programa estava sendo produzido, de segunda a sexta, das 10h ao meio-dia. A partir de agosto do mesmo ano, porém, o horário passou a ser preenchido por programação musical, devido à ausência de voluntário para a função.

Realidade Urgente e *Bom Dia Cidade*, passaram a constituir os casos que movem esta investigação.

O programa *Realidade Urgente* (RU) é veiculado pela Nova Aurora FM de segunda a sexta-feira, das 8h às 9h30, sob responsabilidade de um locutor-apresentador encarregado pela definição de pautas, angulação, produção e apresentação, com auxílio de um técnico de áudio. O programa destina-se ao Jornalismo e à prestação de serviço público. É estruturado em média em quatro blocos.

O programa *Bom Dia Cidade* (BD), da Rádio Elshaday FM, é produzido por um locutor-apresentador fixo no estúdio; um repórter; um técnico de áudio; e um responsável geral, encarregados de duas horas e meia de programação diária, já que entre segunda e sexta-feira o programa é veiculado entre 7h30 e 10h. Aos sábados o programa segue até às 10h30. A última meia hora do BD destina-se aos pedidos da comunidade, a partir de campanhas para a assistência de necessidades pontuais, enquanto cerca de duas horas constituem o espaço do Jornalismo na Elshaday.

Ao pensar na relação Jornalismo e rádio comunitário, moveu-me o desafio de identificar a partir de um estudo de caso, que congrega como casos os programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, o que e como é delimitado o local no Jornalismo do rádio comunitário. Sobre essa problematização assentam-se os seguintes objetivos:

- Observar as rotinas produtivas das emissoras Nova Aurora FM e Elshaday FM, visando a identificar elementos referentes à escolha de acontecimentos e à produção do discurso jornalístico;
- Mapear e analisar as marcas discursivas sobre o espaço local no discurso dos programas *Realidade Urgente* (Nova Aurora FM) e *Bom Dia Cidade* (Elshaday FM);
- Compreender, pelas delimitações e por essas marcas, os sentidos presentes no discurso jornalístico sobre o local;
- Verificar as relações existentes entre o texto (o discurso jornalístico), a prática discursiva (os processos de produção e distribuição dos textos) e a prática social e o contexto, considerando como variáveis o modelo de radiodifusão, os municípios de Livramento e Uruguai e as fronteiras Brasil-Uruguai-Argentina;

- Reconstruir teoricamente o objeto a partir das observações e dos indícios encontrados.

O estudo de caso desenvolvido aqui não se pretende generalizador, mas uma possibilidade de tornar evidente, pela descrição *reconstrutiva* do objeto, as lógicas processuais que fazem-no *funcionar* internamente e o articulam ao contexto social de interesse da pesquisa.

O relato da pesquisa que constitui a presente dissertação é apresentado em duas partes, a primeira organizada em quatro capítulos e a segunda em três. A Primeira Parte cerca teoricamente o objeto e o seu contexto, marcando escolhas e entendimentos. No próximo Capítulo, *Objeto e Método*, inicio o movimento de delimitação do objeto a partir daquilo que identifico, como que o circunscrevendo. Trago um breve histórico das rádios Nova Aurora e Elshaday e dos programas de Jornalismo *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*. Detalho as estratégias de cotejo ao objeto e de delimitação do *corpus* e os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa. A opção por um Estudo de Caso ancora-se nas abordagens teórico-metodológicas da Etnometodologia e da Escola Francesa de Análise do Discurso, que auxiliam na compreensão contexto-texto.

No Capítulo *O Rádio Comunitário* traço um levantamento histórico desse formato de radiodifusão, desde o movimento de rádios livres à regulamentação brasileira do serviço. Discuto a relação rádio comunitário e espaço local e, por tratar da radiodifusão em espaços fronteiriços, detenho-me no que as legislações brasileira, uruguaia e argentina versam acerca desse tema.

Em *Que Jornalismo é esse do Rádio Comunitário?* apresento os entendimentos que me movem pelo Jornalismo, em especial a compreensão do Jornalismo como discurso de mediação de campos e atores sociais e as abordagens da Teoria Construcionista. Trato do Jornalismo no rádio, de um modo geral, e me detenho em um movimento de construção teórica e de análise sobre o Jornalismo no rádio comunitário. Para tanto, proponho uma abordagem reflexiva, decorrente do cotejo ao objeto, que antecipa e, por isso, é fundamental às análises que apresento na Segunda Parte da dissertação. Considerando como norteador o que o objeto solicita e coloca em evidência, o movimento empreendido nesse capítulo é o de ancoragem teórica, tensionamento do objeto e construção propositada de perspectivas teóricas para a compreensão de que Jornalismo é esse do Rádio Comunitário. O Capítulo também versa sobre o que há de comunitário nesse formato de radiodifusão.

O Capítulo seguinte, *Jornalismo e Já-ditos sobre Fronteira*, trata de alguns dos sentidos que auxiliam na compreensão do discurso jornalístico acerca do espaço fronteiriço. Isso porque, pelos movimentos de construção discursiva da realidade, o Jornalismo se estabelece em meio e a partir de uma série de outros discursos. Elegi, entre inúmeros discursos existentes e possíveis sobre fronteira, os seguintes: História, Geografia, Psicanálise, Língua, Literatura e Jornalismo.

A Segunda Parte conforma-se a partir de toda a discussão teórica que a antecede e por meio do cotejo ao objeto e seu contexto. No Capítulo *O Local no Jornalismo do Rádio Comunitário* apresento aportes para pensar o que é delimitado como local e aprofundo a descrição dos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, assim como das emissoras e das fronteiras envolvidas.

Na seqüência, *Sentidos sobre o Local nos Programas Realidade Urgente e Bom Dia Cidade* constitui-se a partir de um exercício de análise discursiva sobre o local no Jornalismo dos programas pesquisados. Como o enfoque da investigação ancora-se no modo como o local é discursivizado no Jornalismo do rádio comunitário e por ter escolhido a fronteira como espaço de observação empírica desse local, construí os ângulos de fronteira, isto é, três locais, quais sejam: o local – a cidade; o local – a fronteira; e o local – o nacional, que servem de opções de inserção de contexto. A Análise do Discurso leva-me a uma observação sistematizada e ao levantamento de regularidades em função do local construído pelo Jornalismo do *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*.

No Capítulo *Não “isto” não “aquilo”: construído e construtor*, a partir das constatações empíricas que de forma difusa aparecem ao longo da dissertação, volto-me à reconstrução do caso em sua singularidade, por uma proposição teórica tentativa a partir de indícios relevantes, que o conjunto de regularidades e pistas obtidas oferecem. Por esse movimento, explico as regras internas ao caso que delimitam seu funcionamento e a sua vinculação ao contexto, por meio dos indícios que apreendi, finalizando o presente texto.

Como anexo deste trabalho, dois CDs trazem uma série de “informações” sonoras dos dois programas estudados, com destaque para as seqüências discursivas analisadas no Capítulo 7. Por esse CD, o leitor pode acompanhar um pouco da ambiência que esses programas geram.

Primeira Parte



2 Objeto e Método

2.1 Contextualização do objeto

Como a pesquisa recai sobre a maneira pela qual, no rádio comunitário, o Jornalismo estabelece a relação com o local e o constrói discursivamente, a escolha de fronteiras geopolíticas como espaço de observação deu-se, conforme mencionado, pela necessidade de pôr o local em relação com outras grandezas espaciais para a compreensão de sua delimitação. As fronteiras estão, permanentemente, em relação com o nacional e o internacional, o que auxilia no entendimento desta circunscrição necessária à pesquisa e, a partir daí, dos sentidos postos em circulação pelo discurso jornalístico. Isso porque interessa verificar no Jornalismo radiofônico comunitário as marcas de discursivização do espaço local.

A definição das fronteiras que se constituíram em lócus de observação empírica considerou, para tanto, a existência de um canal de radiodifusão comunitário outorgado⁵ e em operação nos municípios escolhidos. A localização do Rio Grande do Sul facilitou esse processo de escolha e levou-me a optar por duas situações distintas de fronteira, uma com o Uruguai e a outra com a Argentina, já que o Estado limita-se com ambos. A escolha das cidades de Santana do Livramento e Uruguaiana se justifica por alguns fatores importantes. Depois de Foz do Iguaçu (PR), na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, esses municípios são os maiores, em tamanho, e os mais dinâmicos em relação aos localizados na totalidade da faixa de fronteira continental brasileira. Também motivou a escolha o fato de possuírem um município correspondente do outro lado da linha divisória, os pares gêmeos⁶ de Livramento e *Rivera*, capital do Departamento uruguaio de mesmo nome, e Uruguaiana e *Paso de los Libres*, província de Corrientes, Argentina.

⁵ A outorga seria uma mínima garantia de que as rádios estivessem no ar durante a pesquisa.

⁶ As cidades-gêmeas são organizadas por fluxos transfronteiriços de bens e serviços, de pessoas e informação etc. As relações de comércio (formal, informal e, até, ilegal) alteram-se conforme as mudanças cambiais.

Santana do Livramento e Uruguaiiana integram a região da Campanha Gaúcha, onde predomina o pampa, relevo que se estende pelo Uruguai e é também encontrado na Argentina. A conformação da rede urbana na região da Campanha deu-se a partir de municípios de média e grande extensão territorial, portanto, equidistantes geograficamente, o que os diferencia das demais partes do Rio Grande do Sul. Essa região é produto histórico de um desenvolvimento sócio-econômico agropastoril (criação de gado e indústria do charque), centrado em grandes latifúndios e reduzida população rural. Livramento e Uruguaiiana fazem parte da mesorregião Sudoeste Rio-Grandense (IBGE), da Metade Sul do Rio Grande do Sul (Ministério da Integração Nacional / Governo do Estado), do Corede Fronteira Oeste⁷ e da Amfro⁸ – Associação dos Municípios da Fronteira Oeste.

O breve contexto apresentado, que circunscreve o objeto, é relevante ao estudo de caso que desenvolvo na dissertação. A necessária apreensão do objeto em seu *contexto*, justifica também a entrada no objeto via *contexto*. Os programas de Jornalismo *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, respectivamente das emissoras comunitárias Rádio Nova Aurora FM, de Santana do Livramento, e Rádio Elshaday FM, de Uruguaiiana, constituem o caso que move esta investigação. A opção por dois casos, que compõem o estudo de caso geral, deve-se à escolha de fronteiras com características diferentes, o que contribui para a identificação de elementos comuns às emissoras comunitárias, e, especialmente, de variações na interação entre o *fazer* jornalístico e esses diferentes contextos. A seguir, apresento os programas analisados, compreendidos por mim como domínios discursivos.

A. O programa *Realidade Urgente* e a Rádio Nova Aurora FM

A Associação Rádio Grupo Conesul (ou Rádio Nova Aurora FM) recebeu licença para funcionamento em caráter provisório de estação de radiodifusão comunitária em 29 de maio

⁷ Os Coredes – Conselhos Regionais de Desenvolvimento, fóruns de discussão de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, foram criados pela Lei 10.283/94, e regulamentados pelo Decreto 35.764/94. Integram o Corede Fronteira Oeste: Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçarambá, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiiana, o que compreende uma população de 567.587 habitantes em uma área geográfica de 46.231,00 Km². No Estado, há 24 Coredes. Disponível em: <http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?>. Acesso em: 12 nov. 2007.

⁸ Anterior à constituição do Corede Fronteira Oeste, a Amfro existe desde 1963 e “tem como objetivo a defesa dos interesses dos municípios que a compõem, representando-os no âmbito federal e estadual, buscando soluções e alternativas viáveis para o desenvolvimento destes, através de ação política, de direito e de mercado, além do aproveitamento das potencialidades, dos recursos naturais, matéria-prima e da mão de obra existente, tudo com vistas às melhorias sócio-econômicas, financeiras e culturais da população fronteiriça”. Disponível em: <<http://www.amfro.com.br/>>. Acesso em 12 nov. 2007.

de 2002. A outorga definitiva veio em 3 de setembro de 2003. Autorizada a funcionar na frequência 87,9 MHz e, portanto, fora do dial (que vai de 88 a 108MHz), a Nova Aurora FM está instalada no Parque São José, na fronteira conurbada Livramento-*Rivera*.



Imagem 1: Localização da Rádio Nova Aurora FM – Santana do Livramento/RS
Crédito: Ângela Maria Zamin – jun. 2006.



Imagem 2: Estúdio da Rádio Nova Aurora FM – Santana do Livramento/RS
(na foto, de frente, Antônio de Lima, locutor-apresentador do *Realidade Urgente*)
Crédito: Ângela Maria Zamin – jun. 2006.

O Parque São José localiza-se na periferia de Livramento, onde se mesclam habitações de alvenaria e casebres, ruas com asfalto, com calçamento e outras sem qualquer pavimentação. Em algumas delas o esgoto corre a céu aberto. No bairro há escola pública e pequeno comércio, especialmente de gêneros alimentícios. O transporte coletivo faz a ligação bairro-centro por meio da linha Wilson, da empresa Sosal. Foi assim que em todas as visitas

realizadas cheguei à Nova Aurora. O trajeto, percorrido em mais de 20 minutos, iniciava a 100 metros do Parque Internacional, limite entre Livramento e *Rivera*, por volta das 7h15. Para o desembarque, a referência era o Colégio Caíque. Era preciso descer na parada seguinte ao colégio e entrar à direita em uma rua sem pavimentação e com esgoto exposto, a rua Túlio Fontoura onde, a cerca de 400 metros, encontra-se a Rádio Nova Aurora FM.

A Nova Aurora ocupa uma construção de alvenaria incorporada à casa do diretor da Associação Rádio Grupo Conesul. Neste espaço ficam a recepção e o estúdio, divididos por uma parede de madeira e vidro, o que possibilita observar quem chega à emissora. Na residência um dos quartos foi transformado em estúdio de gravação e edição. O local abriga também um computador com acesso à internet no qual são armazenados os arquivos da Nova Aurora.

A programação da emissora divide-se em música e informação, com amplo destaque para a primeira, conforme demonstra o Quadro 1 (página seguinte). O programa *Realidade Urgente*, veiculado de segunda a sexta, das 8h às 9h30, se constitui como o espaço destinado ao Jornalismo. Além deste, de hora em hora, entre 10h30 e 18h30, é veiculado um programete de notícias, extraídas do Jornal *A Platéia*⁹, apoiador cultural dos espaços de Jornalismo na Nova Aurora. Os programetes, com média de dois minutos de duração, são produzidos pela manhã pelo locutor-apresentador Antônio de Lima, responsável pela escolha dos assuntos, locução e comentários do programa *Realidade Urgente*.

Os jornais *A Platéia* e *Zero Hora*, este de circulação estadual, são a fonte de boa parte das notícias veiculadas no programa *Realidade Urgente*. Antônio de Lima, locutor-apresentador responsável pelo programa, desempenha outras atividades profissionais, o que o faz circular diariamente pela Prefeitura Municipal (entre o final da manhã e o início da tarde) e pela Câmara de Vereadores (que de segunda a quarta realiza sessões no final da tarde). Além destas atividades, à noite, “de Lima”, como é chamado, integra o quadro funcional de outra emissora de rádio de Livramento. É nesses ambientes que se pauta e recolhe informações que serão veiculadas nas manhãs da Nova Aurora, o que lhe permite chegar à emissora pouco tempo antes do início do programa *Realidade Urgente*.

⁹ O jornal *A Platéia* (disponível em: <<http://www.aplateia.com.br>>.) circula de terças a sextas e aos domingos. A JB Empresa Jornalística Ltda. edita, ainda, o *Jornal da Semana*, publicado aos sábados, e possui uma rádio, a RCC FM (disponível em: <<http://www.rccfm.com.br>>.), canal comercial que opera na frequência de 95.3 megahertz. Dirigida pelos advogados Antônio e Kamal Badra, descendentes de palestinos, as mídias são produzidas pela mesma equipe, no mesmo local, na avenida Tamandaré, 2170, conjunto 205, localizado em frente ao Parque Internacional. O jornal *A Platéia* completou 70 anos em 10 de janeiro de 2007.

O programa de Jornalismo é também o espaço para informes de utilidade pública, como reparos na rede elétrica, reunião de pais ou associação de moradores etc.; para manifestações da comunidade, como de emprego, reparos em ruas, venda ou troca de algo etc., e, ainda, para achados e perdidos. Esses informes, em sua maioria, são entregues na emissora sob a forma de bilhetes. Há também a possibilidade de repassar informações dessa natureza por telefone.

Horário	Programa	Temática
06:00	Marcas do Rio Grande	Música gauchesca
08:00	Realidade Urgente	Jornalismo
09:30	Bom Dia Nova Aurora	Entretenimento – música, horóscopo, sorteio de brindes – voltado às donas de casa
12:00	Máquina do Tempo	<i>Fashback</i> , sem locução, de músicas nacionais e internacionais
13:30	Agita Brasil	Entretenimento – música, recados, sorteios, divulgação de eventos
17:00	Coração Gaúcho	Música gauchesca (participação da comunidade que pode pedir música e dedicá-la)
19:00	Voz do Brasil	(Radiobrás)
20:00	Disque Toque	Músicas para gravar
21:00 (até a meia noite)	Viva a Noite	Música romântica

Quadro 1: Grade de Programação da Rádio Nova Aurora FM – segunda a sexta
Fonte: Elaboração Própria

O restante da programação destina-se ao entretenimento. Há dois programas de variedades, um pela manhã (*Bom Dia Nova Aurora*), após o programa de Jornalismo, e outro durante a tarde (*Agita Brasil*). Os programas musicais correspondem a 9,5 horas diárias na programação regular, de segunda a sexta-feira, que tem duração de 18 horas, visto que a emissora opera entre 6h e meia-noite.

B. O programa *Bom Dia Cidade* e a Rádio Elshaday FM

A Associação e Movimento Comunitário Rádio Elshaday, de Uruguaiana, na fronteira com o município de *Paso de Los Libres*, na Argentina, recebeu da Anatel outorga provisória

em 30 de março de 2003 e definitiva em 16 de maio de 2005 para operar na frequência 104,9MHz. Localizada a cerca de 250 metros do rio Uruguai, limite com a Argentina, a rádio está instalada na região central de Uruguaiiana em uma rua pavimentada. A emissora ocupa parte da residência da diretora da Elshaday, uma casa ampla de alvenaria. Dois quartos conjugados formam o estúdio principal e a técnica; um terceiro quarto é usado como escritório e a sala como a recepção da emissora.



Imagem 3: Localização da Rádio Elshaday FM – Uruguaiiana/RS
(no detalhe, Ponte Internacional na divisa Uruguaiiana – *Libres*)
Crédito: Ângela Maria Zamin – jun. 2006.



Imagem 4: Estúdio da Rádio Elshaday FM – Uruguaiiana/RS
(na foto, Amauri de Oliveira, ex-locutor-apresentador do *Bom Dia Cidade*)
Crédito: Ângela Maria Zamin – jun. 2006.

Grande parte da informação veiculada tem origem em jornais impressos, em especial o *Diário da Fronteira*, de Uruguaiiana, e o *Correio do Povo*, de circulação estadual, por meio da

Agência Radioweb¹⁰ e, ainda, de um correspondente em Brasília (notícias da editoria de política). A previsão do tempo é tratada com destaque no programa, especialmente no que se refere às capitais dos vizinhos Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile, ganhando a conotação de prestação de serviço, visto que o detalhamento desta informação se destina aos caminhoneiros que, através do porto seco de Uruguaiana, deslocam-se para esses países. É para esse público também que se destinam os programas musicais *Bolichão da Ponto Nove* e *Estradeiro Ponto Nove*. A emissora realiza diariamente contato telefônico com a Prefeitura Naval de *Libres* para obter informações sobre as condições de navegabilidade do Rio Uruguai.

Horário	Programa	Temática
06:00	Musical	Musical
07:00	Bom Dia Espírito Santo	Gospel
07:30	Bom Dia Cidade	07:30 às 09:30 – Jornalismo 09:30 às 10:00 – pedidos da comunidade
10:00	Programa da Missão Quadrangular	Missão Quadrangular
10:30	Cadeia da Prece	Religioso
12:00	Caminhos da Fé	Religioso
12:30	Programa da Igreja Deus é Amor	Igreja Deus é Amor
13:00	Bolichão da Ponto 9	Música gauchesca
15:00	Estradeiro Ponto 9	Música sertaneja
19:00	Voz do Brasil	(Radiobrás)
20:00	Casa da Sogra	Programa jovem
22:00	Mais que vencedores	Música gospel
22:30	Musical	Musical
23:00 (até a meia noite)	Mais que vencedores	Música gospel

Quadro 2: Grade de Programação da Rádio Elshaday FM – segunda a sexta

Fonte: Elaboração Própria

De segunda a sexta, a última meia-hora do *Bom Dia Cidade* se destina aos pedidos das pessoas da comunidade – alimentos, remédios, agasalhos, passagens intermunicipais, utensílios domésticos, emprego, entre outros. As campanhas comunitárias, como a rádio as denomina, objetivam atender demandas específicas e são, igualmente, realizadas nesse quadro da programação. Esse quadro do programa *Bom Dia Cidade*, no entanto, não integra a análise. Excertos serão trazidos, todavia, quando discuto o que há de comunitário no Jornalismo do

¹⁰ Disponível em <<http://www.agenciaradioweb.com.br>>.

rádio comunitário (ver item 4.3.5). A rádio disponibiliza a programação na internet (<http://www.radio104.fm.br>).

2.2 Estratégias de cotejo ao objeto

A apreensão do objeto norteou as práticas de pesquisa adotadas ao longo do processo de investigação. Um primeiro movimento antecedeu o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, que foi o de identificação de emissoras comunitárias em municípios da fronteira gaúcha e contato preliminar por telefone. O segundo, já durante o mestrado, foi o de reconhecimento das rádios comunitárias Nova Aurora e Elshaday, realizado em junho de 2006. Interessei-me, nesta ocasião, pela trajetória das emissoras, pela linha editorial, programação e rotinas, e utilizei-me, para tanto, de entrevista aberta, gravada, com os diretores das associações comunitárias Rádio Grupo Conesul, responsável pela Rádio Nova Aurora FM, Carlos Sabatini, e Associação e Movimento Comunitário Rádio Elshaday, da Elshaday FM, Maria Catarina Fagundes Martins.

No primeiro contato, conheci a estrutura física das rádios, acompanhei uma edição dos programas de jornalismo, ao vivo, no estúdio, e acertei a forma de acompanhar à distância a programação. O diretor da rádio Nova Aurora FM colocou-se à disposição para a gravação sistemática do programa *Realidade Urgente* e o envio via Correio, o que ocorreu durante o segundo semestre de 2006. Na Elshaday, o indicativo da direção foi para que eu acompanhasse o programa pela internet, já que a rádio disponibiliza, em tempo real, a programação *on line*. Essa opção configurou-se de difícil execução, visto que, por problemas do servidor usado pela emissora, nem sempre o *site* da rádio conectava e, em muitas ocasiões, o áudio sofria interrupções. Mesmo diante desses acontecimentos, a direção da rádio não aceitou gravar o programa *Bom Dia Cidade*. A solução encontrada, que também não se mostrou eficaz, foi solicitar que um morador de Uruguaiana, sem vínculo com a rádio, gravasse para mim algumas edições. Por esses motivos, o arquivo do *Bom Dia Cidade* não apresenta uma regularidade, o que de todo não avalio como prejudicial, pois permitiu-me, mesmo assim, acompanhar as alterações no programa com a troca do locutor-apresentador, ocorrida durante o último trimestre de 2006.

Em outubro de 2006, acompanhei diretamente nas emissoras Nova Aurora e Elshaday a rotina de produção e veiculação dos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, experiência que repeti em julho de 2007. Num esforço de interferir o mínimo possível, na

primeira ocasião, esse movimento possibilitou-me apreender os processos característicos de cada um dos programas, quanto ao formato, a linguagem, a escolha das pautas, o tratamento dado à informação, os improvisos etc. No segundo momento busquei verificar se a interpretação que eu havia realizado com base na visita anterior e nos arquivos de programas que dispunha cercavam e descreviam a contento o objeto.

2.3 Delimitação do *corpus*

A delimitação do *corpus* de análise deu-se a partir de um arquivo dos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, gravados no segundo semestre de 2006. A opção foi por construir uma semana de veiculação de cada um deles, a partir da escolha, aleatória quanto à temática, de uma edição correspondente à segunda-feira, outra à terça e assim sucessivamente até sexta-feira. Busquei uma regularidade quanto à distância temporal entre cada uma das edições do programa *Realidade Urgente*. No *Bom Dia Cidade* há um espaçamento temporal diferenciado entre os programas pelo fato do arquivo organizado não apresentar uma regularidade e, ainda, pela opção que fiz de trazer edições posteriores à troca do locutor-apresentador. Em ambos os casos, o sábado e o domingo não integram o universo da amostra, primeiro, porque apenas o *Bom Dia Cidade* tem edição aos sábados, com formato diferente do veiculado durante a semana e, segundo, porque a programação no rádio é delimitada em ciclos de 24 horas, que são alterados aos finais de semana e feriados.

DIA DA SEMANA	PROGRAMA	
	REALIDADE URGENTE (Nova Aurora FM)	BOM DIA CIDADE (Elshaday FM)
Segunda-feira	24 jul. 2006	7 jul. 2006
Terça-feira	1º ago. 2006	25 jul. 2006
Quarta-feira	8 ago. 2006	2 ago. 2006
Quinta-feira	31 ago. 2006	30 nov. 2006
Sexta-feira	8 set. 2006	8 dez. 2006

Quadro 3: Demonstrativo dos programas que compõem o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

É importante destacar que, para além dos programas específicos do *corpus*, trago outras edições dos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, demandadas pela discussão teórico-analítica que desenvolvo nos capítulos subseqüentes.

2.4 Aportes teórico-metodológicos

Considerando o recorte desta pesquisa, julguei como o mais apropriado, para tanto, o desenvolvimento de um estudo de caso. A escolha desse modelo metodológico deve-se à possibilidade de produção teórica a partir da observação de fenômenos singulares de dada situação de realidade. O estudo de caso, por sua relação com ocorrências singulares, mantém parentesco, segundo Braga (2007a), com o paradigma indiciário de Ginzburg (1989), isto é, da busca de indícios e da distinção e articulação, para posterior formulação de inferências gerais a partir de elementos pormenores, singulares. O paradigma indiciário se aproxima de “uma atitude orientada para a análise de casos individuais, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas, indícios” (GINZBURG, 1989, p.154 *apud* BRAGA, 2007a, p.6).

A possibilidade de ver o geral no específico se constitui como interesse e desafio do estudo de caso. Howard Becker (1993) observa que:

[...] o estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo [...]. Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais (BECKER, 1993, 118).

A partir de indícios, procura-se fazer inferências que viabilizem uma reconstrução do caso em sua singularidade. Para empreender esse movimento, a opção é por uma análise formal, voltada à observação do texto, acrescida de uma análise sociológica, que possibilite a observação do conteúdo e das relações com o social. Juntas, essas perspectivas “podem favorecer uma leitura mais aguda que qualquer delas isoladamente” (BRAGA, 2002, p.321). Como a análise proposta visa à percepção das construções de sentidos acerca do espaço local no Jornalismo do rádio comunitário, a opção, para uma análise formal, é pela Análise do Discurso (AD), a partir da variante decorrente da Escola Francesa, produtiva em estudos que buscam a identificação de sentidos, acrescida, para uma análise sociológica, das perspectivas metodológicas da Etnometodologia. A opção pela Etnometodologia foi realizada em função da necessidade de compreender os processos de produção jornalística específicos dos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, respectivamente, das rádios comunitárias Nova Aurora (Livramento) e Elshaday (Uruguaiana), a partir da observação das rádios

comunitárias, suas rotinas e os processos de produção jornalística correspondentes, para evitar, assim, a análise do produto jornalístico a partir de abordagens teóricas distanciadas daquilo que a rádio comunitária suscita e revela.

As abordagens teórico-metodológicas propostas pelas correntes de investigação aqui escolhidas acompanham a tessitura da dissertação em todo o seu processo, tendo a perspectiva comunicacional como norteadora. Conforme sugere Braga (2007a), o estudo de caso no campo da comunicação não deve perder de vista o que há de propriamente comunicacional:

Um pesquisador que, ao fazer um estudo de caso, o inscreve como objeto de interesse para o campo, perguntará que lógicas processuais interacionais são relevantes para o funcionamento desse caso particular; como se relacionam com os processos sociais outros que caracterizam o fenômeno. Para poder perceber tais relações, evidentemente, é preciso inferir, através do exame de indícios pertinentes para isso, o que é propriamente comunicacional e o que deriva de circunstâncias sociais de outras ordens, “modulando” a comunicação (BRAGA, 2007, p.15).

A perspectiva comunicacional comparece pela preocupação com os processos interacionais que se estabelecem em torno e a partir do rádio comunitário, como, por exemplo, o vínculo com o local, a configuração de uma comunidade de rádio comunitária e, nesta pesquisa, especificamente, pela presença da fronteira enquanto espaço empírico de observação. A interação comunicacional é permeada por ‘processos simbólicos e práticos que, organizando trocas entre os seres humanos, viabilizam as diversas ações e objetivos que se vêm engajados [...] e toda e qualquer ação que solicita co-participação’ (BRAGA, 2001, p.17-18). As rádios comunitárias organizam e resultam de interações e trocas simbólicas “que sobredeterminam o que aí se faz” (BRAGA, 2001, p.19), em um processo mediático marcado pelo *fazer* mídia e o que se *faz* com ela, ou seja, por uma aprendizagem que se dá em meio à ambiência própria desse formato de radiodifusão.

Pela presença mediática no espaço social, característica dessa época de “sociedade mediática”, e pela discussão do uso da mídia, mesmo que restrita ao grupo que participa diretamente das emissoras, as rádios comunitárias se constituem como dispositivo mediático cuja processualidade faz com que “a sociedade se perceba ‘conversando’ consigo mesma” (BRAGA, 2001, p.21). A intenção de interação que aciona o local, ativa, também, processos no espaço social, como a organização de redes interpessoais – as comunidades de rádio comunitária –, institucionais e interorganizacionais, geradoras, por sua vez, de novas formas de sociabilidade, que não se esgotam nos subsistemas de produção e recepção mediática.

A adoção de uma perspectiva de análise que considera as interações sociais não exclui a observação da mídia, de um fenômeno em específico. Antes, contribui para que esse exame

não seja destacado do contexto em que ele se realiza. As perspectivas sociológicas e de Análise do Discurso, apresentadas a seguir, compõem como ângulos de entrada, como perspectiva de organização do estudo comunicacional pretendido nesta pesquisa.

As abordagens etnometodológicas foram incorporadas nos estudos do Jornalismo a partir dos anos 1970, quando se desenvolve a Teoria Construcionista (ou paradigma das notícias como construção). Essa possibilidade metodológica, empregada nos locais de produção visando à observação dos membros da comunidade jornalística, permitiu ver a importância da dimensão transorganizacional e das rotinas jornalísticas no processo de produção das notícias (TRAQUINA, 2004). A abordagem etnometodológica permite uma observação teoricamente mais informada sobre as lógicas de produção do Jornalismo a partir das quais ele interage com o contexto que lhe é externo e constituinte ao mesmo tempo.

A Etnometodologia se volta a estudos singulares com o propósito de compreender como as relações (ou interações) elaboram a realidade social pesquisada:

A etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar [...]. A etnometodologia analisa as crenças e comportamentos de senso comum como os constituintes necessários de 'todo comportamento socialmente organizado' (COULON, 1995, p.30).

A Etnometodologia concede “às atividades corriqueiras da vida cotidiana a mesma atenção que habitualmente se presta aos acontecimentos extraordinários” (COULON, 1995, p.29). As atividades rotineiras dos indivíduos revelam regras e modos de agir. O acompanhamento atencioso e a análise dos processos aplicados a estas ações permitem evidenciar “os modos de proceder pelos quais os atores interpretam constantemente a realidade social, inventam a vida em uma permanente bricolagem” (COULON, 1995, p.32). Outro elemento que requer observação cuidadosa é a linguagem, empregada como recurso que possibilita constituir a “vida de todos os dias”. A linguagem, para a Etnometodologia, “diz a realidade social, descreve-a e ao mesmo tempo a constitui” (COULON, 1995, p.8). Na avaliação de Garfinkel, “qualquer uso da linguagem, *sem exceção*, é motivado por vinculações contextuais” (1947 *apud* HERITAGE, 1999, p.358).

A Etnometodologia busca indicialidades¹¹, visto que as palavras tiram do contexto sua significação. “Falar de indicialidade significa igualmente que o sentido é sempre local e não

¹¹ “Pode-se definir como indicialidade todas as determinações que se ligam a uma palavra, a uma situação [...]. Isto significa que, embora uma palavra tenha uma significação trans-situacional, tem igualmente um significado distinto em toda situação particular em que é usada. Sua compreensão profunda passa por ‘características indicativas’ e exige dos indivíduos que ‘vão além da informação que lhes é dada’” (COULON, 1995, p.33 [grafia original]).

tem generalização possível [...]. Isso quer dizer que uma palavra, por suas condições de enunciação, uma instituição, por suas condições de existência, só podem ser analisadas tomando em conta as suas situações” (COULON, 1995, p.37).

Esta forma de abordagem da linguagem se volta à incompletude das palavras. Estas ganham “completude” no contexto de produção, quando são “indexadas” ao contexto. A indexação, porém, segundo Coulon (1995), não esgota a integralidade do sentido potencial das palavras. A significação de uma palavra ou de um texto provém de fatores contextuais. E mais do que isso,

Não apenas o contexto da ação influencia o que se pensa que a ação seja, como as ações componentes também contribuem para uma percepção, em desenvolvimento da própria situação da ação. “Ação” e “contexto” são elementos mutuamente elaborativos e mutuamente determinativos numa equação simultânea que os agentes estão continuamente resolvendo e re-resolvendo para determinar a natureza dos eventos nos quais estão colocados (HERITAGE, 1999, p.347).

Interessam à pesquisa premissas e indicações etnometodológicas mais do que uma tecnicidade de pesquisa rigorosa própria desta abordagem metodológica. Essas premissas e indicações auxiliam na compreensão do *onde*, proposta ao deslocar a indagação “o que é jornalismo” para “o que é jornalismo, onde”, visto se tratar de uma pesquisa ancorada em rádios comunitárias (Nova Aurora e Elshaday), o que requer, sem dúvida, a compreensão dos processos e do contexto da ação em que são produzidas, para que se evite analisá-las a partir das referências teóricas gerais sobre rádio. Ainda, a perspectiva etnometodológica empregada possibilita perceber, por meio de observação de processos referentes aos programas de Jornalismo *Realidade Urgente* (Nova Aurora FM) e *Bom Dia Cidade* (Elshaday FM), como seus protagonistas se organizam para resolver os problemas práticos relacionados ao dia-a-dia do programa, em meio a um ambiente permeado por variáveis como o formato de radiodifusão, a presença da comunidade da rádio comunitária e o contexto fronteiriço.

O acompanhamento das rotinas nas rádios Nova Aurora e Elshaday foi desenvolvido com o propósito de identificar elementos presentes na escolha de acontecimentos e na produção do discurso jornalístico. Primeiro, porque interessa, por meio da observação, entender as lógicas de funcionamento dessas emissoras comunitárias. Segundo, para apreender os processos (as delimitações, as escolhas, as trocas, os improvisos etc.) de produção discursiva, condicionados pelo formato de radiodifusão e pelo espaço geopolítico das fronteiras. Terceiro, para a coleta de dados empíricos.

Uma vez realizados os contatos preliminares, por telefone, acompanhei o trabalho nas emissoras em três momentos, em junho e outubro de 2006 e em julho de 2007. Além de

conversar com os diretores das rádios Nova Aurora e Elshaday, respectivamente, Carlos Sabatini e Maria Catarina Fagundes Martins, observei a rotina no que se refere à produção dos programas de Jornalismo *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade* e, de modo mais geral, o funcionamento dessas rádios. O acompanhamento serviu, ainda, à coleta de dados e à gravação de edições de cada um dos programas.

A opção pela observação do espaço das emissoras de radiodifusão comunitárias e pelo acompanhamento das trocas que os sujeitos estabelecem em meio às rotinas produtivas deve-se à possibilidade de extrair das situações práticas cotidianas elementos capazes de proporcionar a articulação entre o contexto de produção e as notícias produzidas e, a partir daí, apreender os sentidos mobilizados.

O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário. Dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar está afetado por sistemas de significação. A AD está preocupada com este movimento de instauração de sentidos, que exige compreender os modos de funcionamento de um discurso (BENETTI, 2007, p.109).

As abordagens teórico-metodológicas da Análise do Discurso (AD) são produtivas na análise do Jornalismo, especificamente, dos efeitos de sentidos instaurados pelo seu discurso. O estudo dos sentidos presentes no discurso jornalístico assenta-se no movimento de identificação de formações discursivas (FD), conceito central para o desenvolvimento do campo teórico da AD de linha francesa.

O conceito de FD, forjado por Foucault (2005) em *Arqueologia do Saber*, descreve o funcionamento dos discursos como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam. Trata das relações entre enunciados no campo do discurso e suas possíveis relações, e relaciona um sistema de dispersão no qual vai ser possível observar uma regularidade (ordem, correlação, posição) em relação aos objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. A regularidade dos enunciados é definida pela FD, e um conjunto de enunciados, apoiados numa mesma FD, constitui, para Foucault (2005), o discurso. As regularidades são o princípio organizador das FDs, determinam sua homogeneidade e seu fechamento. Em Foucault (2005), tem-se discurso como dispersão, visto que as relações discursivas não são internas ou externas ao discurso:

Elas estão no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2005, p. 51-52).

Ao elaborar o quadro epistemológico da AD¹², Pêcheux (1995) toma “emprestado” de Foucault a noção de FD, resignificada a partir do conceito de formação ideológica, que, para o autor, precede e determina o de FD. É a inscrição no ideológico que irá marcar o distanciamento entre Pêcheux e Foucault, não a oposição, porque o que é proposto por esses teóricos está em complementaridade. A diferença, de base, está na maneira como se situam diante das propostas althusserianas. Em Foucault¹³ registra-se uma ausência de categorias clássicas do marxismo, como ideologia e lutas de classe, uma vez que, para o teórico, o homem não é afetado por um poder centralizado em aparelhos ideológicos, mas por práticas discursivas (da medicina, da economia, etc.). Para Pêcheux, entretanto, “o poder é exercido de algum lugar centralizado na sociedade (escola, igreja, família, Estado, etc.)” (NAVARRO, 2006, p.77). A defesa às teses althusserianas, em especial o primado da luta de classes, permeia os escritos de Pêcheux, até a terceira e última fase de sua teoria, compilada em *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (2006).

As primeiras formulações de Pêcheux sobre formação discursiva encontram-se no texto produzido em co-autoria com Fuchs *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* (1975 in GADET & HAK; 1993)¹⁴. Já neste momento inicial aparece a inscrição da ideologia no entendimento que Pêcheux constrói acerca de FD:

[...] a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas [...] ‘comportam necessariamente como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada, numa conjuntura’, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, in GADET & HAK; 1993, p.166-7).

Esta abordagem encontra-se marcada pela primeira fase da AD (1969), em que havia uma entrada mínima para a alteridade, a diferença e a contradição. O conceito de FD, neste momento, apóia-se em um domínio discursivo fechado e homogêneo, onde “só há lugar para os mesmos sentidos” (INDURSKY, 2007, p.166). Falava-se em diferentes FDs, separadas uma das outras, sem elo entre elas, em FD homogênea, portanto.

¹² Pêcheux (1995) considera as reflexões de Foucault (2005) acerca do discurso (tomado enquanto prática e dispersão, que contempla o histórico e o social) e de formações discursiva (tomada enquanto regularidade de enunciados dispersos, vindos de diferentes ordens) ao propor o quadro epistemológico da AD francesa.

¹³ Althusser foi responsável pela formação de Foucault, como de outros intelectuais franceses contemporâneos a ele. Apesar da amizade estabelecida, evidente em citações que fizeram um ao outro em seus trabalhos, Foucault nunca concordou com a posição marcadamente marxista de Althusser. Para Foucault, “a obra de Marx é um instrumento entre outros, que ele faz funcionar em seus trabalhos, como uma caixa de ferramentas” (GREGOLIN, 2007, p.120). É o lugar atribuído a Marx e a Lévi-Strauss (ao marxismo e ao estruturalismo, portanto), em *As palavras e as coisas* (1996), que dá início à polêmica entre eles. São, segundo Gregolin (2007), as respostas de Foucault a Althusser que servem de base para *Arqueologia do saber* (2005).

¹⁴ In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: a obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1993.

Ainda em 1975, na obra *Lês Vérites de la Palice*¹⁵, Pêcheux volta a tratar de FD relacionando-a às noções de ideologia – “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, marcada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995, p.160 [grifo no original]) – e de sujeito – “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p.161 [grifo no original]). Nesta segunda fase da AD (1975), em que a noção de interdiscurso – *todo complexo com dominante* – afeta a teoria, vislumbra-se o diferente no mesmo e admite-se uma entrada para a alteridade, embora controlada. Uma FD era tida como dominante, enquanto as outras mantinham com essa uma relação de dependência (eram assujeitadas à dominante).

É no texto *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975), que encontramos uma primeira definição do conceito de interdiscurso. Esse conceito aparece relacionado ao de FD, matriz de sentidos que se inscreve no interior do interdiscurso de onde recorta “dizeres”. O interdiscurso funciona como um baú de sentidos:

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida [...] a incorporar elementos preconstruídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação (COURTINE e MARANDIN, 1981, apud BRANDÃO, 2004, p.91).

Esses autores consideram o interdiscurso como aquilo que regra o deslocamento das fronteiras da formação discursiva, promovendo lembranças e provocando esquecimentos e negação de dizeres. O interdiscurso, nesse sentido, reúne já-ditos e esquecidos, esses em estado latente. Foucault (2005, p. 36) também considera que todo o discurso repousa sobre um já-dito, que não seria apenas uma frase já pronunciada ou escrita, mas que tem vinculação sócio-histórica e implica em não-ditos. O interdiscurso permite relacionar determinado dizer a toda uma filiação de dizeres e a uma historicidade, o que possibilita fazer ascender marcas políticas e ideológicas.

Há uma relação necessária entre o interdiscurso (o já-dito) e o intradiscurso (o que se está dizendo). No interdiscurso estão os enunciados já-ditos e os silenciados, enquanto no intradiscurso encontramos aquilo que se está dizendo num momento dado, sob condições dadas. O intradiscurso é considerado o fio do discurso do sujeito falante, um efeito do

¹⁵ A edição brasileira traz como título *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995).

interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade. Juntos, interdiscurso e intradiscurso, representam o dizível.

A noção de interdiscurso permite considerar que toda formulação se dá por uma relação com aquilo que a memória discursiva determina como elementos de saber. A memória, quando pensada em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso:

[...] aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível [...]. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação dada (ORLANDI, 2001, p. 31).

Courtine (1981 apud BRANDÃO, 2004) inaugura um novo momento na noção de FD: ela não é uma única linguagem para todos, nem para cada um a sua linguagem, o seu discurso, mas deve ser pensada como várias linguagens em uma única, vários discursos em um só. A contradição é apontada por Courtine como elemento constitutivo a toda FD. É em Foucault que Courtine encontra essa noção – *analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer a contradição*. Não se trata mais de um complexo de FDs com uma em posição de dominância em relação as demais, mas de uma FD heterogênea em relação a si própria, com fronteiras porosas onde há espaço para o diferente e o contraditório, para diferentes efeitos de sentido:

Uma FD é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica (BRANDÃO, 2004, p.50).

Pêcheux, em estudos posteriores a 1980, produz deslocamentos no conceito de FD, abrindo perspectivas como “as redes de memória, os trajetos sociais dos sentidos, as materialidades discursivas, enfim, a articulação entre FD, memória e história” (GREGOLIN, 2007, p.173). Na terceira fase da AD (1983), o texto *O Discurso: estrutura ou acontecimento*¹⁶ revela a incorporação da idéia de heterogeneidade discursiva (de Authier-Révuz); a articulação entre discurso e memória discursiva (Courtine e Foucault); e as relações entre discurso e história (abordagens da Nova História, especialmente Michel de Certeau).

É nessa terceira fase que se revela o primado do outro, do diferente, sobre o mesmo, e os gestos de interpretação substituem a máquina discursiva, da primeira fase. Ao introduzir a diferença como característica da ideologia, Pêcheux (2006) revela a heterogeneidade e a contradição nas FDs. “Trabalhar com uma FD dotada de tais características coloca o analista de discurso face à agitação e tensão dos sentidos de um domínio de saber e seu gesto de

¹⁶ Último texto de Pêcheux, *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, de 1983, foi publicado no Brasil quatorze anos depois.

individualização de uma FD consiste já em um gesto de interpretação analítica” (INDURSKY, 2007, p.170). É por esse movimento, de interpretação analítica, que a AD constitui-se, também, em gesto metodológico. É também por isso que o conceito de FD é produtivo na análise do Jornalismo, especialmente dos efeitos de sentidos instaurados pelo seu discurso, um discurso de mediação entre campos e atores sociais, que, discursivamente, significa a realidade.

A AD contribui para dois movimentos na pesquisa, presentes no texto da dissertação. O primeiro deles é teórico; o segundo teórico-analítico:

A. Entrelaçando fios

O Capítulo 4 revela um exercício de construção teórica e analítica em que as noções da AD são chamadas a participar. Primeiro, no entendimento do Jornalismo como discurso; depois, para tratar do Jornalismo no rádio comunitário, volto-me ao lugar do “dizer” e às profícuas abordagens acerca do lugar social e do lugar discursivo.

Por ser uma prática discursiva legitimada pela sociedade como produtora e difusora de cultura, o discurso jornalístico construiu, ao longo do tempo, uma imagem de confiança que – sabemos-lo – é estrategicamente ancorada em índices de objetividade, oriundos de “universo logicamente estabilizados” (PÊCHEUX, 1997). Tal imagem contribui para transformar o jornalismo em um discurso autorizado. Em outros termos, o poder que se exerce nesse discurso lhe permite produzir um determinado saber, ou, para usar os termos empregados por Foucault, “efeitos de poder”, que circulam entre os enunciados da mídia. Esses efeitos de poder, paradoxalmente, pensam como uma força que diz não e como algo que “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1998, p.8). Assim, por produzir a “verdade” amparada no poder, o jornalista tem o estatuto de dizer o que funciona como verdadeiro de um época (NAVARRO, 2006, p.84)¹⁷.

A AD contribui ainda para pensar o discurso jornalístico como formador de redes interdiscursivas, por meio de retomadas, réplicas, atualizações e deslocamentos de outros tantos já-ditos, de tantos outros dizeres oriundos de campos diversos. O discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos e, por isso, avizinha-se. Ao cotejar-se Jornalismo e AD vislumbra-se, ainda, que a linguagem não é transparente; que os sentidos não são opacos, nem estanques, tampouco estão cristalizados na superfície do texto; e que o discurso é também espaço para o confronto e a sobreposição de vozes, onde se cruzam “o novo e o velho, mostrando que os sentidos estão sempre à deriva, no entanto, podem ser

¹⁷ As referências feitas por Navarro (2006) a Pêcheux (1997) e Foucault (1998) são as seguintes: PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 2006; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

compreendidos porque atualizam (isto é, estabilizam / desestabilizam a memória discursiva)” (GREGOLIN, 2007, p.180).

B. Des(fazendo) tramas

Ao analista de discurso cabe, de posse do arcabouço teórico demandado pelo tensionamento ao objeto, construir um dispositivo teórico-analítico que lhe permita mapear os sentidos referentes ao seu problema de pesquisa. É esse dispositivo que possibilita compreender os movimentos feitos pelo analista na construção de eixos de sentidos ao desfazer o produto (texto) e fazer aparecer o processo, “que lhe é anterior e exterior” (BENETTI, 2007, p.115). A cada materialidade o analista se depara com uma nova possibilidade de intrincamento de conceitos, noções e dispositivos a ser construída com a finalidade de “definir as condições nas quais se realizou um determinado enunciado, condições que lhe dão uma existência específica” (GREGOLIN, 2007, p.36). Esta é então a tarefa do analista: reunir em compatibilidade com o seu objeto as noções que serão responsáveis por seus gestos de interpretação, por sua escuta discursiva.

O conceito de formação discursiva será retomado no Capítulo 7, quando me debruço nos sentidos sobre fronteira que são mobilizados pelo discurso jornalístico nos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade* quando da delimitação e significação do espaço local. Por esse movimento, realizei gestos de interpretação acionados pelo texto e não uma verdade oculta atrás do mesmo ou as intenções dos sujeitos produtores do discurso. Em outros termos, não buscando “[...] descobrir o sentido oculto, mas escutar e deixar falar o já-dito, no seu incessante trabalho de retornar e de se inscrever no discurso do sujeito” (NAVARRO, 2006, p.71). Também, “como apareceu determinado discurso, e não outro em seu lugar?” (NAVARRO, 2006, p.76).

Essa análise, porém, é antecedida pelo estabelecimento do *corpus* discursivo, a partir dos domínios *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, que se organiza face ao problema de pesquisa que a ordena. Isso porque o cotejo ao objeto suscita investidas teóricas e, igualmente e de forma paralela, as abordagens teóricas encaminham olhadas outras do/no objeto. Constituí, assim, um dispositivo teórico-analítico, apresentado na Segunda Parte, que possibilitou circunscrever e compreender a constituição e a formulação do dizer acerca do espaço local, as fronteiras *Livramento-Rivera* e *Uruguaiana-Libres*.

3 O Rádio Comunitário

O rádio comunitário está em discussão neste estudo. Mais especificamente, os sentidos que mobiliza a partir do Jornalismo que desenvolve, vinculado ao espaço local. É pela teia de relações acionadas pelo rádio comunitário, expostas e (re)veladas por meio do discurso jornalístico, que me propus a desenvolver esse trabalho de pesquisa. Como me interessa perceber o que e como é delimitado o local no Jornalismo do rádio comunitário, procuro (re)constituir, histórica e socialmente, esse formato de radiodifusão, o movimento de rádios livres, a mobilização por uma “reforma agrária no ar” e, por fim, a regulamentação brasileira desse serviço, passando à relação que o rádio comunitário estabelece com o local, com àquilo que está próximo de si ou, ainda, com a comunidade que articula-se em seu entorno.

Ao discutir esse vínculo e por ser o local um conceito relacional, que enquanto espaço geográfico só pode ser compreendido na relação com outra referência, a escolha da fronteira como lócus de observação empírica. É por estar em relação com outras variantes espaciais que me volto às rádios comunitárias dos municípios fronteiriços de Santana do Livramento e Uruguaiana, ambos no Rio Grande do Sul, e não por buscar nas fronteiras geopolíticas variações significativas em relação ao rádio comunitário desenvolvido em outros espaços físicos. Seria ingênuo, porém, desconsiderar que essa escolha geográfica revela especificidades.

Por essa opção, recupero, ao final do capítulo, como a legislação brasileira de radiodifusão normatiza o serviço em áreas de fronteira. Ainda, pela escolha dos municípios gaúchos de Livramento e Uruguaiana, respectivamente, na fronteira com a Argentina e com o Uruguai, trago, como ilustração comparativa, a legislação desses países no que fazem referência a este ângulo de interesse – rádio e fronteira.

O conjunto dessas abordagens, desdobrado ao longo da dissertação, começa a ganhar corpo aqui. O presente capítulo cumpre com o propósito de ser historiador e contextualizador.

3.1 Algumas considerações sobre rádio

Lá se vai quase um século de existência e, apesar das limitações dos primeiros tempos, o rádio permanece como um veículo de grande abrangência, está presente em cerca de 90% das residências brasileiras¹⁸. O rádio, é verdade, perdeu em centralidade. O alcance internacional e a integração nacional hoje já não são mais tarefas do rádio, cabe às novas mídias essa função. Ganha novo vigor, por outro lado, tratar das coisas locais, daquilo que o circunda. “Obviamente que nem todas as emissoras limitam-se a determinadas regiões ou localidades, assim como boa parte delas não tem na informação, na prestação de serviços, na abordagem de problemáticas locais o seu foco” (COMASSETTO, 2005, p.17). Se de um lado a formação de redes, a segmentação e a presença na internet ganham evidência, de outro se vislumbra dois movimentos em torno do local: a grande imprensa cria produtos com esse enfoque e as mídias comunitárias se fortalecem sob o discurso da proximidade. Desta forma, assim como se pautar no que está mais próximo de si é importante, estar próximo também o é.

O próprio espaço local se revigora diante dos processos de globalização de mercados (e mundialização de culturas) e em contraponto a esses apelos. Segundo Ianni (1999), a dimensão local/regional coloca frente a frente o nacional e o global, realiza mediações ao mesmo tempo em que fortalece o primeiro. É nesse sentido que a presença do rádio se justifica e se fortalece. Mais ainda o rádio comunitário. Não só pela baixa potência e pela emissão em frequência limitada, que reduzem o seu alcance (ver Quadro 4), mas por demonstrar, em experiências desenvolvidas com esse propósito, estar próximo das comunidades onde atua e tratar de questões de interesse dessas.

¹⁸ Em 2004, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD – realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, havia pelo menos um aparelho de rádio em 87,8% dos domicílios pesquisados, e a televisão, em 90,3%, enquanto o microcomputador em 16,3% das moradias. Os maiores percentuais de domicílios com rádio estavam na região Sul (93,6%). O Norte teve os mais baixos percentuais de residências com rádio (73,0%) e televisão (79,3%). O percentual de residências que possuem rádio diminuiu nos últimos cinco anos. Esse percentual mostrou retração de 1999 a 2003, tendo sido ultrapassado pela proporção de residências com televisão em 2001. Os resultados apontam, ainda, que de 2003 para 2004, o número de domicílios com rádio aumentou 2,9%, enquanto o daqueles onde havia televisão cresceu 3,5%. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em 30 jan. 2007. Nos EUA, a audiência é de até 96% durante a semana e 80% nos fins de semana (MOREIRA, 2002, p. 13-14).

Categoria	Classes	Área de Serviço
Comunitária	até 25W	até 1Km
Local	C e B	até 16Km
Regional	A	até 40Km
	E	até 78km

Quadro 4: Rádios FM – Classe X Área de Cobertura

Fonte: <<http://www.teleco.com.br/radio.asp>>.

No Brasil, o termo rádio local não aparece com frequência na literatura especializada sobre rádio, enquanto é largamente empregada nos Estados Unidos e Europa.

A rádio local é uma emissora de programação especializada dentro de uma concepção generalista de enfoque geral sobre tudo o que concerne à localidade em que está situada. Uma rádio que atende aos interesses, responde aos gostos e necessidades de serviços de comunicação. Está centrada na vida social, econômica, política e cultural de sua área de abrangência e também em tudo o que ocorre em seu exterior e que tenha repercussões na vida da comunidade” (CEBRIÁN HERREROS, 2001, p. 146).

No rádio brasileiro vislumbra-se pelo menos três tipos de rádio que adotam esse formato: as popularescas, as de prestação de serviço público e as emissoras de radiodifusão comunitárias. No primeiro, emissoras comerciais de amplitude modulada “praticam um assistencialismo de resultados, não raro, duvidoso e, de modo sensacionalista, exploram casos policiais e escândalos” (FERRARETTO, 2001, p.62). A programação é permeada por música e mensagens de otimismo e conduzida por comunicadores de reconhecida empatia.

O rádio prestador de serviço o faz diariamente a partir dos espaços de Jornalismo, ampliados quando ocorre um fato surpreendente. O rádio-serviço atende a necessidades sociais, presta orientação, divulga campanhas, alerta para problemas no trânsito etc. Esse tipo de emissora reconhece o ouvinte como abastecedor, como sugeria Brecht (2005). Algumas emissoras, inclusive, não funcionam sem o ouvinte, que, além de usar o rádio como agenda individual, transmite informações, pauta a emissora, denunciando e cobrando agilidade de órgãos públicos e privados. O ouvinte é ativo nos destinos da programação. (KLÖCKNER e BRAGANÇA, 2001, p.153).

Ter o ouvinte como abastecedor é também característica das rádios comunitárias. Estas procuram estabelecer “uma linha de trabalho afinada com os interesses dos ouvintes, servindo de canal aos seus anseios e buscando, deste modo, a resolução de problemas do bairro ou grupo de bairros de sua abrangência” (FERRARETTO, 2001, p. 62). O formato mantém

vínculos com os processos e lógicas do campo do Jornalismo¹⁹: a) tende a repetir, em sua programação e conteúdo, estratégias da grande mídia; b) é suscetível política e ideologicamente aos que estão no poder e aos grandes anunciantes; e c) possui interesses mercadológicos no sentido de ser rentável.

Quanto à modalidade, a radiodifusão sonora se divide em: rádios comerciais, na frequência AM (em ondas curtas, médias e tropicais) e FM; rádios educativas²⁰, em FM; e rádios comunitárias, também em frequência modulada. No Brasil, segundo dados da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, órgão criado em 1997 que regulamenta o setor de radiodifusão, a distribuição das emissoras regulamentadas no país, no primeiro trimestre de 2006, era a seguinte:

Canais de Rádio	FM (Comercial/Educativa)	Ondas Médias	Ondas Tropicais	Ondas Curtas
Ativados	2.336	1.708	75	66
Vagos	4.610	454	547	5
Total	6.946	2.162	622	71

Quadro 5: Posição Atual dos Planos Básicos de Canais de Radiodifusão Sonora no Brasil
Fonte: 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Comunicação Social da Anatel – 6 mar. 2006²¹

Conforme verificação realizada no Banco de Teses e Dissertações da Capes²² e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações²³ do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, estudos anteriores à legalização do serviço brasileiro de radiodifusão comunitária discutem formatos – rádio pirata, rádio livre e rádio comunitária – e enquadramentos – comunicação popular e comunicação alternativa.

Cintia Maria Leite Nahra (Universidade Federal de Santa Catarina, Sociologia Política, 1988) apresenta as rádios livres como alternativas de comunicação e lugar de articulação e exercício de práticas sociais inovadoras frente à radiodifusão institucional, termo empregado pela autora para tratar das emissoras com outorga na dissertação *Rádio Institucional e Rádio Livre: rupturas no modelo comunicacional dominante*.

¹⁹ A discussão sobre Jornalismo no rádio comunitário será tratada no Capítulo 4.

²⁰ A radiodifusão educativa, outorgada a fundações de ensino de qualquer nível ou modalidade, se destina à transmissão de programas educativo-culturais.

²¹ Dados do Conselho de Comunicação Social da Anatel. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/radiodifusao/radio_digital/radio_digital_bras_il_ccs.pdf>. Acesso em 30 jan. 2007.

²² Disponível em <www.capes.gov.br>.

²³ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>.

Na dissertação *Rádios Livres: O Outro Lado da Voz do Brasil*, Marisa Aparecida Meliani Nunes (Universidade de São Paulo, Jornalismo, 1995) trata do fenômeno de comunicação das rádios livres. Catarina Tereza Farias Oliveira (Universidade Federal do Ceará, Sociologia, 1994) analisa a proposta de comunicação popular, tomando como objeto de estudo a experiência das rádios comunitárias em Fortaleza na dissertação *O direito à palavra: comunicação, cultura e mediações políticas – a experiência das rádios comunitárias*.

Denise Maria Cogo (Universidade de São Paulo, Ciências da Comunicação, 1994), a partir de uma retrospectiva histórica sobre a comunicação popular e sobre o uso do rádio comunitário na América Latina e da elaboração de um quadro quantitativo e qualitativo de experiências que envolvem o uso dos alto-falantes como emissora popular no Brasil, compõe a dissertação *No ar... Uma rádio popular (o uso dos alto-falantes como emissora popular no Brasil)*. Na dissertação *Rádios ilegais: da legitimidade à democratização das práticas*, Sandra Sueli Garcia de Sousa (Universidade Metodista de São Paulo, Comunicação Social, 1997) trata do fenômeno das rádios ilegais, piratas e comunitárias, identificando a experiência como uma das formas de se realizar a comunicação alternativa e aprofunda a discussão sobre as rádios comunitárias, tomando como exemplo a Rádio Cidadã, da zona Oeste da cidade de São Paulo. Achylles de Oliveira Costa Júnior (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Comunicação, 1999) estuda a construção discursiva das rádios comunitárias na dissertação *Da clandestinidade à legalidade: o discurso social sobre as rádios comunitárias*. O autor busca compreender a produção de sentido nesses discursos, as potencialidades de agendamento e mobilização junto aos novos movimentos sociais e a criação de vínculos com a comunidade.

A partir do movimento das rádios livres e comunitárias, a pesquisa de Cristiane Dias Andriotti (Universidade Estadual de Campinas, Sociologia, 2004) – *O Movimento das Rádios Livres e Comunitárias e a Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil* – observa alguns dos principais problemas existentes para a consolidação da comunicação democrática no Brasil. Adrián José Padilla Fernandez (Universidade de São Paulo, Ciências da Comunicação, 1999), na dissertação *Democratização do ar como exercício de cidadania*, tenta demonstrar como a prática comunicacional das emissoras comunitárias Esperança 101,3 FM, de São Mateus, e Companheira 93,3 FM, de Cidade Tiradentes, ambas na Zona Leste de São Paulo, contribui para o fortalecimento do desenvolvimento local e consolidação do processo de participação democrática da comunidade. Adriane Lorezon dos Santos (Universidade de Brasília, Comunicação, 2004) aborda temática semelhante na dissertação *O poder local no ar: a municipalização das rádios comunitárias e o fortalecimento de esferas*

públicas locais no Brasil. A autora buscou verificar a viabilidade de municipalizar os serviços de radiodifusão comunitária no país, visando à democratização e o fortalecimento da esfera pública municipal. Graziela Dias Teixeira (Universidade de Brasília, Sociologia, 2004) se propõe a analisar na tese *A Relação entre Rádio Comunitário e Formação de uma Esfera Pública*, a partir de experiências de rádios comunitárias no Distrito Federal, a relação das rádios comunitárias com uma espécie de espaço público, onde as relações cotidianas e a identidade social são construídas em âmbito local.

Teresa Patrícia de Sá Teixeira Santoro (Universidade Metodista de São Paulo, Comunicação, 1999), na dissertação *Todas as Vozes: diferentes abordagens para um conceito de rádio local* desenvolve um trabalho teórico sobre o rádio local, a partir de seis cortes conceituais: rádios de pequeno alcance; rádios populares; rádios piratas e rádios livres; rádios comerciais locais; rádios comunitárias; e rádios rurais.

A radiodifusão comunitária é observada a partir de diferentes aspectos, sendo a educação um deles. Com esta abordagem encontramos a tese *O Projeto Rádio-Escola: Rádios Comunitárias Irradiando Cidadania*, onde Adriana Azevedo Paes de Barros (Universidade Metodista da São Paulo, Comunicação Social, 2002) analisa o processo que origina o desenvolvimento do Projeto Rádio-Escola, desenvolvido, desde 1999, no município de Vargem Grande Paulista, na Grande São Paulo. A autora entende o projeto como uma mídia comunitária que privilegia, em seu desenvolvimento pedagógico, o processo de construção de cidadania.

A partir da programação de rádios comunitárias FMs, organizadas por movimentos sociais e culturais populares, e de estudo de recepção, Catarina Tereza Farias de Oliveira (Universidade Estadual de Campinas, Educação, 2002) desenvolve na tese *Escuta sonora: educação não formal – Recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias* uma reflexão sobre as propostas e estratégias comunicativas que as emissoras estudadas utilizam para realizar processos de educação não formal.

A dissertação *Rádios Comunitárias: construindo um espaço de democratização do saber*, de Ed Wilson Ferreira Araújo (Universidade Federal do Maranhão, Educação, 2004), busca identificar até que ponto as rádios comunitárias possibilitam a ampliação de mecanismos de democratização do saber. Para o autor, o movimento de rádios comunitárias apresenta-se como alternativa de reelaboração do saber, possibilitando a participação plena na construção das emissoras, produção e veiculação dos conteúdos, desempenhando um papel pedagógico na conquista da cidadania e da democracia.

Na dissertação *A comunicação comunitária na construção da identidade cultural: o caso da Rádio Carcará em Sergipe (1996-2003)*, Carmen Lucia do Amaral Costa (Universidade Federal do Rio De Janeiro, Comunicação, 2003) adota a Rádio Comunitária Carcará, em Aracajú, Sergipe, como modelo para o estudo sobre comunicação comunitária “no seu papel plural, democrático e libertador” e em sua proposta de superar os desequilíbrios gerados pelo sistema educacional junto à população desfavorecida.

O estudo de emissoras comunitárias de determinada região do país é recorrente entre as pesquisas desenvolvidas, especialmente, a partir de 2000. João Moretti Junior (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Bauru, Comunicação, 2003) discute na dissertação *Rádio comunitária: na era digital a audiência no fundo de quintal* o advento das rádios comunitárias, desde a sua implantação, evolução e a promulgação das primeiras emissoras legalizadas na região de Bauru, São Paulo. Valmir Rodrigues Lima (Universidade Federal do Amazonas, Sociedade e Cultura na Amazônia, 2003) apresenta duas experiências de radiodifusão comunitária – uma em Manaus, e outra no interior, em Santo Antônio do Içá – como exemplos de emissoras que propiciam a construção da consciência política e de cidadania da população ouvinte na dissertação *Rádios comunitárias no Amazonas: democracia e participação*.

A dissertação *Rádio comunitária: simulação de uma identidade?*, de Geraldo José Santiago (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Bauru, Comunicação, 2002), é um estudo sobre a prática da radiodifusão comunitária em Ribeirão Preto, São Paulo. Marcos Luiz Imbrizi (Universidade Metodista de São Paulo, Comunicação Social, 2002), na dissertação *Rádios Comunitárias e democratização dos meios de comunicação no Brasil*, analisa emissoras de radiodifusão comunitária mineiras com o objetivo de verificar a legitimidade e a importância na democratização dos meios de comunicação, na promoção da educação e da cultura e sua contribuição no desenvolvimento da cidadania.

Por meio de estudo de recepção, na dissertação *Plantando Ondas Comunitárias: estudo de recepção da Rádio Comunitária 95 FM pelos reassentados de Pedra Branca, na Bahia*, Sérgio de Souza Cruz (Universidade Federal Rural de Pernambuco, Administração Rural e Comunicação Rural, 2000) busca compreender como os(as) agricultores reassentados(as) do Projeto de Irrigação Pedra Branca, no município de Curaçá, Bahia, usam as mensagens da Rádio Comunitária 95 FM, e nesse sentido, demonstrar que contribuições esta emissora de rádio pode apresentar para o desenvolvimento local, nas culturas populares do reassentamento.

A dissertação *Processos emancipatórios no MST: as rádios comunitárias*, de Ana Emília Barros Cardoso (Universidade Federal de Santa Catarina, Sociologia Política, 2004), tem como objetivo principal analisar a comunicação alternativa, via rádio comunitária (Comunidade FM, do Assentamento Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu, e Alternativa FM, de Cantagalo, ambas na região Centro Oeste do Paraná), e o processo emancipatório em desenvolvimento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

As experiências de radiodifusão comunitária em outros países aparecem em três trabalhos. Na dissertação *Rádios comunitárias no Paraguai: origem, usos e perspectivas*, Luis Fernando Ibañez Acosta (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Comunicação e Informação, 2001) aborda a origem, funcionamento e usos das rádios comunitárias no Paraguai e descreve o modo de uso de várias rádios comunitárias (nas zonas urbana e rural) e as discussões modernas sobre estas experiências populares de comunicação. Denise Marília Augusto Dias Namburett (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Comunicação, 2000) discute experiências decorrentes da implementação de meios de comunicação em áreas rurais e a mediação cotidiana por eles proporcionada, no pós-guerra em Moçambique na dissertação *Rádio Comunitária de Angonia: um estudo de recepção em Moçambique*. Na tese *Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique* (Universidade Metodista de São Paulo, Comunicação, 2006), Tomás José Jane desenvolve um estudo sobre as rádios e televisões comunitárias em Moçambique, implementadas tanto pelo governo como pela sociedade civil, buscando avaliar o significado que essas emissoras têm para as populações locais com vistas à conscientização e ao desenvolvimento local.

O Jornalismo no rádio comunitário é a abordagem central da dissertação *(Re)fazendo rádios comunitárias: a tensão em transformar ficção em história* (PUC-Rio, Comunicação Social, 2007), de Erica Cristina da Silva Gomes, que se volta às narrativas jornalísticas de algumas rádios comunitárias do Rio de Janeiro, identificando como lidam com este gênero e como são produzidas as mensagens.

3.2 No princípio, o movimento das rádios livres

A utilização do rádio como instrumento alternativo de mobilização, protesto ou guerrilha se deu principalmente a partir da segunda metade do século XX. A ubiqüidade e mobilidade de produção e recepção, características do rádio, contribuíram para isso. Bertolt

Brecht, num texto de 1932, sugeria que a radiodifusão constituísse os ouvintes como abastecedores, *profetizando* o movimento de rádios livres, e apontava, ainda, para a possibilidade de converter o rádio no aparelho de comunicação “mais fabuloso [...] se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber, [...] se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele” (BRECHT, 2005, p.42).

Livres, populares, participativas, alternativas, educativas, comunitárias. As denominações não são equivalentes, nem dão conta de descrever os vários usos do rádio como instrumento de experimentação e de expressão de singularidades, de articulação de movimentos minoritários, de educação ou pregação religiosa, de informação. Em alguns momentos as rádios livres possibilitaram outra voz que não a de governos ditatoriais, predominante em canais comerciais acanhados diante da censura imposta. Em outros, as rádios livres serviram aos interesses de governos revolucionários e, em muitas experiências, às comunidades que as *faziam*. Na maioria dessas, porém,

[...] o princípio norteador [...] era fazer com que o ‘ouvinte’ se sentisse dentro e participante de um movimento: a qualquer momento (e sem que esse momento pudesse ser denominado *a priori*) ele poderia telefonar para a emissora para informar qualquer coisa que estivesse acontecendo à sua volta e ser colocado imediatamente no ar, sem qualquer censura (MACHADO et al, 1987, p.30).

O termo rádio livre, segundo o uso feito por autores como Machado et al (1987), faz referência a emissoras não autorizadas e à radiodifusão alternativa. Cogo (1998) emprega o termo rádio comunitária como sinônimo de popular ao tratar do trabalho com alto-falantes. Segundo Lopez Vigil (1995), a denominação rádio comunitária nasceu no Canadá. Na América Latina expressões como rádio participativa (Nicarágua), livre (Brasil) e popular (Equador) denominavam as várias experiências com radiodifusão comunitária. Downing (2002) emprega o termo mídia radical ao tratar de mídias comunitárias ou alternativas aos monopólios.

No início dos anos 90, como consequência do movimento de rádios livres, sedimentou-se, no Brasil, o conceito de rádio comunitária, referendado depois pela Lei 9.612/98, que também as denomina como rádios de baixa potência, em oposição às emissoras comerciais, de alta potência. Para fins deste trabalho, empregarei as denominações “rádio livre” e “rádio não autorizada” como sinônimos de rádio alternativa ao monopólio estatal e “rádio comunitária” quando tratar das emissoras que detêm concessão para operar com radiodifusão dessa natureza. Adoto, ainda, o entendimento de que as denominações “rádio

pirata”²⁴ e “rádio clandestina”, quando usadas para se referir à radiodifusão não autorizada, remetem a uma classificação pejorativa da mesma.

Na Europa, as rádios livres surgem na década de 1970 como movimento alternativo ao monopólio estatal, de um lado ligado a movimentos políticos contestatórios e singulares – de mulheres, minorias étnicas e sexuais, de trabalhadores, de estudantes etc. – e, de outro, com a finalidade de obtenção de lucro por meio da exploração comercial do rádio. O movimento de rádios livres europeias surge motivado a substituir um modelo de mídia monológico por um sistema de comunicação dialógico, em que o ouvinte tivesse um papel ativo.

Especialmente na Itália e na França o movimento de rádios livres democráticas se converteu em movimentos políticos e culturais, encerrados com a legalização. Na Itália a legislação adotada deu ênfase à competência técnica e econômica da radiodifusão, enquanto na França a critérios como representatividade político-partidária, poder legal, corporativismo e sindicalismo. “Enquadrada a rebeldia, institucionalizada a liberdade, policiada a desobediência civil, o movimento das rádios livres apenas acompanhou o refluxo geral da sociedade europeia” (MACHADO et al, 1987, p.78).

Em meados dos anos 1940, três décadas antes das experiências europeias, pequenas comunidades de camponeses e mineiros passaram a operar suas próprias rádios na América Latina, dando voz aos seus interesses sociais, servindo à mobilização e à educação, principalmente. Nos anos 1960 e 1970, muitas emissoras se voltaram (ou surgiram) ao combate das ditaduras militares. Na avaliação de Guattari (1987, p.12), as rádios livres auxiliaram “os movimentos de emancipação desses países a se reinventarem”.

A primeira experiência registrada na América Latina com radiodifusão livre voltava-se à educação. A *Radio Sutatenza – Escuelas Radiofónicas* foi criada em 1947 em Bogotá, Medellín, na Colômbia, pelo padre católico José Joaquín Salcedo, e serviu de instrumento à difusão da doutrina cristã entre os camponeses e à mobilização das comunidades. A emissora perdeu até 1990 quando, por problemas financeiros, foi vendida à *Cadena Caracol*, rede de emissoras comerciais colombiana. Também voltada à educação, em 1965 é criada a primeira escola radiofônica no México – a *Radio Huayacocotla*, no município homônimo, estado de

²⁴ O termo “rádio pirata” foi empregado na designação das emissoras inglesas montadas dentro de barcos que, no final da década de 50, emitiam a partir das águas territoriais não pertencentes à Grã-Bretanha e, desta forma, burlavam o controle estatal inglês. A prática empreendida pelas piratas visava a converter o rádio em veículo lucrativo financiado por multinacionais. A busca do ouro, da lucratividade, lembra o corso e daí deriva a origem da expressão “pirata”.

Veracruz. A rádio surgiu por iniciativa da Igreja Católica, com apoio da Universidade Ibero-americana, inspirada no modelo da *Sutatenza*.

Na Bolívia, em 1949, surgem nos distritos mineiros de *Potosí* e *Oruro* as *Rádios Mineras*, “concebidas, instaladas, administradas, dirigidas tecnicamente, financiadas e mantidas pelas comunidades” (DAGRÓN, 2001, p.17). Trata-se da primeira experiência de comunicação participativa, em que as emissoras, 26 nos anos 70, eram financiadas e controladas pelos trabalhadores mineiros da Bolívia. Em tempos de paz e democracia as *Rádios Mineras* se integravam à vida das comunidades, substituindo os serviços de telefonia e correios, e em momentos de conflitos políticos “se convertiam na única fonte de informação confiável” (DAGRÓN, 2001, p.49). As emissoras contribuíram para o fortalecimento dos sindicatos mineiros e no processo de construção de uma identidade cultural entre a categoria e as comunidades campesinas. Por iniciativa também de mineiros, em 1969 foi criada em *Quillabamba*, província de *La Concepción*, Peru, a *Radio Quillabamba*, inicialmente comprometida com as lutas sociais e no final dos anos 1970 com a educação popular.

Em Cuba, no final dos anos 1950, a rádio Rebelde, montada a partir de uma idéia inicial de Ernesto ‘Che’ Guevara, serviu de instrumento de combate contra Fulgêncio Batista e de ligação com as frentes de guerrilha castristas. Igualmente, os sandinistas na Nicarágua e guerrilheiros de El Salvador utilizaram o rádio como estratégia importante à guerrilha revolucionária.

A Ásia e a África, mais recentemente, experienciam a radiodifusão livre com propósitos semelhantes aos trilhados na América Latina. É o caso de emissoras nas Filipinas (*Tubajon*), Sri Lanka (*Kothmale*) e Nepal (*Sagarmatha*), na Ásia; e na África em Moçambique (*Xai-Xai*), Namíbia (*Batutura Community Radio*) ou Zâmbia (*Chikaya Community Radio*). A *Kothmale*, no Sri Lanka, segundo Dragon (2001, p.132) representa uma das primeiras experiências populares de convergência entre rádio e internet, empregada na melhoria dos serviços de informação nas áreas rurais.

Muitas das experiências de rádios comunitárias, cidadãs e populares foram congregadas em torno da Amarc – Associação Mundial de Rádios Comunitárias²⁵, movimento internacional constituído como organização não governamental, de caráter laico e sem fins lucrativos. Criada em 1983, a Amarc possui cerca de 3 mil membros em 110 países. Na

²⁵ Disponível em: <<http://www.amarc.org>>. Acesso em: 30 set. 2007.

América Latina e Caribe a Amarc-ALC²⁶, instituída em 1990, reúne 389 associadas diretas, 33 redes e 1260 associadas indiretas, em 18 países. No Brasil, são 46 associadas diretas, três redes nacionais e 580 associadas indiretas²⁷. Os trabalhos da Amarc-Brasil²⁸ se iniciaram em 1995.

3.3 No Brasil, do ideal de “reforma agrária no ar” à regulamentação

O movimento de rádios livres se instaura no Brasil no final da década de 1970, convergindo para a discussão acerca da democratização do acesso aos meios de radiodifusão, da liberdade de uso do espectro e do combate ao monopólio estatal, de um lado, e, de outro, para experimentações de ordens diversas a partir do uso do rádio livre. Algumas iniciativas pioneiras estavam ligadas a movimentos sociais apoiados pela Igreja Católica e inspirados no modelo de educação popular de Paulo Freire. Outras, a experimentações de técnicos em eletrônica ou de adolescentes, como a Rádio Paranóica, no Espírito Santo, e o movimento conhecido como Verão de 82, em Socoroba, São Paulo. Um terceiro grupo estava identificado com a discussão e mobilização em torno do uso do rádio livre. A Rádio Xilic, criada pela PUC-SP e USP, é referência nesse sentido.

As experiências com radiodifusão livre têm como marco inicial uma iniciativa isolada. Batizada de Rádio Paranóica, a emissora surge em fevereiro de 1971, em Vitória, Espírito Santo, numa iniciativa de Eduardo Luiz Ferreira Silva, na época com 16 anos. Organizada com a ajuda do seu irmão, Joaquim Ferreira da Silva, a rádio funcionava no banheiro do bar da família. Denunciados e acusados de subversão – “eles alegaram que a rádio era uma armação dos comunistas para desestabilizar o regime”²⁹ –, a transmissão da Paranóica é interrompida.

Com um transmissor copiado de revistas eletrônicas e uma antena que não passava de um amontoado de fios de cobre enrolados em volta de sua casa, um garoto de 14 anos coloca em operação a Rádio Spectro em 1976. “Estava nascendo o movimento de rádios livres de Sorocaba, que contou com mais de 100 emissoras no ar, com 43 comprovadas, formando o chamado Verão de 82 da radiodifusão livre no Brasil” (MELIANI, 2003, documento

²⁶ Disponível em: <<http://alc.amarc.org/>>. Acesso em: 30 set. 2007.

²⁷ Dados disponíveis em: Mapa de un movimiento. *Cara y Señal*. Ano 2, n. 4, dez. 2005. Buenos Aires: AMARC-ALC, 2005.

²⁸ Disponível em: <<http://www.brasil.amarc.org/>>. Acesso em: 30 set. 2007.

²⁹ Declaração de Eduardo Luiz Ferreira Silva. Disponível em <http://www.radiolivre.org/historia_radios_livres>. Acesso em 25 ago. 2007.

eletrônico)³⁰. Funcionando muitas vezes como *hobby* de técnicos em eletrônica, a maioria das emissoras não resistiu as pressões do Dentel – Departamento Nacional de Telecomunicações³¹. Essas emissoras eram apartidárias e autogestionárias e a música era o principal elemento da programação.

A Rádio Xilik fez sua primeira intervenção na cidade de São Paulo, em 20 de julho de 1985. Fortemente influenciada pelo movimento europeu, a Xilik surgiu de um grupo de doze pessoas, entre elas estudantes e professores da PUC-SP e da USP, como Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão, que, posteriormente, lançaram o livro *Rádios Livres. A Reforma Agrária no Ar*. Foi essa emissora que introduziu a discussão sobre o rádio livre no Brasil. Outras se agregaram a proposta da Xilik – Ítaca, Totó Ternura, Molotov, Ilapso, Trip, Tereza, Se Ligue Suplicy, Patrulha etc. Deflagrado o movimento, um dos objetivos dos criadores da Xilik, eles decidem em comum acordo o fechamento da rádio. Na avaliação de Machado et al (1987, p. 16), as rádios livres visavam a uma “reforma agrária no ar”, capaz de “transformar a função social dos meios e garantir para a audiência canais para intervir com autonomia”.

A Rádio Favela³² é uma das mais importantes experiências de radiodifusão livre no Brasil. De caráter comunitário, a emissora fundada em 1979, na favela do Cafezal, bairro da Serra, em Belo Horizonte, obteve outorga de rádio educativa em 2000, já que seu alcance era maior do que a área de um quilômetro, determinada pela legislação brasileira para operar como radiodifusão comunitária. A Rádio Favela foi criada com o propósito de reduzir a violência e combater o tráfico de drogas na região da Vila Nossa Senhora de Fátima, no conglomerado de 11 favelas, onde está instalada a emissora. Mantida pela Associação Cultural de Comunicação Comunitária Favela FM, entidade cultural instituída legalmente em 1996,

[...] sua origem remonta aos eventos de cunho musical e cultural que se realizavam como alternativa de lazer no final dos anos 70 nas ruas próximas à favela. A intenção de criar um espaço para divulgar música e cultura negra, falar da discriminação contra os moradores da favela e conscientizar os jovens da comunidade quanto aos problemas relacionados à violência e às drogas, agravados com a entrada do tráfico que então se instalava naquele local, levaram a que,

³⁰ Disponível em <http://www.radiolivre.org/historia_radios_livres>. Acesso em 25 ago. 2007.

³¹ O Dentel era o órgão executivo do Ministério das Comunicações responsável por fiscalizar e orientar quanto ao uso das telecomunicações. O órgão foi extinto com a criação do Ministério da Infra-Estrutura, em 1990, pelo Governo Collor. Resguardadas as devidas proporções, o Dentel era mais ou menos a Anatel, sem o poder regulatório que a Agência possui.

³² A Rádio Favela opera na frequência 106,7. A programação pode ser acessada pelo endereço eletrônico <http://www.radiofavelafm.cjb.net/1/>

algumas pessoas ligadas à organização de tais eventos, tomassem a iniciativa de montar também uma rádio.³³

A Rádio Favela começou a funcionar com equipamentos improvisados – um transmissor à bateria e um toca-disco à pilha – devido à inexistência de energia elétrica na favela à época. Outro imprevisto devia-se à perseguição policial. A rádio mudava-se de barraco em barraco na tentativa de resistir às perseguições políticas e policiais e mantinha-se no ar apesar de interrupções não intencionais – por três vezes teve seus transmissores lacrados e em 1995 o barraco onde funcionava foi inundado na época das chuvas.

A forma de atuação da Rádio Favela lhe rendeu prêmios e o reconhecimento internacional. Em duas ocasiões recebeu o Prêmio Dia Mundial Sem Drogas da ONU por seu trabalho de prevenção ao tráfico. Em 1998 foi a única emissora brasileira convidada para o 7º Congresso Mundial de Rádios Comunitárias, realizado em Milão, Itália. Nesse encontro, foi “premiada por possuir o melhor programa de rádio alternativo entre todas as rádios comunitárias do mundo” (PRATA, 2003, p.16). Em fevereiro de 1999 a rádio foi tema de capa do *Wall Street Journal*, que destacou o trabalho educativo realizado. Recebeu, ainda, comendas municipais e estaduais.

A história da Rádio Favela inspirou o filme *Uma Onda no Ar*³⁴, do diretor Helvécio Ratton, lançado em 2002. No início da obra ficcional aparecem policiais subindo as ruas estreitas de uma favela com a finalidade de encontrar a sede da Rádio Favela para lacrar seus transmissores. O líder da emissora é preso e, na cadeia, conta sua história aos outros presos. O filme volta no tempo. No alto do morro, quatro jovens amigos – Jorge, Brau, Roque e Zequiel – sonham em criar uma rádio que seja a voz do local onde vivem. “Você está na Favela”, vinheta da rádio, é a primeira frase que se ouve no filme.

3.3.1 A mobilização pelo rádio comunitário

A experiência com transmissões livres no Brasil desencadeou, no início da década de 1980, o debate sobre a democratização do uso do rádio e levou ao surgimento de entidades

³³ RÁDIO Favela. História. Disponível em <<http://www.radiofavelafm.cjb.net/1/historia.php>>. Acesso em 25 ago. 2007.

³⁴ O filme recebeu o reconhecimento da crítica. No 5º Festival do Cinema Brasileiro de Paris recebeu o prêmio de público; no *Miami International Film Festival*, o prêmio especial do júri; no 30º Festival de Cinema de Gramado, o de melhor ator para Alexandre Moreno e o prêmio especial do júri. Recebeu, ainda, o prêmio da Organização Católica Internacional de Cinema pela Qualidade e Criatividade no Uso da Linguagem Cinematográfica e por promover a Cultura da Vida, Valores Cristãos, Direitos Humanos, Cultura da Paz e Desenvolvimento Humano, além da menção honrosa Margarida de Prata – 2002, concedida pela CNBB.

como o Conselho das Rádios Clandestinas, em Sorocaba, a Associação Brasileira das Ondas Livres do Ar, no Rio de Janeiro, e a Cooperativa de Rádios Livres do Brasil. Em 1983 surgiu, durante o VII Congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação, a FNPDC – Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação. Quatro anos mais tarde, em São Paulo, foi criado o MNDC – Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação. Juntas, essas duas entidades, a FNPDC e o MNDC, atuaram durante a Assembléia Constituinte, mas não lograram o êxito pretendido, visto que o Capítulo V, que trata em cinco artigos da Comunicação Social, “teve seu texto praticamente ditado pelos representantes da ‘grande mídia’” (2006, p.12, documento eletrônico)³⁵, o que desarticulou o movimento que voltou a se reunir no início dos anos 1990.

Em 1989, durante o I Encontro Nacional de Rádios Livres, em São Paulo, foram realizadas discussões sobre a legalização deste tipo de emissoras. Dois anos mais tarde foi criado, como movimento social, o FNDC³⁶ – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação que ganhou *status* de associação civil em agosto de 1995. Em meio ao ambiente criado pelo FNDC surgiu durante o Congresso do Coletivo Nacional de Rádios Livres, em 1996, a Abraço – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. O FNDC participou também da concepção do conceito de radiodifusão comunitária, “que acabou distorcido pela burocratizante Lei 9.612, em 1998” (2006, p.13, documento eletrônico)³⁷.

Paralelamente, surgiu o Fórum Democracia na Comunicação que contribuiu com o projeto de lei do deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP), encaminhado em 1996 à Câmara dos Deputados, para a regulamentação das rádios comunitárias. Depois desse, muitos outros projetos foram propostos, permeados por intervenções de toda a ordem. O Serviço de Radiodifusão Comunitária foi instituído, segundo Brittos (2002, p.40), “porque se tornou inevitável”. A aprovação da Lei 9.612, em 19 de fevereiro de 1998, foi o resultado de mobilização legislativa permeada por negociações e intervenções, principalmente de emissoras comerciais, representadas pela Abert. O resultado foi a aprovação de um modelo de radiodifusão voltada a experiências localizadas³⁸, devido ao emprego de frequência modulada e de baixa potência, que resultam em emissões de alcance limitado.

³⁵ QUINZE anos de luta por uma comunicação democrática. *Mídia Com Democracia* – Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. n. 1, p.12-13. jan. 2006. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

³⁶ O FNDC se desarticulou em 1997 e voltou a se organizar em 2001. Atualmente, está organizado em nove estados e é integrado por 15 entidades nacionais.

³⁷ Idem 35.

³⁸ A relação da radiodifusão comunitária com o espaço local será discutida ainda neste capítulo (item 3.4).

Na avaliação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, “[...] a conquista da regulamentação dividiu o movimento entre rádios comunitárias, que conseguiram ou procuram outorga, e rádios livres, que não desejam se institucionalizar, tanto por motivos ideológicos quanto pelas dificuldades que a própria legislação trouxe” (2007, p.11, documento eletrônico)³⁹.

A Abraço Nacional atua na luta pela outorga e contra a repressão por parte da Anatel e da Polícia Federal. A entidade pretende gerar e disponibilizar na internet um banco de dados com boletins, reportagens, entrevistas e campanhas públicas para as emissoras comunitárias associadas. Uma primeira experiência, nesse sentido, é a parceria com a Rádio FaE (<http://www.radio.fae.ufmg.br>), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, a Abraço integra a Coordenação Executiva do FNDC.

No Brasil, conforme dados do Conselho de Comunicação Social da Anatel⁴⁰, de dezembro de 2004 e de junho de 2005, a distribuição dos canais de radiodifusão sonora em frequência modulada (comercial, educativo e comunitário) é a que segue (Quadro 6), considerando emissoras outorgadas, em qualquer fase, ou seja, no Congresso Nacional, aguardando licenciamento e já licenciadas.

REGIÃO	RadCom		FM (Comercial / Educativa)					
	dez/04	jun/05	dez/04			jun/05		
			Com.	Educ.	TOTAL	Com.	Educ.	TOTAL
Norte	116	124	116	30	146	128	33	161
Nordeste	755	798	410	102	512	420	104	524
Centro-Oeste	226	234	206	34	240	208	34	242
Sudeste	798	845	710	154	864	713	154	867
Sul	312	337	407	54	461	412	54	466
BRASIL	2.207	2.338	1.849	374	2.223	1.881	379	2.260

Quadro 6: Serviço de Radiodifusão Sonora em FM

Fonte: Conselho de Comunicação Social Anatel – 1º ago. 2005.

Legenda: RadCom – Radiodifusão Comunitária
Com. – Comercial
Educ. – Educativa

³⁹ RÁDIOS comunitárias e rádios livres: ruídos e conceitos. *Mídia Com Democracia* – Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. n. 5, p.10-11. jan. 2007. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

⁴⁰ Radiodifusão Comunitária – Desafios e Perspectivas, palestra do superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, do Conselho de Comunicação Social da Anatel, Ara Apkár Minassian (1º ago. 2005). Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/acontece_anatel/palestras/comunicacao_massa/desafios_persp_activas.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2007.

Conforme o mapa das emissoras e operadoras de comunicação no Brasil, elaborado pelo EPCOM – Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação⁴¹ em junho de 2006, com base em dados da Siscom/Anatel de maio do mesmo ano, os números apresentados no Quadro 6 sofreram pequena alteração. Por esses dados, o número total de rádios comunitárias outorgadas passou a 2.513, 175 a mais do que no mesmo período de 2005. As emissoras estão assim distribuídas: 136 rádios comunitárias na região Norte; 845 no Nordeste; 254 no Centro-Oeste; 898 no Sudeste; e 380 no Sul.

3.3.2 A Abraço-RS e a experiência de radiodifusão comunitária gaúcha

No Rio Grande do Sul, nas décadas de 1960 e 1970 houve alguns experimentos de uso do rádio livre, especialmente por estudantes universitários. No início dos anos 1990 as experiências de radiodifusão livre com caráter comunitário no Rio Grande do Sul estiveram vinculadas a entidades sindicais, cooperativas, movimentos de crédito agrícola, entre outros. Devido à repressão, essas experiências acabaram se esvaziando ou se perdendo, conforme aponta o coordenador metropolitano da Abraço-RS, delegado da Rádio Santa Isabel FM e cientista político, Bruno Lima Rocha (2007)⁴².

As experiências de radiodifusão comunitária mais antigas que a Abraço-RS tem registro são as rádios Integração, de Dom Feliciano; Virtual FM, de Horizontina; Comunitária 97.7, de Encruzilhada do Sul; e Radiocom Comunidade FM, de Pelotas. A Rádio Integração, vinculada à Associação Comunitária Padre Constantino Zaykowski, está em operação desde abril de 1996, tendo obtido outorga do Ministério das Comunicações em 15 de setembro de 2001. A emissora disponibiliza a programação pela internet (www.radiointegracao.com).

⁴¹ O EPCOM – Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação foi criado em 1998 com a finalidade de investigar a realidade da mídia e fornecer dados ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. O EPCOM e o FNDC foram criados pelo jornalista Daniel Herz, falecido em 2006, que havia participado da articulação da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, em 1993, e encabeçado, na Constituição de 1988, a campanha da Fenaj – Federação Nacional de Jornalistas pela criação do Conselho de Comunicação Social, implantado em 2002. A Lei do Cabo (8.977/95) também foi proposta por Daniel Herz, professor da UFSC. Sobre o FNDC Herz destaca: “O Fórum nunca pretendeu ser uma representação exclusiva da comunicação, mas a representação de um conjunto de setores da sociedade civil que tem um projeto de democratização. A sua consolidação como uma estrutura institucional normal nunca descaracterizou o seu perfil de movimento” (2006, p.36, documento eletrônico). In: DANIEL Herz: última entrevista revelou preocupações e expectativas. *Mídia Com Democracia* – Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. n. 2, p.36. jun. 2006. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

⁴² Entrevista concedida por Bruno Lima Rocha a Ângela Maria Zamin em 4 dez. 2007, nas dependências da Rádio Comunitária Santa Isabel, em Viamão, região metropolitana de Porto Alegre, RS. Bruno Lima Rocha é jornalista, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenador metropolitano da Abraço-RS, integrante e delegado da Rádio Santa Isabel. A emissora comunitária, sem outorga, opera na frequência 91,7.

A Rádio Virtual FM, de Horizontina, está em operação desde 1997 e, apesar de ter encaminhado documentação ao Ministério das Comunicações no ano seguinte, continua operando sem autorização legal. Vinculada à Associação Movimento de Radiodifusão Alternativa de Horizontina, o Conselho Comunitário da emissora é formado atualmente por representantes de 21 entidades do município. A programação está disponível na internet (www.comunitariafm.com.br).

A Rádio Comunitária 97.7, ligada à Associação Cultural Espaço Comunitário, de Encruzilhada do Sul, está em operação desde novembro de 1997. Mesmo tendo encaminhado pedido em outubro de 1999, segue em operação sem outorga. A emissora é coordenada por Clementino Lopes, também coordenador executivo da Abraço-RS.

A Radiocom Comunidade FM 104.5 está vinculada à Associação Cultural Comunidade FM, criada em 1999. O processo de organização da emissora iniciou um ano antes por uma proposição dos Sindicatos dos Bancários e dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas de Alimentação. A Radiocom funciona também sem outorga e disponibiliza a programação na internet (www.radiocom.org.br).

A regional Rio Grande do Sul da Abraço foi fundada em 1997, um ano após a instituição da Abraço Nacional. A criação dessa organização demonstra, segundo Rocha (2007), que já havia experiências de radiodifusão comunitárias anteriores à aprovação da lei que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Tendo como norteador da sua atuação o Código de Ética, aprovado em dezembro de 1999, durante o I Congresso Estadual da Abraço-RS, a entidade

[...] tem o entendimento que as rádios comunitárias não são meios de comunicação isolados no cenário político, tendo em vista que elas só fazem sentido quando são de fato instrumentos por onde escoam as notícias, os debates, as principais discussões dos movimentos sociais e das organizações que não encontram espaço e o respeito que merecem nos meios tradicionais de informação. Portanto esse caráter democrático e diferenciado tem que partir de uma construção coletiva superando a relação utilitarista reproduzida historicamente entre meios de comunicação e sociedade (1999, documento eletrônico)⁴³.

O Código de Ética da organização prevê que as rádios comunitárias: “devem pertencer a entidades de caráter cultural e comunitário, sem fins lucrativos, constituídas prioritária e preponderantemente por organizações e movimentos formais e não-formais, sendo controladas por conselhos comunitários em que os diversos setores da comunidade estejam representados” (Art. 4); “têm o compromisso de não realizarem nem possibilitarem qualquer tipo de proselitismo, seja político-partidário, religioso ou de qualquer outra espécie” (Art. 5).

⁴³ Disponível em: <<http://redeabraco.org/rede/index.html>>. Acesso em 9 dez. 2007.

Rocha (2007) amplia essa perspectiva ao afirmar que a Abraço-RS “tem um pé no trabalho organizativo e um pé na luta popular, incluindo a ação direta”. Isso porque a entidade empenha-se na concessão de outorga e no combate à repressão e, paralelamente, na luta contra o monopólio da comunicação. A Abraço-RS, por ser pessoa jurídica, constitui-se como referência de defesa legal das rádios comunitárias, por um lado, e, por outro, funciona como um movimento popular e aí, segundo Rocha (2007), “tem um perfil quase que de um grande sindicato de rádios comunitárias”. Na avaliação do coordenador metropolitano da Abraço-RS, “ao longo de dez anos nenhuma entidade se afirmou, nacional ou estadualmente, como a Abraço”.

O cadastro da Abraço-RS conta atualmente com 185 associadas, entre rádios comunitárias com ou sem outorga, com liminar ou com equipamentos de transmissão apreendidos. Dados apresentados no Encontro Estadual da Abraço, realizado em novembro de 2007, apontam para a existência de 214 rádios comunitárias com outorga no Rio Grande do Sul, o que, segundo Rocha (2007), corresponde a 2/3 do número de emissoras comerciais com outorga definitiva vinculadas a Agert – Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão. Rocha (2007) salienta que se for considerado o número de comunitárias sem outorga operando no Estado o número dobra em relação às comerciais. Segundo relatório disponível no *site* do Ministério das Comunicações⁴⁴, há 195 emissoras comunitárias com outorga no Rio Grande Sul, número um pouco inferior ao apresentado no Encontro da Abraço-RS. Em relação ao número de emissoras, que passa de 12 mil no país segundo a estimativa da Abraço, Rocha (2007 [acréscimo meu]) faz uma ressalva: “mas não é essa coisa linda, tem desde a rádio do PCC até a Santa Isabel [rádio onde atua e é delegado]”.

A Abraço-RS, em termos de gestão, considera “a parte boa da Lei” (ROCHA, 2007), como a existência de conselho comunitário e de diretoria eleita em assembléia, com periodicidade, que permitam a participação dos comunicadores, dos conselheiros, de apoiadores e das pessoas da comunidade, de forma individual ou coletiva, nas decisões e na política editorial das rádios comunitárias. Neste sentido, a Abraço tem o entendimento de que a comunidade é contemplada quando a rádio tem uma atuação focada no município.

“A questão da linguagem é ainda um passo a ser dado”, complementa Rocha (2007). Quanto à “linguagem ou linguagens, no plural, é algo ainda a ser descoberto [...]. Até existe, de forma espontânea, empírica ou reprodutora”. Isso ocorre, conforme a ressalva de Rocha

⁴⁴ Relatório da Coordenação de Radiodifusão Comunitária, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Ministério das Comunicações, 5 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br>>. Acesso em 8 dez. 2007.

(2007), “porque é impensável achar que numa sociedade como a nossa, tão mediatizada, quando uma pessoa, sem formação profissional, assume um microfone, assume um meio, não vá reproduzir a mediatização que está na cabeça dela”. O delegado metropolitano da Abraço-RS salienta que “as linguagens vindas do mercado ainda são maioria” e coloca como desafio fazer radiojornalismo, “não proselitismo, não utilitarismo”.

A Abraço-RS estima que, em termos de recursos advindos de apoio cultural, circulam nas rádios comunitárias gaúchas, em média, R\$ 5 mil mensais. Outra estimativa é de que, em média, 22 pessoas trabalham em cada rádio, o que resulta em uma remuneração inferior a um salário mínimo. Segundo Rocha (2007), a Abraço-RS identifica duas formas de participação nas emissoras comunitárias, voluntária ou com rendimento correspondente à metade do valor que o responsável pelo programa capta em apoio cultural.

3.3.3 Sobre a regulamentação

A normatização da radiodifusão no Brasil tem início durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (Decretos 20.047/31 e 21.111/31). Ao longo do século XX, cinco constituições – 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988 – e inúmeros decretos, dentre os quais os que criaram o Código Nacional de Telecomunicações e a Regulamentação dos Serviços de Radiodifusão, ambos de 1963, trataram dos serviços de radiocomunicação.

A Constituição de 1988 dedica o Capítulo V à comunicação social e reconhece a importância da liberdade de expressão e da comunicação para o Estado Democrático de Direito. A temática havia sido debatida pelos constituintes por meio do Sub-Comitê de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Quanto à radiodifusão, o texto de 1988 traz inovações: os atos de concessões e renovações de emissoras de rádio e televisão passam ao Congresso Nacional, encerrando o ciclo iniciado no Governo Provisório de Vargas que deixava nas mãos do presidente essa atribuição. O Congresso passa, dessa forma, a órgão regulador da radiodifusão, enquanto à Anatel compete regular os demais serviços de telecomunicação.

Traz, ainda, o princípio de complementaridade dos sistemas privados, público e estatal (Artigo 223) e estabelece que a não renovação de concessões depende de decisão judicial ou de dois quintos de votos do Congresso. A censura de natureza política, artística ou ideológica, presente já no texto de 1934 e explícita claramente nas cartas de 1937 e 1967, é retirada. O texto de 1988 reitera a proibição de que deputados e senadores sejam proprietários, diretores

ou exerçam cargo, função ou emprego remunerado em empresas de serviço de radiodifusão e admite que além dos brasileiros natos, também os naturalizados há mais de dez anos possam ter concessões de rádio e televisão.

A radiodifusão comunitária não é tratada no texto da Constituição de 1988. Em abril de 1996 um seminário no Congresso Nacional reunindo entidades da sociedade civil debateu a radiodifusão comunitária, marcando a urgência de regulamentação. Ainda nesse ano, oito Projetos de Lei propunham a regulamentação das rádios comunitárias, o primeiro deles de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) e, entre eles, o encaminhado pelo Executivo, que estabelecia um alcance de 400 metros.

O Projeto de Lei que regulamenta as rádios comunitárias foi aprovado em maio de 1997 na Comissão de Constituição e Justiça e encaminhado ao Senado, que o aprovou dez meses mais tarde, em 28 de janeiro de 1998. A Lei 9.612/98 foi sancionada em 19 de fevereiro de 1998. O Decreto nº 2.615/98, que a regulamenta, foi publicado no Diário Oficial da União em junho, as Normas Operacionais em agosto do mesmo ano, e no mês seguinte a Resolução do Ministério das Comunicações que estabelece o Canal 200 (87,9 MHz) como a frequência única para a atividade⁴⁵. As condições para execução da radiodifusão comunitária subordinam-se ao Artigo 223 da Constituição Federal, às leis 9.612/98 e 4.117/62, ao Decreto-Lei 236/67 e à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Sonora, para além de normas complementares, tratados, acordos e atos internacionais específicos, como o Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário.

A radiodifusão comunitária foi definida, no Artigo 1º da Lei 9.612/98, como “a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço”⁴⁶. O Artigo 3º expressa as finalidades da radiodifusão comunitária:

⁴⁵ A faixa de radiodifusão em frequência modulada vai de 88 a 108 MHz. A frequência 87,9 MHz (Canal 200), portanto, está fora do dial. Posteriormente, outras frequências foram destinadas à radiodifusão comunitária, mas muitas emissoras foram autorizadas a funcionar na frequência 87,9 MHz, como a Rádio Comunitária Nova Aurora, de Santana do Livramento, que integra o *corpus* desta pesquisa.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/legislacao/lei9612.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2006. A Lei publicada no D.O.U. em 20 de fevereiro de 1998 foi regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, e pela Portaria nº 191, de 6 de agosto do mesmo ano, do Ministério das Comunicações, que aprovou a Norma Complementar nº 2/98. A autorização para a execução do serviço tem prazo de dez anos, conforme alteração legislativa promovida pela Lei nº 10.597/02, que modificou o prazo inicialmente fixado no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612/98, que era de três anos.

- I – dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II – oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III – prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV – contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V – permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível⁴⁷.

O Artigo 4º aborda a programação estabelecendo que deve haver “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e *informativas* em benefício do desenvolvimento geral da comunidade” (inciso I [grifo meu]), mediante a “promoção das atividades artísticas e *jornalísticas na comunidade* e da integração dos membros da comunidade atendida” (inciso II [grifo meu]). Os elementos que destaquei no texto dos incisos I e II apontam para o Jornalismo no rádio comunitário, objeto deste trabalho, que deve observar “princípios da pluralidade de opinião” (§ 2º). O texto do Artigo 4º da Lei 9.612/98 propõe o estabelecimento de um Jornalismo a partir da comunidade e, portanto, plural, participativo:

Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária (§ 3º, Art. 4º)⁴⁸.

O Artigo 15 trata, também, da programação e expressa que as rádios comunitárias devem assegurar “espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade”. São esses os critérios essenciais referentes à programação, um conjunto de disposições que, de modo geral, resume o Jornalismo à informação, pensada também como prestação de serviço público, e à opinião, geradas a partir e por meio da comunidade da emissora comunitária. Esses pontos serão aprofundados no próximo Capítulo.

A Lei 9.612/98 contempla outros aspectos. Um deles expressa que as emissoras de radiodifusão comunitárias não terão proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão (Artigo 23). Utilizando-se do Artigo 19, inciso XV, da Lei 9.472/97, que trata da separação da radiodifusão das telecomunicações, a Anatel apreende equipamentos, quando a Lei 9.612/98, da radiodifusão comunitária, nada especifica neste sentido. O “lacre”, outro recurso usado

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.

como sanção pela Anatel, não aparece em nenhuma lei, nem mesmo no Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei 4.117/62, ainda parcialmente em vigor⁴⁹.

Quanto à viabilidade econômica das emissoras comunitárias a Lei 9.612/98 prescreve: “as prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida” (Artigo 18). ROCHA (2004) apresenta duas interpretações possíveis desse artigo. De um lado, a valorização e o fortalecimento do local, preservando-o daquilo que é externo à comunidade; de outro, limitação de viabilidade dos projetos comunitários em proteção às emissoras comerciais. Nessa segunda, está contida a interpretação da Agert de que o rádio comunitário dissimula publicidade em apoio cultural e, por isso, deve ser controlado.

A Lei 9.612/98 veta a “discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias” (inciso IV, Artigo 4º) e o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária (§ 1º, Artigo 4º). O que se verifica, porém, é que muitos dos canais comunitários existentes representam interesses políticos, religiosos ou econômicos⁵⁰. A partir da construção de um banco de dados com informações sobre 2.205 rádios autorizadas a funcionar pelo Ministério das Comunicações, Lima e Lopes (2007) demonstram que 50,2% das emissoras comunitárias possuem vínculos políticos, 5,4% vínculos religiosos, além de 1,2% das associações comunitárias terem duplicidade de outorga⁵¹. Quanto ao cunho religioso acrescentam: “ainda que significativo, o resultado obtido certamente subestima a verdadeira prevalência de vínculos religiosos” (LIMA e LOPES, 2007, documento eletrônico)⁵².

Os percentuais apresentados podem ser maiores se considerado o número de emissoras de caráter comunitário operando sem autorização legal estimado pela Abraço⁵³ em mais de 12 mil, o que corresponde a seis emissoras comunitárias para cada rádio comercial. Essa relação não se mantém, entretanto, em termos de público e abrangência. Conforme os dados

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Dados da pesquisa “Rádios Comunitárias – Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como moeda de barganha política”, desenvolvida pelo pesquisador da UnB, Venício de Lima, e pelo consultor legislativo da Câmara dos Deputados, Cristiano Aguiar Lopes. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf>. Acesso em: 26. jun. 2007

⁵¹ Segundo os pesquisadores, “duplicidade significa a existência de ao menos um integrante da diretoria da rádio comunitária pertencente à diretoria de uma outra concessionária de radiodifusão educativa, comercial ou comunitária – algo proibido por lei” (2007, documento eletrônico).

⁵² Idem 50.

⁵³ Disponível em <<http://www.redeabrace.org>>.

apresentados por Lima e Lopes (2007), é importante que se considere que essa ampliação pode não significar a desejada “reforma agrária”, mas mais do mesmo.

3.4 O rádio comunitário e o espaço local

Independente do formato (comercial, educativo, comunitário), o rádio tem a proximidade como uma de suas características principais. O ouvinte busca no rádio uma identificação com seu cotidiano, uma vez que quer se ver representado. “O rádio, por ser ainda um veículo de comunicação que centra sua pauta mais no local do que em outras esferas, tem seu próprio ritmo e define-se mais pela documentação do que está mais próximo de si” (RADDATZ, 2005, p.7). A operação em baixa potência e em frequência modulada⁵⁴, que limitam o alcance das emissões ao raio de um quilômetro, aproxima ainda mais as emissoras comunitárias de experiências localizadas. Para o rádio comunitário, não basta falar das coisas do lugar, o que importa, segundo Peruzzo (2002, p.56), é “o vínculo e a inserção como parte de um processo comunitário mais amplo, ou seja, compromisso com a realidade concreta de cada lugar”.

A categoria proximidade é construída e, conforme aponta Bourdin (2001), toda configuração de local a mobiliza de forma variada. A proximidade possibilita a percepção e a organização da experiência na ordem das relações sociais e, também, das relações econômicas e políticas. Tem caráter estruturante. A proximidade remete a uma espacialidade social e culturalmente construída, o local, que exprime a pertença a um *nós* e delimita um recorte territorial.

O conceito de local não é facilmente demarcável. Tampouco é simples balizar o seu lugar nas sociedades contemporâneas⁵⁵. Historiadores e geógrafos, sociólogos e antropólogos, entre outros cientistas, se voltam às questões que o local suscita. Fundamentalmente, o local é complementaridade e troca, sentimento de pertença e partilha de uma cotidianidade, lugar de articulação. Quaisquer que sejam as justificativas – culturais, históricas, geográficas etc. – as configurações locais são assim construídas.

O local carrega o sentido de um espaço “no qual a pessoa se sente inserida e partilha sentidos com seus semelhantes. É o espaço que lhe é familiar e congrega identidades”

⁵⁴ Conforme determina a Lei 9.612/98, que trata da radiodifusão comunitária no Brasil.

⁵⁵ A hipótese contemporânea é de que a proximidade, pensada como distância geográfica, é substituível, visto que “posso me comunicar com alguém que está a milhares de quilômetros de onde estou, posso me deslocar com rapidez e igualmente enviar produtos ou dados” (BOURDIN, 2001, p.50).

(PERUZZO, 2003, p.68). O espaço geográfico é fonte de significados: o solo, o clima, a língua, a história, as tradições etc. participam da construção de valores e práticas sociais; são partilhados, apropriados e expressos por um contingente de pessoas e auxiliam na compreensão de localismos. É necessário entender, também, como o local se define por meio de relações econômicas, políticas, jurídicas, sócio-culturais, ideológicas, etc.

A localidade às vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade, em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos. Em outros casos, ela exprime a proximidade, o encontro diário, em outro ainda, a existência de um conjunto de especificidades sociais, culturais bem partilhadas... (BOURDIN, 2001, p.25).

O território é um modo organizador da experiência: “O local coloca em forma o mundo da vida diária, sendo ele próprio fundador da relação com o mundo do indivíduo, mas igualmente da relação com o outro, da construção comum do sentido que faz o vínculo social” (BOURDIN, 2001, p.36). A referência ao território é uma das formas de compreensão do espaço local. Também a geografia e a história oferecem códigos que auxiliam na identificação de especificidades locais a partir de determinados recortes territoriais. Categorias espaciais como o nacional, o internacional e o global auxiliam da mesma forma.

Todos esses elementos servem de argumento à escolha da fronteira como lugar de observação e apreensão de um espaço local, especialmente, o fato de estar e colocar em relação o nacional a que pertence e o nacional que a avizinha. Contribuem para essa compreensão, de um lado, a existência de um local enquanto espaço empírico resultante de construções sócio-históricas, e, de outro, os processos que caracterizam esse local. O primeiro aponta para o limite, natural ou politicamente naturalizado. O segundo para os sentidos produzidos a partir daí, atualizados na prática diária da fronteira.

Enquanto limite, a fronteira separa o território de um país de outro, fixa um *lado de lá*, para além da linha, e um *lado de cá*. Estabelece um *nós* e um *eles*, uma palavra-imagem que permite focalizar uma diversidade de questões. Para além da fronteira geográfica, identificada em mapas, as fronteiras são políticas, econômicas, culturais, ambientais, sociais, etc. Resultantes de construções sócio-históricas a partir das relações que se estabelecem entre o *lado de cá* e o *lado de lá*, o nacional e o internacional, e ainda entre a fronteira e o território nacional, a periferia e o centro. Por serem sociais, as fronteiras trazem à tona conceitos fixados *a priori* – em momentos de paz ou em períodos de conflitos – atualizados na vivência diária desses espaços⁵⁶. São também essas construções que estabelecem determinado *habitus*,

⁵⁶ Os sentidos sobre fronteira serão trabalhados nos Capítulos 5 e 7.

“um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital” (BOURDIEU, 2005, p.61 [grifo no original]).

O local pode ser entendido como um espaço restrito, delimitado, vivido, em que há elos de proximidade e familiaridade (PERUZZO, 2002 e 2003; ORTIZ, 1999 e s/d; FEATHERSTONE, 1997), mas que não se encontra isolado ou separado de um conjunto. O local pode ser potencializado pelas seguintes dimensões:

- a) Proximidade: o sentido de proximidade diz respeito à noção de pertencimento, ou dos vínculos existentes entre pessoas que partilham de um cotidiano e de interesses em comum.
- b) Singularidade: cada localidade possui aspectos específicos, tais como a sua história, os costumes, valores, problemas, língua etc., o que, no entanto, não dá ao local um caráter homogêneo.
- c) Diversidade: o local comporta múltiplas diferenças e a força de pequenas unidades.
- d) Familiaridade: constituída a partir das identidades e raízes históricas e culturais. (PERUZZO, 2003, p. 78).

Para Ortiz (1999) o local é caracterizado por três destes elementos – a proximidade, a familiaridade (identidades, cultura, tradição) e a diversidade. Segundo Ortiz (s/d, p.59), “quando nos referimos ao ‘local’, imaginamos um espaço restrito, bem delimitado, no interior do qual se desenrola a vida de um grupo ou de um conjunto de pessoas. Ele possui um contorno preciso, a ponto de se tornar baliza territorial para os hábitos cotidianos. O ‘local’ se confunde assim com o que nos circunda”. O local, segundo essa abordagem, associa-se à comunidade.

O local, porém, não pode ser compreendido dissociado dos fluxos gerados pela mídia. Ele assume significações distintas quando é objetivado em um lugar (ou época) com mídia, visto que esta produz sentidos e estabelece protocolos de interação entre instituições e usuários sociais, que, de modo geral, são apropriados por todos os campos sociais – família, igreja, educação, etc. Constatam-se, especialmente a partir do final dos anos 1990, o desenvolvimento de três processos paralelos no âmbito da comunicação, todos relacionados ao espaço local e sua significação: a) o crescimento da mídia local; b) a ampliação dos espaços destinados à produção de caráter regional na grande mídia; e c) fortalecimento de canais de comunicação comunitários no rádio, na TV e impressos.

De um modo geral, a mídia parece apontar para uma redescoberta do local onde, de um lado, está a mídia local no sentido estrito, ou seja, produzida a partir de determinado local/território, como jornais de cidades do interior, jornais de bairro, TVs regionais afiliadas às redes de cobertura nacional, rádios comunitárias, etc., e, de outro, a mídia produzida a partir do exterior com foco no local, que aborda em periódicos, suplementos ou programas,

especialmente de circulação estadual e nacional, questões locais específicas, como os cadernos de bairro ou cidades do interior, encartados em um jornal de circulação estadual. Para Peruzzo (2002, p.65), ‘b interesse pela regionalização da produção e a descoberta do local como segmento de audiência, de programas e de conteúdos por parte da grande mídia e de outros veículos de comunicação regionais e locais atende a um interesse mercadológico’. Essas duas possibilidades – fazer mídia local a partir do local e fazê-la “olhando” de fora – têm diferenças profundas.

Para Peruzzo (2003), a mídia local, em geral, cobre assuntos locais que não encontram espaço na grande mídia, abordando-os com vistas à compreensão, pela comunidade, da realidade local: “à mídia local comporta expressar uma comunicação que se alimenta dos acontecimentos, temas e elementos da cultura que dizem respeito mais diretamente à vida de um determinado segmento da população ou de uma determinada localidade” (PERUZZO, 2003, p.80).

As rádios comunitárias aproximam-se dos espaços locais, reforçando vínculos e atualizando significados. Por imitação⁵⁷, acompanham os fluxos mediáticos, apropriando-se de protocolos próprios do campo do Jornalismo⁵⁸ e aproximando-os das comunidades de seu entorno. É nesse movimento que se estabelecem experiências localizadas que, ao mesmo tempo em que se aproximam de lógicas próprias ao Campo do Jornalismo, revelam especificidades do *fazer* Jornalismo *na e a partir da* comunidade. Exemplo, nesse sentido, é a não veiculação do programa *Realidade Urgente*, da Rádio Nova Aurora FM, que integra o *corpus* da pesquisa, no mês de janeiro de 2007, devido às férias do locutor-apresentador. Em razão disso, a emissora ficou por 30 dias sem Jornalismo, visto que o horário foi preenchido por programação musical.

O Jornalismo nesse formato de rádio, ao mesmo tempo em que revela a reprodução de elementos presentes na “grande imprensa”, assume configurações presentes nas mídias comunitárias e nas locais. Peruzzo (2002) aponta como diferença os assuntos abordados: mais gerais pela mídia local e de interesse mais específico de determinados segmentos sociais no Jornalismo comunitário. Outra especificidade: “O primeiro tipo de mídia visa mais à transmissão da informação e o segundo à mobilização social e à educação formal” (PERUZZO, 2002, p.52). Dornelles (2006) caracteriza o Jornalismo comunitário como uma

⁵⁷ Essa é uma das inferências do presente estudo e que começará a ser detalhada no próximo capítulo.

⁵⁸ O campo do Jornalismo e, especificamente, o Jornalismo no rádio comunitário serão abordados no Capítulo 4.

ramificação do Jornalismo local e afirma que a esse cabe atender aos anseios e reivindicações da comunidade. É a esse entendimento que me filio.

A radiodifusão comunitária se constitui como experiência a partir do inter cruzamento entre lógicas da mediatização e processos interacionais locais. O espaço local, ao mesmo tempo, vincula-se à comunidade e se forma pelo contato com um mundo presente na mídia, construído por ela. A experiência de radiodifusão comunitária, em andamento, tem início nas comunidades que se articulam para requerer um canal, desejando ver a si e aos seus anseios representados nas emissões. Essa experiência liga-se à realidade e aos fatos de determinado espaço local, o que possibilita à comunidade que se constitui em torno deste ganhar em centralidade: é fortalecida, por um lado, pela articulação de grupos sociais a partir das emissoras, para sua constituição e funcionamento; e, por outro, pelas identificações resultantes desse processo. A experiência, por outro lado, se processa no interior de uma mídia – as rádios comunitárias – que como as demais produzem um vínculo social, estabelecido por ligações sociotécnicas, em vez de laços sociais, característicos das comunidades.

É ancorada nestas perspectivas que a presente pesquisa volta-se aos sentidos que emissoras de radiodifusão comunitárias constroem (ou atualizam), por meio do Jornalismo, a partir do vínculo com o local, da sua inserção em uma determinada região ou comunidade. Para tanto, como já assinalado, o “local” de observação do Jornalismo no rádio comunitário é a fronteira, aqui delimitada pela escolha dos municípios gaúchos de Santana do Livramento e Uruguaiana, respectivamente na divisa com o Uruguai e com a Argentina. Por se tratar de radiodifusão na faixa de fronteira internacional, a seguir trato da normatização referente a esse serviço nesse espaço geográfico. Como complemento, trago as legislações de radiodifusão uruguaia e argentina.

3.5 Radiodifusão em espaços fronteiriços

A execução de serviços de radiodifusão em áreas fronteiriças é tratada com destaque pela legislação brasileira que a vincula à segurança nacional. Isso ocorre, segundo Machado et al (1987, p. 1987), porque, inspirada em modelos de ditaduras repressivas, “qualquer emissão não autorizada é tratada como crime contra a segurança nacional”. Recupero, neste momento, como a regulamentação de radiodifusão brasileira articula a fronteira à segurança nacional e

ao uso de idioma estrangeiro na programação. As legislações argentina e uruguaia servem de ilustração para o entendimento pretendido.

Os dispositivos legais que regulamentam a radiodifusão no Brasil tratam da autorização e execução do serviço em faixa de fronteira. O Artigo 15 do Decreto 2.108/96, que altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores, prevê, por exemplo, que: “para habilitação exigir-se-á dos interessados [...] comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se a localidade, objeto do edital, estiver situada na Faixa de Fronteira”.

A Norma 001/2004, que regulamenta a Radiodifusão Comunitária no Brasil, trata, no dispositivo 11, “do assentimento prévio para a execução do serviço na faixa de fronteira”. Textualmente: “O assentimento prévio, dado pela Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, para instalação de estação em localidade situada na faixa de fronteira, é condição imprescindível para que a autorização para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária seja outorgada”.

A legislação brasileira prevê ainda, que por questões de segurança nacional, como em estado de sítio ou em caso de calamidades, a execução dos serviços de radiodifusão ficará sujeita a normas expedidas para essa finalidade (Artigo 64 do Decreto 52.795/63). O Artigo 87 também dispõe nesse sentido, estabelecendo que “na preservação da ordem pública e da segurança nacional ou no interesse da Administração, as emissoras de radiodifusão poderão ser convocadas para, gratuitamente, formarem ou integrarem redes, visando à divulgação de assuntos de relevante importância”.

Na legislação argentina o Artigo 10, da Lei 22.285/80, trata do serviço de radiodifusão em áreas de fronteira: “O Estado Nacional promoverá e proverá serviços de radiodifusão quando não sejam prestados pela iniciativa privada, nas zonas de fomento e nas zonas de fronteira, especialmente nas áreas de fronteira, com o objetivo de assegurar a cobertura máxima do território argentino” [tradução minha]⁵⁹.

O Artigo 41, da mesma Lei, estabelece prazos de concessão diferenciados para as emissoras de áreas de fronteira. Pela legislação a licença é de 20 anos para estações de radiodifusão localizadas em zonas de fronteira ou fomento. Para as demais é de 15 anos.

⁵⁹ “El Estado Nacional promoverá y proveerá servicios de radiodifusión cuando no los preste la actividad privada, en zonas de fomento y en las zonas de frontera, especialmente en las áreas de frontera, con el objeto de asegurar la cobertura máxima del territorio argentino”.

Dispõe o Artigo 104 da Lei 22.285/80: “O Poder Executivo Nacional regulamentará a outorga de créditos para estímulo à radiodifusão nos casos em que o interesse nacional o faça conveniente e, em particular, em benefício dos serviços de radiodifusão instalados ou por instalar-se em zonas de fronteira ou de fomento” [tradução minha]⁶⁰.

Na Argentina a programação das emissoras de radiodifusão deve se ajustar às necessidades da segurança nacional. O Artigo 7, da Lei 22.285/80, dispõe nesse sentido, estabelecendo que devem ser difundidas informações que colaborem com a segurança. O Artigo 18 também trata desta temática: “[...] A informação não poderá atentar contra a segurança nacional nem implicar no elogio de atividades ilícitas ou na preconização da violência em qualquer das suas manifestações. As notícias relacionadas a fatos ou episódios sórdidos, truculentos ou repulsivos, deverão ser tratados com decoro e sobriedade, dentro dos limites impostos pela informação estrita” [tradução minha]⁶¹. A segurança nacional aparece, ainda, no Artigo 27, que trata das normas técnicas.

A regulamentação de rádio e televisão uruguaia está baseada em dois textos principais: a Lei 14.670 e o Regulamento 734/78, ambos redigidos durante a ditadura e ratificados (com modificações) em 1985 e 1986. A segurança nacional aparece no Artigo 3, § 4, da Lei 14.670, que discorre sobre a responsabilidade das emissoras frente à administração pública: “Quando as emissoras, sem configurar delito ou falta, puderam vir a perturbar a tranquilidade pública, deteriorar a moral e os bons costumes, comprometer a segurança ou o interesse público, ou afetar a imagem e o prestígio da República” [tradução minha]⁶². A regulamentação uruguaia de radiodifusão não trata especificamente das zonas de fronteira. No que se refere à transmissão de programas em outro idioma, as regulamentações brasileira, argentina e uruguaia determinam que deve haver prévia autorização dos órgãos reguladores de cada um dos países para posterior veiculação. No Brasil, a autorização deve ser obtida junto ao Ministério das Relações Exteriores, como prevê o Artigo 75, § 1º, do Decreto 52.795/63: “Os programas produzidos por emissoras nacionais, em idioma estrangeiro, destinados à divulgação oficial de assunto de interesse do Brasil no exterior, deverão ser previamente

⁶⁰ “El Poder Ejecutivo Nacional reglamentara el otorgamiento de los créditos para el estímulo de la radiodifusión en los casos en que el interés nacional lo haga conveniente y, en particular, en beneficio de los servicios de radiodifusión instalados o por instalarse en zonas de frontera o de fomento”.

⁶¹ “[...] La información no podrá atentar contra la seguridad nacional ni implicar el elogio de actividades ilícitas o la preconización de la violencia en cualquiera de sus manifestaciones. Las noticias relacionadas con hechos o episodios sórdidos, truculentos o repulsivos, deberán ser tratadas con decoro y sobriedad, dentro de los límites impuestos por la información estricta”.

⁶² “Cuando las emisiones, sin configurar delito o falta, pudieron perturbar la tranquilidad pública, menoscabar la moral y las buenas costumbres, comprometer la seguridad o el interés públicos, o afectar la imagen y el prestigio de la República”.

aprovados pelo Ministério das Relações Exteriores”. Estes programas devem tratar de assuntos de interesse nacional.

Na Argentina, o Artigo 15 da Lei 22.285/80 determina que as emissões de radiodifusão em outra língua devem ser traduzidas simultaneamente. A Lei especifica as exceções: letras de composições musicais; programas de ensino de línguas estrangeiras; programas da Radiodifusão Argentina ao Exterior; e programas de grupos étnicos estrangeiros ou de aborígenes, desde que veiculados com prévia autorização do Comitê Federal de Radiodifusão. No Uruguai, a autorização deve ser solicitada à Direção Nacional de Comunicações. Conforme estabelece o Artigo 30 do Decreto 734/78 podem ser veiculados em outro idioma programas destinados ao ensino de língua estrangeira, de grupos étnicos ou de caráter cultural, informativo ou de comentário.

A legislação de radiodifusão nos três países vincula-se à proteção e não à integração, visto que os principais textos de regulamentação tanto no Brasil, como na Argentina e no Uruguai, datam do período militar, o que justifica o cuidado com as fronteiras e o enquadramento das mesmas como de segurança nacional. Percebe-se que a regulamentação dos três países não contempla as especificidades da faixa de fronteira quanto às variações lingüísticas culturalmente produzidas⁶³.

⁶³ Essa discussão será retomada no Capítulo 5.

4 Que Jornalismo é esse do Rádio Comunitário?

Como interessa perceber as construções de sentidos acerca do espaço local no rádio comunitário, trato, teórica e analiticamente, do Jornalismo desenvolvido nos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade* (também denominados de *RU* e *BD*), das rádios comunitárias Nova Aurora e Elshaday. Para tanto, tomo como norteadora a indagação “o que é Jornalismo, onde” que possibilita ampliar a discussão “o que é Jornalismo” a partir das relações que esse campo estabelece com o tempo e o espaço de sua produção.

Filio-me ao entendimento do Jornalismo como lugar de seleção e de estruturação de um *aqui* e de um *agora*, por meio do estabelecimento de um discurso de mediação entre campos sociais, sendo o próprio Jornalismo um deles. A Teoria Construcionista permite compreender o discurso jornalístico como resultado de escolhas – o que é dito e como é dito – marcadas pela cultura e pela empresa jornalísticas, pelas relações estabelecidas com instituições e atores sociais e, não menos importante, pela ação dos jornalistas. Assim, por essa complexa trama, conforma-se o discurso jornalístico e constrói-se (ou atualiza-se) sentidos. Mobilizo, ainda, abordagens teórico-metodológicas da Escola Francesa de Análise do Discurso (expressa também como AD) e as Teorias do Jornalismo, que revelam textos e lógicas fundantes, com a perspectiva de desenvolver uma leitura dos programas de Jornalismo no rádio comunitário ou o que é Jornalismo nesses espaços.

O presente capítulo é um exercício de construção teórica e analítica, em que entrelaço autores e abordagens visando a problematizar o objeto a partir daquilo que ele suscita e revela por meio de um movimento de observação preliminar. Desenvolvo aqui uma abordagem reflexiva, decorrente do cotejo ao objeto, que se antecipa e, por isso, é fundamental às análises que apresento na segunda parte da dissertação. Essa ação, revelada por meio de ilustrações que entrelaçam as discussões teóricas que proponho, fornece elementos para compreender que

Jornalismo é esse do Rádio Comunitário a partir de casos concretos e não de uma discussão abstrata dessa perspectiva.

Parto, portanto, da discussão sobre Jornalismo e passo à caracterização que ele assume no rádio para, finalmente, propor um texto permeado pelo cotejo ao objeto. Ao tratar do Jornalismo no rádio comunitário, volto-me ao lugar do “dizer” e as relações entre lugar social e lugar discursivo; ainda, aos espaços de narração instituídos e, a partir deles, a percepção de um discurso editorializado em que a vivência revela-se como valor-notícia. Trago, igualmente, a pertinente discussão acerca do que há de comunitário no Jornalismo dos programas *RU* e *BD*.

4.1 Jornalismo como discurso

O discurso não é uma das funções entre outras da instituição midiática; é o seu principal produto e o resultado final do seu funcionamento. A mídia produz discursos como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitetos projetam edifícios. É claro que a mídia desempenha também outras funções, mas todas elas têm no discurso o seu objetivo e a sua expressão final (RODRIGUES, 2002, p. 217).

O discurso jornalístico naturalizou-se como a fala sobre o real, de construção, legitimação e interpretação partilhada dos acontecimentos cotidianos. Um discurso que coloca em circulação aquilo que lhe é exterior a partir de escolhas orientadas, de modelos de apuração e de condições de produção específicas. Mesmo diante de normas e procedimentos comuns à cultura jornalística, aquilo que é dito pode o ser de variadas formas, a partir dos sentidos mobilizados e postos em circulação, também por escolhas subjetivas dos jornalistas.

O enquadramento dado pelo Jornalismo aos assuntos que aborda constitui o centro do processo de produção de sentidos do seu discurso, elaborado a partir de conteúdos advindos de outros campos sociais, numa relação de interação entre jornalistas e fontes, em que a linguagem possibilita a construção de um acontecimento sob a forma de notícia (ou de discurso). O conteúdo do discurso jornalístico provém de outros lugares, “já que ele é um discurso de mediação dos campos sociais [...] lugar de produção e proposição de sentidos e, assim, construção de determinado registro histórico” (BERGER, 1998, p.188).

A noção de campo, emprestada de Bourdieu (2005) possibilita relacionar o lugar da produção social com o lugar da produção simbólica. Cada campo liga-se a determinado capital e este corresponde a um discurso. O que caracteriza o Jornalismo como um campo social (BOURDIEU, 2005) é o estabelecimento de dispositivos específicos para a produção de objetos reconhecidos como de autoria sua, as notícias. O trabalho jornalístico resulta de um

processo de produção, definido como a percepção, a seleção e a transformação de acontecimentos em notícias e, mais do que um lugar de produção social, o configuram como um lugar de produção simbólica. Segundo Berger (1996, p.190), “o Campo do Jornalismo detém, privilegiadamente, o Capital Simbólico, pois é da natureza do jornalismo fazer crer. O Capital do Campo do Jornalismo é, justamente, a credibilidade”.

Enquanto campo social, o Jornalismo pode ser pensado a partir de sua construção discursiva. Os acontecimentos chegam pela linguagem e é por meio dela que o Jornalismo constrói (ou atualiza) sentidos. O jornalista enuncia fenômenos sociais por meio da linguagem: “[ela] constitui e não descreve aquilo que é por ela representado” (BERGER, 1998, p.19 [acréscimo meu]). Circulam no discurso jornalístico, por meio da linguagem, das imagens e das vozes escolhidas e das silenciadas, construções de mundo. O jornalista, ao transformar acontecimentos em notícias, participa ativamente do processo de elaboração da realidade social.

O Jornalismo visa à “reprodução fiel de uma realidade exterior a que se refere” (MEDITSCH, 2001, p.175). A função referencial revela a ligação do Jornalismo com o efetivamente acontecido, o fato, que se revela por meio de uma construção discursiva. O Jornalismo assume, também, uma função de mediação entre os discursos produzidos pelos demais campos e atores sociais revelada, muitas vezes, por um sentido polifônico, já que a fala do jornalista reproduz discursos de outrem.

Ao descrever acontecimentos em curso, os textos da mídia empreendem movimentos de resgate da memória. Neste processo, produz sentidos ao fazer circular narrativas sobre o presente, permeadas por signos do passado. Narrativas, essas, produto de uma montagem e de escolhas orientadas em que memória e esquecimento são acionados na produção dos sentidos veiculados pelos textos jornalísticos. Para a AD, a memória discursiva participa da produção de sentidos, é “aquilo que fala antes, em outro lugar” (ORLANDI, 2001, p. 31), que revela a interdiscursividade, o já-dito, o repetível que está na base do dizível, de onde o jornalista busca elementos para resignificar e determinar deslocamentos de sentido. A historicidade também participa desse movimento. Historicidade entendida como “o saber discursivo que foi-se constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres, a memória que tornou possível esse dizer para esses sujeitos num determinado momento e que representa o eixo de sua constituição (interdiscurso)” (ORLANDI, 2001, p.33).

É presente, ainda, que o discurso jornalístico naturalizou-se como o discurso sobre o real, marcado por uma “vontade de verdade” (FOUCAULT, 2006)⁶⁴. O campo dos *media* e, especialmente, o do Jornalismo, institui lugares e produz falas revestidas da “vontade de verdade”: “quem fala e de onde fala são critérios absolutamente relevantes e definidores do que é ou deixa de ser verdade” e “o lugar de representação do acontecimento é institucionalmente legitimado ou porque aquele que profere o discurso, na figura mesmo do sujeito que fala, tem credibilidade” (RESENDE, 2007, p.3). Charaudeau (2006, p.48) distingue “valor de verdade” e “efeito de verdade”. O “valor de verdade” “se prende a um saber erudito produzido por textos fundadores”, enquanto o “efeito de verdade” liga-se a “um movimento que se prende a um *saber de opinião*, a qual só pode ser apreendida empiricamente, através dos textos portadores de julgamentos” (CHARAUDEAU, 2006, p.49 [grifo no original]). Ainda, o “valor de verdade” baseia-se na evidência, na verdade em si, enquanto o “efeito de verdade” liga-se à convicção, à credibilidade. É no “efeito de verdade” que se inscreve o discurso jornalístico. A “vontade de verdade”, de Foucault (2006), e o “efeito de verdade”, proposto por Charaudeau (2006), são compreendidos por mim como sinônimos. Opto pelo primeiro enquadramento.

Essa referência parece fundamental, lembrando que Foucault (2006) aborda a questão do poder relacionando-o ao discurso da verdade, o que marca também uma determinação, vinda do exterior, na constituição do discurso. Valendo-se desse capital, o Jornalismo configurou-se em espaço de legitimação e interpretação partilhada dos acontecimentos públicos cotidianos, por meio da instituição de discursos revestidos de vontade de verdade.

Os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante (RESENDE, 2007, p.3).

Na “construção” da realidade social considera-se os jornalistas sujeitos ativos no processo de elaboração da realidade social por meio do seu discurso. A compreensão do discurso jornalístico como de construção social (ALSINA, 1989; VERÓN, 1995; TRAQUINA, 1999, 2003 e 2004; BERGER & LUCKMANN, 2005) é importante “[...] porque, longe de registrá-los, o tratamento jornalístico fá-los experimentar um verdadeiro trabalho de construção, que depende amplamente dos interesses próprios deste setor de atividade” (CHAMPAGNE, 1997, p.63). O contexto situacional, tanto da organização de trabalho como aquele que o circunda, interfere significativamente no processo de construção

⁶⁴ FOUCAULT (1996) explicita os modos de legitimação dos lugares de fala a partir de três modelos: a interdição, a segregação e a vontade de verdade.

jornalística. Assim, ao produzir a notícia o jornalista estabelece relações sociais e escolhas orientadas “pela aparência que a ‘realidade’ assume [...] pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas” (TRAQUINA, 2003, p.87). O paradigma construcionista ressalta

[...] a importância da cultura jornalística, nomeadamente a estrutura dos valores-notícia dos jornalistas, a ideologia dos membros da comunidade, e as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam para levar a cabo o seu trabalho. [...] Ambas reconhecem que os membros da comunidade jornalística exercem um grau de autonomia [...], são de fato participantes ativos na construção da realidade (TRAQUINA, 2003, p.86).

As notícias, ainda que sejam índices do real, são o resultado de elementos necessários àquilo que se convencionou como narrativa jornalística: “o contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob a influência de técnicas herdadas de contar histórias” (DARNTON, 1990, p.97). Implícito nessa abordagem está o fato de que os jornalistas compartilham formas de contar “estórias”, por meio das quais transformam acontecimentos em notícias. Assim como Darnton, Traquina (2004) trata o jornalista como um narrador.

Embora sejam escassas na obra de Berger & Luckmann (2005) as referências ao Jornalismo, o entendimento dos autores acerca da vida cotidiana, enquanto mundo de experiências organizadas em torno do *aqui e agora*, e da linguagem, como sistema de sinais da sociedade humana que permite a construção de uma pluralidade de sistemas de representação simbólica, contribuem para a compreensão do relato jornalístico. Para os autores, a “vida cotidiana é admitida como sendo *a* realidade [...]. Está simplesmente *aí*, como facticidade evidente por si mesma e compulsória. *Sei* que é real [...] O mundo da vida cotidiana proclama-se a si mesmo” (BERGER & LUCKMANN, 2005, p.40 [grifo no original]).

O campo do Jornalismo constitui-se não apenas como um lugar de acolhimento das compreensões sobre os variados processos sociais, mas se destaca como agente neste cenário, ao operar a construção de significados por meio do seu discurso. A compreensão é de que o Jornalismo é um discurso de mediação, em que concorrem variados campos e atores sociais, por meio do qual constrói-se, discursivamente, a realidade, ao mobilizar e pôr em circulação sentidos.

4.2 Jornalismo no Rádio

No rádio, a ausência de imagem (a linguagem é sonora e invisível) e a emissão em tempo real determinam a especificidade do Jornalismo produzido nesse suporte. A linguagem empregada na sua produção resulta de aproximações e deslocamentos tendo o impresso como modelo primeiro. Também as características próprias do veículo – a linguagem oral, a penetração (o rádio é abrangente), a mobilidade (de emissão e de recepção), o baixo custo (em comparação aos outros meios), o imediatismo e a instantaneidade, a sensorialidade e a autonomia na recepção (pode ser livre de fios e tomadas) (ORTRIWANO, 1985; PRADO, 1989) –, as rotinas profissionais, as organizações jornalísticas e os avanços tecnológicos contribuíram para o estabelecimento de uma linguagem específica.

Ao compreender o Jornalismo como um lugar de circulação e produção de sentidos, a linguagem passa a ser entendida como espaço de debate e tensionamento. A linguagem expõe a tensão entre o mesmo e o diferente, a paráfrase e a polissemia, que põe em circulação sentidos, significando-os. O primeiro revela que “em todo o dizer há sempre algo que se mantém, isto é o dizível, a memória” (ORLANDI, 2001, p.36), um já-dito, enquanto a polissemia remete ao equívoco, ao deslocamento. Por isso, para a Análise do Discurso, a incompletude é condição de linguagem. Os sentidos não estão prontos, acabados. Eles se estabelecem continuamente, por meio de movimentos entre o mesmo e o diferente, podendo, portanto, ser sempre outros. No Jornalismo evidencia-se um esforço em evitar a construção de um discurso polissêmico, mesmo sendo isso impossível.

No rádio o esforço para conter a polissemia é significativo, porque além da palavra, enquanto signo, é preciso atentar para os ruídos. “Além de identificar, corretamente, a natureza do ruído, o ouvinte precisa estar informado sobre a relevância deste ruído para a mensagem” (MEDITSCH, 2001, p. 179). Um ruído ao fundo, que pode ser entendido como ilustração da fala ao indexar o lugar onde se encontra o repórter, assim como o emprego de música ou de silêncio, interessa somente em complemento à informação jornalística, “pelo conteúdo referencial que incorpora” à notícia (MEDITSCH, 2001, p. 180). Isso porque o rádio, pelo seu “discurso invisível” (MEDITSCH, 2001), precisa superar a ausência de uma experiência direta que a fotografia, no impresso, e a imagem, na televisão, proporcionam⁶⁵. Assim, o Jornalismo no rádio busca, desde a sua origem, uma maneira sonora de expressar a

⁶⁵ O impresso oferece ao rádio modelos e, ao mesmo tempo, leva-o a superar, por meio do desenvolvimento de uma linguagem própria àquilo que o gráfico possibilita. A televisão, como o impresso, oferece códigos visuais. No Brasil, porém, ela surge cerca de três décadas após o rádio.

ausência desses elementos visuais auxiliares na significação e que, segundo Charaudeau (2006), contribuem para que se produza um “efeito de verdade”.

O radiojornalismo apreendeu os formatos do Jornalismo impresso, dando ao texto o caráter de “naturalidade” ao falar. O discurso oral e o discurso radiofônico têm diferenças, pois, no rádio, a oralidade só acontece tendo um processo de escrita e registro anteriores à emissão. A oralidade do rádio é diferida e difusa, resultante de um processo de produção, edição e transmissão com base na escrita. Da mesma forma, a gravação, o registro sonoro, aproxima o rádio da escrita. Esses elementos distinguem a oralidade do rádio da oralidade da conversação. “No rádio se emprega a linguagem falada. [...] Isto não significa – diga-se logo, que para o rádio nada se escreva e nada se leia” (BRAJNOVIC, 1974, *apud* LAGE, 2005, p.165-166).

Também “a oscilação permanente da recepção da mensagem entre o ouvir (no nível pré-consciente) e o escutar (intencionado)”⁶⁶ (MEDITSCH, 2001, p.183) levaram ao estabelecimento de técnicas de redação:

A impossibilidade do ouvinte deter-se sobre o enunciado, repetir a leitura ou mesmo determinar a velocidade da enunciação obriga a uma extrema simplificação sintática e semântica, com frases curtas em ordem direta, contendo preferencialmente uma única idéia, expressão com precisão e clareza tais que neutralizem qualquer ambigüidade. (MEDITSCH, 2001, p.184)

Ainda:

A condição irrecuperável da informação [...] obriga também o texto do rádio a utilizar mecanismos de reiteração [...]. O sujeito de uma ação, por exemplo, precisa ser nomeado a cada frase, uma vez que a não permanência do texto impede que se dê por ‘já definido’ o que foi estabelecido num momento anterior (MEDITSCH, 2001, p.184)

Nas duas primeiras décadas interessava ao rádio, no Brasil, reproduzir as características do Jornalismo impresso, num “esforço de transposição fiel da experiência gráfica através do ‘jornal falado’” (MEDITSCH, 2001, p.182). A programação jornalística resumia-se à leitura e ao comentário de trechos de matérias veiculadas pelos jornais impressos. De acordo com Moreira (2003, p.27), “o comentário consistia no dado novo, na informação original agregada aos textos apurados e redigidos no dia anterior pelos profissionais dos impressos”.

⁶⁶ Meditsch (2001, p.183) trata da condição invisível da linguagem radiofônica – “sem o reforço da visão, como ocorre numa situação natural em que algum interesse é despertado pelo ouvido, a atenção dispensada pelo cérebro à informação captada por via auditiva não é persistente” – e de quanto tempo é possível apreender a atenção do ouvinte como dificuldades enfrentadas pelo rádio.

A linguagem dos impressos, inicialmente transposta ao rádio, foi sendo adequada às características do novo meio. Já na década de 1930, do século XX, a partir da Europa, difundiu-se que a linguagem no rádio deveria ser lacônica, concisa, breve, seletiva, como propõem ainda hoje os manuais de redação. “O redator deve ser claro, conciso, direto, preciso, simples e objetivo” (BARBEIRO e LIMA, 2001, p.62). Ou, ainda, “o rádio exige de quem escreve a objetividade, a economia de palavras e o encadeamento claro e simples das idéias” (PARADA, 2000, p.49).

A transposição simultânea do impresso ao rádio altera-se com a conformação de normas para a redação radiofônica que levam à simplificação da sua linguagem. Permanece, no entanto, a postura de pensá-la como texto, que nessa segunda fase de desenvolvimento do Jornalismo no rádio passa a ser associada à figura de um locutor despessoalizado e reservado. O Repórter Esso⁶⁷, síntese noticiosa produzida pela *United Press* e patrocinada pela multinacional *Esso Standard Oil*, torna-se marco do Jornalismo de rádio brasileiro, por introduzir o uso do texto linear, direto, corrido e sem adjetivação. “As notícias eram lidas em frases curtas, na terceira pessoa, sem citações textuais” (LAGE, 2005, p.165). O radiojornalismo passa a cópia do modelo estadunidense.

A partir da experiência do Repórter Esso e do final da Segunda Guerra Mundial, o radiojornalismo é alterado quanto ao seu conteúdo e ao seu formato de apresentação. Surgem os jornais falados, “compostos por seções fixas de notícias locais, nacionais e internacionais e divididos de acordo com editoriais – política, economia, nacional, esporte, etc.” (MOREIRA, 2003, p.29), resultantes de produção própria das emissoras, em abandono à “cópia” e comentário dos jornais impressos.

Nos anos seguintes ao fim da Guerra foram desenvolvidas formas de conservação e reprodução do som, além do surgimento da frequência modulada e, em seguida, do FM estéreo, que levaram à segmentação das emissoras. A gravação magnética e o uso do telefone trouxeram ao discurso radiofônico a polifonia. A prestação de serviço público e as coberturas esportivas e internacionais intensificam-se no rádio brasileiro, especialmente o AM, na década de 1960, do século XX. Nesse período são também inseridas as reportagens externas, já em

⁶⁷ O Repórter Esso passa a ser veiculado no Brasil em agosto de 1941, com cinco edições diárias, de segunda a sábado, nas rádios Nacional, do Rio de Janeiro; Record, de São Paulo; Farrroupilha, de Porto Alegre; Inconfidência, de Minas Gerais, e Jornal do Comércio, de Pernambuco, por iniciativa do governo estadunidense com vistas à padronização da cobertura da Segunda Guerra Mundial, especialmente na América Latina e Caribe. O programa era veiculado também em Buenos Aires, Argentina; Santiago, Chile; Lima, Peru; Havana, Cuba, e Nova Iorque, Estados Unidos.

uso no rádio estadunidense; as sonoras, pequeno trecho de entrevista gravada reproduzida como ilustração de uma notícia; e as entradas ao vivo do “palco da ação”.

A partir dos anos 1970, nos canais comerciais, verifica-se que nas AMs o espaço destinado à prática jornalística é ampliado, enquanto as emissoras FM caracterizam-se pela programação musical. Nessas, dois motivos justificam a opção pela música: a qualidade na emissão e recepção de som e a importação, na década de 1970, de modelos estadunidenses de produção, administração e programação, voltados ao público jovem e marcados pela “veiculação maciça de músicas, entremeada por humor, sátiras e brincadeiras dos locutores” (MOREIRA, 1991, p.43).

As rádios FM eram consideradas como de baixa estimulação⁶⁸, relaxamento ou desmobilização, por possuírem noticiário esparso, que permitia a reconexão com a audiência em meio à programação *talk & news* ou *music & news*, enquanto as AMs eram classificadas como de alta estimulação, ou, ainda, de mobilização. Percebe-se, atualmente, que esta divisão não dá conta de tratar dos formatos de rádio disponíveis (e possíveis). O fluxo contínuo de informação, *all news*⁶⁹, não é mais exclusividade de emissoras em amplitude modulada. Exemplo é a Band News, em frequência modulada. A segmentação contribui, ainda, para o desenvolvimento do Jornalismo no rádio. Também o rádio comunitário se volta ao Jornalismo com foco nos assuntos locais e na prestação de serviços.

4.3 Jornalismo no rádio comunitário

A radiodifusão comunitária se institui como espaço de enunciação, de construção de uma realidade e atribuição de sentidos. Especialmente quando o rádio, ao voltar-se para o que acontece no seu entorno mais imediato⁷⁰ e para aquilo que, mesmo distante, o afeta, constrói

⁶⁸ Segundo Vanessa Paiva (1997), Arthur da Távola classifica as emissoras de rádio como de “alta estimulação” ou “baixa estimulação”, de acordo com o tipo de produção e de público que atingem. Ortriwano (1985) acrescenta outra nomenclatura à classificação de Távola: “rádio de mobilização” e “rádio de relaxamento” (ou desmobilização). No “rádio de mobilização” o Jornalismo é incentivado e se volta aos assuntos locais e a prestação de serviços, enquanto no de “relaxamento” o espaço para o Jornalismo é menor e completa notícias gerais.

⁶⁹ No rádio *all news* o Jornalismo não ocupa espaços específicos (programas), mas a programação da emissora como um todo. Nessas “o ideal de instantaneidade [...] faz com que o momento de apuração das informações seja o mais próximo possível de sua divulgação” (MEDITSCH, 2001, p.104).

⁷⁰ O ouvinte busca no rádio, em geral, uma identificação com seu cotidiano, uma vez que quer se ver representado. A operação em baixa potência e em frequência modulada, que limitam o alcance das emissões nas rádios comunitárias ao raio de um quilômetro, aproxima ainda mais as emissoras comunitárias de experiências

discursivamente essas “visadas”. Assim, a partir da possibilidade de experienciar, faz-se Jornalismo no rádio comunitário. Essa afirmação antecipa a relação que o Jornalismo estabelece com o espaço e o período em que é produzido e, ainda, com os atores envolvidos nesse processo, e desloca a questão “o que é Jornalismo” para “o que é Jornalismo, onde”, o que permite compreender que Jornalismo é esse do rádio comunitário. Expresso dessa forma, permite tratar o Jornalismo como campo discursivo socialmente inscrito e que, por isso, traz as marcas do lugar social em que se institui e que o constitui.

Às rádios comunitárias cabe “aprender mídia” para fazer mídia. E, nesse sentido, buscam “dominar” lógicas mediáticas de produção e circulação reconhecidas como sendo próprias do campo do Jornalismo⁷¹. Esse “aproximar-se” por si só possibilita identificar o esforço da radiodifusão comunitária no Brasil em deixar de estar às margens dos processos de mediatização. É também essa “tentativa de” que revela a construção de estratégias de reconhecimento e de aproximação à lógica das narrativas que se colocam como legítimas. Refiro-me ao *texto das lógicas*, que, ao estabelecer o discurso dos meios, impõe modos de procedimentos:

As narrativas ‘oficiais’, nascidas do *texto das lógicas* [...] partem do princípio de que sua construção depende exclusivamente de normas/regras previamente estabelecidas que, uma vez aplicadas ao texto jornalístico, são capazes de explicar os acontecimentos do mundo. Um dos princípios epistemológicos do jornalismo ancora-se no fato de ser este o lugar do discurso pautado pela verdade. E é esse o eixo que norteia a construção da narrativa jornalística (RESENDE, 2003, p.11)

Fragmentos desses dispositivos de produção jornalística, hoje, encontram-se dispersos para além da esfera mediática. É a lógica da mediatização que dinamiza essa apropriação, a partir do seu interior. Outros campos sociais

[...] roubam-lhe, assim, a ‘posse’ sobre certas operações e regras com as quais institui a construção da realidade. Estas, sendo apropriadas por outros campos sociais, possibilitam que os fatos tenham, assim, formas de existência, de funcionamento e de legitimidade (FAUSTO NETO, 2007, p.2)

Nesse processo de apropriação (ou imitação) empreendido pelas rádios comunitárias, a exemplo de outros campos e instituições sociais, cabe-lhes o lugar de sobra de enunciação, de resíduo que escapa à lógica das narrativas que se colocam como legítimas.

localizadas. A proximidade possibilita a percepção e a organização da experiência na ordem das relações sociais e, também, das relações econômicas e políticas. Tem caráter estruturante.

⁷¹ Importante considerar que discurso mediático e discurso jornalístico não são sinônimos. A mediatização, mais ampla, engloba o campo do Jornalismo. Compreendida como prática social e de sentido, a mediatização funda novas racionalidades e acaba afetando as características e o funcionamento de outras práticas sócio-institucionais. Os protocolos da ação midiática não se restringem à esfera das mídias, mas acabam por “encapsular” a sociedade e por afetar toda ordem de práticas e instituições sociais. Os demais campos (política, economia, cultura, religião etc.) e as organizações (escola, família, judiciário etc.) se apropriam e passam a ser permeados por lógicas próprias da mediatização para organizar suas ações e estratégias.

Os deslocamentos gerados pelas emissoras comunitárias ao se aproximarem de “modelos” de Jornalismo e ao inscreverem sujeitos outros, que não jornalistas, no espaço de enunciação que pertence a esses, se estabelecem a partir dos próprios protocolos mediáticos, assim como os demais processos interacionais que se desenvolvem na sociedade, entre campos sociais ou no interior desses. Por meio desses movimentos de apropriação (ou imitação) de modelos de apuração e produção mediática o rádio comunitário se inscreve nos lugares social e discursivo do campo do Jornalismo, provoca deslocamentos no *texto das lógicas* e configura a vivência como valor-notícia norteador de suas escolhas. Também pelo aprendizado do uso da mídia, o rádio comunitário traz um Jornalismo editorializado, em que informação e opinião, raramente, encontram-se dissociados. A referência ao comunitário encerra as abordagens desenvolvidas acerca do Jornalismo no rádio comunitário.

4.3.1 O lugar do “dizer” no rádio comunitário

O que é Jornalismo, onde? Ao antecipar a relação que o Jornalismo estabelece com o espaço e o período em que é produzido, esse questionamento suscita que se compreenda o Jornalismo a partir de sua prática discursiva, centrada no tempo e no espaço⁷². O Jornalismo é o lugar de seleção e de construção discursiva de um *aqui* e de um *agora*, em que as escolhas entre aquilo que é dito e o que é silenciado, de quem participa e de quem é ausentado desse processo são fundamentais. Há uma realidade externa ao Jornalismo que toma forma quando esse diz “estou aqui”, “estou vendo o que está acontecendo”, “o que digo é verdade porque estou aqui”. Ser parte desse dizer é estar representado pelo discurso jornalístico.

Portanto a mídia doravante faz parte integrante da realidade ou, se se preferir, produz efeitos de realidade criando uma visão mediática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever. Sobretudo as desgraças e as reivindicações devem exprimir-se mediaticamente para vir a ter uma existência publicamente reconhecida e ser, de uma maneira ou outra, ‘levada em conta’ (CHAMPAGNE, 1997, p.75).

⁷² Tempo e espaço apareceram pela primeira vez nos romances que tinham “aptidão para *ver o tempo*, para *ler o tempo* no espaço, e simultaneamente, para perceber o preenchimento do espaço como um todo em formação, como um acontecimento” (BAKHTIN, 2000, p.243) [grifo do autor]. As noções de tempo e espaço presentes nas narrativas literárias são importantes também à constituição das narrativas jornalísticas. O Jornalismo, por ser, assim como a literatura, uma manifestação verbal articulada pela dimensão temporal, permite a materialização do tempo no espaço, como se o tempo se tornasse visível e o espaço um acontecimento. Para Benjamin (2000), na literatura a narrativa não se esgota, podendo se desdobrar após muito tempo em outros tempos e espaços, enquanto no jornalismo o importante é sua atualidade. “A informação recebe sua recompensa no momento em que é nova, vive apenas neste momento, deve se entregar totalmente a ele e, sem perder tempo, a ele se explicar” (BENJAMIN, 2000, p.276). E ainda: “precisamos ser informados sobre o atual estado das coisas num curto lapso de tempo (um dia, uma parte deste, uma semana), precisamos de um quadro quotidianamente refeito desse mundo” (GOMES, 1996, p.40).

Os programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade* apontam para o lugar do Jornalismo nas emissoras Nova Aurora e Elshaday ao circunscrever, a partir de chamadas institucionais (*spots* e *slogans*), o tempo e o espaço que conformam suas práticas. Nos dizeres dos dois casos sobre “que Jornalismo é esse” percebo indícios do *aqui e agora* que descrevem cotidianamente.

O *spot* de abertura do programa *Bom Dia Cidade*, transcrito a seguir, *diz* desse lugar do Jornalismo na emissora de Uruguaiana, como *tudo o que é notícia*:

A partir de agora você terá toda a informação; notícias da cidade, do Estado, do Brasil e do mundo; fatos que são notícias; entrevistas e reportagens; ocorrências policiais. Tudo o que é notícia você vai saber aqui, com a produção e a apresentação de Amauri de Oliveira; produção e notícias, André Moreira; controle técnico, Giovane Jauriz; direção geral, Nilton Martins. Está começando pela Elshaday FM, 104.9, Bom Dia Cidade (In: Bom Dia Cidade [CD 1 Faixa 1]).

Ainda no *Bom Dia Cidade*, o *slogan* “Jornalismo levado a sério. Bom Dia Cidade” (In: Bom Dia Cidade [CD 1 Faixa 2]) retoma essa abordagem. Esta mensagem, que é trazida várias vezes ao longo do programa pelo locutor-apresentador ao encerrar uma notícia ou comentário, aponta para um lugar do “dizer” que seria ancorado na seriedade.

Já a abertura do programa *Realidade Urgente* mostra que o discurso jornalístico na Rádio Nova Aurora é o espaço da atualidade: “A partir de agora, as primeiras informações do dia. Aumente o volume do seu rádio. Está começando aqui na 87.9, Realidade Urgente. Apresentação Antônio de Lima” (In: Realidade Urgente [CD 1 Faixa 3]). Durante o programa, geralmente após os intervalos para apoio cultural, sob forma de *spot*, é retomado que o *Realidade Urgente* é o lugar da abordagem jornalística. Aqui, como no *spot* do *Bom Dia Cidade*, faz-se alusão que esse é o lugar para “dizer” dos assuntos locais⁷³, sem esquecer daquilo que é destaque em outros âmbitos:

Realidade Urgente, as notícias para você. *Principais fatos que fazem a realidade do dia-a-dia* da nossa comunidade Santanense e também o Estado, o país e o mundo. (In: Realidade Urgente [CD 1 Faixa 4]).

Na fala do locutor-apresentador do *Realidade Urgente*, transcrita a seguir, percebe-se que o espaço destinado ao Jornalismo no rádio comunitário é o lugar para informar. Informação é, por essa abordagem, Jornalismo. Essa discussão será aprofundada ainda neste Capítulo (ver item 4.3.3).

Alô amigos, muito bom dia. Estamos iniciando a edição dessa sexta-feira, a última desse ano de 2006 do Realidade Urgente. Hoje, 29 do mês de dezembro, ano 2006, quase já no seu final. Esperamos estarmos iniciando mais uma edição do Realidade Urgente com as notícias da nossa cidade, da nossa fronteira, do Estado, país e

⁷³ A relação que os programas estabelecem com o local será tratada na Parte II da dissertação.

mundo, com a alegria de termos participado por mais um ano junto a esta programação da rádio do coração, a sua Nova Aurora, *que sempre volta a sua programação para bem lhes informar* (In: RU_29 dez. 2006 [CD 1 Faixa 5]).

O lugar do “dizer”, no Jornalismo, sofre determinações da ordem da exterioridade, visto que “na passagem do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito-jornalista inscreve-se num determinado lugar discursivo, o qual está determinado pelas relações de verdade e poder institucional que ele representa socialmente” (GRIGOLETTO, 2007, p.123). Interessa-me a relação entre lugar social e lugar discursivo, por contribuir na reflexão acerca do que é Jornalismo, *onde*.

O lugar social é empiricamente construído e sócio-historicamente determinado. Está inscrito e se (re)traduz no espaço físico. “Pode ser definido absolutamente como o ponto do *espaço físico* onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe” (BOURDIEU, 1997, p.160 [grifo no original]). O espaço social é hierarquizado e exprime hierarquias. Os lugares do espaço social resultam de disputas no interior e entre os diferentes campos. É o lugar social que vai determinar a constituição do lugar discursivo, visto que o lugar do dizer se relaciona a um sistema de lugares preestabelecidos, dado, determinado socialmente. A definição do lugar social é ponto de ancoragem para a constituição da prática discursiva: “as posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2005, p. 59). O lugar social se materializa no discurso e este, por sua vez, é determinado pelo lugar social.

Os sujeitos⁷⁴ são, assim, constituídos “em” e “pela” relação com o espaço social (ou com os campos sociais). São essas relações que se estabelecem no interior dos campos sociais, “as relações de poder institucionais”, que determinam “o lugar social que o sujeito ocupa na sociedade” (GRIGOLETTO, 2005, p. 161). E, ainda, a estrutura do espaço social se manifesta nos sujeitos, “se exprime no lugar do espaço físico em que está situado” (BOURDIEU, 1997, p.160). É na passagem do espaço social, empírico, ao espaço discursivo, portanto, que se institui o lugar discursivo onde o sujeito se inscreve. O sujeito sempre fala de um lugar social determinado e esse é, portanto, constitutivo do seu discurso.

O espaço de narração é reconhecidamente o do Jornalismo. As formações imaginárias⁷⁵ e ideológicas⁷⁶ que constituem o campo social do Jornalismo autorizam o

⁷⁴ “O sujeito da AD não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, que carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido” (GRIGOLETTO, 2007, p.123)

⁷⁵ Na AD o conceito de *formações imaginárias* aparece em 1969, quando Pêcheux o inscreve na noção de esquema “informacional” de Jakobson com o propósito de pensar o funcionamento do processo discursivo ao colocar em relação os sujeitos do discurso e o seu referente. Segundo Pêcheux, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao

jornalista a ocupar o lugar de narrador e marcam suas narrativas como o discurso da verdade⁷⁷, capaz de desambigüizar o mundo⁷⁸. Para além dos procedimentos compartilhados pelos jornalistas (a cultura profissional) e dos constrangimentos de toda ordem (organizacionais, políticos, econômicos etc.) presentes na rotina de trabalho, as escolhas daquilo que vai ser e do modo como vai ser narrado passam também pela reflexão sobre si e sobre o outro.

Ao perguntar-se, conforme propõe Pêcheux (1993, p.84), “Quem sou eu para lhe falar assim?” e, ainda, “Quem é ele para eu lhe falar assim?”, o jornalista inconscientemente antecipa representações do receptor, mobilizando formações imaginárias, sobre as quais funda seu discurso⁷⁹. O que determina um discurso, o como se diz, são as suas condições de produção, que, em sentido estrito, compreendem as circunstâncias da enunciação e, em sentido amplo, o contexto sócio-histórico, não apenas enquanto posição empírica de um sujeito que determina seu dizer. Os discursos prévios (o interdiscurso) devem ser entendidos como fornecedores de discursos (ou sentidos) para o sujeito, pois este não fala a partir de um vazio, mas a partir dos discursos historicamente construídos. O sujeito só pode falar a partir deles, é portador ou o efeito de um “já-dito” ou “já-ouvido”. Não levar o interdiscurso em consideração seria aceitar a ilusão descrita por Pêcheux do sujeito na origem do seu próprio dizer (o sujeito como fonte do sentido e a transparência do sentido), o que levaria ao apagamento do histórico, portanto.

Os esquecimentos 1 e 2, conforme proposto por Pêcheux (1995, p.173), contribui para o entendimento dessa ilusão discursiva. O sujeito acredita estar na origem do seu dizer e ter controle das escolhas que faz ao dizer. O esquecimento número um, ideológico, é o do sujeito que se coloca como origem plena de seu discurso, quando, na realidade, retoma sentidos existentes, assimilados ao longo do tempo. “Embora se realizem em nós, os sentidos apenas

outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. (PÊCHEUX in GADET & HAK, 1993, p. 82 [grifos no original]). Para Pêcheux, A e B estabelecem efeitos de sentido, enquanto para Jakobson transmissão de informações. As *formações imaginárias* mantêm relações com as condições de produção do discurso, remetendo a lugares determinados na estrutura de uma formação social. Elas estão dadas, são construídas a partir do lugar social que cada sujeito envolvido na constituição do discurso ocupa, atribui a si e ao outro.

⁷⁶ As *formações ideológicas* estão relacionadas às formações sociais, já que é no interior destas que o ideológico se institui, determinando, pelo viés da formação discursiva, os lugares empíricos que cada sujeito pode ocupar, bem como estabelecendo imagens que representam tais lugares.

⁷⁷ Foucault (2005) aborda a questão do poder, relacionando-o ao discurso da verdade, o que marca também uma determinação, vinda do exterior, na constituição do discurso.

⁷⁸ Segundo Mariani (1999, p.112), o Jornalismo assume para si a tarefa de desambigüizar o mundo, construindo “modelos de compreensão da realidade”.

⁷⁹ Pêcheux (in GADET & HAK, 1993, p.84) considera que, do outro lado do processo, o receptor questiona-se: “Quem sou eu para que ele me fale assim?” e “Quem é ele para que me fale assim?”.

representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história” (ORLANDI, 2001, p.35).

O sujeito não é a fonte originária dos sentidos, apesar de ter essa ilusão. Suas palavras remetem a outras, tomadas de “empréstimo” de outros lugares e de outros sujeitos. Credo que controla o que diz, o sujeito entremeia sentidos já-ditos, fragmentos de memória, na tessitura de seu discurso. O sujeito, desse modo, repete ou rompe com o discurso-outro, quer pela atualização de sentidos, por deslocamentos, filiações ou rupturas. O sujeito, aqui o jornalista, enuncia a partir de vozes outras, inclusive àquelas antes silenciadas. Afirmar isso requer que se considere que as palavras não têm sentido em si mesmas, elas “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições” (PÊCHEUX, 1995, p.161).

O segundo tipo de esquecimento, da ordem da enunciação, é o que faz o sujeito escolher dizer de uma maneira e não de outra, como se só assim poderia ser dito. Ao escolher dizer de um modo e não de outro as coisas que diz, o sujeito opta por colocar em circulação alguns sentidos (elegê-los) e silenciar outros (denegá-los). “Parece evidente que o sujeito diga de um modo e não de outro, supondo serem suas as palavras que mobiliza, apoiando-se na ilusão de que elas expressam seu pensamento mais puro com nitidez e exatidão; [...] apagando outros possíveis modos de nomear e dizer” (ROMÃO, 2007, 145). Há sempre, porém, a possibilidade de um outro dizer se instalar, visto que o sujeito é heterogêneo e fragmentado, o que lhe permite mudar de posição. Esse segundo tipo de esquecimento, conforme observa Orlandi (2001), é parcial e semiconsciente:

Os sujeitos ‘esquecem’ o que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas mas, ao mesmo tempo, sempre outras (ORLANDI, 2001, p.36).

O jornalista é autorizado a falar⁸⁰ em nome de outros campos e o faz ao ocupar-se (ou comprometer-se) com o discurso sobre política, economia, educação etc. É sob a aparência da unicidade que o jornalista assume posições variadas⁸¹ e são essas que determinam o que pode ser dito a partir de onde se fala. A cartografia apresentada a seguir resume essa perspectiva:

⁸⁰ O lugar de fala pode ser apreendido como um contrato implícito que autoriza o sujeito a falar daquilo que fala e a falar do modo como fala. No campo jornalístico, o jornalista é o sujeito institucionalmente autorizado a falar e o Jornalismo socialmente reconhecido como o lugar de quem fala.

⁸¹ Para a AD são posições-sujeito, isto é, “um objeto imaginário, representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma *formação social*” (FERREIRA, 2005, p.20 [grifo no original]).



Figura 1: Relação entre Lugar Social e Lugar Discursivo no Discurso Jornalístico

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, nem sempre o lugar social coincide de forma simétrica com o lugar discursivo, como é o caso da maioria dos sujeitos que enunciam nas emissoras de radiodifusão comunitária. A inscrição desses *sujeitos outros* no lugar discursivo sócio-historicamente determinado como sendo o lugar do Jornalismo (ou do jornalista) só é possível porque há um reconhecimento exterior de que aquilo que se enuncia nos espaços destinados ao Jornalismo numa emissora de radiodifusão comunitária é, de fato, Jornalismo. As formações imaginárias, construídas a partir do lugar social, contribuem para isso, visto que designam o lugar que o locutor e o interlocutor atribuem a si e ao outro.



Figura 2: Jornalismo no Rádio Comunitário

Fonte: Elaboração própria

Legenda: RadCom – Rádio Comunitária

Afetado pelos lugares social e discursivo que ocupa, o sujeito é posição no discurso⁸². Romão (2007, p.144) lembra que “[...] certos dizeres estão autorizados a serem tomados como próprios pelo/do sujeito em determinadas condições sócio-históricas, a partir do lugar de onde ele fala e das regiões de poder implicadas nesse falar”.

Também a grade de programação auxilia nesse reconhecimento, não apenas porque ordena os gêneros que compõem a programação, mas por impor uma rotina de produção e estabelecer “conteúdos e abordagens admissíveis a cada momento da programação” (MEDITSCH, 2001, p.195). Ainda, a grade de programação propõe um agendamento da emissora perante sua audiência – há um dia e uma hora, uma rotina com início, meio e fim. Assim se estabelece uma continuidade, percebida pelo público como convenção (MEDITSCH, 2001; FAIRCLOUGH, 2001), naturalizada também por um processo de habituação ou adesão à perspectiva discursiva proposta naquele espaço específico da programação.

Nessa perspectiva, Meditsch (2001, p.192) afirma que “um programa jornalístico é facilmente reconhecido, enquanto tal mesmo, numa emissora que transmita numa língua nacional desconhecida”. Isso porque a locução no rádio ainda conserva um padrão de entonação próximo ao empregado no Repórter Esso⁸³, referência que ainda persiste. Igualmente *slogans* e *spots* promocionais e a trilha sonora característica informam e reafirmam o formato adotado.

Uma das preocupações do campo, defendida sob os ideais que marcam a profissionalização do Jornalismo, é o apagamento do jornalista e de seu lugar social. “O jornalista não pode falar como quiser, pois tem de se submeter a certas regras internas e externas da instituição midiática” (BARBOSA, 2003). A escrita mediática também incide sobre *o que dizer*, o conteúdo temático, e *como dizer*, o formato do texto. Na tentativa de suprimir quem constrói o discurso jornalístico e dar a este um caráter de “universalidade referencial dos enunciados, uma credibilidade de narração dos fatos” (RODRIGUES, 2002, p.218) prima-se pelo emprego da terceira pessoa e pela citação, na forma de discurso direto, do ponto de vista do outro, da fonte, entre outros mecanismos próprios à cultura jornalística.

⁸² O sujeito discursivo “passível de singularidades, gestor de equívocos e furos, autor de movimentos, deslocamentos, filiações, rupturas e resistências, que é instalado à condição de sujeito pela ideologia que o toma de assalto, interpelando-o em um lugar e não em outro” (ROMÃO, 2007, 145). Ideologia aqui entendida como propõe Foucault (2005), portanto, não centralizada em aparelhos ideológicos, como entende Pêcheux (2006).

⁸³ A descrição do Repórter Esso encontra-se no item 4.2 do presente Capítulo.

Esses mecanismos, dentre outros, criam os efeitos de sentido de objetividade e de imparcialidade, prezados pelos cânones do Jornalismo.

Esse apagamento do lugar social defendido pelos jornalistas, porém, é ilusório. O sujeito tem a ilusão, muitas vezes, de que é possível produzir um apagamento do seu lugar social ao passar do espaço empírico ao discursivo e simula isso segundo o modo como discursiviza o seu dizer. Tal apagamento, porém, é somente efeito, já que sua inscrição em um determinado lugar discursivo implica sempre uma determinação do lugar social.

Segundo Romão (2007, p. 148), “capturado pela evidência de objetividade”, o Jornalismo apresenta certezas e constrói “efeitos de estabilidade para o que se mostra caótico, contraditório e conflituoso na realidade, cristalizando um modo de dizer”. O entendimento desses movimentos reveste-se de importância para esse estudo, posto que o Jornalismo atribui para si a tarefa de construir um sentido “natural” para a realidade (MARIANI, 1998).

Se ambos, lugar social e lugar discursivo, se constituem mutuamente, de forma complementar e relacionada à ordem da constituição do discurso, as marcas do lugar social conformam o discurso jornalístico. Porém, sob a evidência da objetividade e, mais, da imparcialidade, busca-se, no Jornalismo canônico, apagar as marcas do lugar social. Efeito, apenas, como demonstram as abordagens teóricas da AD. No rádio comunitário não se evidencia uma preocupação permanente com os rastros do lugar social que precede e constitui seu discurso, antes, são essas marcas que autorizam os sujeitos a falar daquilo que falam.

O lugar social é, no rádio comunitário, ponto de ancoragem para a construção discursiva. No excerto do programa *Realidade Urgente*, a seguir apresentado, identifico a presença de um lugar do “dizer” afetado por uma multiplicidade de lugares sociais que circunscrevem e conformam o próprio locutor-apresentador, o que me levou a perceber a não simetria entre os lugares social e discursivo no rádio comunitário, conforme expressa a Figura 2, proposta anteriormente. O excerto refere-se à notícia de um latrocínio na cidade gaúcha de Santo Ângelo, localizada na região das Missões, que traz um conjunto de elementos excepcionais e, por isso, de importância e interesse: irmãos gêmeos, filhos de um policial militar que integrava a força-tarefa em um presídio de segurança máxima, vão à rodoviária de Santo Ângelo e tomam um táxi. Durante o deslocamento matam o taxista, abandonam-no e fogem com o veículo. São encontrados mortos, no interior do próprio veículo, a poucos quilômetros dali. No programa *Realidade Urgente* outro elemento desta trama, porém, ganha destaque na abordagem feita pelo locutor-apresentador, o fato dos irmãos se dizerem ateus:

[...] apesar de calados demonstravam ter opinião quando o assunto era religião. Ateus, já haviam procurado resposta em diferentes religiões. Nas aulas de ensino religioso, do Colégio Estadual Missões, costumavam questionar o professor João Schneider em particular no final da aula ou no recreio. “Um dia fiz uma oração na sala de aula e disse vamos rezar para aqueles que não acreditam em Deus. O rapaz saiu furioso e foi reclamar com o diretor”, contou o professor. Schneider era o professor com quem eles mantinham mais contato. Via neles uma mistura de tristeza e também de prepotência. E acabaram mortos (In: RU – 8 set. 2006 [CD 1 Faixa 6]).

Ao final do bloco que traz notícias policiais, é por esse ângulo que o fato é retomado sob a forma de comentário. Nota-se aí uma formação discursiva religiosa⁸⁴, que marca as experiências e crenças do locutor-apresentador, atravessada no modo como esse discursiviza o fato. Mesmo enunciando a partir do lugar discursivo do Jornalismo, um lugar social da ordem da religiosidade aparece nesse atravessamento discursivo, o que exemplifica a relação entre os lugares social e discursivo, marcada, no rádio comunitário, por lugares sociais diversos inscritos no lugar discursivo do Jornalismo (como ilustra a Figura 2). A Rádio Nova Aurora não tem vinculação religiosa explícita, como a Elshaday. Observe o atravessamento do discurso religioso no discurso jornalístico que trata da criminalidade:

Aliás o mundo é uma guerra entre o bem e o mal. *Jesus Cristo significa o bem e o diabo o mal*. E esta guerra, desde que Deus criou a natureza, começou. Desde que surgiu o pecado no mundo ela começou e vai se proliferando. E vai aumentando. *Veja o crime dos gêmeos, em Santo Ângelo, eles não eram ateus? Não acreditavam em Deus*. Tanto é que quando o professor falou em Deus em sala de aula um se retirou furioso. E tem essas pessoas. Se tiver religião do diabo, e tem mesmo, tem uma religião que cultua o diabo. Assim como tem outras religiões que pretensamente estão falando em nome de Deus, mas para os estudiosos estão falando em nome do diabo. Usando o diabo e as artimanhas que seriam de Deus. *E aí o bem e o mal não são a guerra constante que assistimos através do mundo do crime?* Isso é uma realidade (In: RU – 8 set. 2006 [CD 1 Faixa 7]).

A presença do lugar social aparece, no exemplo apresentado a seguir, sob a forma de observações realizadas pelo locutor-apresentador em meio à informação. Em destaque no trecho elementos discursivos que apontam para o conhecimento da realidade, o que permite inferências e julgamentos de valor.

Domingo à noite o entregador de jornais cumpria seu roteiro na Vila Ponte Nova, no Prado, em sua moto CG 150 preta, IMG 4084, quando foi abordado por dois homens, em uma outra moto. Um dos homens, armado com um revólver, desceu e levou a moto do entregador. Os ladrões fugiram em direção a rua Marechal Mallet, seguindo por ali para Rivera. *Ali é trânsito livre, eles sempre passam*. Ali na Marechal Mallet a polícia teria que disponibilizar, fazer uma operação conjunta da polícia daqui e da polícia⁸⁵ de Rivera. A polícia⁸⁶ de Rivera está sempre lá em cima com posto perto do Matadouro Leolort e a do Brasil ali no Prado. *Aí o pessoal ia deixar de entrar pela Mallet para fugir com as coisas roubadas*. Deixar eles no

⁸⁴ Lembrando que uma formação discursiva é afetada por formações ideológicas e imaginárias por meio das quais o sujeito se inscreve ao recortar seu dizer.

⁸⁵ A grafia *policia* indica que a pronúncia foi em espanhol.

⁸⁶ Idem.

brete... *Mas, enquanto isso não acontece, eles vão roubando e vão levando* (In: RU – 31 ago. 2006 [CD 1 Faixa 8]).

Nesse exemplo, percebe-se que por conhecer a realidade, o locutor-apresentador não consegue dissociar a opinião que tem acerca dela da informação que traz. Também por esse excerto se evidencia que a informação e a opinião, juntas, conformam as narrativas jornalísticas no rádio comunitário (ver item 4.3.3).

4.3.2 Os “espaços resto” e seus narrares

Por meio de um movimento de aproximação e apropriação de modelos de apuração e produção mediática o rádio comunitário institui espaços de Jornalismo. Ao fazê-lo, se posiciona em um espaço intervalar, de apoderamento e adequação a “diferentes” modelos de Jornalismo, como o comercial, o alternativo, o comunitário etc., a partir de práticas tentativas de definição de um formato e de enfrentamento de dificuldades e desafios que concretamente se colocam no cotidiano do rádio comunitário. Como salienta Braga (2007b, p.5 [grifo no original]), “nas áreas em que não dispomos de conhecimentos suficientemente consolidados, os processos de *aprendizagem social* são mais frequentes e diversificados – porque são vinculados aos contextos imediatos em que se desenvolvem, e porque são tentativos”.

Em meio a um processo de identificação, ajuste e assimilação de protocolos e procedimentos, tentativo, o Jornalismo radiofônico comunitário parece assentar-se em uma posição periférica, às margens de modelos reconhecidos. Ao aproximar-se ora de um, ora de outro “tipo” de Jornalismo, sem contudo pertencer a nenhum deles, a radiodifusão comunitária parece romper com as lógicas mediáticas reconhecidas como necessárias a uma “boa” prática jornalística, quando o que faz é acompanhar o fenômeno característico da contemporaneidade, em que os processos mediatizados tornam-se referenciais não apenas para a mídia, mas também para campos e atores sociais diversos. No caso do rádio comunitário, experimentam-se procedimentos empregados por outras mídias para constituir-se como tal.

Ao delimitar-se a partir de aproximações, apropriações (ou imitações), a radiodifusão comunitária pode ser compreendida como instituinte de um *espaço resto*⁸⁷ de narração. O substantivo *resto* é aqui empregado não com o sentido de sobra, incompletude ou excesso, mas com o propósito de marcar uma situação de instabilidade em que o Jornalismo no rádio

⁸⁷ O espaço é aqui compreendido como *lugar praticado*, conforme propõe Certeau (1994). “É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam” (CERTEAU, 1994, p.202).

comunitário se estabelece por uma tentativa de ajustamento a um ou mais modelos, configurando-se como um lugar residual que, por se situar na divisa ou entre modelos, escapa à lógica das narrativas que se colocam como legítimas a partir do *texto das lógicas*.

O lugar de *resto*, de questão discrepante, atribuído ao que destoa do canonicamente instituído como sendo o “bom” Jornalismo, não é um fenômeno circunscrito à radiodifusão comunitária. Experiências anteriores, de jornais alternativos, de rádios livres e movimentos populares, por exemplo, foram postas às margens, em lugar “inferiorizado em relação às narrativas jornalísticas legitimadas pelos ‘padrões oficiais’” (RESENDE, 2003, p.21).

A experimentação de papéis é também importante elemento configurador do rádio comunitário. A aprendizagem, via de regra, se dá pela possibilidade de uso e interação, pela experimentação tentativa de formatos e processos produtivos em uma ação permeada por modelos já existentes, em detrimento de um experienciar coletivo que leve à construção de outras possibilidades de uso do meio. O Jornalismo no rádio comunitário é desenvolvido por pessoas do entorno das emissoras, sem experiência anterior com o meio, ou por radialistas oriundos de emissoras comerciais e populares. Independente da prática anterior, o Jornalismo desenvolve-se por um esforço permanente do *sujeito comunicador* de, ao mesmo tempo, ocupar o lugar do jornalista e representar a comunidade da emissora comunitária. Faz isso “apoderando-se” de modelos já existentes, em uma transferência, muitas vezes, sem reflexão de processos apreendidos e aprendidos pelo uso dos produtos da mídia.

O “espaço resto” a que me refiro designa, portanto, um movimento tentativo de estabelecer um Jornalismo que como tal seja reconhecido. Esse Jornalismo se conforma a partir da posição periférica que assume no interior dos “vários” jornalisimos, justamente porque não adota um modelo com todas as condições que esse oferece. O Jornalismo no rádio comunitário não é nem comercial, nem comunitário, nem alternativo, naquilo que é a completude de cada um desses modelos. É continuamente tentativo, quer pela experimentação ou, simplesmente, pela transferência de formatos e padrões existentes.

4.3.3 A editorialização da informação

No Jornalismo, de um modo geral, conforme identifica Traquina (2004), há dois momentos de separação da informação e opinião: o primeiro no século XIX, com a instituição

de um “Novo Jornalismo”⁸⁸, o jornalismo informativo, e, o segundo, especialmente a partir dos anos 20 e 30 do século XX, nos Estados Unidos, com o surgimento do conceito de objetividade. O nascimento deste novo Jornalismo dá-se em meio aos ideais positivistas que, de modo geral, levaram as disciplinas sociais e humanas a buscar maior cientificidade. Conforme Traquina (2004, p.52), “neste novo jornalismo na era do positivismo vive-se um culto dos fatos”, prima-se pela distinção entre informação (ou fato, notícia) e opinião (ou interpretação).

A essa separação liga-se o conceito de objetividade (Soloski, 1999; Tuchman, 1999; Hackett, 1999; Moretzsohn, 2007) que descreve uma norma jornalística e liga-se “à relação existente entre as declarações jornalísticas e a realidade” (KUNCZIK, 1997, p.223). Tuchman (1999), numa pesquisa que se tornou referencial, considera a objetividade como um ritual estratégico, invocado pelos jornalistas para eximir-se dos riscos da profissão. A objetividade é “assegurada” por procedimentos estabelecidos pelos jornalistas – por exemplo, citar “outras pessoas em vez de dar as suas próprias opiniões” (TUCHMAN, 1999, p. 74) – que se sobrepõem a uma fé simples nos fatos. Da mesma forma, Soloski (1999, p.96) a vê como “um modo eminentemente prático – e aparentemente altamente bem-sucedido – de lidar com as complexas necessidades dos jornalistas, das organizações jornalísticas e dos públicos”.

Junto da objetividade, a imparcialidade é outra norma profissional compartilhada pelos jornalistas. Na década de 1950 já se exigia dos jornalistas imparcialidade, impessoalidade e isenção. Para Soloski (1999), a objetividade exigida dos jornalistas não significa a observação imparcial dos acontecimentos, mas um relato imparcial e equilibrado. Lustosa (1996, p.22) trata a neutralidade jornalística como um mito cotidianamente desfeito.

A objetividade e a imparcialidade ligam-se a regras e procedimentos de apuração e não à negação da subjetividade. Os esquecimentos de Pêcheux (expostos no item 4.3.1) amparam essa crença positivista na objetividade e imparcialidade. O jornalista acredita que o modo como discursiviza é objetivo e isento, “esquecendo-se” que para além dos procedimentos normativos da cultura jornalística, há escolhas subjetivas, “porque o que é mostrado jamais deixará de ser apenas um enquadramento possível do acontecimento” (BENETTI, 2007, p.12).

Sabe-se que há uma realidade exterior que toma forma por meio do discurso jornalístico em um processo mediado por procedimentos, rotinas institucionais e, ainda, pela

⁸⁸ Ao empregar a expressão “Novo Jornalismo” refiro-me à abordagem de Traquina (2004, p.51) acerca da “mudança de um jornalismo de opinião para um jornalismo de informação”, diferente, portanto, das abordagens sobre *new journalism* de Wolfe (2005).

subjetividade do Jornalista. Contudo, o relato jornalístico não é subjetivo. O Manual⁸⁹ de Redação da *Folha de S. Paulo* reforça essa condição:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções.

Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. (2001, p.45)

No Jornalismo impresso o editorial é o espaço reservado à opinião da empresa jornalística, à palavra oficial diante dos fatos, em um nível grupal (MEDINA, 1988) em que a política da empresa está presente no processo de codificação da mensagem. Se transposto para o rádio, o editorial é interpretado como a opinião do locutor-apresentador, em um nível pessoal de angulação, e não mais a expressão da opinião da organização jornalística. De modo geral, busca-se no rádio distinguir aquilo que deve ser acreditado como informação jornalística daquilo que deve ser compreendido como opinião, percebido como propaganda ou mesmo brincadeira. Tal esforço dá-se no sentido de uma separação entre informação e opinião e ainda entre esses gêneros e a propaganda. Também a polifonia contribui para isso, visto que a reflexão opinativa a partir dos fatos cabe aos entrevistados, na maioria das vezes.

Cercando o objeto para compreender os dizeres do Jornalismo nas duas emissoras que integram a pesquisa, empreendi um olhar no que se refere à relação entre informação e opinião nos programas jornalísticos *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, por entender ser esta uma questão importante e necessária a minha leitura discursiva de ambos. Neste olhar, percebi que nas emissoras comunitárias Nova Aurora e Elshaday, em que o programa jornalístico encontra-se alicerçado em um locutor-apresentador, um “faz tudo”, a avaliação dos assuntos tratados é amarrada por este e, às vezes, sobreposta à informação. Opina-se sobre tudo, de política a futebol, ora num tom de comentário, ora de crítica. Não se desenvolve, contudo, um Jornalismo interpretativo (ERBOLATO, 1991), nos moldes canônicos.

Trago, a seguir, excertos dos dois programas que me forneceram indícios sobre a relação entre informação e opinião. Vejo nesses excertos não só a clara presença da opinião do locutor-apresentador na narrativa jornalística, mas também uma questão que transcende a superficialidade do texto, qual seja, a relação entre lugar social e discursivo na conformação dos dizeres dos locutores-apresentadores (ver item 4.3.1).

No primeiro exemplo, do programa *RU*, que trata de reunião com vistas à instalação das Linhas Círculo em Livramento, acrescenta elementos à narrativa indicando que se tratam

⁸⁹ Os manuais de redação são tributários das questões de sustentação do campo e, ao mesmo tempo, são dispositivos que balizam o modo como o Jornalismo produz sentidos. Na lógica de Foucault (2005), funcionam como dispositivos de poder.

de informações (que eu tenho) e encerra com um comentário que visa a explicar o fato – *olha só [...] estão fomentando as possibilidades de –*:

Prefeito negocia a instalação das Linhas Círculo. O assunto foi tema de reunião na prefeitura, entre o prefeito e a direção da Cofitec, representante do Lanifício Albornoz. [...] *A informação que eu tenho* desde que aconteceu os primeiros contatos, há alguns, *acho que* já faz mais de dois meses, é que aqui é produzido um tipo de fio de lã para esta empresa Linhas Círculo que somente a Cofitec produz, antes era o Lanifício Albornoz, depois ficou com a Confitec. E esse fio, essa produção foi um dos motivos para que fosse criada a Confitec, porque tinha mercado certo de comercialização e agora estão tratando, buscando. [...] *Pelas informações que eu tenho* esse contrato terminou e agora o Lanifício Albornoz quer cobrar, já chamou a direção da Confitec, já entraram em negociações, quer cobrar agora aluguel para a Confitec continuar funcionando ali. [...] *Olha só, são idéias que várias pessoas buscam, se reúnem ao redor de mesas, conversam, buscam o diálogo, para o amadurecimento das idéias, estão fomentando as possibilidades de desenvolvimento e de manutenção de coisas que já temos na nossa cidade* (In: RU – 31 ago. 2006 [CD 1 Faixa 9]).

No *BD*, no primeiro exemplo, a seguir, verifica-se que o locutor-apresentador chama a atenção do ouvinte para a aprovação, em consulta popular, da revitalização do Mercado Público de Uruguaiana e da instalação de uma policlínica pediátrica no segundo andar do prédio ao ser enfático – *sabe o que vai acontecer?* –, para atribuir o comentário a outrem – *isso aí já se comenta* – e acrescentar o seu posicionamento – *parece que houve uma articulação e vai parar o de baixo* –. No último exemplo, que trata da não realização de uma festa julina (tipo junina, só em julho) o locutor-apresentador primeiro indaga – *Será que dá muito trabalho, ou não? Ou tem gente que não gosta de festa* –, para encerrar dizendo que vai buscar informações sobre – *Nós vamos procurar saber o que aconteceu com o Julinão* –.

Eu li agora aqui no jornal o seguinte: Mercado Público embaixo, policlínica em cima. *Sabe o que vai acontecer com isso aí? Isso aí já se comenta.* Há semanas atrás já se comenta isso aí. *Parece que houve uma articulação*, houve uma armação pra inviabilizar um dos lados. Inviabilizar um dos lados. Como é que nós vamos montar um mercado público, com venda de materiais, de produtos perecíveis e produtos no caso como a própria carne, o peixe, enfim, hortaliças. Como é que a gente vai montar um Mercado Público embaixo e uma policlínica em cima? *Sabe o que vai acontecer?* No momento em que forem acionados os dois, vai ter que parar um, ou seja, *vai parar o de baixo*, que é o Mercado Público, porque não pode ter nem a policlínica em cima, nem o mercado embaixo [...] (In: BD – 3 jul. 2006 [CD 1 Faixa 10]).

[...] esse ano *parece que não teve* aí o “Julinão”. Julinão no Parcão, a festa aquela que acontece no Parcão todos os anos, festa julina. Será que dá muito trabalho pra organizar o Julinão? *Será que dá muito trabalho, ou não? Ou tem gente que não gosta de festa?* Mas... se você não gosta de festa, você tem que organizar ou trocar, porque tudo hoje está na base da troca. *Nós vamos procurar saber o que aconteceu com o Julinão*, a Festa Julina que acontece todos os anos no Parcão. Vamos saber aí o que aconteceu esse ano. Vamos tentar buscar ainda hoje aí (In: BD – 25 jul. 2006 [CD 1 Faixa 11]).

Nos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade* as opiniões dos locutores-apresentadores entremeadas (e sobrepostas, muitas vezes) aos fatos conformam um

Jornalismo editorializado. Esse formato, ao apontar para mais um deslocamento do *texto das lógicas*, visto que o valor simbólico do Jornalismo, a credibilidade, assenta-se na separação entre informação e opinião, evidencia que, para o rádio comunitário é essa indissociação que torna credível a informação. Isso acontece porque o locutor-apresentador mostra-se ao angular as notícias a partir daquilo que julga relevante que seja observado em cada uma delas. A editorialização da informação no rádio comunitário não precisa ser velada, antes revelada, porque, inclusive, permite perceber que a escolha das notícias dá-se também por aquilo que o locutor-apresentador pode acrescentar, novas informações ou velhas opiniões.

4.3.4 Vivência como valor-notícia no rádio comunitário

O contexto situacional, tanto da organização de trabalho como aquele que o circunda, interfere significativamente no processo de construção jornalística. Assim, ao produzir a notícia, o jornalista estabelece relações sociais e escolhas orientadas “pela aparência que a ‘realidade’ assume [...] pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas” (TRAQUINA, 2003, p.87).

Os jornalistas estabelecem parâmetros para delimitar que fatos serão considerados como acontecimentos e que parâmetros são necessários para apresentá-los sob a forma de notícias, produto de uma atividade discursiva, que constrói a realidade social (VERÓN, 1995). De acordo com Alsina (1989, p.18 [tradução minha]), “notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível”. Para o autor, cabe ao Jornalismo construir a realidade social como pública e relevante e lhe atribuir sentido:

De minha parte, tenho relacionado o acontecimento-notícia com a realidade social a partir da noção da construção da realidade, como produção de sentido através da prática produtiva e das rotinas organizativas da profissão jornalística. Por conseguinte, a concepção desta construção da realidade variará segundo o caráter que se outorgue à própria realidade social (ALSINA, 1989, p.29 [tradução minha]).

As notícias são índices do real, narrativas produzidas sob parâmetros profissionais que legitimam o campo do Jornalismo: “as normas técnicas envolvem as operações de recolha, escrita e preparação das notícias; as normas éticas dizem respeito à obrigação do jornalista para com os leitores e para com a sua profissão, a imparcialidade, a exatidão, o *fair play* e a objetividade” (BREED, 1999, p.153 [grifo no original]).

A seleção de notícias é um processo de decisão e escolha incorporada à rotina jornalística. Os valores-notícia permeiam a seleção de fatos, funcionam conjuntamente, combinados. São flexíveis, adaptam-se à variedade sem-fim de fatos, como alteram-se no tempo. Os valores-notícia permitem responder a questão “por que é que temos determinadas notícias e outras não?” visto que “o caráter noticiável de um fato não o promove automaticamente a notícia” (SOUSA, 2004, p.41). Segundo Kunczik (1997, p.248), “as investigações em torno dos valores das notícias, no entanto, só podem descrever os aspectos que determinam a seleção das notícias, pois não explicam a gênese desses valores a partir de peculiaridades específicas da profissão jornalística”.

A discussão dos valores-notícia, os modos que permeiam a passagem de um acontecimento a notícia revelam a ênfase nos fatos e a construção da realidade por meio do discurso jornalístico. Já em 1690, Tobias Peucer, autor da primeira tese sobre Jornalismo, tece considerações ao que se discute contemporaneamente como sendo critérios de noticiabilidade ou valores-notícia. Peucer (2004) destaca o valor da importância – “que aí não se ponha coisas de pouco peso ou as ações diárias dos homens; ou as desgraças humanas, das quais há uma fecunda abundância na vida comum” (2004, p.21); trata da atualidade – “são relatos jornalísticos (*Relationes novellae*) que contêm a notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja” (2004, p.16); e propõe critérios de seleção – “[...] coisas singulares, fatos realizados ou por Deus ou através da natureza, ou pelos anjos, ou pelos homens na sociedade civil ou na Igreja. Pois bem, como estes fatos são quase infinitos, cabe estabelecer uma seleção de modo que seja dada preferência [...] àqueles que merecem ser recordados ou conhecidos” (2004, p.21). Antecipa, ainda, a discussão dos constrangimentos à produção de informação – as notícias estão sujeitas à pressão do tempo, são relatos “precipitados” (2004, p.16), que se limitam “somente a uma simples exposição, unicamente a bem do reconhecimento dos fatos históricos mais importantes” (2004, p.16).

Kunczik (1997) recupera pelo menos outros dois estudos sobre a delimitação de quais elementos os fatos precisam apresentar para serem notícia. Num deles, de 1695, de Kaspar Stieler, são apresentados como valores-notícia “a novidade, a proximidade geográfica, as implicações e a proeminência, como também o negativismo” (KUNCZIK, 1997, p.242). Outro, de 1922, apresenta o termo “valores informativos” e o relaciona “a clareza do fato, seu elemento de surpresa, sua proximidade geográfica, seu impacto e conflito pessoal” (KUNCZIK, 1997, p.242). Trata-se da publicação *Public Opinion*, de Walter Lippmann, que marcou a discussão contemporânea sobre valores-notícia.

Num estudo clássico, realizado em 1965, Galtung e Ruge (1999) desenvolveram a primeira reflexão sobre os critérios de noticiabilidade, capazes de possibilitar a atribuição de valor noticioso aos fatos e, portanto, sobrepor-se à subjetividade jornalística. A partir de estudo sobre o fluxo das notícias internacionais chegam a doze valores-notícia. Quais sejam: frequência, amplitude, clareza ou falta de ambigüidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo.

Wolf (2003) define os valores-notícia como um componente da noticiabilidade. A cultura profissional, a organização e os processos de produção estabelecem um conjunto de critérios que definem a noticiabilidade necessária aos fatos para que esses possam ser transformados em notícia. Os valores-notícia são, portanto, escolhas intencionais originadas na e da cultura jornalística e organizacional, permeadas por lógicas econômicas, políticas, ideológicas etc. Para Wolf (2003, p.202), os valores-notícia respondem ao questionamento: “quais acontecimentos são considerados interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias?”.

Auxiliam nestas escolhas, segundo o próprio Wolf (2003), os fatos, os processos de construção discursiva, o público e os concorrentes. E especifica: “A primeira ordem de considerações concerne ao evento a ser transformado em notícia; a segunda diz respeito ao conjunto dos processos de produção e de realização; a terceira, à imagem que os jornalistas têm dos destinatários; e a última, às relações entre os meios de comunicação” (WOLF, 2003, p.208).

Traquina (2003) se refere a valores contextuais e associa os valores-notícia ao *news judgment* dos jornalistas. Para Moreira (2006), os valores-notícia são um dos critérios de noticiabilidade. Ao elaborar uma síntese dos valores-notícia citados em 13 trabalhos acadêmicos, Moreira (2006) conclui que há um núcleo básico que independe da organização jornalística. São eles: atualidade, importância (consequências, amplitude/impacto e intensidade/gravidade), interesse, proximidade e excepcionalidade. Igualmente a análise da abordagem de diversos teóricos⁹⁰ acerca dos valores-notícia é realizada por Silva (2005), numa proposta de sistematização desses critérios a partir de três instâncias: a) critérios de noticiabilidade na origem do fato; b) critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos, na

⁹⁰ Inúmeros autores brasileiros tratam dos valores-notícia ou critérios de noticiabilidade. Cito alguns: Erbolato (1991); Chaparro (1994); Berger (2002); Motta (2002); Silva (2005); Moreira (2006).

produção da notícia, envolvendo desde condições organizacionais até a cultura profissional; e c) critérios de noticiabilidade na visão dos fatos.

Os valores-notícia podem estar mais no relato do que nos fatos (WOLF, 2003; MOTTA, 2002). Assim, admite-se que esses valores podem ser conferidos ao fato por meio da narrativa jornalística, forma partilhada pelos jornalistas de contar “estórias”, por meio das quais transformam acontecimentos em notícias (DARNTON, 1990; TUCHMAN, 1999; BIRD e DARDENNE, 1999). “Dizer que uma notícia é uma ‘estória’ não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída” (TUCHMAN, 1999, p.262 [grafia original]).

Em outro texto, Traquina (2004, p.174) pontua que as “notícias são narrativas, “estórias”, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos”. Assim, ao considerar as especificidades da radiodifusão comunitária, percebo a reconfiguração dos valores-notícia nesses espaços ou, com mais ousadia, o estabelecimento de um valor-notícia singular – a vivência. Para além da atualidade, importância, interesse, proximidade e excepcionalidade, valores retirados da proposta de Moreira (2006), a vivência é o critério que permeia a escolha dos fatos, bem como marca a passagem à notícia no rádio comunitário.

A vivência liga-se à experiência, elemento central de socialização. Experiência vivida gera aprendizagem relacionada. A experiência constitui-se também “das circunstâncias pessoais e sociais do contato, das reações psico-afetivas, das interpretações corporificadas, do engajamento das pessoas nessas circunstâncias – e que dão sentido e forma a um produto que passa, de algum modo, a incluir estes elementos” (BRAGA & CALAZANS, 2001, p.142).

Também nesse sentido contribuem as afirmações de Kunczik (1997, p.233), para quem o conhecimento dos jornalistas depende da experiência com os acontecimentos reais. Assim, a vivência em comunidade, em outras atividades profissionais, as experiências e escolhas pessoais etc. conformam esse critério de noticiabilidade.

Nas rádios comunitárias Nova Aurora e Elshaday, a vivência de quem *faz* os programas jornalísticos orienta a escolha dos fatos e, especialmente, o tratamento dado a estes, mais do que alguns parâmetros organizacionais ou institucionalizados. Especialmente os comentários que são entrelaçados às informações, que acabam por editorializar o Jornalismo, revelam muito daquilo que o locutor-apresentador vivencia no dia-a-dia e que

julga importante relatar. A importância da vivência como critério de noticiabilidade para o rádio comunitário aparece continuamente nos programas analisados e, por isso, o considero dessa maneira aqui. Os excertos apresentados a seguir servem de ilustração do que observei em ambos os casos:

[..] Os postos de saúde que estão abandonados, sem médico, principalmente nesta área da pediatria. *Olha vou te contar, estou cansado de ouvir*, muitas vezes eu estou em casa e estou cansado das pessoas ir lá, cansado no bom sentido, é um exemplo que estou dando, não me cansa atender as pessoas. Mas *eu vejo sim as pessoas apavoradas*, as pessoas questionando, que é isso se não tem médico o meu filho ardendo em febre e eu fui levar no posto e não tinha médico (In: BD – 3 jul. 2006 [CD 1 Faixa 12]).

Nesse exemplo e no próximo, experiências anteriores conformam os gestos discursivos do locutor-apresentador. No trecho a seguir, aparece a ligação entre passado e presente inscritas no discurso do locutor-apresentador acerca das ações policiais na fronteira (no combate à criminalidade), visto que para afirmar que agora *está funcionando*, é preciso que ele tenha vivenciado a realidade anterior, quando não funcionava. Também a inscrição *a gente tem observado* mostra que o locutor-apresentador se inscreve como parte, como alguém que por viver ali pode falar sobre. Identifica-se aí, por esse excerto, que a fronteira tem um *lado de lá* e um *lado de cá* quando algo não funciona como se espera⁹¹.

Agora aqui na fronteira, outro assunto importante *que a gente tem observado* são as ações policiais. Nos últimos meses *está funcionando* dos dois lados. Tanto do lado brasileiro, quanto do lado uruguaio (In: RU – 31 ago. 2006 [CD 1 Faixa 13]).

O valor-notícia nomeado como vivência, como os demais, serve à escolha dos fatos ou à confecção das notícias, já que pode ser incorporado à narrativa dos mesmos. Percebe-se a autonomia dos responsáveis pelo *Realidade Urgente* e pelo *Bom Dia Cidade* na organização dos programas e identifica-se uma prática de produção permeada mais por escolhas individuais, a partir da vivência de cada locutor-apresentador, daquilo que o afeta em dado momento, do que a conformação de uma cultura organizacional.

O contexto apresentado no item anterior (ver 4.3.3), que aponta para a editorialização do Jornalismo radiofônico comunitário, está estreitamente ligado à proposição desenvolvida aqui de compreender a vivência como um valor-notícia. Assim como a escolha das notícias é permeada pela vivência do locutor-apresentador, a angulação dada por este aos assuntos que aborda tem na vivência um elemento definidor daquilo que será e de como será dito. O locutor-apresentador tem um papel decisivo e central na escolha e no enquadramento dos fatos, ao mesmo tempo em que ocupa um lugar socialmente reconhecido como de narração, o

⁹¹ Essa discussão será retomada no Capítulo 7.

do jornalista, e se ocupa em ser porta-voz daquilo que julga representar e interessar a comunidade da emissora comunitária.

4.3.5 Afinal, o que há de comunitário no rádio comunitário?

Ao termo rádio comunitário agregam-se outros, como comunicação comunitária (PERUZZO, 1998, 2002, 2003; DORNELES, 2006), comunicação popular (FESTA & SILVA, 1986) e a adjetivação comunicação do povo (KAPLÚN, 1987), comunicação alternativa (BRAGA, 1991, 2007; CAPARELLI, 1983), mídia radical (DOWNING, 2002) e comunidade (PAIVA, 2003, 2007). A compreensão dessas terminologias, empregadas muitas vezes como sinônimos, faz-se necessária, especialmente frente à necessidade de compreensão da perspectiva que o rádio comunitário se realiza e de como se demarca seu funcionamento.

As raízes da comunicação comunitária (PERUZZO, 1998) remontam às experiências populares e alternativas de comunicação do final da década de 1970 e anos 80, geradas num contexto de mobilização dos movimentos populares e de segmentos excluídos, caracterizando-se “como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares” e que “tem caráter mobilizador coletivo” (PERUZZO, 2006, p.2). Comunicação popular tinha o sentido de uma forma de expressão de segmentos excluídos, mas mobilizados. Segundo Festa & Silva (1986, p.25), “a comunicação popular nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais, mas sobretudo da emergência do movimento operário e sindical”. O adjetivo popular historicamente foi empregado como “comunicação do e para o povo”, o que significa produzir “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista” (KAPLÚN, 1987, p.7 [tradução minha]).

Contemporaneamente, a terminologia comunicação comunitária é empregada numa tentativa de dar conta à “passagem de uma comunicação mais centrada no protesto e na reivindicação e muito ligada a movimentos populares para uma comunicação mais plural e de conteúdo abrangente” (PERUZZO, 2002, p.59). A expressão comunicação comunitária passou a ser empregada ao se referir a processos diferentes entre si: a) quando se refere ao formato de comunicação que reproduz e incorpora práticas da comunicação popular (rádios e TVs comunitárias, jornais de bairro etc.); e b) para designar algumas produções da grande mídia ancoradas na abordagem de temas ligadas ao local e regional. Em ambos os processos verificam-se a abordagem de conteúdos aderentes às localidades.

A comunicação alternativa liga-se à experimentação/criação produtiva realizada por setores não-industriais da sociedade, especialmente movimentos sociais e organizações. A imprensa alternativa aparece geralmente quando não há liberdade de expressão e visa à reivindicação e à crítica à ordem estabelecida. Diferente, porém, do Jornalismo militante, político-partidário ou sindical, que oferece suporte a uma opinião, a imprensa alternativa constitui-se como possibilidade ampliadora de coleta e análise da diversidade social, numa variação tentativa. “A imprensa alternativa se vê como jornalismo de oposição” (BRAGA, 1991, p.228) à produção característica da grande imprensa. Segundo Caparelli (1983, p.96), as formas alternativas de se produzir Jornalismo encontram-se, muitas vezes, desligadas “dos compromissos de meios de comunicação oficiais”, voltando-se ao atendimento de interesses de grupos específicos ou de parcelas da população.

A terminologia mídia radical é empregada por Downing (2002, p. 75 [grifo do autor]), para quem “termos como mídia *comunitária* ou mídia *popular* podem facilmente ocultar mais que revelar. São mais firmes naquilo que excluem – a mídia convencional – do que naquilo que significam”.

O conceito de comunidade está entre os mais evocados na atualidade. A noção de comunidade é objeto de reflexão em mais de uma área e em inúmeros autores. A palavra comunidade, por sua polissemia, tem se mostrado de uma significativa abrangência pelas variadas formas em que é empregada.

É usado no sentido localista (esta comunidade mantém-se firme na questão de...), na retórica da política mundial (a postura da comunidade internacional contra o terrorismo), no sentido profissional (a comunidade científica), na política do uso da franqueza em questões sexuais (padrões de decência da comunidade) e num sentido nostálgico que remete a uma suposta era de harmonia (precisamos resgatar o sentido de comunidade). *Comunidade* também se refere a um modo de atribuir estrita homogeneidade de opinião a grupos étnicos minoritários (*a* comunidade negra, *a* comunidade judaica) (DOWNING, 2002, p.74 [grifo no original]).

Comunidades são vividas, são imaginadas, são reinventadas, são materiais e simbólicas, são delimitadas pelo que é compartilhado e por aquilo que é distinguido. Os conceitos de comunidade, entendidos assim no plural, têm relação com os contextos históricos nos quais foram produzidos e, muitas vezes, nada representam quando transpostos a contextos outros. As comunidades sugerem, porém, uma coisa boa. São, por isso, associadas à convergência de propósitos e visões de mundo, à pertença, à participação e interação, à comunhão. Permanecem, por outro lado, como algo distante, de difícil concretização, um ideal a ser buscado, um “paraíso perdido ou ainda esperado” (BAUMAN, 2003). Discorrer

sobre comunidade significa considerar os variados significados que se ligam às várias redescobertas do conceito e avançar no sentido do entendimento que se pretende.

A expressão comunidade assume configurações diferenciadas a partir da direção conceitual que se opta: a) ligada à psicologia e descendente do pensamento romântico; b) ligada à espacialidade; e c) ligada à sociologia. A primeira associa comunidade à solidariedade, à integração, à identificação e à união, à qualidade das relações entre indivíduos. A visão ecológica, ligada à espacialidade, vê a comunidade como um conjunto de indivíduos de um território determinado. Ambas vinculam-se à família, arquétipo de outros agrupamentos de base afetiva ou territorial. O enfoque sociológico considera a comunidade como grupo social organizado e auto-suficiente.

A territorialidade aparece como questão definidora de comunidade nas proposições da Escola de Chicago. Segundo Paiva (2003), é a partir da importância da união entre seus membros, da luta pela existência e da competição pelo espaço que a Escola de Chicago inscreve a comunidade. A questão da territorialidade também se apresenta de maneira definidora nas abordagens de Tönnies⁹² (1947), não à semelhança do sentido concedido a esta pela Escola de Chicago. Para Tönnies, que empreende uma conceituação rigorosa do termo comunidade (*Gemeinschaft*), antitético ao de sociedade (*Gessellschaft*), segundo o autor, “a comunidade de sangue como unidade de essência se desenvolve e se especializa numa comunidade de lugar, que tem sua imediata expressão na convivência local” (TÖNNIES, 1947, p.32). O ambiente familiar constitui-se como comunidade. Mas não só ele. A comunidade ultrapassa os muros e acaba sendo definida, também, pelas relações de vizinhança e amizade:

Vizinhança é o caráter geral da convivência em um povoado, onde a proximidade das casas, dos bens comuns ou a mera contigüidade dos campos, determina numerosos contatos entre os homens e faz com que estes se acostumem a tratar-se e conhecer-se mutuamente. [...] A amizade se faz independente do parentesco ou da vizinhança, como condição e efeito de atuações e concepções coincidentes, de nesse lugar produzir-se mais facilmente a base de pertencer a um ofício ou arte igual ou semelhante (TÖNNIES, 1947, pp.33-34 [tradução minha]).

O autor sugere que comunidade é vida em comum, entendimento compartilhado entre seus membros – “bens comuns e males comuns” (TÖNNIES, 1947, p.43) – de tipo natural e

⁹² As abordagens de Ferdinand Tönnies sobre comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gessellschaft*), desenvolvidas em 1887, servem de base a muitas discussões sobre a temática. Para Tönnies (1947), comunidade representa o oposto de sociedade. A comunidade liga-se à questão da família e aos interesses comuns, àquilo que é íntimo, enquanto na sociedade prevalece o público, o individual. “La teoría de la sociedad construye un círculo de hombres que, como en la comunidad, conviven pacíficamente, pero no están esencialmente unidos sino esencialmente separados, y mientras en la comunidad permanecen unidos a pesar de todas las separaciones, en la sociedad permanecen separados a pesar de todas las uniones” (TÖNNIES, 1947, p.65).

tácito. Ao defini-la dessa forma, Tönnies (1947) não associa entendimento a consenso. A comunidade já está dada, tampouco reflete sobre si.

Silverstone (2002), por sua vez, denomina comunidade as experiências conflitantes da vida social, no sentido de um lar público, não privado. Contribuem, neste sentido, as abordagens de Magnani (1998) acerca do pedaço. Este espaço é definido a partir de uma ordem espacial, um dado território, e de uma rede de relações, resultante da combinação entre parentesco, vizinhança e procedência. O termo pedaço “designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas, impostas pela sociedade” (MAGNANI, 1998, p.117).

O pertencimento do indivíduo à comunidade resulta da vinculação ao cotidiano do outro e do compartilhamento do espaço. É pelo “olhar” do outro que o sujeito se reconhece como tal. É na vivência, em comunidade, que o indivíduo cumpre papéis diferenciados – o de pai, o de irmão, o de colega etc.

A mídia é capaz de fornecer elementos simbólicos necessários à construção da comunidade e à condição de sociabilidade. Esses espaços simbólicos, compartilhados a cada edição de um jornal, a cada veiculação de determinado programa de rádio ou televisão, fornecem elementos para a identificação da comunidade. Por outro lado, as composições simbólicas que constituem e representam a comunidade têm o papel de definir as construções que circulam via mídia. Em síntese: as narrativas midiáticas constroem e são construídas pela comunidade.

Contemporaneamente, os meios de comunicação alteram os sentidos afetivos e territoriais da comunidade uma vez que transformam contigüidade e distância em variáveis dispensáveis ao fazer com que as relações humanas prescindam do espaço. Especialmente as novas tecnologias contribuem para isso, visto que “o sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma comunidade, desencaixa-se da localização: é possível pertencer à distância” (PALÁCIOS, 1990, p.7). Apesar da importância desta temática, esta discussão não será aqui desenvolvida.

Segundo Silverstone (2002), a mídia exprime comunidade de três maneiras: a) como pertencimento e reivindicação; b) como experiência conflitante da vida social; e c) como versão do lar, só que pública. Para o autor, o rádio era *par excellence* um “formador de comunidade”, pela capacidade que tem de fornecer elementos simbólicos à construção de uma

identidade e à participação em uma comunidade. No caso da radiodifusão comunitária as matérias-primas simbólicas resultam de experiências face-a-face e da partilha de espaço físico e de cultura material. A rádio comunitária tem um papel importante [...], a liberação do espectro e a digitalização da comunicação criaram novos espaços para vozes alternativas que fornecem o foco tanto para interesses específicos da comunidade como para o contrário e o subversivo” (SILVERSTONE, 2002, p.193).

A radiodifusão comunitária requer um processo de aprendizagem social do uso da mídia. O rádio comunitário, ao ser forjado no âmbito das interações sociais, empreende movimentos de experimentação de lógicas midiáticas e, paralelamente, constitui-se em lugar de falas marginalizadas. Dizer isso não significa acreditar que o rádio comunitário dê “vez e voz a todos”⁹³, mas que se configura, freqüentemente, como possibilidade aos “não autorizados” de produzir e pôr em circulação falas a partir de um espaço marginalizado – as favelas, as periferias dos grandes centros urbanos, ou as cidades periféricas, como é o caso das fronteiras. As rádios comunitárias requerem e, ao mesmo tempo, propiciam uma visibilidade mediática que possibilita a seus agentes ingressar em outros níveis de existência e reconhecimento, para além do espaço da “vizinhança”.

Mesmo considerando a existência de associações ou fundações comunitárias de “fachada”, que ocultam interesses outros (de grupos políticos, especialmente)⁹⁴, há que se considerar a articulação em rede de agrupamentos na obtenção de um canal comunitário, em uma nova conjunção de comunidade.

A intenção de interação, que aciona o local, contribui para novas formas de sociabilidade, de mobilização e engajamento. Conformam-se redes interpessoais e se estabelecem vínculos institucionais e interorganizacionais para além das comunidades, ligando atores e espaços diversos. Reconhecer a tessitura dessas redes e suas formas de funcionamento é perceber a existência de movimentos e práticas em direção ao uso da mídia.

A sociedade *se organiza* para tratar a própria mídia, desenvolvendo dispositivos sociais com diferentes graus de institucionalização, que dão consistência, perfil e continuidade a determinados modos de tratamento, disponibilizando e fazendo circular esses modos no contexto social. A própria interação com o produto circula, faz rever, gera processos interpretativos (BRAGA, 2006, p.36 [grifo no original]).

Ao considerar que os processos mediáticos não se esgotam nos subsistemas de produção e recepção e propor um terceiro sistema, o de resposta social, Braga (2006) se refere

⁹³ Abordagem recorrente em autores como Festa & Silva (1986), Kaplún (1987), Paiva (2003, 2007) e Peruzzo (1998, 2002, 2003).

⁹⁴ Dados que ilustram essa discussão são apresentados no Capítulo anterior (ver item 3.3.3).

àquilo que a sociedade *faz* com a mídia ao agir de maneira sistemática sobre ela. Talvez o ponto central dessa abordagem seja o entendimento de que não há uma ordem sequencial entre esses sistemas, bem como um não contém o outro. Antes, os sistemas são construídos, perspectivas de análise.

Por essa perspectiva é possível afirmar que as rádios comunitárias selecionam, apreendem e interpretam a partir de “dispositivos sociais desenvolvidos no próprio ambiente de interações da sociedade com a mídia” (BRAGA, 2006, p.37). Por meio do envolvimento dos agentes que conformam as redes ou as comunidades de rádio comunitária, *faz-se* mídia a partir da aprendizagem do uso da mídia. Há um movimento de *resposta*, arguto, no sentido de que as rádios comunitárias constituem uma ambiência propícia à discussão do uso da mídia, à experimentação de formatos e linguagens, ao aprendizado de aparatos tecnológicos e, mais importante, à interação. As rádios comunitárias revelam-se, assim, como dispositivo mediático cuja processualidade evidencia um imbricamento entre *fazer* mídia e o que se *faz* com a mídia.

A radiodifusão comunitária promove identidades ao resultar de processos interacionais contínuos permeados pela proximidade e familiaridade, elementos comuns às comunidades. A cooperação e a interação entre os membros de uma comunidade, necessárias à radiodifusão comunitária, permitem que se conjuguem interesses comuns, capazes de fortalecer laços de identidades⁹⁵. A mídia comunitária se caracteriza:

[...] pelas “coisas” em comum, pelos laços fortes entre os membros, pela solidariedade, pelo movimento em torno do coletivo, que supera o individualismo, sendo os primeiros protagonistas as pessoas da comunidade. São essas características que servem para verificar a existência da prática do jornalismo comunitário (PERUZZO apud DORNELLES, 2006, p.69).

O discurso mediático precisa dar conta da função fática, de estímulo ou de exercício da sociabilidade. No rádio comunitário esse estímulo amplia-se à comunidade, à identificação e à

⁹⁵ A noção de identidade é social, resulta das interações e relações que se estabelecem e envolvem os indivíduos. Mas, ao mesmo tempo em que é *para o outro*, também deve ser *para si*. A identidade funda-se, ao mesmo tempo, por meio de diferenças e singularidades. Segundo Follmann (2001), ao se manifestar na sociedade, em diferentes grupos ou expressões coletivas, o sujeito individual aciona e altera processos de identidade. A identidade é, portanto, a relação social entre um *self* e outro (GOFFMAN, 1998), situacional, em que sistemas de códigos são acionados na interação. Segundo Andacht (2004, p.129), a construção da identidade é *sígnica*: “O ser humano é aquele que vive da representação e que pode representar outra coisa diferente do que ele é no presente”. A identidade vincula-se, ainda, à noção de falta. O reconhecimento da incompletude como indivíduo resulta das redes comunicativas a que os indivíduos estão ligados. “O grupo torna-se a regra obrigatória em que precisamos nos inserir para saber quem somos” (MELUCCI, 2004, p.41). Por ser situacional – o que se é depende de onde se está; depende da interação que se vive em cada momento – e relacional – só existe identidade na relação com os outros; quem promove identidade é o outro; é frente a ele que nos posicionamos, portanto, *sou* em relação ao outro – a discussão sobre identidade revela-se bastante complexa e, por isso, não será acionada nesse estudo.

participação. Há um desejo expresso de romper com a unilateralidade característica da comunicação massiva. “Num esforço para aproximar os processos da enunciação midiática dos processos de enunciação face a face, a instituição midiática utiliza habitualmente todo um conjunto de procedimentos que são definidos, de maneira esclarecedora, pelo fato de visarem ‘dar a palavra ao público’” (RODRIGUES, 2002, p.228).

Mas, afinal, em que as rádios comunitárias organizam algum processo na sociedade? E mais: em que medida as rádios comunitárias fomentam a participação da comunidade? Para responder a esses questionamentos pontuais opto aqui por tratar distintamente os programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, conforme segue:

A. *Realidade Urgente*, Nova Aurora FM

No programa *Realidade Urgente*, centralizado na figura de um locutor-apresentador, em poucas ocasiões há entrevistado. Quando há, geralmente aborda-se algo relacionado à política. Tampouco pessoas da comunidade são convidadas a participar do programa. Diz-se que o microfone está à disposição quando, em outros momentos da programação, percebe-se uma participação dos ouvintes circunscrita aos programas de entretenimento. A participação se reduz a pedidos musicais e felicitações. Não há assim um processo de tomada da palavra por parte do ouvinte, capaz de torná-lo um abastecedor, como profetizava Brecht (2005).

O programa de Jornalismo abre espaço para a prestação de serviço público, informando sobre reparos (em ruas, estradas ou na iluminação pública), sobre perda de documentos e objetos, sobre reuniões e festividades na escola, na associação de moradores, na igreja etc. Essas informações são repassadas à emissora por bilhetes deixados na portaria ou correspondências encaminhadas à rádio ou, ainda, por telefone. O ouvinte, porém, não é colocado no ar, apenas repassa a informação que será transmitida pelo locutor-apresentador.

O comunitário também aparece em algumas referências compreendidas apenas por quem compartilha aquilo de que se fala ou de quem se fala: o *Popular João Taquara*, a *dona Maria Luiza*, o *Fiat como este do Quirino*.

[...] contando também com o respaldo do Departamento Municipal de Trânsito, *dirigido pelo João, popular João Taquara*. Um abraço para ele que está sempre ligado conosco [...]. (In: RU – 1º ago. 2006 [CD 1 Faixa 14])

Ainda:

Um abraço para *seu Gallo*, que está nos visitando, um grande abraço. Profissional eficiente como sempre. As linhas estão meio ruins e o *Gallo* já está aqui atento

acompanhando tudo para ver o que está acontecendo. (In: RU – 9 ago. 2006 [CD 1 Faixa 15])

E mais:

Ontem tivemos também o registro *de um Fiat como este do Quirino* que foi encontrado, mas não tinha ainda registro policial de roubo. De repente é esse. Vamos saber hoje lá na DDPA se é este. *Aliás o Quirino Lucho eu conheço lá da minha terra [...]*. (In: RU – 31 ago. 2006 [CD 1 Faixa 16])

Identifico uma terceira situação que relaciono ao comunitário, mas aqui no sentido de um aprendizado do uso da mídia. Nos excertos a seguir indico alguns desses momentos. No primeiro, o locutor-apresentador do *Realidade Urgente* inicia a entrevista que fará por telefone falando que *a gaita já foi guardada*. Tal indicação deve-se ao fato de que em vez da abertura do programa e da entrevista que se iniciava, os ouvintes seguiam ouvindo música gaúcha (estilo musical do programa *Marcas do Rio Grande* que abre a programação na Nova Aurora e antecede o *Realidade Urgente*) e, por não usarem retorno⁹⁶, o locutor-apresentador e o técnico de áudio não haviam percebido o que ocorria. O segundo exemplo aponta para um problema na linha telefônica da emissora e sugere o envio de mensagem de texto para o celular da rádio caso o ouvinte necessite entrar em contato.

[ouve-se música gauchesca]

Antônio de Lima: Manhã de quinta-feira. Agora sim está tudo ok. *A gaita foi guardada*, então vamos... Agora sim, vereador Cláudio Coronel, bom dia.

Vereador: Bom dia, Antônio de Lima

De Lima: Eu falava anteriormente vereador, quando fazia a introdução, mas *ai tivemos uma gaitinha que chegou no meio do pedaço*, que a semana farroupilha já está chegando, não é vereador? [...] (In: RU – 31 ago. 2006 [CD 1 Faixa 17])

Pessoal que está nos ligando aqui hoje. Nós estamos com problema de linha, na rede telefônica. Às vezes funciona, às vezes não funciona. Estávamos atendendo um senhor que ligou para cá e a ligação não conseguiu ser concluída. Mas, logo após, pegamos uma ligação da dona Maria Luiza que está na audiência, um grande abraço a ela. No meio da tentativa de atender a outra ligação acabou chegando a da dona Maria Luiza. Então se você ligar para cá e começarmos a atender e, de repente, sumir, silenciar, é que estamos com problema nas linhas telefônicas hoje no XXXX XXXX. *Mas qualquer coisinha você pode passar mensagem de texto pelo XXXX XXXX*. (In: RU – 9 ago. 2006 [CD 1 Faixa 18])⁹⁷

Na edição de 1º de agosto de 2006 o locutor-apresentador expõe seu entendimento acerca do rádio comunitário, suas atribuições e sua origem (que difere daquela que apresento no Capítulo anterior). A participação da comunidade é associada à execução da operação técnica da emissora, como oportunidade de aprendizado do uso do rádio, e na fala recorrente sobre dar *vez e voz*, que, como apontei anteriormente, de fato não se efetiva no programa de Jornalismo, mas em outros espaços da programação da Nova Aurora. A fala é motivada pela

⁹⁶ O retorno em um estúdio de rádio pode se dar por meio do uso de fones de ouvido ou caixa de som.

⁹⁷ Substituo alguns nomes e números de telefone pela indicação 'XXX' na tentativa de preservar essas informações, já que isso não interfere na compreensão das seqüências.

demissão de uma radialista de uma das emissoras comerciais de Livramento, em função da redução de quadro de pessoal pela opção por substituir parte da programação local por programas de uma emissora da capital do Estado, transmitidos em rede.

[...] é por isso que as comunitárias devidamente legalizadas e outorgadas, que não têm nada a ver com pirata, pirata é outra história, outra coisa, comunitária é uma coisa bem diferente de pirata, elas vão ganhando mais e mais espaço no Brasil todo. Porque *elas vão oportunizando os espaços. Comunitária não entra em rede, gente. Comunitária não. Comunitária abre a porta e coloca a voz da pessoa no ar ou o manuseio dos equipamentos para colocar as programações no ar.* E tomara que continue assim. No dia que perder também o objetivo de ser comunitária que foram criadas, as comunitárias foram criadas de idéias de radialistas, sindicalistas que à época estavam desempregados. Isso uns dez anos atrás, através de um encontro brasileiro de radialistas, aonde o desemprego era muito grande naquela época na profissão. E surgiu a idéia das rádios comunitárias para que esses radialistas pudessem. Que tem muito empresário de rádio que pensa que são grande na história, mas não são tão grandes assim e que começam a tentar fazer artimanhas e tentar barrar alguns procedimentos de rádios comunitárias, que as comunitárias fazem. Assim como a direção da RBS TV já percebeu, a de rádio, e partiu para a ação social comunitária nos últimos três anos, bem mais do que faziam. Porque sentiram que as comunitárias chegaram para isso e estavam ganhando audiência. Audiência. E essa é a grande arma das comunitárias, audiência. Tem gente correndo e disparando e querendo pesquisa em Santana do Livramento. Faça-se pesquisa e vai dar comunitária na cabeça. (In: RU – 1º ago. 2006 [CD 1 Faixa 19])

B. *Bom Dia Cidade*, Elshaday FM

O *Bom Dia Cidade* traz uma estrutura mais ampla, se comparada à do programa *Realidade Urgente*. Um locutor-apresentador e dois repórteres se revezam na apresentação do programa, que traz entrevistados, geralmente por telefone, além da participação de ouvintes, também por telefone. A comunidade da Rádio Elshaday, denominação que emprego ao me referir àqueles que convergem em torno da proposta da emissora, é chamada a participar do programa, num movimento intencional de rompimento da unilateralidade. Há um estímulo à participação, expresso, como mostra o recorte a seguir transcrito:

Você é nosso repórter. Você pode nos ligar de qualquer parte da cidade e falar, nos contar o que está acontecendo com o seu bairro. Você pode ligar para o XXXX XXXX, XXXX XXXX. Você que está aí no bairro da cidade, você que está no seu bairro. Tem algum problema existente no seu bairro? Você nos liga, XXXX XXXX, XXXX XXXX. Você pode nos dizer aqui no ar o que está acontecendo aí no seu bairro. Você é nosso repórter. (In: BD – 2 ago. 2006 [CD 1 Faixa 20])

Verifica-se que há uma resposta da comunidade ao chamamento, que se traduz sob a forma de ponto de vista sobre o que está sendo informado ou debatido; de esclarecimento adicional ou, ainda, como informação de interesse individual. Os excertos apresentados a seguir ilustram, respectivamente, essas formas de participação da comunidade, que identifico

no *Bom Dia Cidade*. A participação se dá, geralmente, por telefone e, às vezes, quem intervém é identificado, no ar, apenas como ouvinte.

[...]

André: Temos um ouvinte na linha. Alô, bom dia.

Ouvinte: Bom dia. Como ele [Amauri de Oliveira] estava falando sobre o Mercado Público. Minha mulher está indignada porque não foi votar e que nem ela a maior parte da cidade, que votaram lá para fazer lá posto clínico para criança. Isso que tem posto clínico em toda a cidade. Todo esse dinheiro que colocam ali se botassem atendimento melhor nesses postos teria muito mais valor do que investir ali na policlínica. Até para o Mercado tudo bem, a gente precisa de um lugar barato. Tu sabes que aqui na cidade não se tem nada, ninguém profissional para essa garotada que está aí sem emprego [...] alguma escola de ensinamento. Tu sabes que até peão eu fui lá fora ontem. Essas estâncias não têm um profissional, nem para campo, não tem para chapista, pra torneiro mecânico, para mecânico, pra eletricista, pra nada. As empresas não pegam ninguém para trabalhar porque esse pessoal não tem nenhum, nenhuma profissionalização. Quando alguém pega um profissional para trabalhar como empregado tem que ensinar porque não tem condições. Então eu só estou dando essa dica, que acho que seria melhor pensar melhor nesse ponto para botar uma escola de profissional, para fazer profissional para essa cidade, aliás não é só pra essa cidade, pra todo esse país que não tem mais nada para funcionar mesmo. Está bom?

Amauri: Está certo então, obrigado. Um abraço. (In: BD – 3 jul. 2006 [CD 1 Faixa 21])

Amauri: Tem ouvinte na linha, bom dia?

Eusébio: Bom dia, é Eusébio.

Amauri: Pois não, Eusébio...

Eusébio: Estava acompanhando aí o presidente da CDL sobre esses encontros aí das finanças públicas, sobre o Pacto Pelo Rio Grande. E tira dinheiro da Justiça, tira dinheiro da Secretaria, daqui e dali, *mas essas opções que tinha para votar eram indicadas, eram direcionadas ou a pessoa mesmo escolhia?*

[...] (In: BD – 25 jul. 2006 [CD 1 Faixa 22]).

Senhora: Eu queria saber o seguinte, se esse ginecologista, onde ele atende, na Santa Casa?

Ibarra: Ah! Agora eu não... Puxa vida... Como é seu nome?

Marta: Marta

Ibarra: Dona Marta, eu... Agora ele já foi embora e eu esqueci de perguntar...

Marta: Será que depois ele poderia dar um retorno, para eu saber?

Ibarra: Está certo. Nós vamos ligar para o consultório dele e vamos saber se ele atende na rede pública.

Marta: Está bom, obrigada.

Ibarra: Um abraço dona Marta... O telefone, qual é?

Marta: XXXX – XXXX.

Ibarra: XXXX – XXXX. (In: BD – 12 dez. 2006 [CD 1 Faixa 23])

A comunidade também utiliza o programa para encaminhar questões pessoais, geralmente relacionadas à saúde:

Repórter: Uma senhora nos ligou agora, a Dona Juraci, tem uma pessoa, um senhor, já de idade, que sofreu uma isquemia, e está no hospital. E a esposa dele é uma senhora já bastante idosa. Eles estão precisando, caso alguém tenha para emprestar ou alugar, uma cadeira de rodas. Se alguém tiver para emprestar ou alugar uma cadeira de rodas, por gentileza entre em contato conosco aqui na Rádio Elshaday, XXXX XXXX, XXXX XXXX. Vamos ver se alguém consegue uma cadeira de rodas para este senhor, este cidadão que está no hospital, sofreu uma isquemia, a esposa dele é uma senhora, uma senhora idosa, e ela quer tirar ele para tomar sol,

para sair, aquela coisa toda, não tem como se não tiver uma cadeira de rodas. Portanto, se você tiver uma cadeira de rodas, que você não esteja usando, que esteja guardada, queira emprestar ou alugar, você pode entrar em contato conosco aqui na Rádio Elshaday, está bem? Que a gente encaminha aí para essa família. (In: BD – 25 jul. 2006 [CD 1 Faixa 24])

A última meia hora do programa é reservada aos pedidos da comunidade. Apesar de não considerá-los nas análises desenvolvidas no Capítulo 7, considero importante descrevê-los aqui. O motivo de não considerar esse quadro do programa *Bom Dia Cidade* nas análises deve-se ao entendimento do mesmo como um espaço de prestação de serviço visando a atender demandas específicas e não problemas da comunidade que poderiam ser abordados por meio do Jornalismo. Exemplifico. Pessoas carentes da comunidade fazem pessoalmente, no estúdio, solicitações de toda ordem: por remédios; alimentos; emprego; material de construção; móveis e utensílios; roupas; dinheiro para tratamento de saúde etc. Esse quadro destina-se à participação da comunidade da rádio, da comunidade que solicita, geralmente carente, e daquela que se solidariza e contribui. As doações são encaminhadas à emissora, que repassa àqueles que as demandaram, sejam adultos ou crianças. Não entendo, porém, esse movimento como Jornalismo. Tampouco como assistencialismo aos moldes de programas que marcaram época⁹⁸. Interpreto esse espaço na programação da Elshaday como a forma encontrada por essa emissora para constituir-se como comunitária, voltar-se para a sua comunidade utilizando o rádio como instrumento para isso.

* * *

A abordagem desenvolvida neste Capítulo antecipa entendimentos que construí a partir de um movimento marcado pela ancoragem teórica, pela observação e cotejo ao objeto e, finalmente, por uma construção intencional de perspectivas teóricas para a compreensão de que Jornalismo é esse do Rádio Comunitário. As reflexões teóricas desenvolvidas foram solicitadas pelo objeto, não resultam, portanto, de uma discussão abstrata.

⁹⁸ O senador gaúcho Sérgio Zambiasi por mais de quatro décadas apresentou o programa *Agora*, de cunho assistencialista, na Rádio Guaíba, de Porto Alegre. GRISA (2003) trata desse programa no livro *Histórias de ouvinte: a audiência popular no rádio*.

5 Jornalismo e Já-ditos sobre Fronteira

O Jornalismo, ao empreender o exercício de construção discursiva da realidade por meio de suas narrativas, retoma, replica, desloca e atualiza sentidos cristalizados na memória coletiva, oriundos de campos diversos, já que se constitui como um discurso “sobre”. Como todo discurso, também o jornalístico se estabelece em meio e a partir de uma série de outros discursos, onde se interpenetram o novo e o velho, os sentidos que estão à deriva, mas que podem ser compreendidos por movimentos de atualização, sentidos outrora silenciados, sentidos latentes. O conceito de já-dito, trabalhado pela Análise do Discurso de linha francesa (AD), contribui para pensar as redes interdiscursivas presentes no discurso jornalístico.

O já-dito⁹⁹ liga-se ao conceito de interdiscurso, “espaço de regularidades pertinentes, do qual os diversos discursos não seriam senão componentes” (BRANDÃO, 2004, p.89). Entende-se o interdiscurso como um baú, uma fonte, um espaço de circulação de vários discursos, visto que, para a AD, os sentidos são sempre referidos a outros sentidos, a outros discursos. O interdiscurso fala antes, em outro lugar, “fornece a ‘cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações ‘percebidas-aceitas-sofridas’” (MALDIDIER, 2003, p.53).

O interdiscurso afeta o modo como o sujeito ressignifica o que já foi dito, quer pela repetição, negação ou silenciamento, em um momento discursivo dado. O sujeito entremeia sentidos já-ditos, fragmentos de memória, na tessitura de seu discurso. Ao “formular” seus sentidos, o sujeito se inscreve no interdiscurso, memória do dizer, lugar da “constituição” dos sentidos. Seus dizeres adquirem sentidos dentro de uma formação discursiva, ancorada no interdiscurso. “Em outros termos, o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas” (MALDIDIER, 2003, p.51).

⁹⁹ Optei aqui por tratar dos sentidos já-ditos, porém o conceito de interdiscurso, na AD francesa, não se reduz a essa abordagem.

Há uma relação necessária entre o interdiscurso (o já-dito) e o intradiscurso (o que se está dizendo agora, em relação àquilo que foi e àquilo que será dito), “entre a constituição do sentido e sua formulação” (ORLANDI, 2001, p.32). No interdiscurso se constituem os sentidos, aí estão os enunciados já-ditos e os silenciados, enquanto no intradiscurso encontramos aquilo que se está dizendo num momento dado, sob condições dadas, ou seja, aí ocorre a atualização e explicitação dos sentidos trazidos pelo interdiscurso. O intradiscurso, “definido como o ‘funcionamento do discurso em relação a ele mesmo’” (MALDIDIER, 2003, p.54) é considerado o fio do discurso do sujeito falante, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade. Juntos, interdiscurso e intradiscurso, representam o dizível.

A memória discursiva pode ser compreendida como o efeito da presença do interdiscurso (eixo da verticalidade) no acontecimento (eixo da horizontalidade) do dizer. A memória discursiva é constituída por sentidos possíveis de se tornarem presentes no acontecimento da linguagem. A memória não é o passado que não mais poderá retornar porque foi superado. Tampouco é algo inexorável. A memória atualiza-se na medida em que é convocada para sustentar o dizer.

O Jornalismo pode, a partir disso, ser objetivado como efeito e produtor de sentidos, como formador de redes interdiscursivas que se estabelecem a partir de outros sentidos, já dados, acionados por meio de escolhas características do fazer jornalístico. Os já-ditos, portanto, estão na base do dizível, de onde o jornalista recorta elementos para construir discursivamente aquilo a que faz referência. O jornalista toma, de empréstimo, sentidos outros, recortando-os de outros dizeres, outros campos ou sujeitos sociais, e produz um discurso outro, único, naquele momento. Estabelece assim um discurso carente de origem, permeado por já-ditos e marcado pelo sujeito que o diz. O jornalista se coloca como origem de um discurso (esquecimento 1, segundo Pêcheux) que só pode ser dito da forma como é (esquecimento 2), o que “apaga” a historicidade constitutiva de todo dizer¹⁰⁰.

Para Foucault (2005), os enunciados, dispersos no tempo, formam um conjunto de já-ditos que deve ser considerado quando se analisa o discurso sobre dado objeto. Pode-se inferir a partir de suas abordagens, que a fronteira “[...] foi constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam

¹⁰⁰ A discussão sobre os esquecimentos 1 e 2, de Pêcheux (1995), é realizada no Capítulo 4 (ver item 4.3.1).

passar por seus” (FOUCAULT, 2005, p.36). Por esse entendimento, os já-ditos precisam ser retomados para que se compreenda os sentidos postos em circulação pelo discurso jornalístico, quer por movimentos de repetição, atualização, negação ou silenciamento.

Os já-ditos sobre a fronteira, a seguir apresentados, revelam, cada qual, um momento dado e, por isso, não podem ser tomados como totalidade, antes, como aportes para perceber que a discursivização da fronteira perpassa por várias áreas e é continuamente atualizada. O fenômeno fronteira é complexo, o que solicita retomá-lo por ângulos variados. Ao apresentar alguns sentidos sobre fronteira na história, na geografia, na psicanálise, na língua, na literatura e na comunicação não tenho por objetivo dar conta de tudo o que já foi dito a partir dessas perspectivas, percorrendo uma orientação cronológica. A separação aqui proposta tem caráter analítico e decorre da opção por recuperar alguns desses sentidos que, de certa forma, auxiliam na compreensão do discurso jornalístico acerca desse espaço. Tampouco esses enfoques são os únicos. Poder-se-ia falar de fronteira na antropologia, na economia, etc.

Para além da materialidade, identificada em mapas, as fronteiras conformam e são afetadas por questões políticas, econômicas, culturais, ambientais, sociais etc. que se estabelecem nas interações e inter-relações entre vizinhos, de Estados-nação distintos. Na sua compreensão, e, por conseguinte, dos discursos produzidos nesses ou sobre esses espaços, devem ser considerados os elementos simbólicos sócio-historicamente constituídos, atualizados e naturalizados na vivência cotidiana das fronteiras. A ambigüidade constitui-se, também, como parte da configuração simbólica das fronteiras, pois essas ao mesmo tempo em que impedem, permitem ultrapassar (MÉLO, 1997).

5.1 Fronteira e História

Tecnicamente, a delimitação de uma fronteira internacional resulta de um processo de construção histórica em que três fases distintas estão implicadas:

O *tratado*, como diploma de direito internacional entre as nações; a *demarcação*, como inscrição do limite – referido também como linha divisória – na geografia mediante a edificação de marcos principais, que estabelecem as mudanças de direções [...]; e a *caracterização*, representada pelos marcos secundários intercalados aos principais nas fronteiras secas (GOLIN, 2002, p.9).

Antes de tudo as fronteiras são históricas. Esse entendimento permite a compreensão ampla do processo de sua constituição, uma vez que as fronteiras “são o resultado de relações de poder” (MÉLO, 1997, p.69) estabelecidas em diferentes momentos e por diferentes processos. Também sua legitimação depende do sentido naturalizado, como um dado da

história. Contribuem para a compreensão das fronteiras históricas os documentos referentes a sua construção – acordos, tratados, conceitos, lógicas demarcatórias, legislações, povoamento e migrações etc. Isso porque a fronteira histórica se insere em uma materialidade espacial, se inscreve em um espaço que é social (e é natureza), alterado ao longo da história, fundada sobre uma base territorial. A fronteira é, portanto, um território usado (SANTOS, 1996), em processualidade, em mudança.

Tradicionalmente, pelos movimentos históricos de sua constituição, as fronteiras prescrevem a soberania geopolítica dos Estados-nação e, por isso, são entendidas como limite que precisa ser preservado. Assim, administrativa e politicamente, as fronteiras passam a áreas estratégicas, em uma concepção claramente de defesa dos territórios nacionais. No Brasil, os textos constitucionais que tratam das fronteiras “demonstra[m] a vigência de uma concepção oficial decorrente da construção do Brasil-nação, convertida em doutrina de segurança nacional” (GOLIN, 2002, p.23 [acréscimo meu]). Inclusive a Constituição de 1988, carta proposta no período de redemocratização do país, após longo regime de exceção, preserva essa concepção ao designar que “à faixa de até 150 quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira é considerada fundamental para a defesa do território nacional” (Artigo 20, § 2º).

Contemporaneamente, as assertivas visando, especialmente, à integração econômica em blocos regionais ou em mercados comuns, suscitam que se desloque a compreensão das fronteiras de limite a centro, de periferia à parte integrante do todo. Segundo Golin (2002, p.17), “cada fronteira estimula a sua teoria, entendida como um sistema interpretativo de seu sentido formativo de região e de Estados-nação”.

As fronteiras brasileiras começaram a ser delineadas antes do descobrimento do país, pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, que fixava a partilha das terras de Portugal e da Espanha. Historicamente, a formação de fronteiras seguiu três tendências: fronteira natural, faixa e linha. As fronteiras naturais ou zonas, caracterizadas por um acidente geográfico, como um rio, lago, cadeia de montanhas ou deserto, compreendiam áreas inabitadas por suas condições físicas. Em lugares pouco povoados eram estabelecidas áreas de transição, por meio de uma organização espacial com base em muralhas (China), fossos ou valos, as fronteiras faixa. Em áreas desconhecidas ou pouco conhecidas as fronteiras eram traçadas artificialmente, por meio de meridianos e paralelos, por isso, fronteiras linhas.

Essa última tendência, segundo Mattos (1997), foi empregada na definição da maioria das fronteiras latino-americanas. Como o Brasil foi se afirmando à esquerda de Tordesilhas,

em um processo que se estendeu até a independência, em 1822, os Tratados de Madri (1750), Santo Ildefonso (1777) e Badajoz (1901), no período colonial, e convênios posteriores, durante o Brasil Império, trataram da separação das terras espanholas das portuguesas na América, especialmente na porção meridional do território brasileiro. Pela arbitragem ou pelo acordo direto, os diplomatas brasileiros estabeleceram as fronteiras com base em documentação cartográfica e na ocupação real de territórios por uma ou outra Coroa por meio do princípio do *uti possidetis*¹⁰¹ (ou direito de posse pelo uso). Também a doutrina da fronteira natural¹⁰² foi empregada.

Contemporaneamente as fronteiras brasileiras são reconhecidas como linhas e faixas. As primeiras “estão constituídas por uma linha imaginária (natural ou artificial) que segue o traçado estabelecido em tratados internacionais” (MATTOS, 1997, p.113 [tradução minha]), são, portanto, o limite. As fronteiras faixas são delimitadas juridicamente com o intuito de estabelecer normas para sua ocupação, considerando interesses nacionais, econômicos, de segurança e soberania, especialmente.

Os processos de distribuição espacial na América Latina, de um modo geral, foram historicamente direcionados para o exterior, por uma economia de exportação que privilegiou a ocupação de áreas litorâneas, com grande concentração populacional, e levou a vazios interiores. No Brasil, o movimento em direção ao mar retardou a penetração para o oeste, em direção às fronteiras políticas terrestres, com exceção da fronteira meridional, delimitada já entre os séculos XVIII e XIX a partir da incursão em direção aos domínios espanhóis na região do Prata. As fronteiras gaúchas foram fixadas e deslocadas, ora por tratados, ora pela ação humana, por meio do “projeto português de expansão política em direção às terras coloniais espanholas” (SCHÄFFER, 1990, p.146).

¹⁰¹ O *uti possidetis*, princípio básico para a solução de questões de limite, introduzido pelo santista Alexandre de Gusmão, no século XVIII, estabelecia que as terras pertenceriam àqueles que as ocupassem. Além desse, Gusmão criou o “princípio do reconhecimento de que os problemas limediros entre duas colônias deveriam ser resolvidos em função do interesse das colônias, e não das metrópoles” (BOJUNGA; 1978, p.26). Segundo Golin (2002, p.50), no Brasil, “à luz das orientações do Estado colonial e, depois, do Império, o *uti possidetis* foi sempre o recurso jurídico-político mediador de incorporação de territórios”.

¹⁰² Segundo Demétrio Magnoli (2005), “a doutrina das fronteiras naturais, que emergiu do Direito e da Geografia, no século XVIII, se baseava na noção de que as nações estavam predestinadas a ocupar determinado território, circundado por ‘fronteiras naturais’. O geógrafo alemão Karl Ritter (1779-1859), em particular, sob a influência de Alexandre von Humboldt (1769-1859), concebeu a Terra como um organismo vivo, no qual estaria materializada a vontade divina. A morfologia do relevo e o curso dos rios obedeceriam a tal princípio, e à ciência geográfica corresponderia a tarefa de compreender a obra do Criador, por meio da razão. Segundo essa concepção, as fronteiras existiriam antes da sua efetiva definição e delimitação. Caberia aos homens ‘descobri-las’ na trama da natureza”. O autor faz a seguinte ressalva: “Mesmo quando a linha de fronteira se apóia sobre o curso de um rio ou sobre a crista de uma cordilheira, a sua definição é um ato político”.

5.2 Fronteira e Geografia

“Definido o limite como a linha político-territorial extrema do Estado-nação, inscrita na natureza, a mesma objetividade não se pode utilizar para o conceito de fronteira. Apenas como uma referência facilitadora, a fronteira é interpretada como uma faixa ou zona existente nos dois lados da linha divisória e de difícil precisão” (GOLIN, 2002, p.14). Dinâmicas, essas linhas desdobram-se em fronteiras naturais ou artificiais, ancoradas na natureza; fronteiras ocupadas ou vazias, quando se considera sua ocupação; fronteiras esboçadas, vivas ou tensas e mortas, segundo sua evolução; acordada, em litígio ou em conflito, quando se considera a situação jurídica; fronteiras terrestres, marítimas e aéreas, em uma perspectiva contemporânea de delimitação jurídico-administrativa dos Estados-nação; ainda, fronteira de convergência ou dispersão, fronteira tensa, fronteira reta ou angulosa, entre outras denominações possíveis.

Devido à carga geopolítica que existe na sua representação, a fronteira é caracterizada como limite. Limite e fronteira são dois conceitos antinômicos: ora acentuam os aspectos geopolíticos e econômicos próprios da nação, ora dão a entender que são espaços de contato com as comunidades limítrofes. Enquanto o limite está orientado para dentro, a fronteira implica aquilo que está na frente. O limite é um fator de separação que fixa e separa o território de distintas unidades políticas, “é a linha natural ou artificial que contorna o extremo do território físico do Estado” (MATTOS, 1997, p.21 [tradução minha]). A fronteira é, a um só tempo, um espaço de encontro e desencontro com o outro, de intercâmbio ou de bloqueio. Ela é real, resultado de interações sociais processadas em diferentes períodos históricos.

O limite corresponde ao entendimento geopolítico clássico de fronteira como “ponto onde se igualam os poderes de ação e domínio de estados isolados, voltados para si mesmos” (SCHÄFFER, 1990, p.154). Essa abordagem considera a fronteira como limite, circunscrição física de um país, deixando de atentar para a perspectiva de ela ser o primeiro ponto de tangência, contato que produz uma integração em processualidade permanente. Ainda, a compreensão como limite liga-se ao estímulo à identidade nacional, à simbologia que faz correspondência a essa e às marcas de posse, de poder territorial e descontinuidade. É sob essa ótica que se inscrevem teorias geopolíticas de segurança nacional, como as proposições organicistas de geopolíticos alemães, como Ratzel¹⁰³ (1990, p.184) – “as fronteiras são o

¹⁰³ A origem da geopolítica é atribuída aos estudos do geógrafo alemão Frederich Ratzel, que enfatizava a importância do espaço e da posição. Segundo Mattos (1997), para Ratzel, a ação do homem está sempre vinculada ao espaço que ele ocupa. Por essa perspectiva inicial, homem-terra, as proposições de Ratzel e de seus seguidores evolui para homem-nação-Estado e terra-país-território. Na avaliação de Mattos (1997), a relação

órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento” – e Haushofer¹⁰⁴ (*apud* Bojunga, 1978, p.23) – “são a epiderme de um organismo vivo” classificadas em “fronteiras de ataque, de manobra, de equilíbrio, de defesa, de decadência, de apatia”. Por essa perspectiva, na avaliação de Grimson (2000b, p. 13 [tradução minha]), Ratzel e Haushofer “concebem a fronteira a partir da noção de zona, movimento e soberania, com sentido agressivo e expansivo”.

Ponto aqui outros dois outros elementos importantes à compreensão da fronteira: o território e o espaço. Ao fazer a diferenciação entre esses elementos, Raffestin (1993) lembra-nos que o espaço é anterior ao território. Espaço é o local de possibilidades, enquanto o território é uma produção a partir do espaço. Para o autor, “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Há uma tendência de pensar as fronteiras a partir de uma concepção que se ancora na territorialidade e se desdobra no político. Neste sentido, a fronteira é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de algo. Nesta medida, o conceito de fronteira avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença e alteridade com relação aos outros (PESAVENTO, 2001, p.7-8).

O espaço geográfico deve ser considerado como algo que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades. O espaço, segundo Santos (2002, p.63), “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ação”. O espaço é criado e recriado por uma multiplicidade de ações e realizações humanas.

* * *

No Brasil, o conceito institucional de faixa de fronteira foi alterado ao longo dos tempos. Primeiro, em 1850, a Lei de Terras regulamentou o conceito jurídico de faixa de fronteira, que, à época, correspondia a uma extensão de dez léguas (uma légua equivale a seis quilômetros de largura) próxima à linha de fronteira. A Lei 601/1890 mantém a medida de dez léguas ao longo dos limites internacionais continentais brasileiros como faixa de fronteira, consagrada constitucionalmente pela Carta de 1891, que em seu Artigo 14 estabelecia: “Pertencem aos Estados as terras devolutas situadas nos respectivos territórios, cabendo à

Estado-território, assentada no princípio da soberania, leva à definição dos limites. “Daí provém a fronteira, faixa que circunda o corpo estatal” (MATTOS, 1997, p.23 [tradução minha]).

¹⁰⁴ O alemão Karl Haushofer é citado com ressalva pelos geopolíticos, visto que suas teorias serviram de alibi para Hitler contestar as fronteiras delimitadas pelo Tratado de Versalhes, de 1919.

União somente a porção do território que for indispensável para defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”. Pelo texto de 1891 cabia ao Congresso Nacional a segurança das fronteiras.

A Constituição de 1934 altera a extensão da faixa de fronteira, que passa a 100 quilômetros de largura (Artigo 166). O texto seguinte, de 1937, amplia para 150 quilômetros (Artigo 165), medida que prevalece até hoje. A Constituição de 1934 previa, ainda, a criação do Conselho Superior de Segurança Nacional, responsável pela autorização para concessões de terras e vias de comunicação na faixa de fronteira. Cinco anos mais tarde, o Decreto-Lei 1164/39 criou a Comissão Especial de Revisão da Concessão de Terras e, no ano seguinte, o Decreto-Lei 1968/40 ampliou suas atribuições. A Comissão Especial passa a órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional pelo Decreto-Lei 9775/46.

A Constituição desse ano previa que os prefeitos dos municípios que fossem declarados importantes à defesa do território nacional fossem nomeados pelos governadores dos estados ou territórios, porém, não delimitava quais eram esses municípios. A Lei 2597/55 definiu as regiões indispensáveis à soberania nacional, manteve a faixa de fronteira, com extensão de 150 quilômetros, como zona de segurança e determinou que o Conselho de Segurança Nacional aprovasse a instalação de meios de comunicação na faixa de fronteira, revelando a preocupação do Estado em prover as regiões de segurança, criando uma barreira eletrônica nesses locais (Artigo 2º). A Lei de 1955 estabeleceu, ainda, o Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira.

A Constituição de 1967 limitou-se a designar a Polícia Federal como responsável pela segurança das fronteiras, ainda sob a competência do Conselho de Segurança Nacional (Lei 2597/55), dispositivo revogado pela Lei 6634/79 que trouxe, entre outras, as seguintes alterações:

[...] o limite de tamanho das terras públicas para alienação ou concessão na faixa de fronteira passa de 2.000 para 3.000 hectares (artigo 8º); a União não mais se obriga a concorrer com 50% do custo de obras públicas municipais na faixa, mas se reserva o direito de concorrer com o custo total ou parcial de acordo com o interesse da área para a segurança nacional; não caberia mais a CEFF [Comissão Especial de Revisão da Concessão de Terras] (extinta pela Lei nº 6559/78) providenciar a consignação, no Orçamento Nacional, dos recursos para os projetos na faixa, mas à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (STEIMAN, 2002, p.24 [acréscimo meu]).

A Carta de 1988 reforça que “as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras” são bens da União (Artigo 20, inciso II) e mantém a faixa de até 150 quilômetros, ao longo das fronteiras terrestres, como faixa de fronteira, “considerada fundamental para

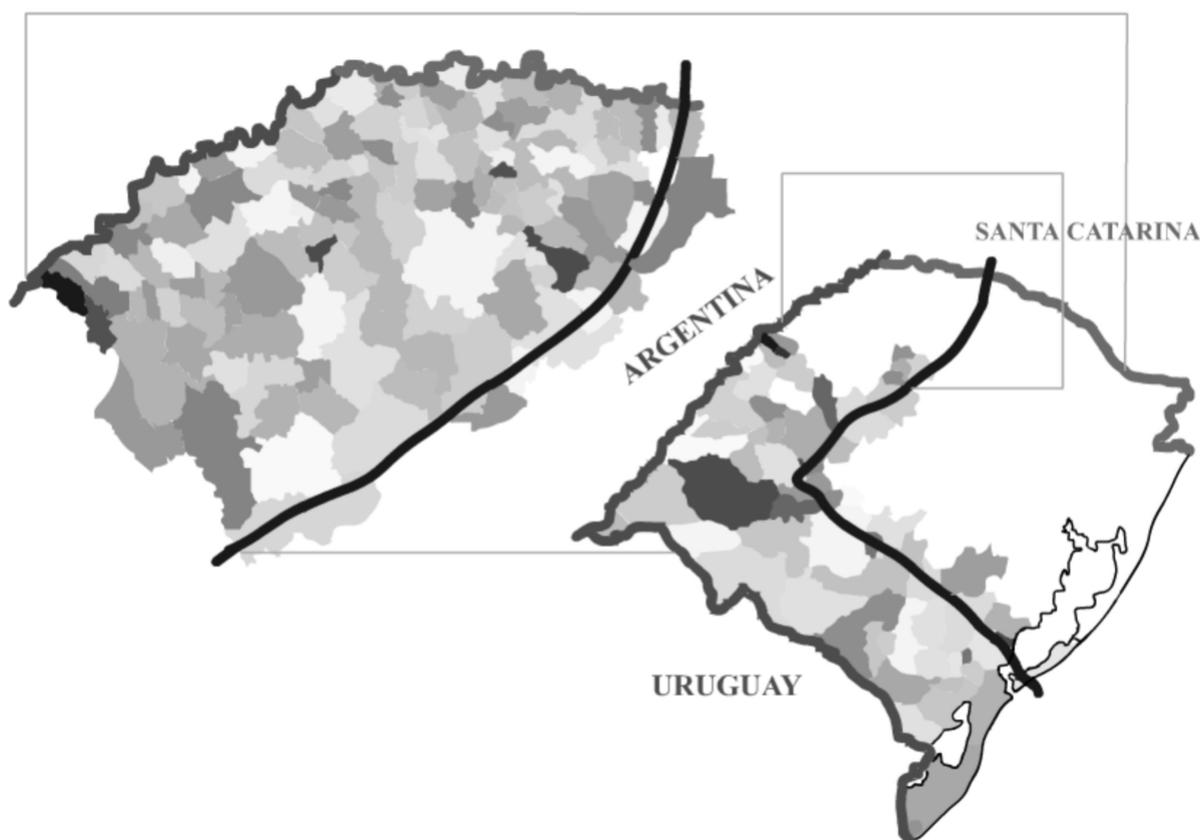
defesa do território nacional” (Artigo 20, § 2º). O Artigo 21 mantém como competência da União os serviços de polícia de fronteira (inciso XXII). O Artigo 91 trata do Conselho de Defesa Nacional e prescreve como atribuição deste órgão ‘propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo” (§ 1º, inciso III). A pesquisa e a exploração dos recursos minerais do subsolo, quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira, tratada pelo Artigo 176, § 1º, foi normatizada pela Emenda Constitucional 6/95. Permanecem em vigor os dispositivos da Lei 6634/79 que tratam do tema da faixa de fronteira.

Todos os municípios brasileiros que se localizam nos 150 quilômetros internos à divisa internacional são considerados como fronteiriços e estão sujeitos à legislação especial: “sem o prévio consentimento da autoridade federal, nesses territórios são vedadas às concessões de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação, construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso, estabelecimentos ou exploração de indústrias classificadas como de segurança nacional” (GOLIN, 2002, p.82).

Dados do Ministério da Integração Nacional¹⁰⁵ mostram que 610 municípios, dos estados do Rio Grande do Sul (197 municípios), Santa Catarina (82), Paraná (139), Mato Grosso do Sul (44), Mato Grosso (28), Rondônia (27), Acre (22), Amazonas (43), Roraima (15), Pará (5) e Amapá (8), integram a faixa de fronteira no país. Desse total, 28 possuem localidades correspondentes do outro lado da fronteira, são as cidades-gêmeas¹⁰⁶ de: Aceguá, Barra do Quaraí, Chuí, Itaqui, Jaguarão, Porto Xavier, Quaraí, Santana do Livramento, São Borja e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul; Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina; Barracão, Foz do Iguaçu e Guairá, no Paraná; Bela Vista, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul; Guajará-Mirim, em Rondônia; Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Santa Rosa do Purus, no Acre; Tabatinga, no Amazonas; Bonfim e Pacaraima, em Roraima, e Oiapoque, no Amapá.

¹⁰⁵ Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/municipios.asp>>. Acesso 12 jan. 2007.

¹⁰⁶ São cidades gêmeas aquelas simetricamente dispostas dos dois lados do limite internacional e marcadas pelo fluxo constante de pessoas, de serviços e mercadorias. Abstraindo-se as diferenças político-administrativas que as caracterizam parece que uma cidade é a extensão da outra.



Mapa 1: Faixa de Fronteira no Rio Grande do Sul
Fonte: IBGE¹⁰⁷

No território brasileiro as fronteiras somam 23.086 quilômetros de extensão. Desse total, quase 16 mil quilômetros são de fronteiras terrestres de onze estados brasileiros com dez países da América do Sul e Central – Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. De acordo com Chindemi (2000), mais de 50% do território gaúcho é constituído por fronteiras internacionais – 21,89% com o Uruguai e 30,33% com a Argentina.

No Rio Grande do Sul, a faixa de fronteira corresponde a 70% do território (conforme Mapa 1), visto que a linha interna de sua delimitação percorre os seguintes municípios:

No oeste [...] (sentido norte-sul): Aratiba, Barão do Cotegipe, Erechim, Ponte Preta, Jacutinga, Ronda Alta, Pontão, Coqueiros do Sul, Carazinho, Saldanha Marinho, Ibirubá, Pejuçara, Cruz Alta e Tupanciretã. No sul (sentido oeste-leste), São Vicente do Sul, São Gabriel, Vila Nova do Sul, São Sepé, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Piratini, Encruzilhada do Sul, Canguçu, São Lourenço do Sul, Pelotas, Turuçu, São José do Norte (GOLIN, 2002, p.82).

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm>>. Acesso em: 9 dez. 2007.

Está em discussão no Congresso Nacional uma emenda constitucional que altera a extensão da faixa de fronteira. A proposta do senador gaúcho Sérgio Zambiasi (PTB-RS), apresentada em 2006, que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, prevê que na fronteira que compreende Mato Grosso e toda a região norte do país, seja mantida a faixa de fronteira em 150 quilômetros e que na região entre a parte sul de Mato Grosso até o Rio Grande do Sul, seja reduzida para 50 quilômetros¹⁰⁸. O objetivo desta alteração é eliminar as barreiras aos projetos na área de celulose e papel (projetos da Aracruz, Votorantim e Stora Enzo) na Metade Sul do Rio Grande do Sul, região de fronteira. “A legislação sobre áreas de fronteira, nascida no governo Vargas e ratificada no regime militar, impede que 47 mil quilômetros quadrados do território gaúcho sejam aproveitados economicamente” (LEMOS, 2007, s/p)¹⁰⁹.

Segundo Steiman (2002), na América do Sul, além do Brasil, cinco países possuem legislação específica sobre a faixa ou zona de fronteira: Bolívia (50 quilômetros – 1967/1994); Colômbia (não há especificação de largura – 1991/1997); Equador (não há especificação – 1998); Peru (50 quilômetros – 1993); e Venezuela (não há especificação – 1999). As Constituições da Argentina e do Uruguai não fazem referência à faixa de fronteira.

5.3 Fronteira e Psicanálise

A fronteira pode ser pensada a partir do uso que Lacan faz da Banda de Moebius. Proposta pelo matemático alemão Moebius (1790-1868) e transposta por Lacan à Psicanálise, a Banda de Moebius é um objeto topológico cuja estrutura altera as noções de avesso e direito, que passam a estar contidas uma na outra. O dentro e o fora passam a se achar em continuidade, pela impossibilidade de identificação de seus lados.

A Banda de Moebius pode ser construída a partir de uma tira de papel retangular, dando uma meia-torção de 180° antes de juntar suas extremidades. A ilustração a seguir (Figura 3) demonstra a estrutura da figura:

¹⁰⁸ LEMOS, Ana Amélia. Áreas de Fronteira. *Zero Hora*, Porto Alegre, n.15437, 03 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1695997.xml&template=3916.dwt&edition=8892§ion=72>>. Acesso em: 03 dez. 2007. (documento eletrônico)

¹⁰⁹ Lemos (2007) se refere, por exemplo, ao alargamento da área que pode ser adquirida por empresas estrangeiras para exploração econômica, visto que no Rio Grande do Sul está em implantação o projeto de plantio de árvores exóticas para a produção de pasta de celulose. O projeto destina-se à metade Sul do Estado, área de fronteira. Ver: LEMOS, Ana Amélia. Áreas de Fronteira. *Zero Hora*, Porto Alegre, n.15430, 26 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1688812.xml&template=3916.dwt&edition=8857§ion=72>>. Acesso em: 26 nov. 2007. (documento eletrônico)

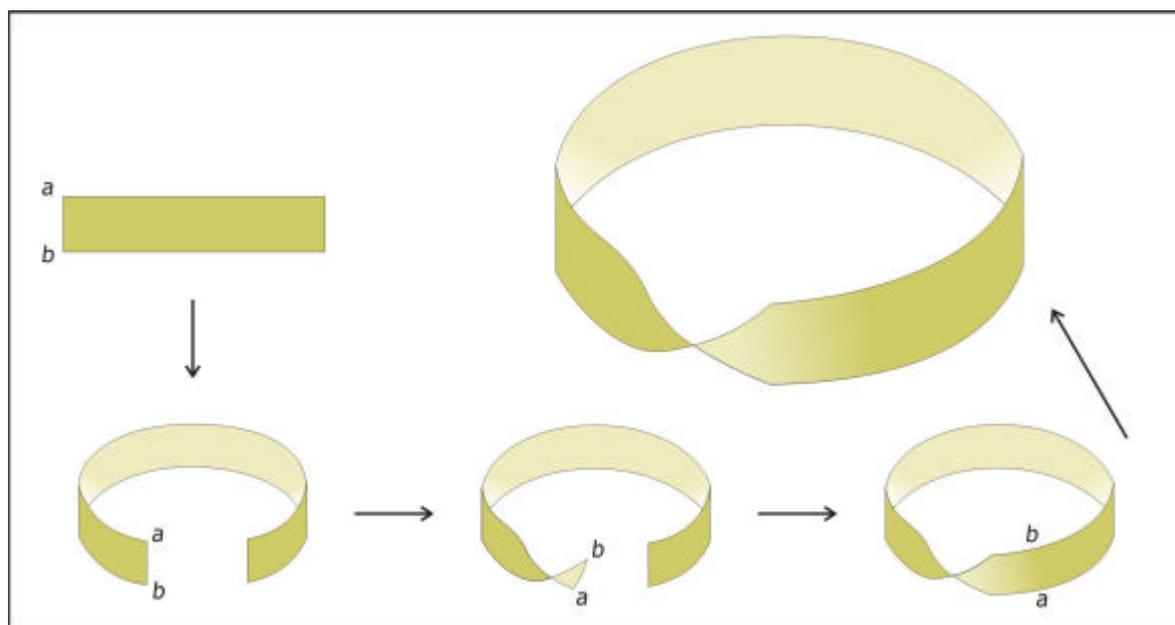


Figura 3: Banda de Moebius – etapas da montagem do modelo topológico matemático
Fonte: Elaboração Própria

A estrutura moebiana, pela presença da meia torsão, desarticula o avesso e o direito por constituir-se, em seu conjunto, como tendo uma só face e uma só borda. Isso ocorre porque é preciso dar duas voltas com o dedo em sua superfície para se chegar onde se partiu. Ao concluir a primeira volta se chega ao avesso do ponto de partida e só depois da segunda volta se retorna ao ponto inicial.

Nos domínios da Psicanálise, o modelo topológico da Banda de Moebius serve metaforicamente a novas proposições. Lacan, por exemplo, a relaciona aos conceitos de sujeito e inconsciente e utiliza-se deste aparelho matemático para tratar da relação significante-significado. “A Banda de Moebius representa a relação do discurso inconsciente com o discurso consciente: o inconsciente está no avesso, mas pode surgir no consciente em qualquer ponto do discurso, demonstrando que o interior se comunica com o exterior” (CUNHA, et al, 2002, p.1). A estrutura moebiana serve, de certo modo, metaforicamente como simulação dos deslizamentos entre significado e significante, que não cessam de se realizar pelo percurso da fita ou banda.

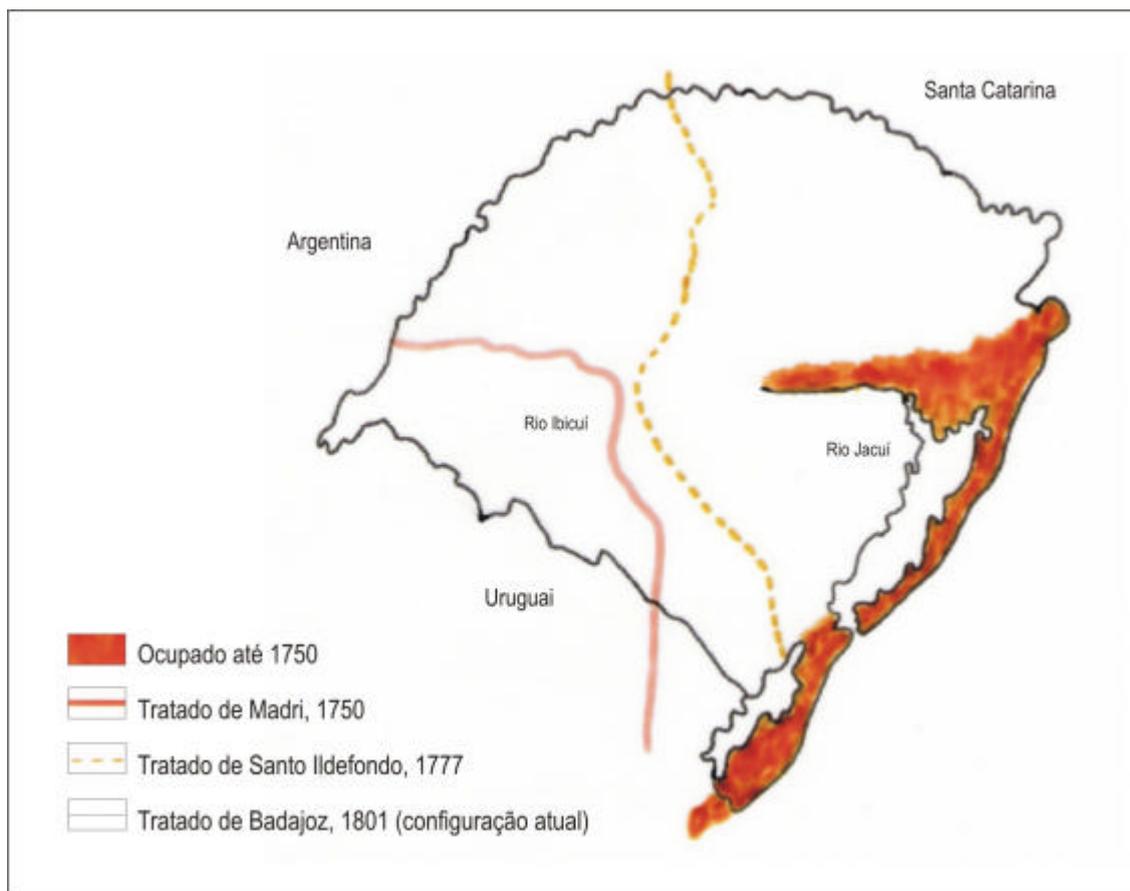
A Banda de Moebius serve também de construto teórico à fronteira. Por ser tramada sem extremidades, sem que seja possível identificar seus lados, “trilhando o que aparenta ser um dos lados, adentramos no que aparenta ser seu avesso, sem contudo sê-lo, já que cada lado representa o direito e o avesso simultaneamente” (CUNHA et al, 2002, p.1). Assim como na

representação da Banda há uma só face, uma só fronteira, que impossibilita a separação dentro-fora, nas fronteiras físicas, geopolíticas, não é possível identificar seus lados, o interior e o exterior; o dentro e o fora; o certo e o errado; o lícito e o ilícito, no caso do contrabando e do abigeato, por exemplo; o estrangeiro e o nativo; porque fronteira é mobilidade, circularidade, movimento. Ainda, porque se constitui por conter o dentro e fora, o *lado de lá* e o *de cá*. Inclusive quando compreendida enquanto limite, a fronteira pode ser ultrapassada. Assim, os deslizamentos propostos pela Psicanálise, a partir do modelo matemático de Moebius, possibilitam a compreensão da fronteira como um todo inseparável que, por seus movimentos, revela, a partir de onde se olha, o dentro e o fora. A fronteira não se mostra como um todo homogêneo, revela-se em partes, “conforme o ângulo pelo qual é olhada, permitindo várias possibilidades interpretativas como resultado de análise, num movimento que evoca a idéia de multiplicidade” (CUNHA et al, 2002, p.2).

5.4 Fronteira e Língua

“Hablar português” é característica comum na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. A oralidade é marcada por interferências do espanhol (ou de espanholismos) que, transpostas à escrita, têm “efeitos de representação da realidade” (Carvalho, 1995, p.163). Há uma intimidade lingüística resultante do contato e da convivência nas zonas de fronteira, especialmente nas regiões Sul e Oeste do Rio Grande do Sul, no Norte do Uruguai (Departamentos de *Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha*) e no Oeste da Argentina (Províncias de *Corrientes e Misiones*).

O português riograndense, entremeado por espanholismos, segundo Koch (1995), é identificável em outras regiões do Estado, para além daquelas adjacentes às fronteiras (Mapa 2, página seguinte). Isso ocorre, na avaliação do pesquisador, pelos deslocamentos das fronteiras lusas e platinas, a partir de tratados como o de Madri, de 1750, e o de Santo Ildefonso, de 1777. Até 1750 os colonizadores lusos ocupavam a estreita faixa litorânea e a margem setentrional do Rio Jacuí. Com o Tratado de Madri, expandem-se os domínios portugueses, cabendo à Espanha uma parte ao sul do rio Ibicuí. Em 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso, a região é dividida ao meio. Em 1801, com a retomada das Missões pelos portugueses altera-se a divisão territorial e o limite passa a ser, mais uma vez, o rio Ibicuí. O Tratado de Badajoz, de 1801, definiu o contorno atual do Rio Grande do Sul, ocupado oficialmente pela Coroa Portuguesa em 1802.



Mapa 2: Ocupação do espaço físico do Rio Grande do Sul por portugueses e espanhóis

Fonte: KOCH, Walter. Contribuição do atlas lingüístico-etnográfico da região sul ao estudo da fronteira lingüística entre o Brasil e o Uruguai. In: CASTELLO, Iára Regina et al. Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995. p.197.

Para Koch (1995, p.193), “os limites de áreas lingüísticas frequentemente refletem o traçado de antigas fronteiras políticas”. Abadía de Quant (1994), da mesma forma, considera as conseqüências lingüísticas e culturais decorrentes dos condicionantes históricos geradores das nações, especialmente as penetrações demográficas, e, a esses, acrescenta condicionantes econômicos. “As diferenças realmente significativas aparecem nas zonas de fronteiras com populações gêmeas [...] onde não aparecem variações dentro de um mesmo sistema, senão em sistemas lingüísticos diferentes, que, ao entrar em contato, geram interferências mútuas que tem na vida das comunidades duas repercussões de base, uma lingüística e outra social” (ABADÍA DE QUANT, 1994, p.94 [tradução minha]).

SILVA (1994) considera que a língua reflete a convergência histórica das áreas da fronteira Brasil-Uruguai-Argentina, construídas senão juntas, em parceria, como testemunhas daquilo que acontece do outro lado da linha divisória. Segundo Cuche (1999, p.107), “na

construção cultural, o que vem primeiro é a cultura do grupo, a cultura local, a cultura que liga os indivíduos em interação imediata uns com os outros”.

Na fronteira Brasil-Argentina, Silva (1994) identifica um bilingüismo, ao contrário de outros autores que apontam para uma alternância do português e do espanhol nos espaços fronteiriços, conforme exemplifica:

Uma ocasião, estando em Uruguaiana, desloquei-me a Paso de los Libres, onde observei um fato curioso.

A pessoa que me levou àquela cidade do país vizinho, a Argentina, estacionou seu carro próximo, bem próximo, o suficiente para que, de dentro do carro, eu pudesse ouvir o que um homem e uma senhora, ainda jovens, conversavam [...]. Eram pessoas do povo, a julgar pelo nível de língua que falavam, rica em espontaneidade, portanto, descompromissada de qualquer rigorismo formal. Conversavam e riam do assunto objeto do diálogo. O estranho era que ele, argentino, falava em espanhol. Ela, brasileira, expressava-se em português. Os dois entendiam-se perfeitamente. Mais do que entendimento verbal, notava-se que cada um possuía pleno domínio semântico da língua do interlocutor. Considerando a semântica de cada idioma e a proficiência dos interlocutores no manejo do idioma que não era o seu, tanto a brasileira como o argentino eram perfeitos bilíngües (SILVA, 1994, p.105).

Grimson (2003) identifica no par Uruguaiana-*Libres* três situações: o bilingüismo; o sesquilingüismo, ou seja, “os filhos falam o idioma do país em que vivem e compreendem o outro idioma” (GRIMSON, p.213 [tradução minha]); e a hibridização de certas expressões verbais ou o “portunhol”, a partir das relações que se estabelecem, seja de parentesco, sejam comerciais, etc. Grimson (2002) identifica a prática do “portunhol”, mistura do português e do espanhol, quer por alternância de palavras, quer por um aportuguesamento do espanhol, quer pelo contrário, nos pontos de contato entre argentinos e brasileiros, em áreas de fronteira das províncias de *Misiones* e *Corrientes*. Segundo Grimson (2002, p.90), o “portunhol” é considerado um problema fronteiriço na Argentina por ser visto como resultante da penetração cultural e associado às disputas pelo controle das fronteiras.

Na fronteira Brasil-Uruguai, pelas interações históricas, identifica-se à formação de uma zona de bilingüismo. Na avaliação de Adiala (2006, p.58), “esse elemento serve para marcar novamente o forte entrelaçamento cultural e lingüístico, ocasionado e reforçado pelo contato dos habitantes locais com nacionalidades distintas”. Estudo¹¹⁰ da *Universidad de la República*, do Uruguai, e da Universidade Católica de Pelotas, no Rio Grande do Sul, está investigando uruguaios cuja língua materna é o português, a partir da observação do conjunto de variedades dialetais que formam o contínuo lingüístico resultante do contato na fronteira Brasil-Uruguai. O estudo aponta para a presença do que é denominado de Dialetos

¹¹⁰ In: CECCONI, Eduardo; BELLES, Leandro. Fronteira Brasil-Uruguai. Também se habla português. *Zero Hora*. Porto Alegre, 13 ago. 2006. Geral. p.34. (anexo B)

Portugueses do Uruguai - DPU¹¹¹, inicialmente conhecidos como “portunhol”, desenvolvidos a partir da oralidade. A mistura naturalizada de idiomas é visível em expressões do tipo: “Yo no ‘falo’ português”¹¹² ou “Hola ‘companheiro’. Le gusta la cumbia? Entonces venga ‘escutar’ lo mejor de la musica uruguaya”¹¹³.

O contato entre os pares de ambos os lados da fronteira reflete no modo de falar, pois leva a uma alternância natural das duas línguas, o português e o espanhol. Transposta à literatura, por exemplo, essa alternância é empregada como recurso na construção de personagens e cenários fronteiriços. É assim no conto *Travessia*, quando o personagem narrador, um menino que acompanha o tio contrabandista, diz: “A mulher de André Vicente gostava de me dar confiança porque *no tenia hijos*” (FARACO, 1986, p.25 [grifo meu]). Ainda, “[...] fomos nos sentar para esperar os homens, ela costurando, eu ouvindo a *charla* dela” (FARACO, 1986, p.25 [grifo meu]). Em *Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez* em passagens como “*entonces* ele me viu, e me *saludó* tocando na aba do chapéu. A capa era um pouco de exagero, até porque estava fazendo um *solito* lindo e começava a esquentar” (RUAS, 1997, p.50 [grifo meu]) também aparece a confluência dos dois idiomas.

5.5 Fronteira e Literatura

No século XIX, entre o final da década de 60 e o início da seguinte, se configura a literatura sul-rio-grandense. Desde os primeiros movimentos estéticos, tardios especialmente em relação ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo, a literatura foi permeada pela determinação de uma noção de local – o rio-grandense entendido como o gaúcho¹¹⁴ –, suporte do regional,

¹¹¹ Jorge Walter da Rocha Espinosa, professor da Universidade Católica de Pelotas, tratou desta temática durante a palestra *Aspectos lingüísticos, literários e históricos do sul fronteiriço*, que integrou a programação do Encontro Pampiano – O Pampa na Universidade, promovido pelo CELP Cyro Martins e pela Faculdade de Letras da PUCRS, em 31 de outubro de 2006, em Porto Alegre, RS. Espinosa integra dois grupos de pesquisa relacionados a esta temática: *Grupo de Pesquisa Variação Lingüística na Fronteira do Rio Grande do Sul* (UCPel) e *Estudo de Dialectos de Contato do Português com o Espanhol* (UCPel/Universidade de la República).

¹¹² Idem 110.

¹¹³ Idem 110.

¹¹⁴ O conceito de gaúcho liga-se, no Rio Grande do Sul, à forma de colonização assentada em grandes propriedades rurais, os latifúndios, com uma economia com base na pecuária e na agricultura. A partir da década de 1930 esse modelo entra em declínio, o que provoca desemprego no campo e migração para as áreas urbanas. O modelo latifundiário foi empregado no Rio Grande do Sul na região sudoeste, pelas condições de solo e relevo (o pampa gaúcho configura-se como uma planície recoberta por pastagem) e pelo propósito de delimitar e povoar os domínios lusos. No Brasil, o sul-rio-grandense é reconhecido como o gaúcho, o que, para Oliven (2006), não representa a diferenciação interna, geográfica, étnica, econômica e de colonização. O gaúcho tende a representar um tipo social único, forjado em um passado glorioso, “cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra” (OLIVEN, 2006, p.66). Esse entendimento é resultado de um processo de elaboração cultural e de ressemantização da expressão. O habitante do Rio Grande do Sul, no período colonial, era chamado de *guasca* ou *gaudério*, esse com conotação pejorativa, por fazer referência à

“cuja permanência ou rejeição vieram a delinear a especificidade” (ZILBERMAN, 1992, p.13) das produções. A literatura sulina também se delinea por uma articulação ao conjunto da literatura brasileira.

O homem e o espaço físico do campo se constituíram na referência fundamental da literatura gaúcha. Primeiro, no Romantismo da Sociedade Partenon Literário¹¹⁵ que, ao se voltar às vivências genuínas do tipo social representativo, o gaúcho, compõe uma literatura que leva “à sanga¹¹⁶, ao umbu¹¹⁷, ao rodeio¹¹⁸, à chinoca¹¹⁹, à valentia¹²⁰, aos entreveros¹²¹ de arma branca¹²²” (CÉSAR, 1973 in 1994, p.24). Elevado à condição de herói em *O Gaúcho* (1870), por José de Alencar, o homem sulino motiva uma literatura saudosa e perplexa diante das mudanças na estrutura tradicional da economia rio-grandense, presente, por exemplo, em João Simões de Lopes Neto¹²³. Segundo Zilberman (1992), a ficção dos anos 1930 assume a postura de investigação das causas desse fenômeno. Cyro Martins¹²⁴ em sua literatura do gaúcho a pé revela, nesta época, por meio de uma abordagem sociológica, a falência da economia clássica gaúcha, assentada em latifúndios, e imprime à problemática regional uma nova orientação que se desdobra em outras perspectivas.

Na década de 1940 se desenvolve uma literatura voltada à investigação histórica. Manoelito de Ornellas¹²⁵ examina a formação do Rio Grande do Sul, em *Gaúchos e Beduínos*

“vagabundos errantes e contrabandistas de gado numa região onde a fronteira era bastante móvel em função dos conflitos entre Portugal e Espanha” (OLIVEN, 2006, p.66). O termo gaúcho surge no final do século XVIII, com essa mesma carga pejorativa, quando no século seguinte passa a nomear o peão (trabalhador, empregado) de estância (latifúndio). Na Argentina e no Uruguai, a palavra *gaucho* é um importante ícone nacional.

¹¹⁵ Fundado em 1868, o Partenon Literário reuniu escritores como Caldre e Fião (*A divina Pastora e O corsário*), Apolinário Porto Alegre e Múcio Teixeira, ligados ao Romantismo.

¹¹⁶ Pequeno rio, córrego, riacho.

¹¹⁷ “Árvore da família das Fitolacáceas, de grande tamanho, cujas raízes saem à flor da terra, muito copada, de folhagem espessa, que produz excelente sombra. É, como o pinheiro e a figueira, uma das árvores símbolos do Rio Grande do Sul” (NUNES & NUNES, 1986, p.137).

¹¹⁸ “Lugar no campo de uma estância onde habitualmente se reúne o gado para contar, apartar, examinar, marcar, assinalar, castrar, vacinar, dar sal, curar bicheira, etc.” (NUNES & NUNES, 1986, p.155).

¹¹⁹ “Chinoca” é filha de china, ainda pequena. China é “mulher de vida fácil” (NUNES & NUNES, 1986, p.44).

¹²⁰ Referente a valente, corajoso.

¹²¹ “Mistura, desordem, confusão, de pessoas, animais ou objetos” (NUNES & NUNES, 1986, p.65).

¹²² “Faca, punhal, facão, espada, adaga, o mesmo que ferro branco” (NUNES & NUNES, 1986, p.14).

¹²³ João Simões de Lopes Neto (1865-1961) é o criador do regionalismo centralizado na heroização do gaúcho. Autor de *Contos Gauchescos*, *Lendas do Sul*, *Casos do Romualdo* e *Cancioneiro Guasca*, cuja temática centra-se no pampa e no universo gaúcho.

¹²⁴ Cyro Martins (1908-1995) traz na trilogia do gaúcho a pé (*Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*) e em obras como *Campo fora* e *Um menino vai para o colégio* a temática da vida do homem da Campanha gaúcha e as transformações econômicas e sociais que leva peões, tropeiros e pequenos proprietários rurais a deixar a terra e migrar para as cidades. Trata, por essa ambiência construída nas narrativas, os conflitos do homem urbano e a dominação econômica.

¹²⁵ Manoelito de Ornellas (1903-1969), natural de Itaquí, entre outras obras escreveu *Tiaraju* (1934), um romance sobre as Missões e a lendária figura de Sepé Tiaraju, e *Gaúchos e Beduínos* (1948), sobre a origem étnica e a formação do Rio Grande do Sul, a partir de abordagem sociológica.

(1948). Erico Verissimo¹²⁶ faz a crônica integral da constituição do Estado por meio da trilogia *O tempo e o vento* (*O continente*, 1745-1895; *O retrato*, 1909-1915; e *O arquipélago*, 1915-1945, publicados respectivamente nos anos de 1949, 1951 e 1962). Verissimo retoma o mito fundador¹²⁷ em uma narrativa histórica que recupera o surgimento, a ascensão e o declínio do gaúcho, sem lamentar-se ou compadecer-se. “Erico situa seus romances nessa zona de transição, quando os lugares sociais estão sendo trocados. A escolha lhe permite examinar os dois lados da questão, tomando partido daqueles que representam a mudança, sem, todavia, mostrar-se moralista em relação ao ultrapassado” (ZILBERMAN, 1992, p.73).

Sob a abordagem histórica, ancorada na imigração, estão obras de Josué Guimarães (alemães), Luiz Antonio de Assis Brasil (açorianos), José Clemente Pozenato (italianos) e Moacyr Scliar (judeus), entre outros. Aldyr Schlee¹²⁸ contrapõe duas épocas e lamenta a perda de um vínculo comum, compartilhada com os platinos. A ficção urbana se desenvolve nos anos 1960, ambientada, majoritariamente, em Porto Alegre. A partir dessa época desenvolve-se, também, uma literatura de investigação da subjetividade e, na década seguinte, a narrativa política.

Na literatura, o espaço físico matriz do regionalismo gaúcho é a Campanha, região de descampado que se estende aquém da fronteira com o Uruguai e está presente também na Argentina. Chamado de pampa, a região da Campanha compreende Alegrete, Bagé, Barra do Quaraí, Dom Pedrito, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel e Uruguaiana, todos municípios da Fronteira Oeste gaúcha. Para além da característica fisiográfica comum – uniformidade de terreno e coxilhas levemente onduladas, cobertas por pastagens –, essas áreas de fronteira têm importância como região histórica, em função dos avanços e recuos em direção às terras platinas que marcaram a formação e o povoamento do Rio Grande do Sul.

Como região fortemente individuada pelos contrastes da História, a Campanha veio a ser palco de uma interação social em que a economia pastoril, os conflitos e rivalidades de fronteira imprimiram muito cedo marcas próprias, ainda não

¹²⁶ Erico Verissimo (1905-1975) integra o Romance de 30. Sua produção divide-se em três fases: urbana (*Clarissa*, *Saga*, *Caminhos cruzados*, *Música ao longe*, *Um lugar ao sol*, *O resto é silêncio*, *Olhai os lírios do campo*), histórica (*O tempo e o vento*) e político (*O senhor embaixador*, *O prisioneiro* e *Incidente em Antares*). Verissimo também escreveu literatura infanto-juvenil e memórias (*Solo de Clarineta*), entre outros. Em suas obras o regionalismo e o universalismo caminham juntos. Natural de Cruz Alta, Verissimo residiu em Porto Alegre e nos Estados Unidos.

¹²⁷ Conforme observa Zilberman (1992), a obra propõe uma narrativa mítica que se sustenta em um ato fundador, a conquista do território, e sempre retorna a esse momento original da fundação.

¹²⁸ Aldyr Garcia Schlee (1934), natural de Jaguarão, apresenta uma literatura que se passa no campo, em terras de fronteira entre o Brasil e o Uruguai, marcada pela influência uruguia. Entre seus contos estão *Uma terra só* e *Linha divisória*.

apagadas de todo. Aí viveu o gaúcho da fase heróica [...]. Coureadores, tropeiros, ex-milicianos ou contrabandistas de gado, esses homens cruzaram o território rio-grandense, atravessando ora para um lado, ora para o outro, o Jaguarão, o Quarai e a serra do Aceguá. Foram até as barrancas do Rio Uruguai, em busca dos rebanhos de gado missioneiro e chegaram também aos férteis vales do médio Jacuí (CÉSAR, 1994, p.28).

Transposta à literatura, a história da constituição das fronteiras é propícia à feição paradigmática que fez do gaúcho um mito, “o centauro dos pampas” na perspectiva de José de Alencar. Para além da Campanha, o gaúcho é transposto, em romances de fundo gauchesco, a outras regiões do Estado, com economia, miscigenação e povoamento diferentes, que acabam equiparadas à fronteira. Voltando-se para os costumes do pago¹²⁹ e aos sentimentos do homem interiorano, a ficção, no Rio Grande do Sul, mesmo que não restrita à fronteira, traz “consigo a velha medida campeira, a diretamente assimilada ou a institucionalizada pelo cânone literário” (CÉSAR, 1994, p.35). Há no processo histórico de conformação do Rio Grande do Sul o porquê disso:

Desde o fim do II Reinado, até 1923, a história política local girou em torno da fronteira, dessa Campanha que foi a parte mais ativa do processo rio-grandense, ponto de atrito do nosso com os federalismos caudilhescos do Uruguai e da Argentina. Depois de 1922, porém (e a Revolução de 23 vem confirmá-lo), o eixo da política e da economia se desloca para os municípios mais próximos de Porto Alegre, para o complexo agro-industrial criado com a colaboração de imigrantes alemães e italianos. E então, [...] a lenda do gaúcho campeador cedeu o seu lugar, na mente de todos, escritores ou não, a outras realidades sociais – o latifúndio improdutivo, a miséria da peonagem, a mecanização das lavouras, o trigo competindo com a pecuária, e o automóvel com o cavalo (CESAR, 1994, p.36).

Uma vertente da literatura gaúcha que trata da fronteira é a que explora seu simbolismo “como espaço de demarcação a ser defendida com sangue, resgatando da memória histórica os procedimentos dessa defesa e os fluxos migratórios e imigratórios que consolidaram os limites no Sul do país e [...] a construção nacional” (CARVALHAL, 1995, p.161). Ao mito fundador ligam-se obras como *O continente* (1949), primeiro volume da trilogia *O tempo e o vento*, do escritor Erico Verissimo, *Tempo de solidão*, primeiro volume de *A ferro e fogo* (1972), de Josué Guimarães¹³⁰, e *Um quarto de légua em quadra* (1976), de Luiz Antonio de Assis Brasil¹³¹. Segundo Carvalhal (1995, p.161), “essas narrativas comprovam como o mito fundador de uma determinada sociedade se apóia na concepção de fronteira, produzindo representações culturais específicas”.

¹²⁹ “Lugar onde se nasceu, o lar, o rincão, a querência; o povoado, o município em que se nasceu ou onde se reside” (NUNES & NUNES, 1986, p.111).

¹³⁰ Representante da prosa contemporânea, Josué Guimarães (1921-1986) traz como temática o homem sul-americano, suas contradições e conflitos. *A ferro e fogo – Tempo de solidão e Tempo de guerra* – é um romance histórico, com foco na colonização alemã.

¹³¹ As obras de Luiz Antonio de Assis Brasil (1945) têm como temática a história rio-grandense, a desmitificação dos heróis, a imigração açoriana, além de temas sociais. Entre suas obras estão os romances *Um quarto de légua em quadra*, *Bacia das almas*, *Manhã transfigurada*, *O homem amoroso*, *Cães da província* e *Videiras de cristal*.

O espaço geográfico, a conformação sócio-histórica, a economia, a cultura fronteiriça, entre outros aspectos, servem de cenário e ancoragem, por outro lado, ao desenvolvimento de uma literatura de fronteira¹³² (MASINA, 1995; DORFMAN, s/d) que emerge de espaços sociais em relação e, por isso, revela especificidades culturais das zonas de contato (Rio Grande do Sul, Uruguai e região pampeana da Argentina) e formas de representações comuns (como o gaúcho e o contrabandista). Segundo Masina (1995, p.171), a literatura das fronteiras “registra o diálogo amplo com culturas vizinhas e não apenas lutas episódicas e compulsórias contra os povos irmãos, decorrentes da arbitrariedade de governos”. Holthfeldt (2006) aponta, nesse sentido, para a tríplice representação do gaúcho¹³³. Cesar (1994, p.45) alerta que “para argentinos e uruguaios, a gauchesca tem um caráter antiibérico bem definido”, diferente, portanto, da abordagem sul-rio-grandense. Carvalhal (1995, p.162) sustenta que “a noção de constituição desses conjuntos culturais é básica para o estudo de literaturas de zonas de contato ou zonas fronteiriças, pois elas emergem de espaços sociais onde as culturas se encontram”.

Dentro da literatura de fronteira, o imaginário do contrabando, intimamente ligado ao imaginário da fronteira, perpassa obras de referência como *Facundo* (1845), de Domingo Faustino Sarmiento, *Martín Fierro* (1872), de José Hernández, e *Dom Segundo Sombra* (1926), de Ricardo Güiraldes, ambos escritores argentinos. A construção da figura literária do contrabandista, quer como bandido, estancieiro ou comerciante, que representa igualmente “a norma legal vigente e a transgressão, a vontade pública e a vontade privada, o socialmente instituído e o que é sancionado pela prática reiterada” (MASINA, 1995, p.165) têm em Jango Jorge, do conto *O contrabandista* (*Contos Gauchescos*, 1912 in 1998), de João Simões de Lopes Neto, exemplo referencial na literatura sul-rio-grandense. A figura do contrabandista aparece também em *Contrabando* (1925), de Darcy Azambuja¹³⁴, e em *Os contrabandistas* (1960), do uruguaio Mario Arregui¹³⁵.

¹³² “A literatura de fronteira pode ser caracterizada a partir de vários índices, principalmente a origem geográfica de seus autores, a tematização da fronteira e a interpolação das línguas *standart* (no caso o português e o espanhol) e de termos locais em sua maioria oriundos das línguas indígenas” (DORFMAN, s/d, p.6 [grifo no original]).

¹³³ Palestra *O gaúcho: tipo social de tríplice representação* in *Encontro Pampiano*, Faculdade de Letras PUCRS, 31 out. 2006.

¹³⁴ Darcy Pereira Azambuja (1901-1970), natural de Encruzilhada, é considerado herdeiro de João Simões de Lopes Neto. Sua primeira obra *No galpão* (1925) rendeu-lhe reconhecimento da Academia Brasileira de Letras na primeira edição do prêmio de contos.

¹³⁵ Mario Alberto Arregui Valo (1917-1985), natural de Trinidad, Flores, Uruguai, fez parte da Geração de 45 uruguaia. Suas obras centram-se em temas rurais.

Como parte do imaginário sobre as fronteiras, o contrabando permanece em textos contemporâneos, como no conto *Contrabandistas*, na obra *Cuentos del país de los gauchos* (1991), do uruguaio Julián Murguía¹³⁶. Também está presente na literatura sul-rio-grandense em obras produzidas a partir da vivência da fronteira, como no conto *Travessia*, da obra *Noite de matar um homem* (1986), de Sérgio Faraco¹³⁷; e a novela *Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez* (1990 in 1997), de Tabajara Ruas¹³⁸. No conto *Arreglo* (1996), de Amílcar Bettega Barbosa¹³⁹, reunido na coletânea *Contos sem fronteira* (2000), faz-se menção ao abigeato, outra prática presente na fronteira.

João Simões de Lopes Neto, em *O contrabandista* (1912 in 1998), história que se passa em meados do século XIX, registra a gênese e a organização do contrabando na fronteira gaúcha: “Nesta terra do Rio Grande sempre se contrabandeou, desde em antes da tomada das Missões” (LOPES NETO, 1998, p.105). O personagem central é o contrabandista Jango Jorge – “esse gaúcho desabotinado levou a existência inteira a cruzar os campos da fronteira: à luz do sol, no desmaiado da lua, na escuridão das noites, na cerração das madrugadas” (LOPES NETO, 1998, p.103) –, por meio do qual Lopes Neto (1998) opõe contrabandista e guarda, contrabando e morte:

- A guarda nos deu em cima... tomou os cargueiros... E mataram o capitão, porque ele avançou sozinho pra mula ponteira e suspendeu um pacote que vinha solto... e ainda o amarrou no corpo... Aí foi que o crivaram de bala... parado... Os ordinários!... Tivemos que brigar, pra tomar o corpo! (LOPES NETO, 1998, p.109).

Essa mesma abordagem é retomada por Azambuja (1925 in s/d), Arregui (1960 in 2003), e Ruas (1997). No texto de Azambuja (1926, s/p)¹⁴⁰, *Contrabando*, morre o batedor Chirú, rapaz de confiança do contrabandista Fidêncio Lopes: “Com efeito, o Chirú¹⁴¹ ia na frente, no tranco do picaço¹⁴², furando com os olhos a treva cinzento-negra da madrugada de névoa, orgulhoso daquele posto de honra que lhe dera o patrão. Era, apesar de muito moço, a confiança do velho Fidêncio”. Na obra do uruguaio Arregui (1960 in 2003), a tentativa

¹³⁶ Julián Murguía (1930-1995), natural de Melo, Uruguai, exilou-se em Porto Alegre de 1981 a 1984. A obra *Contos do País dos Gaúchos* é traduzida para o português por Sergio Faraco, que também traduziu obras do uruguaio Mario Arregui.

¹³⁷ As obras regionalistas de Sergio Faraco (1940) têm como característica o linguajar, os costumes e os hábitos fronteiriços. É natural de Alegrete, município da Fronteira Oeste gaúcha.

¹³⁸ Tabajara Ruas (1942), natural de Uruguaiana, na Fronteira Oeste, integra o grupo de prosa contemporânea por meio de seus romances (*O amor de Pedro por João*, *Os varões assinalados* e *Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez*), folhetins, histórias em quadrinhos e ensaios.

¹³⁹ Natural de São Gabriel, Amílcar Bettega Barbosa (1964) é autor do livro de contos *O vôo da trapezista* que lhe rendeu o Prêmio Açorianos de Literatura 1995, nas categorias Conto e Autor Revelação.

¹⁴⁰ Documento eletrônico. Disponível em < http://www.releituras.com/dazambuja_menu.asp>. Acesso em 30 nov. 2007.

¹⁴¹ “Índio, caboclo, moreno carregado, que tem traços de indígena. Acaboclado, indiático. Xiru” (NUNES & NUNES, 1986, p.45).

¹⁴² “Diz-se do cavalo de pêlo escuro com testa e as patas brancas” (NUNES & NUNES, 1986, p.120).

frustrada de travessia do rio Jaguarão por cinco contrabandistas, dois mortos e um ferido gravemente ao transporem a fronteira, é a temática central do conto *Os contrabandistas*. Na avaliação de Dorfman (s/d, p.9 [grifo no original])¹⁴³, o conto de Arregui “faz da fronteira internacional uma metáfora para a morte, dando à paisagem um caráter sobrenatural e reforçando o papel dos contrabandistas como mediadores, *pasadores*, ora de mercadorias, ora entre vivos e mortos”.

Em *Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez* o personagem narrador desvenda a fronteira ao deslocar-se à infância e retomar o episódio em que seu tio, o contrabandista Juvêncio Gutierrez, retorna de trem a Uruguaiana e é morto. Ao pisar os trilhos e olhar em direção à ponte, o narrador apresenta *Libres*, na vizinha Argentina:

De onde estava podia ver perfeitamente o contorno de Paso de los Libres na outra margem do rio. Via a igreja branca e o casario envolto pelo abraço das árvores. Virando um pouco o rosto, seguindo os trilhos, estava a ponte que unia as duas cidades (RUAS, 1997, p.17).

O texto revela proximidades culturais, pelos hábitos portenhos incorporados à rotina dos moradores de Uruguaiana: “[Esther] entrou em casa fazendo comentários sobre o fim das chuvas, entregando a mamãe um exemplar de *El Hogar* (‘Fui a Libres hoje cedo’)” (RUAS, 1997, p.38 [grifo no original; acréscimo meu]). Ainda: “Aos domingos, papai ficava em casa, solitário, [...] totalmente entregue à ópera transmitida pela rádio El Mundo, diretamente do palco do Teatro Colón de Buenos Aires” (RUAS, 1997, p.74).

O contrabando, como prática ora interdita, ora consentida, para Masina (1995), está presente no imaginário fronteiro como forma de passagem, que pela vivência cotidiana figura na representação literária desse espaço geográfico. Os episódios rememorados pelo narrador são atravessados pela temática do contrabando, em que as ruas, a ponte internacional, o trem e o rio são essenciais à passagem. “O rio era dos pescadores, das lavadeiras, dos barqueiros, dos *changadores*¹⁴⁴, dos práticos da Capitania dos Portos, mas, principalmente, era dos contrabandistas” (RUAS, 1997, p.9 [grifo no original]). O narrador mostra que o contrabando é comum aos habitantes de Uruguaiana em trechos como “a família tinha um carro [...]. Servia também para irmos a Paso de los Libres fazer o rancho¹⁴⁵, e isso era uma vez cada quinze dias” (RUAS, 1997, p.17) ou “o contrabando de farinha tinha sido o

¹⁴³ Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/C-LIT/C-LIT-2-DORFMAN.pdf>>. Acesso em 2 dez. 2007.

¹⁴⁴ “Carregador, indivíduo que se incumba de carretos, que se ocupa de fazer changas” (NUNES & NUNES, 1986, p.41).

¹⁴⁵ Compra grande de gêneros alimentícios, para suprir as necessidades de uma família ou grupo.

grande negócio de Uruguaiana alguns anos antes” (RUAS, 1997, p.18). A alfândega aparece como limite arbitrário por impedir a passagem.

Temática correspondente é encontrada no conto *A travessia* de Sergio Faraco. O personagem narrador, um guri¹⁴⁶, rememora a travessia do rio Uruguai em uma noite chuvosa, a bordo de uma chalana¹⁴⁷, trazendo, na companhia do tio, contrabando a Itaqui, município gaúcho da fronteira oeste, divisa com a Argentina. Traziam “três ventiladores, uma dúzia de rádios, garrafas, cigarros, vidros de perfume e dezenas de *cashmeres*” (FARACO, 1986, p.28 [grifo no original]) soltos na correnteza pela aproximação da lancha da polícia. “Nosso tesouro inteiro mergulhou no rio” (FARACO, 1986, p.28), rememora o narrador para, ao final do conto, revelar o contrabando como prática sancionada no diálogo entre o tio e o tenente da polícia:

O tenente me ajudou a subir e passou a mão na minha cabeça:
 – Tão *chico*¹⁴⁸ e já praticando, hem? Essa é a vida.
 – Essa é a vida – repetiu tio Joca.
 (FARACO, 1986, p.29 [grifo meu]).

Como na novela de Ruas (1986), o conto *Arreglo*, de Bettega Barbosa (2000), é urbano. Para Dorfman (s/d, p.15), nesse texto “há a manifestação de uma raiva contra o gaúcho mítico, que poderia ser o Jango Jorge criado por Simões Lopes”. A narrativa faz menção ao abigeato, que junto com o contrabando é prática comum na fronteira:

O Vico foi chibeiro¹⁴⁹ pequeno, talvez dos últimos numa época em que o chibo¹⁵⁰ já perdia a força e o rio não passava de uma paisagem d’água irmanando a miséria; com a minguado do negócio ele enveredou de vez para a bandidagem e ultimamente vinha se defendendo no abastecimento de açougueiro que não questionasse a procedência da carne, arriscando forte nas madrugadas sem lua e deixando seu rastro de buchada e couro e cabeça e tudo quanto não podia levar (BETTEGA BARBOSA, 2000, p.56).

O uruguaio Murguía (1991) apresenta uma outra categoria de contrabandistas, os quileiros, expressão empregada para designar contrabandistas de “um quilo de açúcar... outro de erva ou de feijão... por isso lhes chamam quileiros... Vão a pé... maleta ao ombro” (MURGUIÁ, 1991, p.97 [tradução minha]).

¹⁴⁶ “Criança, menino, piazinho, serviço para trabalhos leves nas estâncias” (NUNES & NUNES, 1986, p.83).

¹⁴⁷ “Lanchão chato” (NUNES & NUNES, 1986, p.41).

¹⁴⁸ No linguajar sul-rio-grandense, assim como no argentino, “chico” é pequeno, que tem pouca idade.

¹⁴⁹ Contrabandista.

¹⁵⁰ “Contrabando; produto do roubo” (NUNES & NUNES, 1986, p.43).

5.6 Fronteira e Jornalismo

O Jornalismo aciona sentidos ao discursivizar aquilo a que faz referência. Ao tratar das fronteiras mobiliza um conjunto significativo de entendimentos, dentre os quais os apresentados até aqui. A estes, poderia acrescentar, ainda, questões políticas, econômicas, culturais, ambientais, jurídicas etc., igualmente partícipes das redes interdiscursivas socialmente estabelecidas, incorporadas ao discurso jornalístico quando necessário.

A relação entre Jornalismo e fronteira é marcada, ainda, pelo lugar de onde se enuncia. Identificam-se semelhanças e diferenças nos discursos produzidos nesses ou sobre esses espaços e é em alguns desses elementos que me detenho para tratar de Jornalismo e fronteira.

A fala que trata da fronteira, de um modo geral, divide-se em uma fala *sobre* e, por isso, distante, e uma fala *na*, próxima, portanto. Ainda, o discurso jornalístico *sobre* a fronteira é estigmatizado e ressurgue sempre que se pretende falar de algo negativo, como, por exemplo, o contrabando e o tráfico. O discurso *na* fronteira é aquele produzido localmente e que, por isso, experimenta cotidianamente o que é ser fronteiriço. No discurso *sobre* é latente objetivar a fronteira como “sem lei”, “sem dono”, “terra de ninguém”. No discurso *na* a fronteira é aquilo que se configura a cada momento, a cada dia, ao sabor das relações de vizinhança e parentesco, dos acordos internacionais, da variação cambial e das migrações.

Quando a fronteira trata da fronteira, o discurso *na*, identifica-se pelos menos dois comportamentos no Jornalismo. Um é considerar o outro lado, seja ele bom ou mau. O segundo é se referir ao outro lado como se fosse qualquer outro país, mantendo-o, assim, distante.

A fala *sobre* a fronteira no Brasil reiteradamente é marcada pela precedência das ocorrências metropolitanas e litorâneas, reflexo talvez de um processo de colonização que tardiamente voltou-se para o interior e, por isso, o naturalizou como periferia. Silveira (2007) mostra que o discurso sobre as fronteiras é marcadamente estigmatizado:

A análise da cobertura da mídia impressa no tema das fronteiras internacionais brasileiras reitera o condicionamento da atitude profissional que reproduz um noticiário viciado em torno de alguns elementos recorrentes: *violência urbana e rural* (assaltos, assassinatos, perseguição política a cidadãos de países vizinhos em território brasileiro); *terrorismo* (vínculos com grupos terroristas muçulmanos e colombianos); *exclusão social* (imigrantes e trabalhadores estrangeiros sem documentos e/ou direitos legais, clandestinidade, pobreza) e *contravenções legais* (contrabando de sementes transgênicas, alimentos, roupas e eletro-eletrônicos, abigeato, tráfico sexual e de drogas).

Os critérios de seleção de notícias jornalísticas e seus possíveis efeitos de sentido em relação ao reforço ou questionamento de estigmas sociais cristalizados e (re)

produzidos nas mídias quanto ao espaço fronteiriço tomado como periferia particular do estado-nação traz sensíveis repercussões (SILVEIRA, 2007, p.11)¹⁵¹.

Duas séries de reportagens publicadas pelo jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre (RS), de circulação estadual, têm como eixo narrativo essa visão recorrente e viciada de fronteira de que trata Silveira (2007). A primeira delas, a série *A fronteira do crime*, com quatro edições publicadas em abril de 1998, ao discutir o tráfico de drogas, armas, ouro e dinheiro falso na fronteira Brasil-Uruguai, fala de “descontrole na fronteira, por onde transitam com desenvoltura desde criminosos de colarinho branco a bandidos que alimentam os arsenais de guerra em mãos de marginais brasileiros” (RECH, 1998, p.18)¹⁵². Seus títulos em ordem cronológica são: *Quadrilhas unem Brasil e Uruguai, A Suíça dos gaúchos, Lavagem disfarça os lucros ilegais (A fronteira do crime I)*; *A corrida do ouro sujo, Jóias roubadas movem lavagem, Do garimpo a Montevideú, A Justiça rastreia o mercado dourado (A fronteira do crime II)*; *Empresa levou US\$ 10 milhões no Estado, Um fantasma será julgado em Porto Alegre, Doleiros operam sem restrições (A fronteira do crime III)*; e *A fábrica de dinheiro, US\$ 1 milhão em notas fajutas (A fronteira do crime FINAL)*.

Na segunda série *O novo retrato do pampa*, composta por sete edições semanais veiculadas entre 16 e 23 julho de 2006, a fala de *Zero Hora* trata com espanto de como os fronteiriços se adaptam às novas tecnologias, como na matéria intitulada “O peão domou o computador”¹⁵³. Os títulos da série são: *Um carioca na estância; Um rebanho guiado a satélite; Sem terra mas com lucro; As mudas da nova era industrial; Campos ganham novos tons; A integração das origens; Um império se transforma.*

Esse Jornalismo, distanciado dos espaços fronteiriços, ao versar sobre esses o faz por “uma agenda orientada pela ocorrência de acontecimentos negativos nas fronteiras internacionais do Brasil, agregada a um imaginário de preconceitos e estereótipos, [que] opera contra a integração cultural e econômica do Mercosul e referenda os valores do nacionalismo exacerbado” (SILVEIRA, 2007, p.12 [acréscimo meu]).

O discurso jornalístico construído nos espaços de fronteira, no entanto, revela muito das relações que cotidianamente se estabelecem frente ao local, ao nacional e ao internacional,

¹⁵¹ No artigo *A identidade deteriorada - Jornalismo e estigmas sociais*, Silveira (2007) analisa a série de reportagens *Fronteiras*, exibida pelo Jornal Nacional, e o conjunto de reportagens *O novo retrato do pampa*, sobre a fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, realizado por Carlos Wagner e veiculado pelo jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre-RS.

¹⁵² RECH, Marcelo. Carta ao Leitor. *Zero Hora*. Porto Alegre, 19 abr. 1998. p.18. Opinião. (ver Anexo C).

¹⁵³ PEÃO domou o computador, O. *Zero Hora*. Porto Alegre, 16 jul. 2006. p.38. Geral. (ver Anexo D).

dinâmicas, portanto. O Jornalismo produzido a partir das fronteiras mobiliza sentidos diversos a partir de como cada um desses espaços se encontra configurado e se configura dia-a-dia.

As regiões fronteiriças, mesmo próximas e pertencentes a um mesmo país, apresentam peculiaridades que as diferenciam e, por vezes, opõem. As relações que estabelecem com o vizinho de outra nacionalidade, da mesma forma, são variáveis e essa mutação acaba transposta ao Jornalismo. As conotações que circulam em alguns locais ou períodos acolhem ou excluem o outro lado da fronteira, de acordo com as relações que se desenvolvem.

Conforme a ocasião, a fronteira é percebida - e dita - como um espaço local, incluindo habitantes de ambos os lados da linha divisória como iguais. Em tais circunstâncias, o eu e o ele passam a constituir um nós fronteiriço [...]. A vida na fronteira passa constantemente pela afirmação do eu e, conseqüentemente, pelo reconhecimento do outro. Os de lá e os de cá constroem a relação, estruturam o espaço como sendo de ambos (MÜLLER, 2003, documento eletrônico)¹⁵⁴.

No cenário fronteiriço, Silveira (2007) identifica que muitas vezes o Jornalismo trata do país vizinho da mesma forma que se refere a outros países que não têm contato com a região. Para a pesquisadora, o interesse geral, mais do que a proximidade, condiciona o Jornalismo em determinadas regiões de fronteira e leva a criação de uma “relação entre os níveis local e internacional” (SILVEIRA, 2007, p.3). É pelos vínculos do nível local com o internacional e, também, com o nacional, que se diferencia o Jornalismo produzido a partir das fronteiras, daquele que distanciadamente as descreve.

As pesquisas brasileiras no campo da comunicação que têm como objeto mídia e fronteira, conforme o Banco de Teses e Dissertações da Capes¹⁵⁵ e do IBICT¹⁵⁶, têm como centralidade o espaço fronteiriço, versando, portanto, sobre meios de comunicação impressos, radiofônicos ou televisivos que tratam das fronteiras por estarem situados nesses espaços.

Na tese *Mídia e fronteira – Jornais locais em Uruguaiiana-Libres e Livramento-Rivera*, Karla Maria Müller (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ciências da Comunicação, 2003) parte de uma análise sócio-histórica do contexto fronteiriço, das fontes de informação, dos leitores dos jornais, dos produtores das notícias, das instituições midiáticas e seus produtos – os jornais impressos locais – para verificar o papel desempenhado pela mídia em relação à fronteira. Ao fazer isso centra sua abordagem, como o próprio título da tese anuncia, em jornais impressos dos pares gêmeos Livramento-Rivera e Uruguaiiana-Libres, ambos no Rio Grande do Sul.

¹⁵⁴ Documento eletrônico (CD). MÜLLER, Karla Maria. *Mídia e Fronteira: jornais locais em Uruguaiiana-Libres e Livramento-Rivera*. Tese de doutorado defendida na Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2003.

¹⁵⁵ Disponível em <www.capes.gov.br>.

¹⁵⁶ Disponível em: <<http://bdt.ibict.br/>>.

A tese *A informação jornalística em rádios de fronteira: a questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro* (USP, Ciências da Comunicação, 2006), de Daniela Cristiane Ota, é resultado de pesquisa na fronteira sul-mato-grossense com municípios paraguaio e boliviano, desenvolvida com o objetivo de analisar os conteúdos jornalísticos das rádios Cero Corá e FM Melodia e verificar se o meio, que atua como instrumento de divulgação, representa de forma simbólica a cultura e a identidade das comunidades fronteiriças. A análise foi desenvolvida em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro a partir de rádios de fronteira que se caracterizam como binacionais.

A dissertação *O rádio de fronteira e o Mercosul*, de Vera Lucia Spacil Raddatz (Universidade Metodista de São Paulo, Comunicação Social, 2000), apresenta um panorama das rádios de fronteira do Brasil com a Argentina, Paraguai e Uruguai, por meio da observação e comparação de suas programações, e traça suas similaridades e diferenças, proporcionando uma visão de como o rádio de fronteira se insere enquanto veículo de comunicação no processo de integração do Mercosul. Da mesma pesquisadora, também sobre rádio e fronteira é a tese de doutoramento *As representações das práticas culturais no rádio de fronteira na web*, em desenvolvimento (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Comunicação).

Em andamento está também a tese *Telejornalismo Fronteiriço: estudo da notícia televisiva na fronteira do Brasil com o Paraguai* (USP, Ciências da Comunicação), de Marcelo Vicente Cancio Soares. O estudo se volta aos processos de produção e recepção de notícias transmitidas por programas jornalísticos de emissoras de televisão com sede nos municípios de Ponta Porã, no Brasil, e *Pedro Juan Caballero*, capital do Departamento de *Amambay*, no Paraguai, situados em uma fronteira seca e geminada.

Na dissertação *Mídia impressa na tríplice fronteira – Estudo do jornal local A Gazeta do Iguçu* (Universidade Metodista de São Paulo, Comunicação Social, 2005), Monica Resende de Oliveira, analisa a mídia impressa local produzida no lado brasileiro da Tríplice Fronteira, região limítrofe entre Brasil, Paraguai e Argentina e toma como exemplar o jornal brasileiro *A Gazeta do Iguçu*, editado na cidade de Foz do Iguçu (PR), que compõe a área trinacional. A pesquisa contempla a análise das características desta mídia local, a incidência de notícias sobre a fronteira, o relacionamento do veículo com o entorno e o nível de comprometimento do jornal com a política de Foz do Iguçu.

Ada Cristina Machado Silveira, professora da Universidade Federal de Santa Maria, coordena, desde 2005, a pesquisa *Jornalismo e estigmas sociais: narrativas sobre a periferia do estado-nação*. A investigação observa a cobertura jornalística realizada sobre o cotidiano das fronteiras internacionais do Brasil. O objetivo do projeto é o de reconhecer e refletir sobre os efeitos de sentido nas narrativas da mídia impressa quanto ao reforço ou questionamento de estigmas sociais que cristalizam e (re)produzem o cotidiano fronteiriço como periferia particular do estado-nação. Entre 2001 e 2005, Silveira coordenou o projeto *Terras de Fronteira do Brasil Meridional: a malha de comunicação local-internacional*¹⁵⁷. A investigação voltou-se às experiências da indústria cultural na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul.

Os já-ditos sobre fronteira, detalhados ao longo desse Capítulo, servem de aporte à compreensão das falas sobre o espaço local nos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade* e, por isso, são preliminares e necessárias às análises que desenvolvo na Segunda Parte dessa dissertação.

¹⁵⁷ Disponível em <<http://www.ufsm.br/terrasdefronteira/>>. Acesso em 12 fev. 2007.

Segunda Parte



6 O Local no Jornalismo do Rádio Comunitário

A Segunda Parte desse estudo configura-se em torno do problema de pesquisa norteador deste estudo de caso, qual seja, o que e como é delimitado o local no Jornalismo do rádio comunitário, buscando cercá-lo, especificamente, a partir de um esforço em perceber regularidades e singularidades nos casos que estudo. Volto-me agora, neste sentido, à compreensão do que é delimitado como local, para empreender no Capítulo 7 a busca por regularidades no discurso jornalístico a partir de ângulos que via pré-observação elegi como relevantes. Por essa análise do texto chega-se ao levantamento de indícios que são usados, no Capítulo Final, na percepção e reconstrução do caso em sua complexidade.

Retomo, para tanto, a discussão sobre o local no Jornalismo e me volto aos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*, que se configuram como domínios discursivos na perspectiva dessa pesquisa, apresentando características de formato, linguagem e conteúdo, bem como a inscrição desses programas nas emissoras que os veiculam. Procuro, ainda, tecer considerações sobre os municípios de Livramento e Uruguaiana e as relações que configuram as fronteiras Livramento-*Rivera* e Uruguaiana-*Libres*, buscando, a partir do objeto, tratar do contexto que o circunda.

6.1 Aportes para pensar o que é delimitado como local no Jornalismo

O rádio fala do município, do bairro, da comunidade. É por isso, e por suas características técnicas e de linguagem, um veículo eminentemente local, o que não significa que assuma uma postura distanciada das “coisas” do mundo. Rádio local e rádio de proximidade são algumas das abordagens conceituais que tratam dessa ligação do veículo com o seu entorno. Uma das definições, trata o “rádio local” como:

[...] uma emissora de programação especializada dentro de uma concepção generalista de enfoque geral sobre tudo o que concerne à localidade em que está situada. Uma rádio que atende aos interesses, responde aos gostos e necessidades de serviços de comunicação. Está centrada na vida social, econômica, política e cultural de sua área de abrangência e também em tudo o que ocorre em seu exterior e que tenha repercussões na vida da comunidade (CEBRIÁN HERREROS, 2001, p. 146).

Ao se referir à ligação entre o veículo e o seu ouvinte, os franceses Wedell e Crookes (apud TEIXEIRA, 1998) usam a expressão “rádio de proximidade”. Para os teóricos, o conceito de proximidade¹⁵⁸ liga-se a duas categorias fundamentais: a geográfica e a cultural. A proximidade geográfica se refere à localização física da emissora, que quanto mais próxima estiver de seus ouvintes, mais será de interesse desses. A proximidade cultural remete a uma programação construída a partir das demandas sociais e culturais dos ouvintes.

Essas abordagens conceituais, que versam sobre o formato de rádio comercial local, auxiliam na discussão sobre o local no Jornalismo do rádio comunitário, cujo foco principal visa a aproximar acontecimento e público. Por se estabelecer em meio a uma ambiência em que confluem lógicas da mediatização e do comunitário, o Jornalismo em emissoras de radiodifusão comunitárias aciona processos interacionais da ordem do local, que não podem ser dissociados dos fluxos gerados pela mídia, pois se vive hoje uma época com mídia, marcada fortemente pela sua presença. Estrutura-se, assim, um Jornalismo permeado por fluxos da mediatização, que perpassam os meios e afetam campos e atores sociais, e por lógicas resultantes da experimentação do uso dos canais comunitários.

Por esses movimentos, se estabelece uma prática jornalística com um formato que se aproxima, por imitação, daquele reconhecido como o “bom” Jornalismo. Essa prática é marcada, ainda, por uma linguagem “tentativa” que mescla a do rádio, a do impresso e a da oralidade própria da conversação face-a-face de especificidades lingüísticas de seus apresentadores, locutores e repórteres, como a forma de falar, o sotaque e o uso de termos locais. Também pelo conteúdo, aquilo que é abordado, revela-se o Jornalismo no rádio comunitário.

A informação de proximidade constitui-se como um desafio diário, por ser uma clara tentativa de uso do rádio comunitário para se aproximar das comunidades e, ao mesmo tempo, socializar o uso do veículo. Usar a informação segundo os critérios de proximidade e colocar o rádio à disposição da comunidade que o circunda e o conforma estabelece vínculos de pertencimento que podem gerar "solidariedade, laços culturais e desse modo identidade"

¹⁵⁸ Do latim *proximitate*, proximidade faz referência à contigüidade, adjacência e vizinhança.

(Santos, 1996, p. 255). O rádio comunitário engendra, igualmente, novas formas de sociabilidade.

Para o rádio comunitário configurar-se como tal, tratar das questões locais e do interesse comum – da comunidade, do bairro, do município – tem uma importância acentuada. Essa proximidade, pretendida, é capaz de intensificar as relações da própria comunidade por meio da articulação desta a um espaço que é territorial, social, cultural, histórico etc. Por isso,

[...] a força do jornalismo numa emissora de rádio local é o instrumento que dá a ela a sensação de ser verdadeiramente local. Estações de rádio locais que querem atingir grande audiência e ignoram o jornalismo correm riscos. Num mercado cada vez mais disputado, o jornalismo é uma das poucas coisas que distinguem as emissoras locais de todas as outras. Afinal, notícias obtidas na esquina são tão ou mais importantes do que as recebidas de outras partes do mundo (CHANTLER e HARRIS, 1998, p. 21).

Cada rádio informa do lugar onde se encontra, estruturando um formato, uma linguagem e um conteúdo segundo o interesse que possa ter ou despertar no público ao qual se dirige. Não há, por isso, uma maneira única de delimitar o que é local.

As notícias são culturalmente próximas, se se referem a acontecimentos que entram na esfera normal da experiência dos jornalistas e do público, os que implicam uma esfera partilhada de linguagem e pressupostos culturais comuns [...]. A proximidade geográfica refere-se simplesmente à regra prática da prioridade das notícias internas e que estão à disposição, em relação às notícias externas, de acordo com a sua proximidade em relação ao público (WOLF, 2003, p.202).

A escolha do que é esse local no rádio comunitário, como em outros meios, está relacionada a uma experiência anterior, social, cultural, histórica, geográfica e política, que é a do reconhecimento de um espaço como sendo o local. A definição, portanto, antecede e constitui o próprio local e se relaciona, direta ou indiretamente, com a definição do que é o regional, o nacional, o internacional, e, ainda, de quem pode participar e de quem não faz parte. A questão se desloca então da definição substancial do local à articulação que esse gera enquanto produtor de vínculo social; troca e complementaridade; sentimento de pertença; universalismo, comunitarismo e nacionalismo. O local é um conjunto de representações e de códigos transmitidos pela prática e que pela prática se exprimem.

O local que resulta desse processo complexo e amplo de escolhas e recusas é transposto ao Jornalismo, já que o lugar do dizer é determinado por um lugar social, constitutivo do discurso. As questões e problemáticas do espaço local são relevantes para as comunidades e o são, portanto, para o Jornalismo que se vincula e se pretende próximo de dada comunidade.

Para se avaliar corretamente o que é o local é preciso buscar compreender minimamente o que o precede e o molda. A delimitação de um espaço físico de observação auxilia nesse entendimento e permite que do específico, por meio de inferências, possa se chegar ao geral, caso assim se pretenda. As peculiaridades locais, as situações ímpares e típicas de uma região, as características de formação sócio-histórica contribuem nesse sentido. Pelo fato de o Jornalismo ser resultante de uma relação privilegiada com um lugar social, que varia em intensidade e conteúdo, volto-me, a seguir, à apresentação dos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade* e do contexto que os cerca e, portanto, os define.

6.2 Realidade Urgente

A Rádio Nova Aurora FM, de Santana do Livramento, município gaúcho na fronteira com o Uruguai, volta-se ao Jornalismo, de segunda a sexta-feira, por meio de dois formatos, um programa, com duração de uma hora e meia, e programetes veiculados de hora em hora, com média de dois minutos de duração. O espaço central do Jornalismo é o programa *Realidade Urgente*, veiculado das 8h às 9h30, produzido e apresentado por um locutor-apresentador fixo, com colaboração de um técnico de áudio. Deste programa é que resultam os programetes, veiculados entre 10h30 e 18h30.

A rotina de produção é bastante simples, já que as definições de pauta e angulação são realizadas pelo locutor-apresentador. A organização do *Realidade Urgente* acontece durante sua veiculação. O locutor-apresentador chega à emissora entre dez e cinco minutos antes do início do programa e a partir dos jornais *Zero Hora*, estadual, e *A Platéia*, local, seleciona assuntos a serem explorados. A observação revelou que o locutor-apresentador traz uma pré-pauta definida, isso porque trabalha na Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, na Câmara de Vereadores e, à noite, em uma emissora de rádio comercial. Por esses movimentos, pauta-se e orienta-se sobre o que os demais meios de comunicação santanenses estão abordando e sob que enfoques.

O programa destina-se ao Jornalismo prioritariamente, que contempla a prestação de serviço público, como os demais programas da Nova Aurora, configurada nesta como o espaço para informações sobre achados e perdidos, pedidos de doações, lembretes, avisos de reuniões, de consertos na rede elétrica e de saneamento etc. O Jornalismo é marcado pela opinião do locutor-apresentador (item 4.3.3) e essa, por sua vez, pela sua vivência (item 4.3.4) e experiências pessoais e profissionais, sem que haja esforço no sentido de apagá-las. O

programa configura-se a partir da leitura de notícias, retirados dos jornais impressos já listados, e comentários. Em poucas ocasiões registrei a realização de entrevistas que, quando ocorrem, são geralmente via telefone, ao vivo. Não registrei o uso de sonoras ou entrevistas gravadas previamente ou retiradas de *sites* que disponibilizam material para emissoras de radiodifusão. Por essas características, o Jornalismo na Nova Aurora está circunscrito à figura, às escolhas e às perspectivas de angulação do locutor-apresentador.

O *Realidade Urgente* é estruturado em quatro blocos, divididos pelos apoios culturais, alguns lidos pelo locutor-apresentador, outros gravados como *spot*. O primeiro bloco traz textos curtos e manchados, retirados das capas dos jornais *Zero Hora* e, principalmente, *A Platéia*. A grande maioria das manchetes não é retomada durante o programa. Os demais blocos trazem notícias curtas, entremeadas por comentários do locutor-apresentador. O Jornalismo possui o ritmo ditado pela entonação deste, alterado pelo apoio cultural, pela prestação de serviço público e por manifestações do tipo “Um abraço para *seu Gallo*”, compreendidas, na minha avaliação, pela comunidade da rádio comunitária, ainda que não em sua totalidade. Têm maior incidência no programa assuntos ligados à política, à polícia e aos esportes, especialmente o futebol.

Os programetes de Jornalismo são produzidos após o término do *Realidade Urgente*. O locutor-apresentador seleciona notícias do jornal *A Platéia*, apoiador cultural desses programetes, as distribui em nove blocos e os grava. Não há nenhum processo de reescritura dessas notícias ou de adequação à linguagem radiofônica. Encerrada esta atividade, geralmente antes das 10h30, o locutor-apresentador segue para as outras atividades profissionais que desempenha.

A semana de análise construída (item 2.3) permitiu-me identificar que nos espaços de Jornalismo da Rádio Nova Aurora FM, a fronteira Livramento-*Rivera*, por suas características peculiares, a seguir detalhadas, é a referência fundamental à delimitação do espaço local. A essa se segue o local entendido como o município de Livramento e com menor recorrência o local discursivizado por meio da referência ao nacional. Essas análises serão aprofundadas no Capítulo 7.

6.2.1 Rádio Nova Aurora FM

A Associação Rádio Grupo Conesul, responsável pela Rádio Nova Aurora FM, opera desde 2002, quando recebeu licença para funcionamento em caráter provisório. A outorga

definitiva veio no ano seguinte. O processo para obtenção do canal de radiodifusão comunitária durou três anos. Autorizada a funcionar na frequência 87,9 MHz, o que significa estar fora do dial que vai de 88 a 108 MHz, a Rádio Nova Aurora tem um aumento no raio de alcance devido a sua localização geográfica, em uma coxilha¹⁵⁹, o que lhe dá ganho de altura na antena.

A programação da emissora tem início às 6h e segue até às 24h, o que corresponde a 18 horas diárias. De segunda a sexta-feira, como referido anteriormente, o Jornalismo ocupa uma hora e meia, além dos programetes entre 10h30 e 18h30. O restante da programação é dividido entre programas de variedades e musicais, todos voltados ao entretenimento. Na primeira classificação estão os programas *Bom Dia Nova Aurora* (das 9h30 ao meio-dia) e *Agita Brasil* (das 13h30 às 17h) que se destinam, conforme sinalizou o diretor da Rádio Nova Aurora, Carlos Sabatini, às donas de casa e às pessoas que trabalham no comércio. Ambos possuem um formato semelhante com música, sorteio de brindes, recados, divulgação de eventos e de promoções dos apoiadores culturais da emissora. Durante o *Bom Dia Cidade*, às 11h30, e no *Agita Brasil*, às 16h, são realizadas homenagens aos aniversariantes. O *Agita Brasil* contém, ainda, o quadro “Trecos e Tarecos” utilizado pela comunidade para realizar vendas e trocas. Juntos, *Bom Dia Cidade* e *Agita Brasil* correspondem a seis horas diárias da programação.

Os programas de música podem ser agrupados quanto ao formato. *Marcas do Rio Grande* (das 6h às 8h) e *Coração Gaúcho* (das 17h às 19h) destinam quatro horas diárias à música gauchesca e ocupam os horários em que os ouvintes estão saindo ou chegando do trabalho nas áreas urbana e rural. *Máquina do Tempo* (das 12h às 13h30) e *Disque Toque* (das 20h às 21h) têm uma estrutura semelhante, já que o primeiro não tem locução e o segundo traz músicas sem corte ou locução sobreposta, pois se destinam à gravação pelos ouvintes que as solicitam. O *Máquina do Tempo*, como o próprio nome faz alusão, traz músicas antigas. Entre 21h e meia-noite, fechando a programação diária da Nova Aurora, mais um programa musical, o *Viva a Noite*, de música romântica. Esses cinco programas musicais correspondem a nove horas e meia da programação diária, de segunda a sexta-feira. A Nova Aurora veicula também *A Voz do Brasil*.

¹⁵⁹ Coxilha é um tipo de relevo, com pequenas e grandes elevações, em geral coberta de pastagem, característico da região da Campanha gaúcha.

A Rádio Nova Aurora FM tinha, em 2006, 18 funcionários voluntários, que recebiam as despesas com o deslocamento para o trabalho, de combustível ou transporte coletivo, e de alimentação, conforme o horário em que trabalhavam. A Associação Rádio Grupo Conesul tem uma diretoria e a Rádio Nova Aurora outra, que se encontram em reunião mensal para avaliar o funcionamento da emissora e organizar projetos sociais¹⁶⁰.

6.2.2 Livramento-*Rivera* e a fronteira Brasil-Uruguai

Unidas por uma rua, que também é a fronteira que separa o Brasil do Uruguai, Livramento e Rivera vivem juntas, como duas irmãs numa mesma casa: dividindo diversões, tarefas, brincadeiras e brigando – ao sabor das guerras, dos parentescos, do futebol, do câmbio [...].

O objetivo é sempre um metabolismo comum. As duas cidades se alegram e se irritam num mesmo ritmo, embora tenham horários e preferências distintas (BOJUNGA, 1978, p.105).

Escrito para o Jornal da Tarde¹⁶¹, entre janeiro e março de 1976, o excerto de texto acima transcrito, publicado em livro dois anos mais tarde, traz abordagens que, de um modo geral, permanecem atuais sobre Livramento-*Rivera*. Na avaliação de Bojunga (1978, p.105), “a espantosa intimidade entre Santana do Livramento e Rivera resume [...] uma convivência favorecida pela Geografia e contrariada pela História”.

Santana do Livramento, desmembrado de Alegrete em 1857, está a uma distância de 495 quilômetros de Porto Alegre, capital gaúcha, e a 541 quilômetros de Montevidéu, capital uruguaia. Do outro lado da fronteira (ou, simplesmente, da rua), *Rivera*, capital do Departamento uruguaio de mesmo nome, foi criada em 1862, sob a denominação de *Villa Ceballo*, para conter os avanços brasileiros. A ligação de Livramento com Porto Alegre, por meio de linha férrea destinada à circulação de mercadorias, deu-se dez anos depois da ligação com Montevidéu (via *Rivera*), ocorrida em 1882.

Na fronteira entre o Brasil e o Uruguai¹⁶² em seis pontos há a presença de núcleos urbanos próximos: Barra do Quaraí-*Bella Unión*, Quaraí-*Artigas*, Jaguarão-*Rio Branco*,

¹⁶⁰ Associação Rádio Grupo Conesul atende, segundo o diretor Carlos Sabatini, 86 famílias da comunidade através de diferentes ações sociais. Entre elas, campanha para arrecadação de material escolar, de livros e de material de higiene (como, “Uma escova e um creme dental para um sorriso legal”). Também promove atividades ligadas à música e leva a rádio às escolas, para que os alunos conheçam e participem do seu funcionamento.

¹⁶¹ Trata-se de reportagens especiais sobre as fronteiras brasileiras, produzidas pelos repórteres Fernando Portela, que foi à região Norte, passou por Lima e Caraca, e Cláudio Bojunga, que percorreu as regiões Centro-Oeste e Sul e estendeu-se até Buenos Aires, La Paz e Assunção.

¹⁶² A fronteira Brasil-Uruguai foi delimitada pelos Tratados de 1851 e 1909 e, posteriormente, modificada por alterações nestes convênios internacionais. Em sua extensão total, a linha limite percorre 608,4 quilômetros em

Livramento-*Rivera*, Aceguá-*Acegua* e Chuí-*Chuy*. Destes, os três últimos são contíguos. Essas cidades apresentam peculiaridades decorrentes da posição geográfica e do processo histórico. Assentado na pecuária extensiva e em grandes latifúndios, os centros urbanos são a sede de grandes municípios, com baixa densidade demográfica.

Por ser uma fronteira seca, Santana do Livramento e *Rivera* conformam uma conurbação urbana e, à primeira vista, constituem uma única cidade. Geográfica e legalmente não há barreira alguma a ser transposta para que se esteja em Santana do Livramento, no Brasil, ou em *Rivera*, no Uruguai, basta atravessar a rua. Em vários pontos, em meio a um ziguezague, já que a linha de fronteira é curva, se encontram marcos que identificam o limite entre os territórios. O Parque Internacional, construído em 1943, símbolo da integração, se constitui como a área central das duas cidades, em torno da qual se desenvolve o comércio e a vida cultural. As bandeiras brasileira e uruguaia dispostas lado a lado no Parque apontam para uma integração que efetivamente ocorre.

É difícil encontrar moradores, em qualquer das cidades, que não identifique uma integração efetiva, um ‘viver comum respeitadas as nacionalidades’, ainda que esta integração tenha nuances. É mais vívida entre aqueles que moram mais próximo à linha, irmandados por interesses comuns, como a atividade de comércio, e entre os segmentos de maior renda, que circulam nos mesmos espaços – nos clubes, nas lojas, na avenida central *riverense* que congrega a circulação de uruguaios e brasileiros, nos fins de tarde (SCHÄFFER, 1993, p.27).

O par Livramento-*Rivera* é considerado uma fronteira viva (SCHÄFFER, 1993; MATTOS, 1997; MÜLLER, 2001). As *fronteiras vivas* são, Segundo Padrós (1994, p.76), “aquelas caracterizadas por uma presença demográfica relativamente importante e por uma estrutura social complexa, manifestam uma integração informal que sobrevive às conjunturas políticas de fechamento e de corte”. Ao se referir às fronteiras vivas como “permeáveis, de tensão ou acumulação”, Müller (2001, p.94) faz alusão à posição geográfica, afastada dos centros dinâmicos nacionais, porém próxima de áreas de países vizinhos, com conformação sócio-histórica semelhante.

Essa fronteira do país tem sido identificada como ‘fronteira viva’ pelo caráter de sua ocupação e pelas relações históricas de intercâmbio que se tornaram possíveis devido à ausência de obstáculos físicos e à presença de núcleos urbanos que têm continuidade no exterior. A ocupação, marcada pelo papel geopolítico que esse espaço representou, estimulou a urbanização junto à linha divisória. Tal fato não tem a mesma expressão na fronteira com a Argentina, onde o Rio Uruguai promoveu uma efetiva divisão dos espaços nacionais (SCHÄFFER, 1993, p.13).

Livramento tem 90.849 habitantes (IBGE, 2000) e *Rivera* 64.426 (INE, 2004)¹⁶³, o que revela uma certa simetria. É importante considerar que *Rivera*, mesmo sendo capital de Departamento, segue o mesmo fluxo populacional do restante do Uruguai, com concentração em Montevidéu e vazios urbanos nas demais regiões. A população total do Uruguai é de 3.323.906 habitantes.

País	Unidade Político-Administrativa	População		Área (Km ²)
Brasil	Santana do Livramento	90.849		6.950,37
		Urbana	Rural	
	84.455	6.394		
	Estado do Rio Grande do Sul	10.187.798		281.748,538
Uruguai	Rivera	64.426		*
	Departamento Rivera	109.269		9.445,33

Quadro 7: População das Cidades Gêmeas / Área Livramento-*Rivera*
Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000 (BR)¹⁶⁴ e INE 2004 (UY)¹⁶⁵.

* Dado não obtido

O comércio internacional movimentava Santana do Livramento. Um dos motivos é a existência de porto seco¹⁶⁶ (rodoviário e ferroviário). Administrado pela empresa EADI Sul Terminal de Cargas Ltda, o porto seco é responsável pela pesagem, armazenagem e movimentação de importação e exportação e pela intermediação de despachos realizados por órgãos brasileiros, como a Receita e a Polícia Federal, o Ibama e a Emater, e uruguaios, instalados no interior do porto. A malha rodoviária liga Livramento a outras regiões do Estado e do Brasil por meio das BRs 293, rodovia transversal que se localiza no Rio Grande do Sul e liga Pelotas a Quaraí, e 158, que atravessa o país de norte a sul, ligando Altamira, no Pará (entroncamento da BR 230 e PA 415) a Santana do Livramento. O município utiliza-se do aeroporto de *Rivera*. A empresa NHT Linhas Aéreas oferece um voo regular, de segunda a sexta-feira, para Porto Alegre.

¹⁶³ Disponível em <<http://www.ine.gub.uy/>>. Acesso em: 30 out. 2007

¹⁶⁴ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 30 out. 2007.

¹⁶⁵ INE – *Instituto Nacional de Estadística, República Oriental del Uruguay*, Censo Populacional 2004. Disponível em <<http://www.ine.gub.uy/>>. Acesso em: 30 out. 2007.

¹⁶⁶ “Os portos secos são empreendimentos privados apoiados pelo Estado central, onde são executados todos os serviços a cargo da Secretaria da Receita Federal” (ADIALA, 2006, p.23).

Os fluxos locais e regionais, intensificados de um ou outro lado da linha divisória conforme as mudanças cambiais, são outro elemento importante da economia do par Livramento-Rivera. Conforme o câmbio, se estabelecem os fluxos entre santanenses-riverenses, em transações sustentadas a partir da busca de vantagens econômicas, isso devido ao alto grau de interação que se dá nesse par gêmeo. Aos uruguaios interessam gêneros alimentícios e farmacêuticos, combustíveis, especialmente gás de cozinha, e têxteis, enquanto aos brasileiros, bebidas e eletro-eletrônicos.

Os *free shops* uruguaios, criados em 1986, são elemento de atração de brasileiros quando o câmbio é favorável a esses. Para Lemos (2007, s/p)¹⁶⁷, “a criação de *free shops* em Rivera, Chuy, Rio Branco e Artigas criou enormes problemas ao comércio do lado de cá da fronteira, embora esteja fazendo a alegria dos consumidores gaúchos”. Levantamento da Associação Comercial e Industrial de Jaguarão mostra que a fuga mensal de divisas, em *free shops* uruguaios, chega a US\$ 80 milhões. Em Livramento a evasão de divisas está estimada em 40 milhões mensais e em Chuí, US\$ 15 milhões. Há também o comércio informal, de ambulantes, que se concentra nas proximidades do Parque Internacional.

Visando a alteração desse quadro de evasão de divisas, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado federal Vieira da Cunha (PDT-RS), propôs a criação da ALCDR-RS – Área de Livre Comércio e Desenvolvimento Regional da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul, em tramitação na Câmara dos Deputados. O projeto (2410/07) inclui os municípios pertencentes às microrregiões Campanha Ocidental, Campanha Central, Campanha Meridional, Jaguarão e Litoral Lagunar¹⁶⁸.

A evasão fiscal é ainda maior se considerado o contrabando. Schäffer (1990, p.157) considera “a situação do contrabando – indissociável da situação de fronteira –, no que se refere ao trânsito de mercadorias, e a da segurança pública, no que se refere ao trânsito de indivíduos”. César (1978) rastreou a história do contrabando no Rio Grande do Sul, que tem início no século XVIII, quando da ocupação oficial pelos portugueses.

Se o monopólio obscurantista, então instituído por Lisboa e Madrid, teve poderes para barrar as transações diretas, efetuadas por platinos e brasileiros com outros povos, não logrou, todavia, impedir que os sul-americanos em geral praticassem à sombra dele um volumoso contrabando. Para favorecê-lo, em primeiro lugar, havia

¹⁶⁷ LEMOS, Ana Amélia. Fronteira 2. *Zero Hora*, Porto Alegre, n.15416, 12 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1675029.xml&template=3916.dwt&edition=8778§ion=72>>. Acesso em: 12 nov. 2006. (documento eletrônico.)

¹⁶⁸ LEMOS, Ana Amélia. Fronteira. *Zero Hora*, Porto Alegre, n.15418, 14 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1677264.xml&template=3916.dwt&edition=8792§ion=72>>. Acesso em: 14 nov. 2007. (documento eletrônico)

a necessidade. Em segundo lugar, a inobservância das leis fiscais, em tão remotas paragens, era um estímulo à cobiça do pioneiro [...]. O tráfico de mercadorias tanto aproveitava aos coureadores da Campanha como aos comerciantes de panos e outros artigos europeus, instalados no estuário do Prata. (CÉSAR, 1978, p.15).

O contrabando na fronteira Brasil-Uruguai revela a ambigüidade entre o legal e o ilegal, entre a norma do Estado e a prática da população. Aponta, ainda, para a existência de uma economia de arbitragem que se estabelece a partir de um contrabando “instituído”.

No município de Santana do Livramento há um grupo de mídia¹⁶⁹ formado pelos jornais *A Platéia*, de circulação diária, e *Jornal da Semana*, semanal, ambos fundados em 1937, e pela rádio *RCC FM*, criada em 1983. Há ainda mais seis emissoras de rádio comerciais – *Cultura AM*, fundada em 1946, disponível na internet¹⁷⁰; *Maratan AM* (que por um período denominou-se *Cidade AM*), desde 1981; *Líder FM*, 1991; *Querência FM*, 1989; e *Band FM Fronteira*, desde 1983.

6.3 Bom Dia Cidade

O programa *Bom Dia Cidade* é o espaço de Jornalismo da Rádio Elshaday FM, de Uruguiana, e mantém-se editorialmente distanciado da perspectiva evangélica norteadora da Rádio Elshaday. O programa, com duas horas e meia de duração, se divide em duas partes: uma voltada ao Jornalismo e a outra de assistência à comunidade da rádio. Na primeira, que vai das 7h30 às 9h30, configura-se o Jornalismo da Elshaday FM, enquanto a segunda parte, que segue até às 10h, destina-se aos pedidos da comunidade. Sem que haja uma regularidade, a assistência atravessa o espaço destinado ao Jornalismo. Quando isso ocorre, a justificativa é a urgência da campanha, forma como a emissora denomina as solicitações e demandas individuais e pontuais.

A segunda parte da programação não é contemplada pelas análises que desenvolvo por não se tratar de Jornalismo. Trago-a aqui, porém, por estar contida no espaço temporal do *Bom Dia Cidade*. A meia hora diária destinada à assistência tem uma rotina peculiar. Pessoas da comunidade da rádio comunitária, muitas vezes crianças, que buscam algum tipo de doação – medicamento, alimentação, vestuário, material de construção, emprego etc. – começam a chegar à emissora por volta de 6h30. Quem as recebe é a diretora da Associação e Movimento Comunitário Rádio Elshaday, Maria Catarina Fagundes Martins. Conforme a

¹⁶⁹ O jornal *A Platéia* e a rádio *RCC FM* podem ser acessadas pela internet nos seguintes endereços eletrônicos: <<http://www.aplateia.com.br>> e <<http://www.rccfm.com.br>>.

¹⁷⁰ Disponível em: <<http://www.culturalivramento.com.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

necessidade, caso a rádio disponha daquilo que está sendo solicitado, a situação é resolvida. Do contrário, as pessoas aguardam, na sala de espera da rádio, até às 9h30, quando, uma a uma, se dirigem ao estúdio para fazer, ao vivo, a solicitação. Cabe ao locutor-apresentador do *Bom Dia Cidade* organizar esse processo e “convocar” a comunidade a colaborar.

Em relação a esse papel de condutor das campanhas, identifiquei dois momentos a partir da semana construída para a análise (ver item 2.3), que correspondem a antes e depois da substituição do locutor-apresentador, o que ocorreu no último trimestre de 2006. Na primeira fase, o locutor-apresentador, após cada pedido, dizia: “é meu povo, Uruguaiana vencerá”. Fazia, assim, uso do *slogan* da atual gestão da administração municipal – Uruguaiana vencerá – em uma postura com conotação política. Da mesma forma, a expressão “Uruguaiana vencerá” permeava a construção de notícias sobre o município de Uruguaiana. Essa fala não aparece após a troca do locutor-apresentador.

O Jornalismo da Elshaday FM é produzido a partir de entrevistas com autoridades, especialistas de determinada área, lideranças e cidadãos comuns, em sua maioria realizadas por telefone. Algumas informações são retiradas, sem tratamento ou adequação de linguagem, dos jornais impressos *Diário da Fronteira*, local, e *Correio do Povo*, de circulação estadual. A Agência Radioweb¹⁷¹ fornece pautas, bem como boletins com áudio, reproduzidos na íntegra. Ainda, diariamente, de segunda a sexta, por telefone, um correspondente em Brasília traz notícias de política.

O padrão de Jornalismo é dinâmico. Isso se deve, na minha avaliação, ao número de pessoas envolvidas em sua produção e apresentação: um locutor-apresentador fixo no estúdio; um repórter; um técnico de áudio; e um responsável geral. O locutor-apresentador é quem conduz o programa, realiza entrevistas e interage com os demais integrantes da equipe. Tanto o repórter quanto o técnico de áudio participam do programa, trazendo notícias a partir dos jornais impressos, de *sites* de notícias ou da Radioweb. Em algumas ocasiões, esparsas, o repórter realiza entradas externas, ao vivo.

Algumas matérias são produzidas antecipadamente, geralmente ligadas à cobertura de algum evento no município de Uruguaiana realizado na tarde ou noite do dia anterior, sob forma de boletim. O gênero utilizado é a entrevista, gravada com alguns elementos que a atualizam, como o uso da expressão “bom dia” por parte de quem faz a entrevista e de quem é entrevistado. Essas entrevistas não passam por edição, têm duração média de cinco minutos e

¹⁷¹ Disponível em <<http://www.agenciarioweb.com.br>>.

às vezes a qualidade técnica é comprometida pelo ruído do ambiente em que é realizada a gravação. Como na maioria das vezes é o locutor-apresentador quem faz os boletins, acaba acontecendo de ele próprio chamar a sua matéria no *Bom Dia Cidade*. Isso é característico de emissoras de pequeno porte e reduzido número de colaboradores.

Os boletins de ocorrência policial, os BOs, são recolhidos na noite anterior ou no início da manhã. Em algumas ocasiões, o locutor-apresentador traz a gravação da leitura que ele mesmo realizou diretamente dos livros de registros policiais, portanto, com jargões próprios dessa área. Em outras ocasiões, faz uma síntese do que apurou entre os BOs que não foram censurados para publicação. O Corpo de Bombeiros faz intervenção, diária, ao vivo, apresentando as ocorrências das últimas 24 horas. Quando não há fato novo, o soldado do Corpo de Bombeiros faz algum tipo de alerta à população, em caráter preventivo.

Temas ligados à administração municipal, à saúde e à educação têm maior incidência no programa *Bom Dia Cidade*. Também aqueles relacionados à cultura. A estrutura do programa mantém-se de segunda a sexta-feira e os temas são distribuídos, em média, em seis blocos. A passagem de um bloco a outro é caracterizada pela presença dos apoios culturais, gravados sob a forma de *spots* ou lidos e, ainda, pelas entradas, ao vivo, do patrocinador máster (Super Baklizi e Sacolão da Fruta Caxiense, este a partir do último trimestre de 2006), com mais de cinco minutos de duração cada.

Pela existência do porto seco em Uruguaiana e, conseqüentemente, do grande fluxo de caminhões que se dirigem ao Brasil, à Argentina, Chile ou Paraguai, a previsão do tempo não se resume a informações locais, mas contempla dados de cidades gaúchas de médio e grande porte – Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Cruz Alta, Encruzilhada do Sul, Iraí, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, São Luiz Gonzaga e Bagé –, de pontos extremos do litoral gaúcho – Torres e Santa Vitória do Palmar – e das capitais uruguaia, argentina, chilena e paraguaia. Durante o inverno, a previsão traz informações detalhadas sobre as condições das estradas chilenas, em função da ocorrência de neve, numa preocupação com os caminhoneiros que terão de ultrapassar a Cordilheira dos Andes.

Também ligada a questões ambientais, diariamente é realizado o contato, por telefone, com a Prefeitura Naval de *Libres*, para obter informações sobre as condições de navegabilidade do Rio Uruguai na extensão entre *Garruchos* e *Mocoretá*. Com a substituição do locutor-apresentador, o contato resume-se a essa informação. No momento anterior, correspondente às três primeiras edições da semana construída para a análise (item 2.3), o

locutor-apresentador interagia com o responsável pelas informações em *portunhol*, mescla lingüística do português e do espanhol.

Aos sábados, o programa tem meia hora a mais de duração, vai das 7h30 às 10h30, e centra-se em entrevistas em profundidade e mais extensas, alterando, portanto, o formato mais ágil dos demais dias. Por essa alteração em relação às demais edições e pelo fato do outro programa analisado, o *Realidade Urgente*, da Rádio Nova Aurora FM, de Santana do Livramento, não possuir edições aos sábados, a semana construída para a análise, em ambos, traz edições entre segunda e sexta-feira.

No programa *Bom Dia Cidade* a totalidade das informações tratam de Uruguaiana, seja por meio da leitura de notícias, de entrevistas ou dos comentários realizados pelo locutor-apresentador, já que o Jornalismo no rádio comunitário é editorializado (ver item 4.3.3). Tem-se, assim, um Jornalismo em que o local é, em primeiro lugar, o município e, por isso, volta-se a questões que o afetam direta ou indiretamente. Percebi que a fronteira Uruguaiana-Libres em poucos momentos é discursivizada como o espaço local de referência. A fronteira existe pelos fluxos do comércio internacional, favorecido pela localização geográfica de Uruguaiana, pela existência do porto seco e da ponte rodo-ferroviária e é discursivizada, geralmente, a partir das informações que têm como destinatário os caminhoneiros. O local, projetado a partir da referência ao nacional, aparece com maior regularidade que a fronteira, a partir de informações recortadas do jornal *Correio do Povo* e de *sites* noticiosos. Contribui, nesse sentido, a presença do boletim que traz informações de Brasília. Essas perspectivas de análise – o município, a fronteira e o nacional – serão retomadas no Capítulo 7.

6.3.1 A Rádio Elshaday

A Associação e Movimento Comunitário Rádio Elshaday, de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, opera um canal comunitário de radiodifusão desde 2003, quando recebeu outorga provisória para operar na frequência 104,9MHz. A outorga definitiva foi obtida dois anos mais tarde. De orientação evangélica, Elshaday significa “deus poderoso”, a emissora vincula-se a movimentos neopentecostais como Evangelho Quadrangular, Príncipe da Paz e Deus é Amor, que dividem entre si espaços da programação destinados à pregação e às músicas de estilo gospel (*Bom Dia Espírito Santo*, *Programa Missão Quadrangular*, *Cadeia da Prece*, *Caminhos da Fé* e *Programa da Igreja Deus é Amor*), o que totaliza, de segunda a sexta-feira, seis horas e meia diárias.

A Rádio Elshaday opera das 6h às 24h, o que corresponde a 18 horas no ar diariamente. De segunda a sexta-feira, por ser uma rádio em frequência modulada, a música ocupa 11 horas da programação, sendo 8 horas divididas entre música gauchesca, sertaneja e jovem, segundo definição da própria emissora, e as demais, três horas, reservadas ao musical gospel. O espaço ampliado para a veiculação de músicas gauchesca (*Bolichão da Ponto Nove*, das 13h às 15h) e sertaneja (*Estradeiro Ponto Nove*, das 15h às 19h) deve-se à aposta que a emissora faz nos caminhoneiros como público receptor, voltando a estes a programação da tarde, assim como algumas abordagens jornalísticas (ver item anterior).

Para o Jornalismo, a Elshaday destina duas horas e meia de segunda a sexta-feira e três horas aos sábados. No espaço do programa *Bom Dia Cidade*, de Jornalismo, meia hora diária é destinada à assistência da comunidade da rádio. Essa é uma das ações que a Elshaday desenvolve visando ao atendimento de pedidos da comunidade que se vincula à emissora. Para além desse, a Elshaday realiza pedágios e participa de atividades promovidas por associações de moradores, entidades assistenciais e culturais, entre outras. A Elshaday retransmite a *Voz do Brasil*.

Quanto à organização financeira, a Associação e Movimento Comunitário Rádio Elshaday fica com 60% do valor dos apoios culturais e repassa 40% para o responsável pelo programa em que o apoio é veiculado. Essa sistemática é adotada nos programas *Bom Dia Cidade*, *Bolichão da Ponto Nove*, *Estradeiro Ponto Nove* e *Casa da Sogra*, que juntos envolvem o trabalho de quatro pessoas. Os demais programas da emissora, religiosos, são de responsabilidade das igrejas envolvidas.

A Rádio Elshaday disponibiliza, com interrupções regulares, geralmente ocasionadas por troca de servidor, a programação da emissora, em tempo real, na internet (<http://www.radio104.fm.br>). Peruzzo (2006, p.119), em investigação sobre o uso da internet por rádios comunitárias, indaga-se do porquê deste movimento, uma vez que a performance desses canais “é tipicamente local, dirigida a segmentos específicos de ouvintes, que em geral estão localizados em regiões de baixo poder aquisitivo sem condições de amplo acesso à comunicação mediada por computadores”. Esse uso da internet desenvolve uma certa transversalidade, o que ultrapassa a proximidade geográfica, mas, ao mesmo tempo, permite a manutenção de vínculos comunitários à distância. Apesar de instigante e renovador do “comunitário” e do “local” e que, portanto, merecem ser estudos, esse ângulo não é desenvolvido na presente investigação.

6.3.2 Uruguaiana-*Libres* e a fronteira Brasil-Argentina

Sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens para lá e para cá, de modo que eles possam alcançar outras margens... A ponte *reúne* enquanto passagem que atravessa... (HEIDEGGER apud BHABHA, 1998, p.24 [grifo no original]).

Diferentemente desse entendimento de que as pontes, físicas, reúnem “enquanto passagem que atravessa”, Grimson (2000a, 2000b, 2002 e 2003) vê as pontes internacionais como elemento de separação – “*el puente que separó dos orillas*” [a ponte que separou as margens]. Tal abordagem é resultado de dois estudos antropológicos de Grimson – o primeiro versa sobre a construção da ponte internacional que ligou *Posadas*, capital da Província de *Misiones*, na Argentina, a *Encarnación*, no Paraguai, e o segundo trata das relações entre Brasil e Argentina, na fronteira Uruguaiana-*Libres*, unidas por meio de ponte internacional.

No Rio Grande do Sul, a fronteira entre o Brasil e a Argentina¹⁷² é delimitada pelo rio Uruguai, que se constitui, portanto, como fronteira-barreira. Em dois pontos, nos pares gêmeos de Uruguaiana-*Libres* e São Borja-*San Tomé*, a barreira física foi transposta com a construção de ponte internacional, em 1945 e em 1997, respectivamente. Nas demais cidades gêmeas, a transposição do rio dá-se por meio de balsas e embarcações.

Uruguaiana possui uma localização privilegiada, mesmo distante da capital do Rio Grande do Sul. Isso porque encontra-se a meio caminho entre Porto Alegre, Buenos Aires e Montevideú. Uruguaiana está a 634 quilômetros de Porto Alegre, 760 de Buenos Aires e a 727 de Montevideú (via Barra do Quaraí-Bella Unión)¹⁷³. *Paso de los Libres*, pertencente à Província de *Corrientes*, na Argentina, é a cidade vizinha mais próxima de Uruguaiana, apesar de estar separada desta pelo rio Uruguai. Isso ocorre porque os municípios gaúchos da região da Campanha têm grande extensão territorial e, portanto, estão distantes uns dos outros.

Uruguaiana é importante para o fluxo do comércio internacional brasileiro. Vários fatores contribuem para isso. A localização estratégica em relação aos vizinhos Uruguai e Argentina e a proximidade do Paraguai, da Bolívia e do Chile é um deles. A malha rodoviária, que por meio das BRs 290, transversal, que liga Uruguaiana a Osório, no Rio Grande do Sul,

¹⁷² A fronteira Brasil-Argentina delimitada pelo Tratado de 1898 (que tem por base o Laudo Arbitral de 1895), modificada pelos Artigos Declaratórios de 1910 e complementada pela Convenção de 1927, tem extensão total de 1.261,3 quilômetros. Destes, a linha limite percorre 1.236,2 quilômetros por rios e apenas 25,1 quilômetros por divisor de águas.

¹⁷³ Uruguaiana até 1996 limitava-se também com o Uruguai, em *Bella Unión*, por meio de ponte internacional, construída na década de 1970. Com a emancipação de Barra do Quaraí esta passa a única tríplice fronteira gaúcha (*Bella Unión* – UY – e *Monte Caseros* – AR).

e neste município faz o entroncamento com a BR 101, que atravessa longitudinalmente o país, e 472, que corta o oeste gaúcho entre Frederico Westphalen e Barra do Quaraí, constitui-se como o principal eixo rodoviário de articulação entre o Brasil e a Argentina. A ligação ferroviária com Montevideu para transporte de cargas, existente desde 1888, por meio da ferrovia Barra do Quaraí-Itaqui, e com Porto Alegre, desde 1907, contribuem também para o escoamento de produtos agrícolas e manufaturados.

O porto seco de Uruguaiiana é considerado o maior da América Latina, com fluxo intenso de caminhões. É por esse porto terrestre que sai cerca de 40% das exportações brasileiras destinadas à Argentina, além de comércio com o Chile, a Bolívia e o Paraguai (ADIALA, 2006, p.102). Assim como em Livramento, o porto seco (rodoviário e ferroviário) de Uruguaiiana é administrado pela EADI Sul Terminal de Cargas Ltda.

Uruguaiiana conta também com aeroporto internacional, com vôo regular, de segunda a sexta-feira, para Porto Alegre, com conexão em Santana do Livramento (aeroporto de *Rivera*), operado pela empresa NHT Linhas Aéreas.

País	Unidade Político-Administrativa	População		Área (Km ²)
Brasil	Uruguaiiana	126.956		5.715,78
		Urbana	Rural	
		118.538	8.398	
	Estado do Rio Grande do Sul	10.187.798		281.748,538
Argentina	Paso de Los Libres	40.494		4.700
	Província Corrientes	824.411		88.727.42

Quadro 8: População das Cidades Gêmeas / Área Uruguaiiana-Libres
Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000 (BR)¹⁷⁴ e INDEC 2001 (AR)¹⁷⁵.

A fronteira Uruguaiiana-Libres, na avaliação de Grimson (2003), pode ser considerada como um sistema de relações marcado por diferenças entre as partes. Um dado contrastante é o número de habitantes. O município gaúcho de Uruguaiiana tem quase o triplo da população de *Paso de Los Libres*, que é a segunda maior cidade da Província de *Corrientes*, com a

¹⁷⁴ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 30 out. 2007.

¹⁷⁵ INDEC – *Instituto Nacional de Estadística y Censos, República Argentina*, Censo Demográfico 2001. Disponível em: <<http://www.indec.mecon.ar/>>. Acesso em: 30 out. 2007.

segunda maior aduana argentina em volume de exportação e importação, superada apenas pela capital Buenos Aires¹⁷⁶. Uruguaiana tem 126.956 habitantes (IBGE, 2000) e *Libres* 40.494 (INDEC, 2001).

Nesta região fronteiriça há, segundo Grimson (2003), um critério local, diferente dos estados nacionais a que pertencem Uruguaiana e *Libres*, como definidor da nacionalidade, que corresponde à cidade onde moram os pais. Não há nesta fronteira *dobles chapas*, pessoas com dupla cidadania, como em Livramento-*Rivera*.

Grimson (2003) estudou as alianças matrimoniais no par Uruguaiana-*Libres* e identificou um número inexpressivo de famílias mistas, em que um dos cônjuges é brasileiro e o outro argentino. Em 1954-1956 menos de 1% dos casais que registravam filhos em ambas as cidades eram mistos. Esse período é posterior à construção da ponte internacional e “era de se esperar que a ponte facilitaria a comunicação entre as pessoas que habitavam cada margem do rio e que, por isso, poderiam se conhecer melhor e eventualmente construir novos laços de amizade e parentesco” (GRIMSON, 2003, p.198). No início do século, entre 1914 e 1916, a taxa era de 7,6%. Grimson (2003, p.202) explica que isso ocorre nesta zona de fronteira pelo estabelecimento de um padrão, atravessado por formações imaginárias, que conjuga nacionalidade e gênero: “[...] os imaginários e discursos dos atores desenvolvem teorias locais sobre o ‘caráter nacional’ objetivo, fixo, homogêneo. Esses imaginários [...] buscam mostrar como esses discursos nativos produzem efeitos e são constitutivos das práticas sociais locais” [tradução minha].

As relações se estabelecem de forma mais efetiva em função de interesses econômicos, ancorados na variação cambial. *Libres*, assim como Uruguaiana, assenta sua economia na agropecuária, por conta da similaridade física, o pampa. Porém, é o comércio e o setor de transportes que estabelecem os fluxos econômicos mais intensos. A organização dos turnos de trabalho é diferente nas duas cidades. Em *Paso de los Libres*, como em todas as cidades da região de *Corrientes*, há a *siesta*, interrupção de quatro horas entre os turnos da manhã e da tarde que, por isso, se encerra às 20h. Em Uruguaiana os fluxos comerciais quando interrompidos o são por duas horas, se encerrando às 18h.

Em Uruguaiana-*Libres* o comércio informal transfronteiriço registra a presença de camelôs e passadores (ou laranjas), responsáveis pelo “contrabando formiga” (GRIMSON, 2000a). Há em Uruguaiana cerca de 650 camelôs instalados no Shopping Baixada, localizado

¹⁷⁶ Segundo estudo desenvolvido pela FEE/RS – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, em 1999.

na região central. Em *Libres* os ambulantes (chamados turistas), em número reduzido, se localizam próximo à Rodoviária e em outros pontos centrais. A mercadoria revendida pelos camelôs vem do Paraguai. Quanto aos passadores:

Em cada cidade e espaço fronteiriço há pessoas que trabalham passando mercadorias ao outro lado da fronteira. Vivem do cruzamento da fronteira. Em algumas fronteiras (como a argentino-paraguaia e a argentino-boliviana) são mulheres conhecidas como ‘as passadoras’. Em Uruguaiana-Libres são tanto homens como mulheres, conhecidos como ‘os passadores’ ou ‘os chibeiros’. A estratégia histórica consiste em passar poucas mercadorias em cada viagem, distribuindo eventualmente a mercadoria com outro passador, fazendo com que se trate de bens de uso pessoal (GRIMSON, 2000a, p.68 [tradução minha]).

Grimson (2000a) vê os passadores como o ponto nodal de uma ampla rede de relações, que tem início no Paraguai, passa por diferentes regiões brasileiras, cruza a fronteira Uruguaiana-*Libres* e se encerra em *Corrientes*, *Córdoba* e *Rosário*, na Argentina. O comércio transfronteiriço fixado pelo Governo argentino em US\$ 150,00 por dia desde 1986 foi limitado, em 1998, ao valor de US\$ 100,00 ao mês. A cota de isenção de impostos para argentinos em Uruguaiana diminuiu, em 2001, para US\$ 50,00, o que ainda prevalece.

De Uruguaiana para *Libres* saem gêneros alimentícios, produtos para cama, mesa e banho e eletrodomésticos contrabandeados do Paraguai. No fluxo inverso, carnes, vinhos e laticínios, vestuário e combustível. Para além do “formiga”, há o contrabando que corresponde a um volume maior de mercadorias e evasão de divisas. Entre os produtos mais contrabandeados estão eletro-eletrônicos, bebidas, insumos, agrotóxicos e produtos agropecuários, hortigranjeiros e cigarros.

No município de Uruguaiana há quatro jornais impressos – *O Jornal de Uruguaiana*, fundado em 1980, com circulação bissetimanal; *Jornal Cidade*, desde 1990, bissetimanal; *Diário da Fronteira*, 1999, diário; e *Jornal Hoje*, criado em 2000, semanal –, quatro emissoras comerciais de rádio – *Charrua AM* e *FM*, fundadas em 1936 e 1985, respectivamente; *São Miguel AM*, criada em 1963, com conteúdo na internet¹⁷⁷; *Líder FM*, desde 2004; e 96 FM, desde 1981, também com conteúdo na internet¹⁷⁸; sucursal da *RBS TV* e, no cabo, *NET*.

* * *

O discurso jornalístico construído nos espaços de fronteira, como já referido (item 5.6), revela, mesmo que de forma fragmentada, aquilo que histórica e cotidianamente os caracterizam. As relações políticas, econômicas, jurídicas, culturais, de meio ambiente,

¹⁷⁷ Disponível em: <<http://radiosaomiguel.com.br/radio>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://www.radio96.com/pages/principal.php>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

personais etc., que dinâmica e localmente se estabelecem, moldam e condicionam não só as fronteiras, mas o discurso que versa sobre elas. Os meios de comunicação fronteiriços, por isso, respondem e intervêm ao modo como os espaços se configuram e aos processos que demarcam o local frente ao nacional e ao internacional.

Os programas de Jornalismo *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade* apresentam, cada um, a sua situação de fronteira, visto que são afetados também pelas processualidades que dia-a-dia delimitam o espaço social de onde falam. Os lugares dos quais se fala – Livramento e Uruguaiana; os pares gêmeos Livramento-*Rivera* e Uruguaiana-*Libres*; as fronteiras Brasil-Uruguaia e Brasil-Argentina; o Brasil, o Uruguaia, a Argentina etc. – e os assuntos dos quais tratam – política, educação, economia, contrabando, futebol, previsão do tempo etc. – o são de modo distinto nos dois programas analisados. A análise formal do texto, desenvolvida no próximo Capítulo, contribui para essa compreensão.

7 Sentidos sobre o Local nos Programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*

No funcionamento do discurso operam relações de sentidos, já que um discurso sempre aponta para outrem e, também, se constitui por outros, por já-ditos e dizeres futuros. Em um discurso o sentido não está definido antes, não é dado *a priori*, como uma idéia pré-formada, não preexiste. O sentido está sempre em curso, move-se e se produz dentro de uma determinação sócio-histórica. Por esses deslocamentos, os sentidos sempre se filiam a outros, atualizando-os, silenciando-os ou negando-os. O discurso jornalístico, marcado por uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2006) e socialmente reconhecido como um discurso autorizado do real, “tem o estatuto de dizer o que funciona como verdadeiro de uma época” (NAVARRO, 2006, p.84). Na construção do discurso jornalístico operam, ainda, normas inerentes à cultura profissional e às organizações que incidem sobre *o que e como dizer*.

A partir das condições de produção e dos gestos de interpretação do sujeito que *faz* o Jornalismo no rádio comunitário, diferenciados, em parte, do que preza o Jornalismo “canônico”¹⁷⁹, me interessa aqui analisar o discurso sobre o local a partir dos efeitos de sentido produzidos, visto que na Análise do Discurso francesa (AD) não se procura o sentido verdadeiro. O desafio de analisar o discurso se revela pelo esforço de ultrapassar a materialidade lingüística e dar conta de um movimento de constituição do discurso anterior, que amarra os sentidos sempre a outros. Essa análise discursiva, entretanto, precisa considerar aquilo que efetivamente foi dito.

Por esse movimento de interpretação que é gesto e, portanto, marcado, busco responder o que e como é delimitado o local no Jornalismo do rádio comunitário. Reitero, mais uma vez, que essa análise não se pretende generalizadora, antes uma perspectiva de

¹⁷⁹ Desenvolvo essa discussão no Capítulo 4, quando ao tratar do Jornalismo no Rádio Comunitário, verso sobre o lugar do “dizer” no Jornalismo “oficial” e no Jornalismo que se institui e que constitui o Rádio Comunitário.

apreensão e de interpretação dos movimentos das rádios comunitárias na mobilização de sentidos acerca do espaço local.

Apresento e analiso, neste capítulo, as formas de discursivização do espaço local que encontrei nos programas de Jornalismo das rádios Nova Aurora e Elshaday, respectivamente, *Realidade Urgente* (RU) e *Bom Dia Cidade* (BD). O ponto de partida foi a construção de uma semana para análise, com cinco edições de cada um dos programas (uma de segunda-feira, outra de terça, sucessivamente até sexta-feira), que compreendem o período correspondente ao segundo semestre de 2006. Escolhi, também, algumas outras edições dos programas, conforme o funcionamento que pretendo analisar.

A partir dessa semana construída (item 2.3), tomei os programas enquanto domínios discursivos e retirei deles o que não considero Jornalismo, como, por exemplo, pedidos da comunidade, saudações a ouvintes, apoio cultural. Também desconsidereei as manchetes. Do texto resultante – notícias, entrevistas, boletins e comentários, gêneros jornalísticos mais recorrentes nos programas RU e BD, e prestação de serviço público, característico de um Jornalismo que se pretende local – e a partir de inúmeras leituras, ora numa direção, ora em outra, selecionei um conjunto de seqüências discursivas que formam diferentes blocos de recortes que, por sua vez, podem estar subdivididos. Para essa distribuição considerei uma mesma regularidade discursiva presente num conjunto de seqüências discursivas, apresentadas como SD¹⁸⁰.

Tal construção me permitiu buscar, em meio à dispersão de recortes, conjuntos de seqüências discursivas que contemplavam as minhas inquietações teóricas – o que e como é delimitado o local. Isso me levou a analisar o discurso sobre o local em seu conjunto e não a partir da escolha de uma temática em específico, o que também justifica a não adoção de uma mesma regularidade temporal dos domínios discursivos analisados.

Como sugere Grigoletto (2005),

[...] trata-se de um recorte produzido na verticalidade, isto é, na dispersão do discurso e não na horizontalidade do dizer, já que não interessa ao analista de discurso quantificar a presença de determinadas marcas, mas olhar para o funcionamento discursivo dessas marcas, de forma que possa produzir reflexões teóricas em suas análises. Por isso, a metodologia não é aplicada a um modelo, mas construída pelo olhar do analista (GRIGOLETTO, 2005, p.118).

Para facilitar a análise, de posse do arcabouço teórico demandado pelo objeto e construído ao longo da dissertação, estabeleci o seguinte dispositivo teórico-analítico, que me

¹⁸⁰ Recorte arbitrário feito pelo analista no texto, tomado enquanto materialidade discursiva. Nas SDs estão as marcas do discurso em análise.

permitiu mapear os sentidos referentes ao meu problema de pesquisa. É também por esse dispositivo que revelo os movimentos responsáveis por meus gestos de interpretação e escuta discursiva.

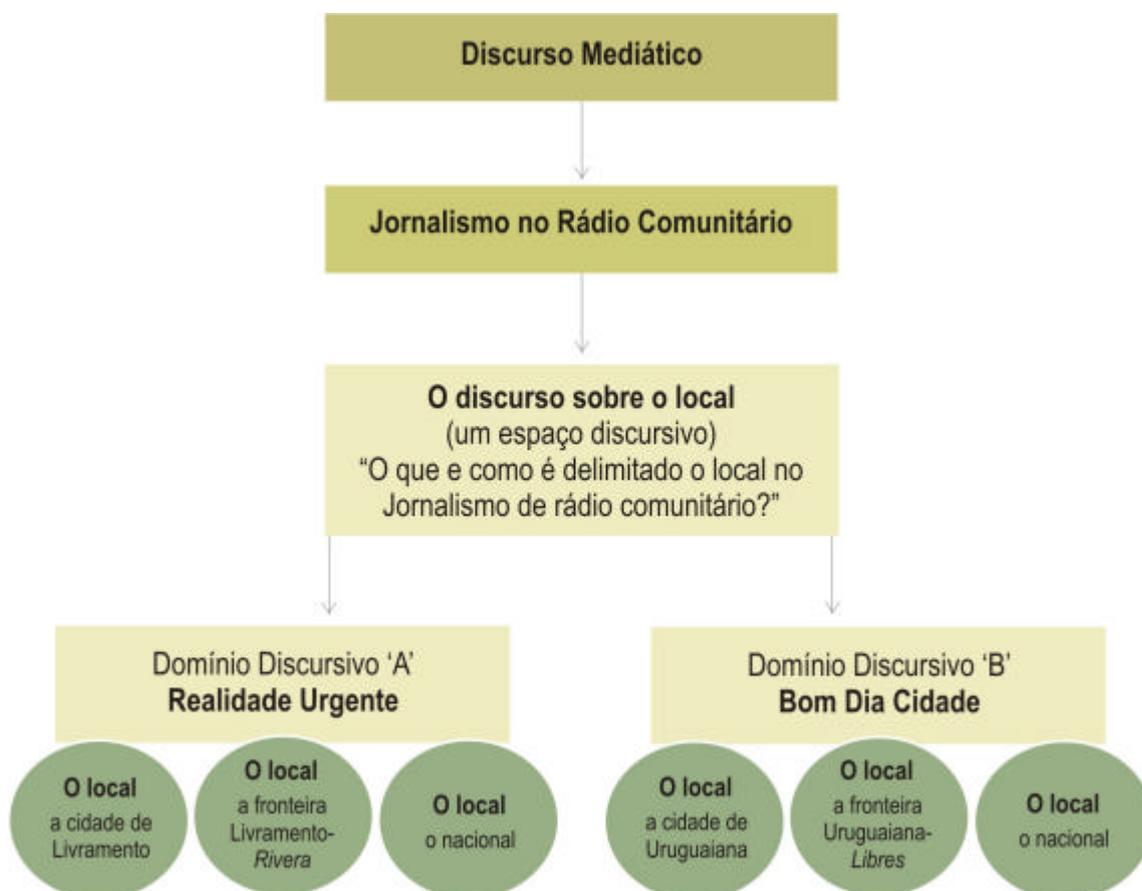


Figura 4: Dispositivo Teórico-analítico
Fonte: Elaboração própria

Como demonstra o dispositivo teórico analítico, parto do discurso mediático, no interior do qual está o rádio comunitário, que, por sua vez, contém o espaço discursivo sobre o local, entre outros espaços discursivos aí presentes. O espaço discursivo local abriga os domínios discursivos representados pelos programas *Realidade Urgente* (domínio A) e *Bom Dia Cidade* (domínio B). Cada domínio, como indicado, se subdivide em três blocos, quais sejam: o local – a cidade; o local – a fronteira; e o local – o nacional. Esses blocos são formados por seqüências discursivas e, a seguir, trago aquelas que, para mim, melhor ilustram esses recortes de discursivização. Essa construção metodológica orienta as análises que se seguem.

Nas SDs alguns nomes e números de telefone foram substituídos pela indicação “XXX”, na tentativa de preservar o anonimato de quem fala, já que isso não interfere nas análises realizadas.

7.1 As cidades de Livramento e Uruguaiana como local discursivizado

Para proceder à análise do bloco “o local – a cidade” que integra o discurso sobre o local no Jornalismo do rádio comunitário, busquei como regularidade, nos domínios discursivos RU e BD, a referência aos municípios de Santana do Livramento e Uruguaiana, respectivamente. Nesse recorte, o local trata, portanto, de questões pontuais desses municípios.

A. *Realidade Urgente*

Apresento, a seguir, as seqüências do programa *Realidade Urgente* que constituíram esse recorte:

- SD1: A Santa Casa de Misericórdia **de nossa cidade** vai realizar o Fórum de Debates SUS. Ele será realizado no dia 27, início às 8 horas e encerramento às 18 horas no Auditório da ACIL, Associação Comercial e Industrial **da nossa cidade**. E a comunidade está sendo convidada para participar, para prestigiar. (In: RU – 24 jul. 2006 [CD 1 Faixa 25])
- SD23: O prefeito municipal recebeu, no seu gabinete durante a última semana os integrantes do Centro Federal de Educação Tecnológica, o CEFET de Pelotas, XXX e a diretora da unidade sede, XXX. Na oportunidade ambos cumprimentaram a infra-estrutura que está sendo oferecida para que 40 jovens carentes se preparem para serem soldadores profissionais através de um curso previsto para ser concluído em outubro, através do projeto Escola de Fábrica. A coordenadora do Curso de Formação Inicial e Continuada e Certificação do CEFET/RS, XXX, salientou que as parcelas referentes à bolsa-auxílio serão pagas diretamente aos alunos, sem a interferência de nenhum dos parceiros institucionais, nem mesmo o MEC, pois, a liberação para o banco é feita pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e que as mesmas estão condicionadas ao índice de frequência mensal dos alunos, mínimo de 85% de presença. Quem não tiver 85% de presença não recebe a bolsa à qual tem direito. Certo então. **É mais uma iniciativa e funciona aqui na nossa cidade** este curso da Escola de Fábrica que tem na parceria a CGTE. (In: RU – 24 jul. 2006 [CD 1 Faixa 26])
- SD102: A promotoria pública de Santana do Livramento vai novamente solicitar a fiscalização dos mototaxis e motoboys da **nossa cidade**. E outra vez vai ser exigida a fiscalização, inclusive, agora, com possibilidade de irem aos locais onde estão os mototaxis e motoboys. Daí eu pergunto o seguinte: e o que fizeram desde os movimentos passados em que houve audiências, tanto no Executivo, na Câmara de Vereadores e no Judiciário? [...]. (In: BD – 8 set. 2006 [CD 1 Faixa 27])

Pode-se observar no conjunto dessas primeiras três SDs o modo como elas estão organizadas, o que aponta para uma regularidade discursiva ancorada em uma fala que circunscreve o local como a “nossa cidade”. Tal forma de apresentação mostra que o lugar discursivo é constituído pela inscrição de outros sujeitos, para além do locutor-apresentador, identificados pelo uso da expressão “nossa”. Esse uso também delimita aquilo de que se fala: não é qualquer hospital, é o da “nossa cidade” (SD1); não é qualquer promotória, é a da “nossa cidade” que fiscalizará “os nossos” mototáxis e motoboys (SD102); é uma iniciativa que funciona “aqui na nossa cidade” (SD23). Por essa delimitação, em alguns momentos, essa fala circunscrita àquilo que é “nosso” exclui o que e quem não é. A SD1 ilustra essa afirmação, visto que o evento a que se refere será realizado em um determinado lugar da “nossa cidade”, o que requer que se saiba onde ele se localiza, já que a notícia não traz essa informação. Ainda, o evento se destina a um público em específico, é “a comunidade [que] está sendo convidada”, ou seja, é na “nossa cidade” e “nós”, comunidade, estamos sendo convidados.

SD 52: Olha, **os santanenses aprovados** na UNIPAMPA devem observar os prazos estipulados para matrícula. Você foi aprovado na UNIPAMPA? Vão começar as aulas! No Colégio Santanense que está... a partir de hoje o Colégio Santanense passou a ser da Prefeitura Municipal. Está alugado, até o dia 31 de dezembro. Tudo aquilo que votaram dias atrás lá na Câmara de Vereadores para impedir de ser colocado lá no Colégio Santanense, a Prefeitura está alugando o Colégio Santanense e vai colocar **porque é para beneficiar vários segmentos da comunidade santanense**. Até me provarem o contrário, a minha idéia é que vai beneficiar. E vou ficar atento para ver se vai beneficiar mesmo. (In: RU – 1º ago. 2006 [CD 1 Faixa 28])

SD109: [...] a Universidade Federal do Pampa, a UNIPAMPA, **no Campus de Livramento** já começou a receber os primeiros materiais que estarão compondo fisicamente a Universidade, a qual estará funcionando provisoriamente no prédio do antigo Colégio Santanense até que sua sede própria seja construída no município [...]. (In: BD – 8 set. 2006 [CD 1 Faixa 29])

O modo como operam as SDs 52 e 109 circunscrevem o universal ao espaço local. A universalidade contida em uma universidade, como o próprio termo indica, acaba delimitada, como nas seqüências anteriores, por aquilo que é “nosso” e, portanto, localizado. Ao se referir ao Campus de Santana do Livramento da UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa, a SD52 faz referência aos “santanenses aprovados”, como se a universidade permitisse apenas o ingresso desses, os moradores do local. Também essa seqüência indica que a comunidade local será beneficiada, como se apenas essa pudesse usufruir algo que está à disposição de uma coletividade maior que aquela delimitada pelo espaço geográfico de Livramento.

SD70: Locutor-apresentador: Agora sim, vereador Cláudio Coronel, bom dia.

Entrevistado: Bom dia Antônio de Lima.

Locutor-apresentador: Eu falava anteriormente vereador, quando fazia a introdução, mas aí tivemos uma gaitinha que chegou no meio do pedaço, porque a Semana Farroupilha já está

chegando vereador, de que ontem, a tribuna da Câmara Municipal de Vereadores, sessão em andamento **algumas denúncias realizadas aí sobre a administração do município?**

Entrevistado: É, na verdade, uma grave denúncia foi formatada publicamente no dia de ontem com relação ao Programa de Inclusão Digital, que está sendo executado pela administração pública municipal aqui de Livramento [...]. (In: BD – 31 ago. 2006 [CD 1 Faixa 30])

Essa SD produz uma simulação de neutralidade do dizer do locutor-apresentador a partir da presença da fala de outrem. É esse outro que vai tratar das denúncias sobre “a administração do município” e o locutor-apresentador precisa desse dizer para poder elaborar o seu próprio discurso, que não é apenas divulgador, mas também aglutinador de falas outras.

B. *Bom Dia Cidade*

Em continuação à análise do bloco “o local – a cidade” apresento as SDs do domínio discursivo *Bom Dia Cidade*:

SD22: [...] **Os uruguaianenses foram às urnas ontem para decidir o destino do Mercado Público Municipal.** Por meio de consulta popular votaram 932 eleitores. Desses 816 apontaram como vencedora a primeira das três alternativas, elegeram a revitalização e modernização do Mercado Público, inaugurado em 1950. No segundo pavimento, a criação de uma policlínica especializada no atendimento à criança. A partir de agora o prefeito de Uruguaiana estará coordenando as secretarias envolvidas no processo e a viabilização de recursos para que a definição da comunidade seja cumprida. Trabalharam durante o período de votação e apuração 26 servidores, coordenados pelo professor Julio. (In: BD – 3 jul. 2006 [CD 1 Faixa 31]).

SD35: Amanhã é feriado, conforme XXX, presidente da CDL, será feriado para **todo mundo** amanhã. Conversava ontem à noite com o presidente do CDL aqui de Uruguaiana e ele disse que o prefeito decretou feriado, ninguém pode abrir. **Todo mundo fechado.** Essa é a informação que tivemos ontem à noite, feriado geral em Uruguaiana amanhã. (In: BD – 25 jul. 2006 [CD 1 Faixa 32]).

Nas seqüências do domínio discursivo BD observa-se outras regularidades discursivas se compradas àquelas em que o domínio RU delimita o local como o município. Nas SDs 22 e 35 o modo como o locutor-apresentador se relaciona com aquilo de que fala, produz um movimento em que ele ora se inscreve, ora se exclui. Na SD22, ao construir o texto na terceira pessoa do plural, o locutor-apresentador “apaga” sua presença, enquanto na SD35 adere como parte constituinte pelo uso que faz da expressão “todo mundo”. Ainda, por essa seqüência, é possível inferir que o universal se encerra em um local discursivizado, pois aqui, “todo mundo” corresponde apenas a Uruguaiana. Tem-se, assim, um discurso que se centra no município.

SD46: Locutor-apresentador: Ontem aconteceu na Câmara de Vereadores uma audiência pública, onde foi tratado o Pacto para Rio Grande [...].
{entra gravação feita no local da audiência}

Entrevistado (presidente do CDL de Uruguaiana): Bom dia. Bom dia Amauri, bom dia aos ouvintes da Rádio Elshaday e à comunidade de Uruguaiana em geral. Nós participamos dessa audiência pública relativa ao Pacto pelo Rio Grande, nos preocupa. Nos preocupa porque sempre que se falou em pacto pelo Rio Grande ou pacto pelo Brasil, realmente os mais sacrificados são aqueles que realmente menos poderiam contribuir e eu estou visualizando novamente acontecer essa situação. Nós discutíamos durante muito tempo, durante os últimos anos, nós do setor produtivo temos discutido a equalização do ICMS do arroz no nosso município [...]. Porque isso incluiria, no mínimo, 5 mil empregos diretos e indiretos **no município de Uruguaiana e isso jamais foi discutido pelo governo estadual**. Então nós estamos perdendo, nossos setores produtivos para estados como Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, que têm uma alíquota próxima a zero, e nós aqui temos uma alíquota próxima de 12 por cento [...]. (In: BD – 25 jul. 2006 [CD 1 Faixa 33])

Da mesma forma, o movimento que tem o município como centro, registrado na SD35, aparece na SD46. Nesta seqüência identifico um movimento comum ao Jornalismo, qual seja, ir do geral ao específico, do Pacto pelo Rio Grande ao que ele ocasionará em Uruguaiana. Essa construção se dá pela presença de um outro, um entrevistado, que toma para si essa perspectiva de abordagem.

SD63: Medidores de luz e hidrômetros são os preferidos dos ladrões. Pela segunda vez em pouco tempo **ladrões levaram** a caixa do medidor de energia elétrica da casa de XXX. “O que eu mais gostaria de saber é quem está comprando esses equipamentos”, diz XXX [...]. Não muito longe dali, na Vila Pró-Lar, outra casa também foi visitada pelos ladrões. Ao amanhar a vítima ouviu barulho de água na frente de sua casa. Mais um medidor de água havia sido roubado [...]. (In: BD – 25 jul. 2006 [CD 1 Faixa 34])

SD74: [...] pois conforme informações, é de responsabilidade da Corsan a situação no bairro São João. Dizem... Me disseram que é de responsabilidade da Corsan a situação das ruas ali [...]. **Só que as pessoas que precisam transitar naquelas vias ali já não estão agüentando mais a situação da buraqueira** que foi deixada ali. Nós gostaríamos de saber de quem é a responsabilidade realmente, se é da Prefeitura ou se é da Corsan. Alguém tem que tomar uma providência [...]. (In: BD – 2 ago. 2006 [CD 1 Faixa 35])

As SDs 63 e 74 referem-se a situações específicas, da comunidade, do município, mas, que, de certa forma, são universais. Há aí um movimento diferenciado daquele da SD46, em que se parte do geral para se chegar ao específico. As seqüências 63 e 74 tratam de algo determinado – os furtos, os problemas na pavimentação –, que contém, mesmo que isso não seja dito, outros discursos e perspectivas. Na SD74 o locutor-apresentador se inclui e por essa inclusão desempenha o papel daquele que, além de informar, exige soluções.

7.2 As fronteiras Livramento-Rivera e Uruguaiana-Libres como local discursivizado

Na análise do recorte “o local – a fronteira” considero a existência de uma Formação Discursiva de fronteira, que mobiliza, como toda FD, sentidos diversos e até antagônicos. A

discussão realizada no capítulo *Jornalismo e Já-ditos sobre Fronteira* (Capítulo 5) auxilia nesse entendimento.

No interior desta FD de fronteira há distintas posições-sujeito. “Uma posição-sujeito não é uma realidade física, mas um objeto imaginário, representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma *formação social*” (FERREIRA, 2001, p.20 [grifo no original]). São as posições de sujeito, ligadas a uma posição social empírica, que determinam o que pode ser dito a partir de onde se fala.

Conforme o que me apresentou o *corpus* discursivo em análise, nos domínios RU e BD identifiquei três posições-sujeito a partir de uma mesma regularidade discursiva e as denominei de: 1) “a fronteira que aparece”; 2) “a fronteira que articula”; e 3) “a fronteira que rivaliza”. Início com a análise das seqüências discursivas que representam a posição-sujeito “a fronteira que aparece”, observando-a nos domínios discursivos RU (A) e BD (B). Passo à observação da posição-sujeito “a fronteira que articula” e, por fim, à “a fronteira que rivaliza”. Assim, as indicações A.1, A.2 e A.3 se referem às posições-sujeito 1, 2 e 3 do domínio discursivo *Realidade Urgente* e as indicações B.1, B.2 e B.3 às posições-sujeito 1, 2 e 3 do domínio discursivo *Bom Dia Cidade*.

7.2.1 Posição-sujeito 1: “a fronteira que aparece”

O recorte reúne um conjunto de seqüências discursivas que demarcam a existência de uma divisão, *um lado de lá e um lado de cá* da fronteira ou, ainda, a fronteira e o restante do país. Essa fala acerca da fronteira refere-se a problemas comuns a ambos os lados ou praticados de um lado da linha divisória e ocultados do outro, como o abigeato, o contrabando, os furtos e a prostituição. Tem-se, desta forma, uma acentuada visibilidade da fronteira e seus limites a partir de formas de violência potencializadas pela formação sócio-histórica e por relações políticas e econômicas. A fronteira torna-se um problema e, portanto, manifesta, perceptível, aparente, a partir do estabelecimento de “um processo de interação humana em atividades – legais e ilegais – regidas por legislações distintas, mas que conformam sociabilidades e práticas sociais que atravessam a linha de fronteira” (MÉLO, 2004, p.122).

A.1 Realidade Urgente

Eis as seqüências discursivas:

- SD8: Polícia Rodoviária Federal faz apreensão de CDs e DVDs piratas, na continuidade do **combate à pirataria aqui na fronteira. Mas lá em cima, de onde ela sai, é tudo um mar de rosas**. (In: RU – 24 jul. 2006 [CD 1 Faixa 36])
- SD9: Polícia Rodoviária Federal **prende condutor por transporte ilegal de agrotóxicos**. Operação realizada na tarde da última sexta-feira culminou com a prisão do motorista que levava mercadoria uruguaia. (In: RU – 24 jul. 2006 [CD 1 Faixa 37])

As seqüências SD8 e SD9 tratam da apreensão de contrabando em ações realizadas pela Polícia Rodoviária Federal do lado brasileiro da fronteira Livramento-*Rivera*. Essas seqüências demonstram a coerção a práticas ilegais que ocorre no espaço da fronteira. Na SD8 a divisão *nós versus eles* não se estabelece em relação aos vizinhos uruguaios, mas ao restante do Brasil: nós, da fronteira, e eles, os brasileiros. O excerto “mas lá de cima, da onde ela [pirataria] sai, é tudo um mar de rosas” [acréscimo meu] evidencia um distanciamento da fronteira Livramento-*Rivera* em relação a outras regiões do país ou espaços fronteiriços e exime Livramento da responsabilidade pelo contrabando. A inscrição discursiva assumida pelo programa *Realidade Urgente* se dá no sentido de evidenciar que a fronteira Livramento-*Rivera* não é o problema e que ele existe por originar-se em outro espaço. Por essa construção, não são os fronteiriços os contrabandistas, são os brasileiros. Já na SD2 a fronteira Livramento-*Rivera* torna-se visível pela referência à origem do agrotóxico apreendido – “mercadoria uruguaia” – o que estabelece a dualidade nós e eles. Mais uma vez o problema não está em Livramento, mas naquilo que o outro oferece, e que é ilegal, e um terceiro, que não o fronteiriço, utiliza na contramão da lei.

- SD62: Psicóloga palestra e fala sobre dados da exploração infantil, mas não disse nada de novo. **Meninas, de 12 anos, se prostituindo no Parque Internacional, isso é conversa muito antiga para quem conhece a cidade de Santana do Livramento e também a de Rivera**. (In: RU – 9 ago. 2006 [CD 1 Faixa 38])

A SD62, apresentada sob a forma de manchete e acrescida de comentário no início da edição do dia 9 de agosto, visa a repercutir a realização de evento binacional sobre prostituição infantil na fronteira. Como a notícia não é aprofundada durante essa edição, o que é apresentado aos ouvintes resume-se à referência ao fato de a prostituição de crianças e adolescentes no Parque Internacional, que divide a fronteira Livramento-*Rivera*, não ser novidade. A vivência do locutor-apresentador, na fronteira, permite esse tipo de afirmação que revela, ainda, que ao local, no caso de um problema que precisa de solução, não interessa ser dito aquilo que ele já sabe, pois cotidianamente vivencia.

- SD41: [...] Mas, a polícia está agindo. **A equipe de investigação tem trabalhado intensamente e os delegados. E Rivera está fazendo o mesmo.** Esta semana 31 pessoas presas em Rivera e serão processadas. E a recuperação de 36 veículos. (In: RU – 1º ago. 2006 [CD 1 Faixa 39])
- SD73: Agora aqui na fronteira, outro assunto importante que a gente tem observado é **as ações policiais. Nos últimos meses está funcionando dos dois lados. Tanto do lado brasileiro, quanto do lado uruguaio.** Vários automóveis foram descobertos e aquilo que sempre se falava, que sempre se falou, que não é de hoje, aqui é uma linha aberta, rouba aqui, leva pra lá, rouba lá, trás pra cá. Automóveis, motos, os assaltos, os assaltantes. [...] E lá do lado uruguaio as coisas estão indo para a área judicial. **Lá em Rivera,** lá estão indo para a área judicial. Não está sendo só na área policial, de investigar, de chegar onde estão os ladrões e depois são presos e logo em seguida liberados. **Lá prendeu e tão ficando tudo guardados.** Isso tem muita gente comentando aqui na cidade que é um bom exemplo para o lado brasileiro, de prender os ladrões e realmente deixar eles presos e seguir o processo de *habeas corpus*, não sei o que lá, pá, pá, pá, liberar e ficar respondendo processo em liberdade. **Estão sendo mais duros e eficientes no lado uruguaio, com vários tipos de crimes cometidos, que estão sendo trabalhados pela polícia e justiça do lado hermano aqui da fronteira mais irmã do mundo.** (In: RU – 31 ago. 2006 [CD 1 Faixa 40])
- SD74 E falando nisso, os agentes da equipe de investigação da Polícia Civil da nossa cidade esperam deter nas próximas horas mais três pessoas envolvidas no **tráfico de drogas na fronteira, como resultado das investigações que vêm sendo feitas para acabar com esse tipo de crime na nossa cidade e também em Rivera.** (In: RU – 31 ago. 2006 [CD 1 Faixa 41])

As seqüências SD41 e SD73 tornam a fronteira aparente ao marcar, mais uma vez, *o lado de cá e o lado de lá*. Na SD41 faz-se referência ao trabalho das polícias brasileira e uruguaia. Da mesma forma, a SD73 trata de eventos policiais se referindo aos dois lados e a atuação em ambos. Nota-se aqui a comparação entre a forma de atuação das polícias e se afirma que “estão sendo mais duros e eficientes no lado uruguaio, [...] do lado *hermano* aqui da fronteira mais irmã do mundo”. A SD74 trata do combate ao tráfico de drogas. E assim como nas seqüências SD41 e SD73, faz referência aos dois lados da fronteira.

- SD76: **Os ladrões de carros e motos que costumam agir na fronteira** continuam cada vez mais ousados. No final de semana passado, o engenheiro agrônomo Fernando Quirino Lucho, de 42 anos, da cidade de Alegrete, deixou seu Fiat Uno branco, placas IJT 5244 estacionado na rua Conde de Porto Alegre, próximo do antigo Léo Hotel, por volta das oito e 30 de sábado. Uma hora depois, quando retornou, o veículo havia sido levado pelos ladrões Domingo à noite o entregador de jornais cumpria seu roteiro na Vila Ponte Nova, no Prado, em sua moto CG 150 preta, IMG 4084, quando foi abordado por dois homens, em uma outra moto. Um dos homens, armado com um revólver, desceu e levou a moto do entregador. **Os ladrões fugiram em direção a rua Marechal Mallet, seguindo por ali para Rivera. Ali é trânsito livre, eles sempre passam.** Ali na Marechal Mallet a polícia teria que disponibilizar, fazer uma operação conjunta da polícia daqui e da *polícia* de Rivera. A *polícia* de Rivera está sempre lá em cima com posto perto do Matadouro Leolort e a do Brasil ali no Prado. Aí o pessoal ia deixar de entrar pela Mallet para fugir com as coisas roubadas. Deixar eles no brete... Mas, enquanto isso não acontece, eles vão roubando e vão levando. (In: RU – 31 ago. 2006 [CD 1 Faixa 42])

Na SD76 a fronteira e seus limites são visíveis. A seqüência ilustra mais uma situação de criminalidade característica da fronteira Livramento-Rivera, o ocultamento do delito ao se

passar para o outro lado. Mais uma vez percebe-se a dualidade *o lado de cá* e *o lado de lá*, o lado onde se furta e o lado onde se encobre a prática ilegal. Ao falar da polícia uruguaia emprega-se o termo em espanhol (*policia*).

B.1 *Bom Dia Cidade*

Eis a seqüência que selecionei para a constituição desse recorte – “a fronteira que aparece” – no programa *Bom Dia Cidade*:

SD54: *Locutor-apresentador*: [...] Eu conheço esse caso, o XXX mesmo já fez várias campanhas pra essa família aqui. Só que o “cabeção” ta lá do outro lado. É, o “cabeção” está lá do outro lado e não tem como fazer campanha pra essa família, não tem como. Infelizmente o XXX **teve que ir lá pro outro lado** porque o ódio e a raiva o levaram para outro lado e nós ficamos aqui fazendo esse papel. Fazemos o papel que ele deveria estar fazendo aqui. Imagina se nós dois estivéssemos em Uruguaiana. Imagina se nós dois estivéssemos aqui em Uruguaiana. **Imagina se nós dois estivéssemos desse lado aqui da ponte, imagina o que não faríamos por Uruguaiana.** Imagina se nós dois pudéssemos nos unir aqui desse lado e fazer alguma coisa por Uruguaiana. Mas infelizmente o “cabeça” foi mandado para o outro lado pela raiva e pelo ódio. Imagina se nós dois pudéssemos estar aqui desse lado, fazendo caridade por essas pessoas. E esse menino o XXX acompanha ele desde o primeiro ano de vida, ele está com 15 anos hoje e ele precisa tomar esses remédios [...]. Como diz o “cabeça”, vão que nem cavalo de índio, sem nada na boca. E o XXX acompanha essa família já faz muitos anos. Mas infelizmente o “cabeça” está lá do outro lado, não pode fazer nada. Se pelo menos nós pudéssemos fazer cadeia, mas nem isso podemos, não é permitido em rádio comunitária fazer cadeia, nós poderíamos fazer campanhas em conjunto, isso já foi proposto até pelo próprio XXX, fazermos campanhas em conjunto, mas não podemos, a lei não nos permite isso [...]. (In: BD – 25 jul. 2006 [CD 1 Faixa 43])

Na semana construída, essa seqüência é a única no domínio discursivo BD que aponta para *um lado de cá* e *um lado de lá* na fronteira. Essa distinção, no entanto, não se refere a um problema comum à fronteira Uruguaiana-*Libres*, como ocorre no domínio RU, anteriormente apresentado, mas à situação específica de uma pessoa – “Infelizmente o XXX teve que ir lá para o outro lado porque o ódio e a raiva o levaram para outro lado”. Contribuem, para isso, as características comuns à fronteira Uruguaiana-*Libres*, tais como: o rio Uruguai, como barreira física; a ponte internacional como impedimento legal de passagem; a aduana como controle e cerceamento; a convivência distanciada de uruguaianenses e *librenses*.

Essa seqüência revela, ainda, como a discursivização do espaço local no Jornalismo do *Bom Dia Cidade* centra-se no município de Uruguaiana. O excerto “Imagina se nós dois estivéssemos desse lado aqui da ponte, imagina o que não faríamos por Uruguaiana” reforça esse entendimento. Também por essa seqüência percebe-se a preocupação da Rádio Elshaday FM, por meio da fala do locutor-apresentador, com a assistência da comunidade da rádio.

Ainda, revela o desejo de um trabalho mais intenso por parte dos canais comunitários nesse sentido – “Se pelo menos nós pudéssemos fazer cadeia, mas nem isso podemos, não é permitido em rádio comunitária fazer cadeia, nós poderíamos fazer campanhas em conjunto” –, o que torna evidente que a legislação, construída na instância de decisão nacional, não atende as especificidades do local (ver 7.3), onde a ordem natural seria a integração, porque as questões sociais são comuns a ambos os lados.

7.2.2 Posição-sujeito 2: “a fronteira que articula”

A fronteira articula quando resulta de um conjunto de ocorrências e características próprias desse espaço, que se conformam a partir de dois locais, dois nacionais, dinamicamente em contato, articulados, indissociáveis, portanto. Há lógicas que se estabelecem nesses espaços que marcam esse caráter uno da fronteira, como a articulação de parâmetros para a passagem de um lado a outro, os interesses comuns e os fluxos comerciais que afetam ambos os lados (*free shops* e transporte de cargas) e, ainda, processos que apagam o limite político porque não permitem a separação, a distinção de lados, como em questões relacionadas ao meio ambiente e ao clima.

O próprio conceito de fronteira é articulador. Enquanto “a fronteira que aparece” liga-se ao limite, que carece de precisão e demarcação; a “fronteira que articula” remete ao caráter aberto da fronteira, ilimitado, invisível. Não há *um lado de cá* e *um lado de lá*, há interesses e acontecimentos comuns que impedem essa separação. Essa construção discursiva ancora-se em temáticas positivas, como as seqüências discursivas que constituem a posição-sujeito “a fronteira que articula”, a seguir, demonstram.

A.2 Realidade Urgente

A seguir, as seqüências discursivas selecionadas no domínio discursivo RU para a análise da posição-sujeito “a fronteira que articula”:

SD2: A Carla Rafaela Rodrigues perdeu seus documentos, perdeu a sua bolsa. E a sua bolsa foi encontrada bem em frente ao BIG. Bem em frente ao BIG domingo de manhã. A Carla Rafaela Rodrigues poderá ligar aqui para o nosso telefone, o XXXX XXXX ou passar uma mensagem de texto para XXXX XXXX dizendo seu endereço. A rua é Rafael Oblites. **Essa rua é no Uruguai, na cidade de Rivera.** Mas os seus documentos já foram localizados e poderá entrar em contato aqui com a nossa emissora para receber o endereço de onde encontra

os seus documentos, que foram encontrados ontem pela parte matinal. (In: RU – 24 jul. 2006 [CD 2 Faixa 1])

A SD02 aparece no programa *Realidade Urgente* como nota de utilidade pública, informando que uma bolsa foi encontrada em frente a um supermercado em Livramento e que pertence a uma uruguaia, residente em *Rivera*. O relato revela a invisibilidade da fronteira apesar da referência ao *lado de cá* e ao *lado de lá*, porém com conotação diferente daquela expressa nos recortes da posição-sujeito “a fronteira que aparece”. Isso acontece porque a circulação de pessoas e mercadorias, neste caso, não encobre atos ilícitos. É comum aos fronteiriços optar por ir às compras no lado em que o câmbio é mais favorável. Os *free shops* uruguaios legitimam “uma prática mais que centenária de comércio internacional de varejo” (FRANCO, 2001, p.23).

A SD18, apresentada a seguir, trata da previsão do tempo, que apaga o limite político. A origem da previsão do tempo, a Estação Meteorológica de *Rivera*, reforça a articulação.

SD18: A temperatura deverá cair a partir de hoje. Deverá baixar um pouco a temperatura. Deverá estar caindo, **conforme a previsão da Estação Meteorológica de Rivera**, registrada no início da manhã deste último sábado. As temperaturas caíram desde ontem e nesta segunda-feira devem cair um pouquinho mais. Mas, depois da terça-feira já começa a melhorar novamente subindo a temperatura, aí chegando nas médias de 17 a 23 graus. (In: RU – 24 jul. 2006 [CD 2 Faixa 2])

SD37: O primeiro **Torneio Internacional** de Truco estará sendo realizado. As inscrições abertas do SESC e no Caixerai. O início do torneio dia 22 de agosto, será as terças e quintas-feiras, a partir das 19 e 45. As inscrições são 30 reais por trio. Promoção essa do Serviço Social do Comércio, SESC, também do Clube Caixerai [...]. Então o pessoal do truco vai lá, prepara os dedos e as cartas e toque-lhe ficha! Sai de perto! (In: RU – 1º ago. 2006 [CD 2 Faixa 3])

SD38: A rústica de 183 anos **da nossa cidade** será realizada no próximo domingo. É a quinta **Travessia Internacional do Mercosul** e tem a organização da Associação Atlética Livramento-Rivera e também do Clube de Corredores de Rua de Santana do Livramento, o Corsa, com a promoção da Prefeitura Municipal, um governo de reconstrução, através da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Desporto. **E a largada será no Parque Internacional e a chegada em frente à Prefeitura.** [...] É a rústica do aniversário da cidade. (In: RU – 1º ago. 2006 [CD 2 Faixa 4])

Nas SDs 37 e 38 a fronteira é, antes de tudo, pretexto para a promoção de eventos internacionais, mesmo que organizado por apenas um dos lados. A exceção é o futebol, que desloca a invisibilidade e articulação da fronteira conferindo-lhe o sentido de rivalidade, especialmente em eventos como Libertadores da América, Copa América e Copa do Mundo, mas, também, em competições desta modalidade esportiva envolvendo fronteiriços.

SD47: Novas placas de sinalização começam a ser instaladas na nossa cidade. Nesta terça-feira, às 11 horas, o governo de reconstrução estará instalando a primeira de uma série de placas de trânsito com o objetivo de promover melhorias na orientação dos condutores de veículos, **principalmente os turistas que chegam ao município.** O prefeito municipal, XXX, uma

solenidade de instalação se dará na avenida João Goulart, esquina com a Marques Pavão. “Nesta primeira etapa estaremos colocando 20 placas em pontos estratégicos da cidade para **orientar a respeito dos pontos turísticos**, bairros e hospitais entre outros órgãos públicos e localidades da nossa cidade”, destacou o chefe do poder executivo dizendo que outras 20 placas serão instaladas em breve [...]. (In: RU – 1º ago. 2006 [CD 2 Faixa 5])

SD 80: Hoje estão encerrando as inscrições para os cursos, são as pré-inscrições, para os cursos de qualificação. Se ultrapassarem o número de vagas será feita uma seleção. Os **cursos serão espanhol, informática e gestão em hotelaria e restaurante**. É uma promoção inédita da Prefeitura Municipal e do Ministério do Trabalho. Novos cursos, novos programas do Governo Federal nas parcerias com os governos estaduais e municipais. O nosso aqui fez essa parceria e vai disponibilizar 230 vagas, 105 para falar espanhol; 75 para informática e 50 em gestão de hotelaria e restaurante. Com as aulas sendo ministradas no auditório do Colégio Marista Santanense, com média de 230 horas-aula. Maiores informações ainda podem ser adquiridas na Secretaria Municipal de Turismo, através do telefone XXXX XXXX, com o seu Francisco ou no Sitramicro, local onde também estão sendo realizadas as pré-inscrições. (In: RU – 31 ago. 2006 [CD 2 Faixa 6])

Na SD47 percebe-se a atenção com “os turistas que chegam ao município”, atraídos, em sua maioria, pelos *free shops* do lado uruguaio. Livramento vale-se desta situação por meio de seus restaurantes e hotéis. Igualmente a SD80 refere-se a esta situação de fronteira, que, ao permitir a livre circulação, exige a articulação no sentido da capacitação para atender àqueles que se movimentam na fronteira Livramento-Rivera, os turistas.

B.2 Bom Dia Cidade

Eis as seqüências selecionadas do domínio discursivo BD:

SD68: [...]

Locutor-apresentador: Galino. Como estás?

Prefeitura Naval de *Libres*: Bem, bem. Frio, *no*?

Locutor-apresentador: *Frio, si. Mui frio.*

Prefeitura Naval de *Libres*: *É la época.*

Locutor-apresentador: *E la temperatura em Libres neste momento. Sabemos?*

Prefeitura Naval de *Libres*: *No. No. [...] Mas tá frio.*

Locutor-apresentador: *Acá em Uruguaiiana tenemos quatro graus e dos décimos.*

Prefeitura Naval de *Libres*: *Upa!*

Locutor-apresentador: *Deve estar la mesma cosa!*

Prefeitura Naval de *Libres*: *Si mas o menos la mesma!*

Locutor-apresentador: **Estamos lado a lado, deve ser la mesma temperatura.** *Mas nosotros pueblo gaucho de la frontera es muy caliente.*

[...]

Prefeitura Naval de *Libres*: *Bueno. Tenemos Garruchos 164 baja; Santo Tomé 301, baja; Alvear 275 estacionario [...]* (In: BD – 2 ago. 2006 [CD 2 Faixa 7])

SD10: Locutor-apresentador: Vamos a Buenos Aires? **Vamos a Buenos Aires saber como está o tempo na capital Argentina, XXX.**

Repórter: O tempo está nublado em Buenos Aires e a previsão para esta segunda-feira é de tempo nublado a nublado com nebulosidade no período; temperatura mínima registra 14 graus e máxima estimada para hoje na marca de 17 graus na cidade de Buenos Aires; o vento é nordeste, 14 quilômetros.

Locutor-apresentador: Muito bem. **De Buenos Aires vamos até Santiago do Chile ou Montevidéu** antes?

[...] (In: BD – 3 jul. 2006 [CD 2 Faixa 8])

SD41: [...]

Repórter: Vamos então com a previsão para Santiago do Chile nesta terça. Chuvas, é a previsão. Muita chuva a partir de hoje. Mínima registrada na marca de oito graus e temperatura máxima estimada para esta terça em Santiago 14. E previsão para amanhã, quarta-feira também de chuvas, com mínima de sete, máxima 16 graus e volume estimado em 46 milímetros.

Locutor-apresentador: Muito bem, está aí então a previsão do tempo. **Vamos saber como está aquela situação lá do Chile [...]. Mais de 2 mil caminhoneiros parados**, aguardando que pare um pouco de nevar pra poder seguir viagem.

[...] (In: BD – 25 jul. 2006 [CD 2 Faixa 9])

SD26: Locutor-apresentador: Tem um ouvinte nos ligando e solicitando que na **previsão do tempo a gente dê Paço Fronteiriço, ali no Chile**. É Paço Fronteiriço. É que Santiago está a 100 quilômetros, cento e poucos quilômetros distante das Cordilheiras. É então estão pedindo que a gente faça a previsão para Paço Fronteiriço, no Chile. Vamos buscar isso aí. A partir de amanhã vamos começar a pesquisar e buscar essas informações. (In: BD – 3 jul. 2006 [CD 2 Faixa 10])

Essas seqüências discursivas apontam para uma fronteira que se articula a partir e em função de temáticas que interessam a ambos os lados. Isso é o que apontam as SDs 68, 10, 41 e 26 que, de um modo, geral ligam-se a questões ambientais. A SD68 trata das condições de navegabilidade do rio Uruguai e por isso aparece diariamente no programa *Bom Dia Cidade*.

A previsão do tempo tem um caráter ampliado no domínio discursivo BD. Não basta falar das condições climáticas de Uruguaiana e da vizinha *Libres*. Importa considerar a articulação que a fronteira Uruguaiana-*Libres* gera ao ligar o Brasil a Argentina por meio de ponte rodo-ferroviária e do porto seco, o que resulta em um fluxo permanente em torno do comércio internacional de cargas. Ao considerar essa situação e a presença diária de inúmeros caminhoneiros que se dirigem ao Brasil, a Argentina, ao Chile, Paraguai e Bolívia, a partir da articulação Uruguaiana-*Libres*, e ainda ao Uruguai, via rodovia gaúcha, o programa *Bom Dia Cidade* traz a previsão do tempo nas capitais sul-americanas (SD10). No inverno, em função da ocorrência de neve, o domínio discursivo BD traz informações mais detalhadas do Chile (SD41). Inclusive, a SD26 mostra que os ouvintes têm interesse em informações dessa natureza.

SD107: Locutor-apresentador: [...] são três vagões, um com o coral CEU, Coral Estudantil Uruguaiense, e mais um vagão com 30 lugares que deverá trazer autoridades, enfim, pessoas que vão participar dessa viagem, aqui da Aduana de Paso de los Libres até a Presidente Vargas, bem na esquina ali do Ginásio Municipal [...]. Neste ano se realiza no dia 8, nesta sexta-feira, **a chegada do papai Noel, o papai Noel da integração, que vai sair de Paso de los Libres, da Aduana, com esses três vagões oferecidos pela ALL** [...]. (In: BD – 8 dez. 2006 [CD 2 Faixa 11])

SD108: Locutor-apresentador: Eu vou até a ALL, converso com o gerente da América Latina Logística, XXX. Bom dia XXX.

[...]

Locutor-apresentador: Nos conte um pouco o que vai acontecer, de que festa nós vamos presenciar.

Gerente ALL: [...] e essa idéia brilhante do Natal da Integração, **nós estamos nessa grande fronteira, que é Uruguaiana e Paso de los Libres, então nada tão importante do que realmente sim demonstrar efetivamente que nós devemos estar irmanados**. Então por isso, juntamente com o CDL, o XXX, presidente e toda a sua equipe, a Prefeitura Municipal, Associação Comercial e Industrial de Uruguaiana, os clubes de serviço, também, nós vamos dar essa oportunidade primeiro a crianças, que terão a oportunidade de andar de trem, e segundo a nós, todos, confraternizarmos. (In: BD – 8 dez. 2006 [CD 2 Faixa 12]).

As SDs 107 e 108 tratam de outra ambiência em que a fronteira pode articular. Trata-se, neste caso, de um evento cultural promovido por Uruguaiana, o Natal da Integração, cujo ápice se deu pelo cruzamento da fronteira. A ponte rodo-ferroviária que serve à transposição da fronteira e, por isso, controla e impede a passagem, serve aqui à integração. O papai Noel que chega a Uruguaiana ao ultrapassar a fronteira pelos trilhos que ligam o município gaúcho a *Paso de los Libres*, lembra a novela *Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez*, de Tabajara Ruas (1997), construída a partir do retorno, de trem, através de *Libres*, do contrabandista Juvêncio Gutierrez (ver item 5.5). Ambientada em Uruguaiana, a ficção faz referência à ponte como travessia, como nas SDs 107 e 108.

7.2.3 Posição-sujeito 3: “a fronteira que rivaliza”

Esse recorte refere-se ao futebol que torna a fronteira suscetível de confronto. Disputas como Libertadores da América, Copa América e Copa do Mundo trazem à tona a fronteira rivalidade, estendida a outras modalidades esportivas, especialmente as coletivas, em eventos como Olimpíadas e Jogos Pan Americanos. A força da fronteira que rivaliza, porém, centra-se no futebol.

A.3 Realidade Urgente

Eis as sequências selecionadas:

SD34: Mil e 300 quilômetros até *Libertad*. Esta é a quilometragem que o Internacional vai fazer em busca de resultado positivo que possa deixar com chance o clube **gaúcho para chegar à final da Copa Libertadores da América**. O outro jogo será entre o São Paulo e o *Chivas*, do México. E desses dois jogos conheceremos os finalistas da Libertadores. Mas o campeão da Libertadores não joga com o Barcelona. Muitas pessoas estão pensando que joga. Não, ele não joga. Ele vai para o Campeonato Mundial. **Agora nós vamos para o campeonato mundial**. (In: RU – 24 jul. 2006 [CD 2 Faixa 13])

- SD60: [...] O Internacional começa hoje a luta por um título inédito. O time gaúcho desde sábado está em São Paulo. Estava na cidade de Santos e ontem foi para a capital paulista. Mais de 55 mil torcedores estarão presentes no Estádio Morumbi, 52 estarão gritando São Paulo, São Paulo. O Internacional deverá ter em torno de 3 mil jogadores no estádio para incentivar o time a resistir ao torcedor [...]. **A Copa Libertadores da América na sua decisão terá o jogo transmitido pela televisão para mais de 40 países.** (In: RU – 9 ago. 2006 [CD 2 Faixa 14])
- SD110: [...] e à **noite o São Paulo foi derrotado pelo Boca Juniors, na Argentina**, na *La Bombonera*. Saiu ganhando por um a zero e virou... o *Boca Juniors* virou o jogo. Dois a um foi o placar final [...]. (In: RU – 8 set. 2006 [CD 2 Faixa 15])

As duas primeiras seqüências discursivas do RU remetem à Copa Libertadores, em função do período da semana construída para a análise, e, por isso, tornam evidente como campeonatos internacionais marcam a fronteira como rivalidade. A SD34, ao informar que os clubes brasileiros Internacional e São Paulo disputariam partidas naquela data e, caso fossem vencedores, poderiam disputar a final da Libertadores da América, o locutor-apresentador concluiu antecipadamente: “Agora nós vamos para o campeonato mundial”. Ao usar o “nós” se referiu aos brasileiros, que através do Inter ou do São Paulo poderiam ser campeões da América e mundiais e, se assim o fossem, os vizinhos latino-americanos não o seriam.

A SD60 mostra que a previsão do locutor-apresentador contida na SD34 se confirmou, ou seja, a decisão da Copa Libertadores da América de 2006 coube a dois times brasileiros. Os derrotados antes mesmo do encerramento da competição, todos os demais latino-americanos, poderiam acompanhar a vitória brasileira e dos brasileiros, não do Inter ou do São Paulo, de colorados ou de são-paulinos pela televisão, já que o jogo seria transmitido para 40 países.

A SD110 também faz referência a uma competição de futebol internacional, em que São Paulo foi derrotado pelo *Boca Juniors*, da Argentina, ou melhor, os brasileiros perderam para os argentinos.

B.3 *Bom Dia Cidade*

A seguir, as seqüências do *Bom Dia Cidade* para a análise da posição-sujeito “a fronteira que rivaliza”:

- SD1: Locutor-apresentador: *Adios* ao hexa.
Repórter: Pois é
Locutor-apresentador: **Riem os hermanitos**. (In: BD – 3 jul. 2006 [CD 2 Faixa 16])
- SD5: Locutor-apresentador: Oito horas, um minuto. Vamos a *Libres*. Vamos a *Paso de los Libres*, província de *Corrientes*, República Argentina. *Con quien hablamos, buenos dias?*
Prefeitura Naval de Libres: *Buenos dias* senhor. XXX.

Locutor-apresentador: XXX. **Estão faceiros, non? Estão felizes, non?**
 Prefeitura Naval de Libres: Como está?
 Locutor-apresentador: *Bien. Muy bien. Después* daquele “chapéu”¹⁸¹ de Zidane *en Ronaldinho estoy muy bien.* Ha! Ha!
 Prefeitura Naval de Libres: Ha! Ha! Que “chapéu”!
 Locutor-apresentador: Que “chapéu”, loco!?!
 Prefeitura Naval de Libres: Que bárbaro tchê!
 Locutor-apresentador: Ronaldo, *el fenómeno.* Ronalducho, *el fenómeno.* Levaram um “chapéu” de Zidane, loco.
 Prefeitura Naval de Libres: Há! Há! Há!
 Locutor-apresentador: Que barbaridade! *Nosotros no* esperávamos isso, *no! Nosotros* esperávamos pelo menos uma semifinal. Uma semifinal, com algum país. Mas, não esperávamos assim sair tão cedo de *la copa.*
 Prefeitura Naval de Libres: É amigo, *la Argentina también.*
 Locutor-apresentador: Pois é, *la Argentina también.* Agora *la cosa que se nosotros* ficamos pensando, *la frustración de las personas* que torcem por *la selección.*
 Prefeitura Naval de Libres: É. É muito grande.
 Locutor-apresentador: É *muy grande.* É *muy grande la frustración.* É *muy grande.* *Acá en el Brasil mucha gente* decorando *las ruas, las calles,* pintando *las calles con la cor de* a bandeira *brasileña, mas cosas, las banderinhas* e aquelas *cosas todas.* E não diferente *en la Argentina, también.*
 { não se houve a resposta de Aguirre }
 Locutor-apresentador: Pois é, mas que vamos *hacer? La vida* continua.
 Prefeitura Naval de Libres: É.
 Locutor-apresentador: *La vida* continua e *nosotros* tenhamos que tocá-la, no? Agora queremos saber como está *la altura del rio* Uruguai?
 [...]. (In: BD – 3 jul. 2006 [CD 2 Faixa 17])

As duas seqüências discursivas do domínio BD são de 3 de julho, data posterior a eliminação do Brasil da Copa do Mundo de 2006, após a derrota para a França. Na SD01 o locutor-apresentador e o repórter do *Bom Dia Cidade* conversam sobre a eliminação e concluem: “Riem os *hermanitos*”. O assunto torna a aparecer nesta edição do programa a partir de notícias e comentários, assim como o contato com a Prefeitura Naval de *Libres*, diário, que trata das condições de navegabilidade do rio Uruguai, inicia pelo assunto da derrota brasileira. Quem o propõe é o locutor-apresentador do BU, como pretexto para falar que a Argentina também havia sido eliminada da competição. Quem relembra isso é o representante da Prefeitura Naval de *Libres*. O *portunhol* confere ao diálogo um tom melodramático, entre derrotados, brasileiros e argentinos.

¹⁸¹ No rádio a palavra chapéu ganhou a pronúncia própria do emprego do ‘ch’ na língua espanhola, semelhante ao ‘tchê’ gaúcho.

7.3 O nacional discursivizado a partir do local

Na análise do bloco “o local – o nacional” busquei regularidades por meios das quais evidencia-se a discursivização do nacional a partir do espaço local. Pela observação sistematizada que a Análise do Discurso possibilita desenvolver, procurei identificar as referências ao nacional (e ao estadual) nos programas *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*.

A. *Realidade Urgente*

Eis as seqüências do *Realidade Urgente* que fazem parte do terceiro bloco de análise:

SD14: Suzane e os irmãos Cravinho foram condenados. A soma total das penas dos condenados chega a 115 anos de reclusão. Mas isso é a soma. Cada um foi condenado a 39 anos e 6 meses, os namorados, o casal de namorados e o irmão dele, irmão do Cravinho, do Daniel, foi condenado a 38 anos e 6 meses. Trocando toda essa ladainha em miúdos, eles já cumpriram mais de 3 anos de pena. E aí se eles cumprirem mais 3 anos eles ganham a liberdade em semi-aberto para saírem durante o dia e à noite posarem no presídio. **Esta é a lei brasileira. Esta é a lei brasileira gente.** Os três mataram os pais da Suzane a pauladas, a ferradas, na verdade, eram pedaços de ferro. E hoje, pela legislação brasileira não precisarão cumprir mais do que 7 anos de prisão. Estarão livres durante o dia e à noite, sim, terão que ir para o presídio. **Fazer o quê com a legislação brasileira?** Lembram que falaram muito que o Código Brasileiro Civil estava mudando e os bandidos estavam ficando amparados. Então por isso que existe tanta “bandidagem” hoje neste mundo todo. (In: RU – 24 jul. 2006 [CD 2 Faixa 18])

O caso Suzane von Richthofen e irmãos Cravinho, de interesse nacional pela excepcionalidade, é retomado por um elemento atual, o resultado do julgamento. A SD14, ao tratar desse novo acontecimento, que atualiza o acontecimento inicial, releva o nacional circunscrito na afirmação “Esta é a lei brasileira”. Faz-se, desse modo, referência a algo que afeta o nacional independente de região, o que permite dizeres como “Esta é a lei brasileira gente” e “Fazer o quê com a legislação brasileira?”.

SD101: Os cerca de 120 alunos da educação de jovens e adultos da escola Municipal XXX, no Parque dos Maias, em Porte Alegre, participaram do Projeto Escolhas. No início foi realizada uma linha do tempo com a vida de cada aluno e debatida a escolha de voltar a estudar. Em razão das eleições e a partir da boa repercussão do trabalho, o trabalho foi redirecionado para abordar a escolha do voto. “Tem sido um crescimento enorme para eles. **O voto está sendo debatido** como uma escolha que deve ser realizada com a maior consciência possível”, disse a avaliadora, a professora XXX [...]. (In: RU – 31 ago. 2006 [CD 2 Faixa 19])

A notícia que origina essa SD foi lida do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre-RS, de circulação estadual. Pelo acompanhamento da produção do RU, que ocorre ao vivo, à medida que vai ao ar, pude perceber que a escolha de matérias em jornais impressos advém, muitas vezes, de um ato mecânico em que o locutor-apresentador “abre” o jornal e lê, sem edição

alguma, movido pelo título ou temática, já que desconhece o enfoque da matéria. Por esse gesto de escolha, sem prévia avaliação da importância para o local, circulam notícias de interesse duvidoso. Neste caso, justifica-se a escolha do assunto sobre o qual versa a informação pela relação educação e política que ela estabelece, já que 2006 foi um ano eleitoral (com eleições estadual e federal), mas o conteúdo pouco significado tem para Santana do Livramento. No Jornalismo canônico preza-se que quando algo externo afeta o local seja trabalhado, mas não é o que ocorre por essa informação.

Por esse gesto discursivo que configura a SD101 fica evidente que, em muitos momentos, faz-se referência ao nacional apenas para que essa esfera apareça de alguma forma. Até porque o foco do programa RU, como o nome delimita, é uma realidade que é urgente para Livramento, como questões locais e questões de interesse local oriundas em contextos externos e até distantes geograficamente.

SD106: Segurança em Fórum envolveu o uso de helicóptero e quase cem policiais. **Seco e comparsas foram ouvidos em Alvorada.** Com uma tática já adotada em pelo menos outras duas ocasiões, neste ano, a polícia metropolitana bloqueou o acesso ao Fórum de Alvorada, usando um caminhão e uma máquina também. (In: RU – 8 set. 2006 [CD 2 Faixa 20])

As notícias policiais aparecem em vários momentos do programa RU. A grande maioria versa sobre o município e a fronteira Livramento-*Rivera*, como demonstro no segundo bloco de análise, o local – a fronteira, por meio da posição-sujeito que denomino “a fronteira que aparece” (ver item 7.2.1). Há um segundo conjunto de notícias policiais que são trazidas pela gravidade ou pelo caráter excepcional, como a dos gêmeos ateus que matam um taxista em Santo Ângelo-RS (ver item 4.3.1). Identifico, ainda, um terceiro mote, o que trata de situações que ocorrem em grandes cidades do país, onde se percebe a relação o local – o nacional que interessa a esse bloco de discursivização do local.

A SD 106, nesse sentido, exemplifica esse formato de discursivização pela relação que constrói sobre eixos como fronteira-capital ou periferia-centro ou pequena cidade-metrópole. O discurso, que no caso da SD analisada tem peculiaridades singulares (cem policiais, um helicóptero, um caminhão etc.), se estabelece ao apontar que os problemas policiais estão também nas metrópoles, não apenas nas fronteiras. Posso inferir por esse discurso que pela fronteira podem passar os problemas, mas que eles não se originam ali.

B. Bom Dia Cidade

Eis as seqüências e análises do bloco “o local – o nacional”:

SD59: Locutor-apresentador: **Alvorada registra o 61º assassinato do ano.**

Produtor de notícias: Um homem foi encontrado com ferimento de tiro no rosto na Rua XXX, no bairro XXX, na noite desta terça [...]. (In: BD – 2 ago. 2006 [CD 2 Faixa 21])

Essa primeira seqüência discursiva do BD acerca do nacional discursivizado a partir do local assemelha-se à abordagem presente no RU, anteriormente apresentada. Essa discursivização do local mostra que a criminalidade não está circunscrita à fronteira, está também nas regiões metropolitanas. Por essa construção, evidencia-se que o discurso que versa sobre as fronteiras, produzido, geralmente, a partir dos veículos dos grandes centros, estigmatizado segundo propõe Silveira (2007) (ver item 5.6), é empregado aqui em um movimento inverso. Ou seja, devolve-se a mesma fala ao se tratar dos acontecimentos policiais em grandes cidades e em regiões metropolitanas. Por esse movimento, o nacional aparece pelos mesmos problemas que o local quando se trata de criminalidade.

SD31: Locutor-apresentador: [...] **São Paulo frustra encontro de PCC.** A polícia de São Paulo conseguiu deter 14 acusados de integrar o Primeiro Comando da Capital, o PCC, nesse domingo [...]. (In: BD – 3 jul. 2006 [CD 2 Faixa 22])

Novamente a SD apresentada revela que os problemas policiais não estão apenas na fronteira, mas dispersos pelo país. A SD31 traz mais um indício importante de ser considerado, já que o acontecimento aparece pelo que tem de positivo. A referência é a um nacional que interessa ser discursivizado, já que combate a criminalidade, ou melhor, nem permite que ela aconteça porque “frustra encontro do PCC”.

Esse nacional interessa ao local, especialmente em uma região como a fronteira que se posiciona frente a outro nacional. O interesse por esse discurso positivo sobre o nacional é ainda maior em Uruguaiana, já que o outro nacional é a Argentina e, conforme identificam Jacks et al (2004), o Jornalismo narra um paradoxo entre fraternidade e rivalidade ao fazer referência aos argentinos¹⁸². Também as abordagens de Grimson (2003), algumas delas explicitadas no capítulo anterior (ver item 6.3.2), dão conta dessa relação sócio-historicamente instituída, incorporada e atualizada pelo discurso jornalístico.

¹⁸² O estudo trata da representação da Argentina e dos argentinos no jornalismo impresso gaúcho e catarinense, a partir dos jornais *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *Diário Catarinense*, os dois primeiros publicados no Rio Grande do Sul. Sobre a rivalidade entre argentinos e brasileiros, Jacks et al (2004) afirmam que o termo *hermano* compõe e revela esse discurso.

SD4: Locutor-apresentador: Conselho Nacional de Trânsito – Contran ampliou por mais um ano o prazo para que órgãos fiscalizadores cobrem **a padronização da sinalização das rodovias do país**. As regras estão previstas no Código de Trânsito Brasileiro e uniformizam cores, tamanhos, símbolos e disposição das placas nas estradas [...]. (In: BD – 3 jul. 2006 [CD 2 Faixa 23])

Por essa seqüência evidencia-se que o geral interessa ao específico. A SD4 revela a importância do local para o nacional, já que por Uruguaiana passa grande parte do fluxo do transporte rodoviário internacional de cargas e ingressam turistas argentinos que se dirigem às praias gaúchas e catarinenses.

A abordagem teórico-metodológica da Escola Francesa de Análise do Discurso viabilizou a observação sistematizada do objeto, desenvolvida neste Capítulo. Por essa observação, que se constituiu em busca de regularidades discursivas em função do local que é construído nos programas radiofônicos jornalísticos *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade* identifiquei três movimentos, o local – a cidade; o local – a fronteira; e o local – o nacional, tratados cada um como um bloco analítico. Por esse aparato de aproximação do objeto, percebi ângulos relevantes que no próximo Capítulo servem de aporte à reconstrução do mesmo a partir do seu contexto.

8 Não “isto” não “aquilo”: construído e construtor

Desenvolvi até aqui, por esse estudo de caso, um movimento de apreensão das singularidades empíricas dos casos que movem esta investigação, os programas de Jornalismo *Realidade Urgente* e *Bom Dia Cidade*. Esse movimento de compreensão abrangente do objeto em estudo, desde sua estrutura aos procedimentos específicos, foi permeado por três processos simultâneos: o problema de pesquisa; o cotejo ao objeto; e o conhecimento disponível. Considerando que num estudo de caso, o ângulo central não é a busca por uma resposta isolada ao problema de pesquisa, mas, que a partir da seleção e organização das regularidades, indícios e pistas que o processo de construção de uma “resposta” torna perceptível, é possível empreender uma descrição reconstrutiva que devolva o caso na sua singularidade.

O presente Capítulo se constitui num esforço de desenvolver proposições teóricas tomando as constatações empíricas que de forma difusa aparecem ao longo da dissertação. Ou melhor, conforma-se por meio de inferências que permitam “enxergar o geral no específico” (BURKE, 2000, p.16 apud BRAGA, 2007a, p.13). As abordagens apresentadas aqui resultam de um segundo nível de reflexão, já que o anterior foi de organização de um acervo de dados refletidos no processo de desenvolvimento da pesquisa. Ao considerar “o que é propriamente comunicacional e o que deriva de circunstâncias sociais de outras ordens, ‘modulando’ a comunicação” (BRAGA, 2007a, p.15), por um processo fundamentalmente tentativo, volto-me à reconstrução do caso via reflexão pelos elementos singulares que o conjunto de regularidades obtidas oferecem.

O rádio comunitário, de um modo geral, é um espaço interessante para a percepção de lógicas processuais originadas em outras esferas sociais, que afetam e são afetadas por aquilo que há de propriamente comunicacional neste meio. A radiodifusão comunitária se institui por

um movimento de democratização do uso dos meios de comunicação, no qual o aprendizado para o uso é uma variante importante. *Faz-se* rádio comunitário por uma experimentação tentativa, em que experiências de toda ordem são acionadas, especialmente aquelas resultantes da própria ambiência que essa mídia gera.

Vive-se em uma época marcadamente mediática, em que as coisas do mundo e o próprio mundo são estruturados pela centralidade da mídia como processo comunicacional e de produção de sentidos. A mediatização é consequência do avanço das mídias na cotidianidade, assinala sua presença e relevância, mas não é restrito a elas. A mediatização é um processo em transição, em vias de. É prática social e de sentido, geradora de vínculos.

As rádios comunitárias configuram-se nesse ambiente, por meio do intercruzamento de lógicas da mediatização e processos interacionais acionados localmente ao se *fazer* rádio. Estruturam, por isso, processos tentativos internos para se ajustar à sociedade em vias de mediatização. Por experimentações, apropriações e produções criativas, os sujeitos que participam do processo de *construção* das rádios comunitárias enfrentam problemas práticos e adotam soluções *ad hoc* ao interagir com e no meio. Constrói-se esse formato de radiodifusão à medida que, tentativamente, são organizados modos operatórios e de socialização, estes sempre interacionais, o que significa que o ajuste do indivíduo implica na adequação do entorno que o acolhe.

Na definição de formatos e linguagens, aquilo que circula em outros meios serve de referência e modelo. De uma forma intencional ou espontânea, mas sempre tentativa, as rádios comunitárias reproduzem criativamente formas existentes. A reprodução de modelos não é uma característica isolada do rádio comunitário, visto que os meios de comunicação parecem delimitar formas e linguagens por um movimento de “mídiafagia”, do grego *phageín* (fago, fagia), comer, capturar, tragar, em que o que vem antes é apropriado e adequado pelo que surge depois. Historicamente, a linguagem do Jornalismo impresso foi apropriada pelo rádio em seus primeiros momentos de existência; os programas de auditório e radionovelas migraram para a televisão por experimentações, adaptadas às características do meio, à medida que essas foram delimitadas, e às tecnologias que passaram a dispor; e assim sucessivamente.

A reprodução por imitação é tentativa porque deriva de um processo de aprendizagem social do uso do meio, visando a constituí-lo como tal e como socialmente reconhecido. Esse processo é forjado no âmbito das interações sociais que o próprio rádio comunitário fomenta ao articular sujeitos no seu entorno, produtores e ouvintes ou ouvintes-produtores, já que

possibilita mais um nível de experimentação, o de papéis. Em um processo que se alicerça na socialização do uso (ou usos) do rádio, gera aprendizagem relacionada, sociabilidades e um movimento de *resposta* social quando provoca a discussão do uso que é feito do meio. A aprendizagem relacionada ocorre por aquilo que se “sabe” e pelo enfrentamento do que se coloca como novo.

O rádio comunitário, via uma interação que é comunicacional e derivada dos processos sociais que participam da sua conformação, pode vir a articular comunidades, agrupamentos ou grupos de pertencimento, no espaço da “vizinhança” e para além desse. Pela tessitura de redes interpessoais, institucionais e interorganizacionais, se identifica um engajamento em direção ao uso da mídia. As rádios comunitárias revelam-se como um dispositivo mediático cuja processualidade está contida na interface *fazer* mídia e o que se *faz* com a mídia.

Há pelos menos mais dois processos que se estabelecem a partir da experimentação, o de viabilizar financeiramente o rádio comunitário e o de organizar algum mecanismo capaz de gerar a participação da comunidade. Identifiquei em um dos casos investigados a tentativa de constituir o ouvinte como abastecedor pela proposição “você, nosso repórter”, a exemplo do que se verifica hoje em outras esferas mediáticas. O que se percebe é que, ainda que de forma reduzida, o ouvinte ocupa esse espaço para dar seu ponto de vista e buscar informações de interesse amplo ou individualizado.

As rádios comunitárias assumem uma função socializadora que se ancora na relação de triangulação apresentada a seguir, em cujos “vértices” estão os sujeitos-produtores-ouvintes, os aportes mediáticos e o entorno imediato.

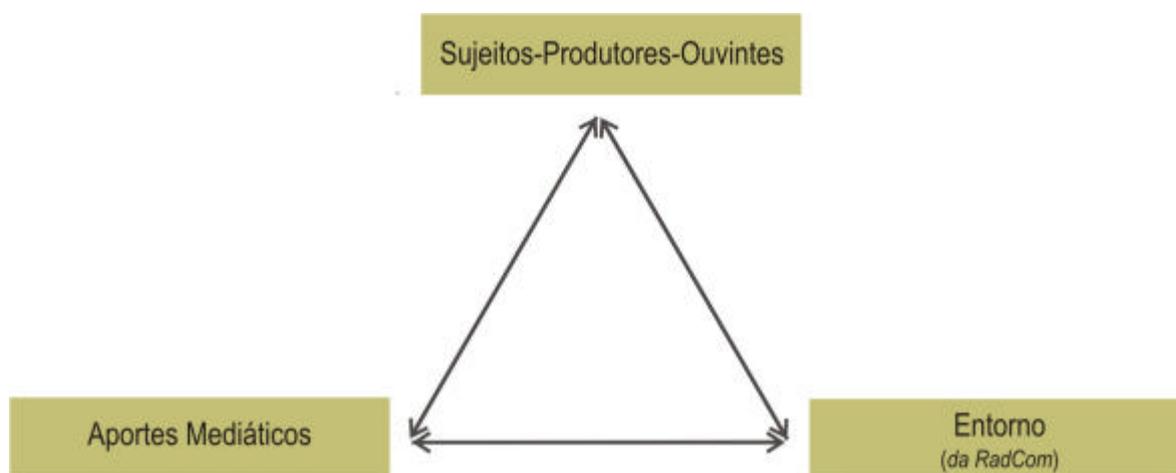


Figura 5: Lógicas Processuais do Rádio Comunitário

Fonte: Elaboração Própria

Legenda: RadCom – Rádio Comunitária

Os sujeitos-produtores-ouvintes impregnam o processo de *fazer* rádio comunitário por suas histórias de vida; pela vivência em comunidade; pelo lugar social de onde são oriundos; pelo repertório de que dispõem; pelas experiências práticas e por um aprendizado do uso da mídia. É pela ação desses sujeitos que se estabelece uma produção discursiva e, portanto, de sentidos, que articula o não mediático ao mediático.

Os aportes mediáticos congregam a rádio comunitária, as outras mídias, as técnicas e as tecnologias, os formatos, linguagens e padrões existentes etc. Esses aportes não estão aqui ou ali, mas simultaneamente em operações técnicas e tecnológicas, em ações que organizam (ou produzem) formatos e linguagens e nos sujeitos envolvidos nesses processos (sujeitos-produtores-ouvintes ou ouvintes apenas), porque assimilados. Coadunam, portanto, processos de mídia e processos sociais, e se singularizam pelo lugar e período onde se desenvolvem, pelas apropriações, imitações e adequações realizadas, por uma produção criativa sobre “modelos”. O mediático se define no entremeio desse conjunto de operações de que participam, ainda, outros campos e atores sociais cujos objetos/dados/categorias são apropriados para o uso na e pela mídia. Tal processo repercute nas interações sociais e, simultaneamente, na produção de sentido. No rádio comunitário, contribuem para o estreitamento de vínculo com o entorno no sentido de ser parte, facilitado pela possibilidade de uso de um suporte tecnológico acessível, pela mobilidade e custo.

Já o entorno refere-se aos processos e regras de funcionamento das emissoras de radiodifusão comunitárias; as lógicas interacionais que estabelece; a comunidade que articula; as experiências que o uso do meio propiciam e o aprendizado resultante; os processos continuamente tentativos; as adaptações e escolhas; as limitações (já que não há erros e acertos nesse processo); as restrições que a legislação estabelece; as tecnologias de que dispõe. O entorno é dinâmico, uma vez que todos esses elementos que o constituem encontram-se e são afetados cotidianamente por uma esfera mais ampla, a da sociedade em vias de mediatização.

O Jornalismo no rádio comunitário segue essa mesma processualidade de experimentação tentativa de formatos, linguagens e papéis. Essa última, dos papéis, é, para mim, a grande configuradora do Jornalismo nos casos analisados aqui. Várias razões corroboram para esse entendimento. Os programas jornalísticos são organizados a partir de quem experencia o lugar socialmente reconhecido como sendo do jornalista, mesmo sem sê-lo. Esse sujeito que figura como locutor-apresentador, como denomino a função que identifiquei, é quem faz escolhas quanto ao formato, à linguagem, aos acontecimentos que

serão noticiados, a angulação etc., porque, via de regra, é o único ou o principal responsável pelo programa.

O locutor-apresentador se revela por esses gestos de escolha. Eles dizem muito do lugar empírico de pertença. O formato e a linguagem, por imitação, se assemelham a algum programa ou meio de comunicação específico que serve de parâmetro, muitas vezes pela identificação que possui como receptor, resultante de uma afinidade discursiva, mesmo que inconsciente. A linguagem se define tentativamente, é a da oralidade própria do rádio, da oralidade da conversação face-a-face, do impresso, do próprio locutor-apresentador, mas não é “uma” nem “outra”. O padrão não é comunitário, nem alternativo, nem comercial, naquilo que efetivamente são esses modelos. É tentativo e, por isso, específico de cada lugar ou situação em que se experimenta *fazer* Jornalismo.

A escolha das notícias resulta de movimentos distintos, um deles intencional, o outro instintivo, mecânico. Pelo primeiro movimento dá-se a escolha do que está ou será abordado por outros meios, a partir daquilo que o locutor-apresentador apura ao circular por outros espaços, e dos assuntos que ele próprio pauta. O segundo, ocorre por uma escolha simultânea à emissão, por meio daquilo que os jornais impressos e *sites* noticiosos oferecem, mesmo sem conhecer o conteúdo e a angulação. A escolha, neste caso, se dá pela temática que o título sugere.

A intencionalidade com que ocorre a escolha de acontecimentos, referida como o primeiro movimento, assenta-se naquilo que o locutor-apresentador tem a acrescentar. Isso aponta para uma angulação no nível pessoal, resultado daquilo que esse sujeito julga importante de ser observado nas notícias que opta por apresentar, a partir de como as apresenta. Por essa prática, informação e opinião juntas conformam o Jornalismo, que, em alguns momentos, constitui-se mais por aquilo que o locutor-apresentador agrega, do que pelo acontecimento em si. Tem-se, por isso, um Jornalismo editorializado, onde a opinião não é dissimulada, antes, conduz a escolha e abordagem de determinados assuntos em detrimento de outros. O Jornalismo é circunscrito, portanto, pela informação-opinião e também pela prestação de serviço público.

Nessa experimentação do papel de fazer Jornalismo, a vivência é elemento central. Ela corresponde, no rádio comunitário, a um dos critérios para a delimitação de que fatos serão tratados e que parâmetros serão necessários nesse tratamento que visa a discursivizá-los. Para além da atualidade, importância, interesse, proximidade e excepcionalidade, a vivência torna-

se um valor-notícia no Jornalismo radiofônico comunitário. Por esse valor-notícia se define a escolha dos fatos e se baliza a passagem à notícia.

A vivência em comunidade, o pertencimento a um espaço social, as relações profissionais, as experiências de vida e escolhas pessoais, o aprendizado frente a uma época com mídia, o uso de um canal de comunicação, os papéis de pai, filho, vizinho, companheiro, entre muitos outros, conformam esse critério de noticiabilidade que orienta a escolha dos fatos e o tratamento dado a esses. Ao reportar-se a algo, o locutor-apresentador faz por aquilo que considera importante. Por isso, a vivência configura-se como definidora daquilo que será e de como será dito, principalmente quando fala para *sua comunidade*, para o “*seu local*”.

Pela vivência, os locutores-apresentadores dos dois casos de Jornalismo no rádio comunitário aqui em discussão trazem elementos do lugar social que os precede e que constitui o seu discurso. É também esse lugar (ou lugares sociais) que autoriza o sujeito a falar daquilo que fala. Há aí uma outra ordem, que não propriamente comunicacional, que acaba por modular a comunicação no rádio comunitário.

Assim como o lugar social do jornalista “canônico” tem, em termos, uma simetria com o lugar discursivo, no rádio comunitário o sujeito que ocupa esse lugar discursivo próprio do Jornalismo constrói uma simetria entre os lugares social e discursivo, a partir da inscrição de lugares empíricos outros, da comunidade do rádio comunitário. Por essa inscrição, marcadamente as questões do lugar social a que pertence e com o qual se identifica aparecem e conformam o lugar discursivo. Infiro ser isso o que se espera, uma vez que a comunidade do rádio comunitário deseja ver a si e a seus anseios e valores representados. O lugar social serve de ancoragem para a construção discursiva no rádio comunitário.

No Jornalismo canônico há a preocupação em apagar esse lugar social, mesmo que esse apagamento seja ilusório, como mostra a Escola Francesa de Análise do Discurso, em função de todas as escolhas que são realizadas, seja no trabalho do jornalista, seja no do editor, seja pela política editorial do meio, além do valor simbólico do meio em si. O Jornalismo convencional acha que o evidente não apagamento no rádio comunitário, esse mostrar o lugar social, diminui a qualidade do Jornalismo. Entendo, porém, que é um dos elementos que diferenciam essa prática jornalística de outras e a torna importante para quem dela compartilha. Digo isso tomando por base que o Jornalismo comunitário não precisa “se encaixar”, ser igual ao tradicional ou a outros modelos dos quais recorta “parâmetros”, porque não há um certo ou um errado, há jornalismo.

A importância desse Jornalismo está justamente naquilo que revela do lugar social onde se origina. Ao compreender esse amplo processo que se configura em meio e a partir de experimentações como Jornalismo, parto, como já explicitado, da indagação referencial “o que é Jornalismo, onde” que permite compreendê-lo com base em um tempo e espaço de produção. Esse é o Jornalismo dos espaços de radiodifusão comunitária, feito por sujeitos-produtores-ouvintes, gerando processos de reconhecimento social da comunidade que é representada pelo lugar de “dizer” que é instituído.

O Jornalismo que resulta desse processo complexo e amplo de escolhas e recusas é determinado por um lugar social, o onde, constitutivo do discurso. Esse lugar social pode ser entendido como o local em que o Jornalismo vai recortar e discursivizar, por todos esses movimentos experimentais e tentativos que inferi. O Jornalismo que se constrói a partir de um lugar social, empírico portanto, assenta-se nesse local ao estruturar o seu discurso, mas não se resume a isso, já que busca tratar de uma esfera mais ampla e assim dizer o que representa e é importante a um período ou espaço físico. Identifico, por inferências a partir das regularidades que trago ao longo da dissertação, que o local, o nacional e o universal são categorias que balizam a construção jornalística.

O local é discursivizado de quatro maneiras: “do local ao local”, “do local ao nacional”, “do nacional ao local” e “do local ao universal”. Na primeira delas, “local-local”, apenas o que é “nosso” e somente o que “nos” diz respeito, “nos” afeta e “nos” faz comunidade interessa ser discursivizado. O local constrói-se por aquilo que, de fato, é local. Essa categoria é a referência primeira no Jornalismo radiofônico comunitário, por permitir tratar daquilo que afeta e formata o próprio espaço social organizador do espaço discursivo que esse meio institui.

No “local-nacional”, o Jornalismo traz aquilo que acontece localmente, mas que também ocorre em outros espaços do nacional e que, em função disso, pode ser generalizado por seus aspectos positivos ou negativos. São acontecimentos e temáticas que não se desenvolvem apenas na esfera local, no micro-espaço, mas se estabelecem em qualquer lugar, por razões semelhantes ou não. Por essa construção discursiva o local é parte do nacional.

Do “nacional ao local”, o movimento do Jornalismo visa a tratar daquilo que afeta o local mesmo quando se origina em uma esfera macro, em outro lugar com características diferentes daquelas experienciadas localmente. Por esse movimento, se passa do nacional ao local, considerando aquilo que interessa ser repercutido nesta esfera menor, por afetá-la direta

ou indiretamente. O nacional não é reduzido ao local por esse movimento discursivo, antes o local mostra-se como decorrência desse espaço maior, afetado por ele, por ser parte dele.

Já “do local ao universal” o que se identifica é um movimento discursivo que acaba por circunscrever o universal ao espaço local, como se as lógicas do local se encerrassem em si mesmas, como se o local bastasse por si próprio.

O Jornalismo radiofônico comunitário, ao tratar do nacional, o faz também por uma discursivização “do nacional ao nacional”. Por esse tratamento, recorre-se a questões do nacional apenas para fazer menção a essa esfera, visto que as narrativas funcionam mais como ilustração do nacional porque não interessam e nem afetam ao local. São as notícias de variedades e as curiosidades.

A pesquisa ancorou-se na busca pelo local discursivizado pelo Jornalismo em rádios comunitárias localizadas em municípios de fronteira geopolítica. Em seu desenvolvimento, encontrou regularidades em função do local construído por essa variante espacial, a partir de um aparato de aproximação do objeto (como mostrado no capítulo anterior) que, agora, servem à reconstrução do caso em sua singularidade, a partir da inserção do objeto no contexto.

Por se estruturar a partir do pertencimento a um lugar social, o Jornalismo nos espaços fronteiriços é dimensionado pelo que representa esse espaço físico. Para se apreender o que e como é discursivizado o local nesses espaços é preciso considerar as relações local-local; local-nacional; nacional-local; e local-universal, apresentadas anteriormente, a partir da presença da fronteira nesse processo.

O que se verifica é que há em alguns momentos, sob certas circunstâncias, uma sobredeterminação do local pela fronteira. Ou seja, a fronteira tem condição suficiente para demarcar o local sob certos aspectos, enquanto em outros ele é tão local quanto é um bairro ou uma cidade qualquer. São temáticas e acontecimentos que fazem referência ou afetam a fronteira que levam-na a se sobrepor ao local.

Permitir ou impedir a passagem, ocultar, integrar, rivalizar, ter lógicas comuns, manter diferenças etc., são alguns dos elementos de discursivização desse espaço que é a fronteira, sem deixar de ser local, ou melhor, dois locais, um *lado de cá* e um *lado de lá*. Por essas características foi possível propor as categorias de análise “a fronteira que aparece”, “a fronteira que articula” e “a fronteira que rivaliza”, empregadas no capítulo anterior para uma observação sistematizada do discurso sobre a fronteira no rádio comunitário.

Os inúmeros sentidos sobre fronteira que a nomeiam, recortam, descrevem, explicam, indicam correlações, julgam-na, articulam-na, são tomados de empréstimo pelo Jornalismo, quer por movimentos de repetição, atualização, negação ou silenciamento, que também precisam ser considerados ao se observar a discursivização desse espaço. A vivência de ser fronteira também revela elementos transpostos ao discurso jornalístico, como a dualidade *nós-eles*, que em alguns momentos refere-se a *nós* desse lado e *eles* do outro; ainda, *nós* brasileiros e *eles* os estrangeiros, ou *nós* fronteira e fronteiriços e *eles* o nacional, o Brasil. Por essa dualidade, permanente e dinâmica, a fronteira aparece, articula e rivaliza.

Quando o local é demarcado como fronteira, outras categorias de discursivização do local passam a ser redimensionadas: “do local ao nacional” passa-se “da fronteira ao nacional”, “do nacional ao local” a “do nacional à fronteira” e “do local ao universal” chega-se a “da fronteira ao universal”. A lógica de funcionamento dessas categorias é semelhante daquelas ancoradas no local. A categoria “da fronteira ao nacional” dá conta daquilo que acontece na fronteira e também em outros espaços do nacional ou dos nacionais que articulam a fronteira. Por essa categoria, evidenciam-se marcas que apregoam à fronteira o que é negativo, como o contrabando, o tráfico e a criminalidade, em uma abordagem discursiva estigmatizada e recorrente sobre esse espaço em que a visibilidade da fronteira e seus limites se dá a partir de formas de violência potencializadas pela formação sócio-histórica e por relações políticas e econômicas.

Do “nacional à fronteira”, aquilo que a afeta, seja por decorrência de acordos e tratados internacionais, seja pela variação cambial ou ainda por atos que ao não atentar para as lógicas que se estabelecem nas fronteiras, desrespeitam suas especificidades.

Alguns discursos produzidos localmente se opõem à generalização da fronteira a partir do universal, visto que esse movimento é produtor de um discurso estigmatizado do que seja a fronteira. Assim, o discurso “do local ao universal” mostra que a fronteira, mesmo quando afetada pelo que lhe é externo (e constituinte), define-se localmente, por seus fluxos, o que permite evidenciar que, em alguns momentos, ela se encerra em si e suas lógicas bastam por si próprias. Por esse movimento, o universal se dilui no local, ao mesmo tempo em que pode ser revelado a partir desse. Esse discurso que é local mostra que generalizações universalizantes, geralmente negativas, não cabem nesse local que é fronteira.

Por gestos de mediação, de modelos de apuração e produção jornalística, como o canônico, o alternativo, o comunitário, o comercial, entre outros, se estabelece o Jornalismo no rádio comunitário que não é ou-um-ou-outro. O processo de configuração é experimental,

tentativo, de adaptação e proposição criativa, permeado e conduzido pelas escolhas do sujeito-ouvinte-apresentador no papel de locutor-apresentador. A seu modo, essas variantes contribuem para a elaboração de uma possibilidade de Jornalismo, porque essa é a realidade concreta da mediatização.

À possível objeção que essas afirmações podem levar, retomo três abordagens: a) a legislação; b) a trajetória do rádio comunitário no Brasil; e c) o formato rádio comunitário. Considero que a legislação brasileira de radiodifusão comunitária não cria, assim como não explica o “modelo rádio comunitário” e, por isso, não o observo e não o analiso tendo como referência a normatização, antes essa serve à contextualização do formato. Nesse sentido, acredito que analisar esse modelo de radiodifusão tendo como referência o cumprimento da legislação é forçar o “encaixe” da realidade na norma – a Lei 9.612/98, por exemplo. Tomar a legislação como base, e não como padrão a ser buscado, permite “olhar” para o(s) uso(s) do rádio comunitário decorrentes das interpretações e das intenções as mais diversas.

Da mesma forma, considero não apropriada a leitura do rádio comunitário que toma como única referência as primeiras discussões e experiências desse formato no país. A trajetória precisa ser considerada enquanto tal, não como modelo a ser buscado. Dos usos do rádio livre e do ideal de “reforma agrária no ar” aos dias atuais são quase três décadas. Permanece a experimentação tentativa do uso do rádio, assim como a reflexão sobre esse uso, distanciada das primeiras proposições porque considera o contexto atual, as prerrogativas de uma lei que há dez anos normatiza o formato comunitário e as ambiências próprias desse período.

É por essa experimentação tentativa de se *fazer* rádio comunitário que ele é comercial, comunitário, alternativo, sem contudo ser ou-um-ou-outro. À objeção decorrente de uma leitura do que se *faz do* e *no* rádio comunitário como semelhante a outros formatos de rádio, especialmente o comercial, aponto mais uma vez para a experimentação. Por ser tentativamente experiencial, o rádio comunitário não é “um” ou “outro” rádio – “é” e “não é” comercial, “é” e “não é” comunitário, “é” e “não é” alternativo etc. O rádio comunitário resulta de uma flutuação entre possibilidades de *ser* rádio e de *fazer* Jornalismo a partir dos movimentos que ele próprio instaura continuamente.

Por seus processos, o Jornalismo radiofônico comunitário intervém no espaço, que também é mediático, participando da (re)construção do local e, no caso específico dessa pesquisa, no local fronteira. Há, com isso, uma produção sobre as lógicas do local em que este é simultaneamente construtor e construído.

Referências Bibliográficas

ABADIA DE QUANT, Ines. Lengua y cultura en áreas de frontera del MERCOSUR – problemática y propuestas. In: LEHNEN, Arno Carlos; CASTELLO, Iára Regina; SCHÄFFER, Neiva Otero (org.). *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/co-edição Prefeitura Municipal de Uruguaiiana, 1994, p. 94-101.

ADIALA, Cristiane de Souza Mota. Efeitos de Políticas Públicas em Cidades de Fronteira: Uruguaiiana e Sant’Ana do Livramento (RS). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

ALSINA, Miquel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1989. (Paidós Comunicación, 34).

ANDACHT, Fernando. A Representação do *self* na obra de Goffman: sociosemiótica da identidade. In: GASTALDO, Edison (org.). *Erving Goffman, desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. p.125-146.

ARREGUI, Mario. Os contrabandistas. In: _____. *Cavalos do amanhecer*. Porto Alegre: L&PM, 2003, p.31-49.

AZAMBUJA, Darcy. *Contrabando*. s/d. Disponível em<
http://www.releituras.com/dazambuja_menu.asp>. Acesso em 30 nov. 2007.

BAKHTIN, Mikhail. O espaço e o tempo. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão; revisão da tradução Marina Appenzeller. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Coleção ensino superior).

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo. *Manual do radiojornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BARBOSA, Pedro Luís Navarro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003. p.111-124. (Coleção Olhares Oblíquos).

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso Jornalístico: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. – (Coleção Fazer Jornalismo). p.107-122.

- BENJAMIN, Walter. Pequenos trechos sobre a arte. In: Obras Escolhidas II. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho et al. 3. reimp. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 274-277.
- BERGER, Christa. *Campos em Confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- _____. Em torno do discurso jornalístico. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton José (org.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1996. pp. 188 a 193.
- _____. Toda a notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. pp.273-284. (Coleção Comunicação, 2).
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução Floriano de Souza Fernandes. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. (Antropologia, 5).
- BETTEGA BARBOSA, Amílcar. In: Equipe da Unidade Editorial (org.). *Contos sem fronteira*. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 2000. p.55-62.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BIRD, Elizabeth; DARDENE, Robert. Mito, registo e ‘Estórias’: Explorando as Qualidades Narrativas das Notícias. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999. pp. 263-277.
- BOJUNGA, Claudio. De Gusmão a Golbery. In: BOJUNGA, Claudio; PORTELA, Fernando. *Fronteiras: viagem ao Brasil desconhecido*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978. p.25-29.
- _____. Livramento-Rivera. In: BOJUNGA, Claudio; PORTELA, Fernando. *Fronteiras: viagem ao Brasil desconhecido*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978. p.105-110.
- _____. Uma Ciência Suspeita. In: BOJUNGA, Claudio; PORTELA, Fernando. *Fronteiras: viagem ao Brasil desconhecido*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978. p.21-23.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: ____ (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. pp. 159-166.
- _____. *O poder simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2001. (Coleção Espaços do Desenvolvimento).
- BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006a. (Comunicação).
- Comunicação, disciplina indiciária*. 2007. In: COMPÓS, 16, 2007, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: UTP, 2007a. (GT “Epistemologia da Comunicação”).
- _____. Constituição do Campo da Comunicação. In: FAUSTO NETO, Antonio et al (org.). *Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. p.11-39.
- _____. O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- _____. *Processos de aprendizagem para uma sociedade de interação mediatizada*. 2007b. In: REDE PROSUL, 2007, São Leopoldo, RS. Anais eletrônicos... São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007b.

- ____. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p.321-334. (Coleção Comunicação, 2).
- BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Maria Regina. *Comunicação e Educação – questões delicadas na interface*. São Paulo: Editora Hacker, 2001.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. ver. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.
- BRECHT, Bertold. Teoria do Rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo (org.). *Teorias do rádio*. Florianópolis: Insular, 2005. p.35-45.
- BREED, Warren. Controlo social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.
- BRITTOS, Valério Cruz. O Rádio Brasileiro na fase da multiplicidade de ofertas. In: Verso & Reverso. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. – ano XVI, n. 35 (jul/dez 2002) –. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2002. p.31-54.
- CAPARELLI, Sérgio. Imprensa Alternativa. In: QUEROZ E SILVA, Roberto P. de. *Temas Básicos em Comunicação*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983. p.13-16.
- CARVALHAL, Tania Franco. Fronteiras em Literatura. In: CASTELLO, Iára Regina et al. *Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995, p.160-164.
- CEBRIÁN HERREROS, Mariano. *La radio en la convergencia multimedia*. Barcelona: Gedisa, 2001.
- CECCONI, Eduardo; BELLES, Leandro. Fronteira Brasil-Uruguai. Também se habla português. *Zero Hora*. Porto Alegre, 13 ago. 2006. Geral. p.34.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul, RS: UCS; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço Brindes, 1978
- ____. Para o Estudo do Conto Gauchesco I – Raízes da Tradição Gauchesca. In: _____. *Notícia do Rio Grande: literatura*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Editora da Universidade/UFRGS, 1994. p.21-25.
- ____. Para o Estudo do Conto Gauchesco II – O Espaço Físico da Gauchesca. In: _____. *Notícia do Rio Grande: literatura*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Editora da Universidade/UFRGS, 1994. p.27-31.
- ____. Para o Estudo do Conto Gauchesco III – Traslação da Gauchesca a outras áreas. In: _____. *Notícia do Rio Grande: literatura*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Editora da Universidade/UFRGS, 1994. p.33-38.
- ____. Para o Estudo do Conto Gauchesco V – A Gauchesca Rio-Grandense e a Platina; Repulsão e Aproximação. In: _____. *Notícia do Rio Grande: literatura*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Editora da Universidade/UFRGS, 1994. p.45-50.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. pp. 63-79.
- CHANTLER, Paul; HARRIS, Sim. *Radiojornalismo*. São Paulo: Summus, 1998.

- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- COMASSETTO, Leandro Ramires. *A voz da Aldeia. O rádio local e o comportamento da informação na nova ordem global (Um estudo de rádio no Oeste catarinense)*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. Tese de Doutorado.
- COGO, Denise. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998. – (Coleção Comunicação – estudos).
- COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CUNHA, Glória Cristina et al. *A Banda de Moebius e a Análise do Discurso*. 2002 (xerox).
- DAGRON, Alfonso Gumucio. *Haciendo holas: historias de comunicación participativa para el cambio social*. La Paz, Bolivia: Plural Editores, 2001 (The Rockefeller Foundation).
- DANIEL Herz: última entrevista revelou preocupações e expectativas. *Mídia Com Democracia* – Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. n. 2, p.36. jun. 2006.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DORFMAN, Adriana. Limites e linhagens: interpretação geográfica dos contos de contrabando. In: *Textos de la frontera y multilingüismo en la literatura latinoamericana de los siglos XIX y XX*. s/d. Disponível em: <<http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/C-LIT/C-LIT-2-DORFMAN.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2007.
- DORNELLES, Beatriz. *Jornalismo solidário*. Porto Alegre: GCI, 2006.
- DOWNING, John D. H. Rádio. In: ____. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e nos movimentos sociais*. Senac: São Paulo, 2002, p.243-255.
- ERBOLATO, Mario. *Técnica da Codificação em Jornalismo*. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- ESPINOSA, Jorge Walter da Rocha. Aspectos lingüísticos, literários e históricos do sul fronteiriço. Porto Alegre, CELP Cyro Martins; Faculdade de Letras da PUCRS, 31 out. 2006. Palestra (*Encontro Pampiano – O Pampa na Universidade*).
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- FARACO, Sergio. Travessia. In: ____. *Noite de matar um homem*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- FAUSTO NETO, Antonio. *Mudanças da Medusa? A enunciação midiaticizada e sua incompletude*. 2007. In: REDE PROSUL, 2007, São Leopoldo, RS. Anais eletrônicos... São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007.
- FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997. – (Coleção Megalópolis).
- FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

- FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2005.
- FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FOLLMAN, José Ivo. Identidade como conceito sociológico. In: *Ciências Sociais Unisinos*. v. 37. n. 158. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001. p.43-66.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *A ordem do discurso*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. *Microfísica do Poder*. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2. ed . Lisboa: Veja, 1999. pp. 61-73.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In:____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GOMES, Wilson da Silva. In: FAUSTO NETTO, Antônio; PINTO, Milton José (org.). *O indivíduo e as mídias: Ensaio sobre Comunicação, Política, Arte e Sociedade no Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 123-134.
- _____. O lugar discursivo do jornalista e do cientista: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: *O discurso de divulgação científica: um espaço intervalar*. Tese de Doutorado. PPG Letras/UFRGS, 2005.
- GRIMSON, Alejandro. Cortar puentes, cortar pollos. Conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil) – Libres (Argentina). *Revista de Investigaciones Folclóricas*. Buenos Aires, Argentina, v. 15, p.66-76, dez. 2000a.
- _____. *El otro lado del río: periodistas, nación y Mercosur en la frontera*. 1 ed. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires – Eudeba, 2002.
- _____. Introducción. ¿Fronteras políticas versus fronteras culturales? In: _____. *Fronteras, naciones e identidades – La periferia como centro*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, La Crujía, 2000b.
- _____. *La Nación en sus Límites: Contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.
- GRISA, Jairo. *Histórias de ouvinte: a audiência popular no rádio*. Itajaí, SC: Univali. 2003
- GUATARRI, Felix. As rádios livres em direção a uma era pós-mídia. In: MACHADO, Arlindo et al. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p.9-13.

- GÜIRALDES, Ricardo. *Dom Segundo Sombra*. São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora, 1981 (Coleção Latino-América).
- HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos *media* noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999. pp. 101-130.
- HERNÁNDEZ, José. *Martin Fierro*. Porto Alegre: Editora Bels, 1972.
- HERITAGE, John C. Etnometodologia. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. – (Biblioteca básica).
- HOLHFELDT, Antonio. O gaúcho: tipo social de tríplice representação. Porto Alegre, CELP Cyro Martins; Faculdade de Letras da PUCRS, 31 out. 2006. Palestra (*Encontro Pampiano – O Pampa na Universidade*).
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- INDURSKY, Freda. Formação discursiva: essa noção ainda merece que lutemos por ela? In: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 163-172.
- JACKS, Nilda; MÜLLER, Karla; BENETTI, Márcia. *Hermanos, pero no mucho: el periodismo narra la paradoja de la fraternidad y rivalidad entre Brasil y Argentina*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.
- KAPLÚN, Mario. *El comunicador popular*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Lumen Hvmánitas, 1987.
- KLÖCKNER, Luciano; BRAGANÇA, Maria Alice. Radiojornalismo de serviço: AM e FM em tempos de internet. In: MOREIRA, Sonia Virgínia; DEL BIANCO, Nélia. *Desafios do rádio no século XXI*. São Paulo: Intercom, 2001. p.149-168.
- KOCH, Walter. Contribuição do Atlas lingüístico-etnográfico da região sul ao estudo da fronteira lingüística entre o Brasil e o Uruguai. In: CASTELLO, Iára Regina et al. *Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995, p.160-164. p.192-206.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: norte e sul – Manual de Comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LAGE, Nilson. *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LEMOIS, Ana Amélia. Áreas de Fronteira. *Zero Hora*, Porto Alegre, n.15430, 26 nov. 2007. Disponível em:
<<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1688812.xml&template=3916.dwt&edition=8857§ion=72>>. Acesso em: 26 nov. 2007.
- _____. Áreas de Fronteira. *Zero Hora*, Porto Alegre, n.15437, 03 dez. 2007. Disponível em:
<<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1695997.xml&template=3916.dwt&edition=8892§ion=72>>. Acesso em: 03 dez. 2007.
- _____. Fronteira. *Zero Hora*, Porto Alegre, n.15418, 14 nov. 2007. Disponível em:
<<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1677264.xml&template=3916.dwt&edition=8792§ion=72>>. Acesso em: 14 nov. 2007.
- _____. Fronteira 2. *Zero Hora*, Porto Alegre, n.15416, 12 dez. 2007. Disponível em: <
<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1675029.xml&template=3916.dwt&edition=8778§ion=72>>. Acesso em: 12 nov. 2006.

- LIMA, Venício de; LOPES, Cristiano Aguiar. *Coronelismo eletrônico de novo tipo* (1999-2004): as autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=439IPB001>>. Acesso em: 26 jun. 2007.
- LOPES NETO, João Simões. Contrabandista. In: *Contos Gauchescos & Lendas do Sul*. Porto Alegre L&PM, 1998. p.103-109.
- LOPEZ VIGIL, José L. ¿Qué hace comunitaria a una radio comunitaria? In: Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicação, n. 52, nov. 1995. Quito, Ecuador: Editorial QUIPUS/CIESPAL. p. 51-54.
- LUSTOSA, Elcias. *O Texto da Notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In STROHAECKER, Tania et al (org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção Porto Alegre, 1998.
- MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MAGNANI, Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. 2. ed. São Paulo: Hucitec / UNESP, 1998.
- MAGNOLI, Demétrio. Uma ilha chamada Brasil. *Nossa História*, n. 25, ano 3, nov. 2005. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2005. <<http://www.nossahistoria.net>>. Acesso em 15 fev. 2007.
- MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.
- MANUAL de Redação: Folha de S. Paulo. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2001.
- MARIANI, Bethania. A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.
- _____. O PCB e a imprensa – os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- MASINA, Léa. O contrabando na confluência de culturas. In: CASTELLO, Iára Regina et al. *Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995, p.160-164. p.165-175.
- MATTOS, Carlos Meira. *Geopolítica y Teoría de las fronteras*. Buenos Aires: Independencia Argentina, 1997. (Publicação Círculo Militar).
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda*. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDITSCH, Eduardo. O rádio na era da informação – teoria e técnica do novo radiojornalismo. Florianópolis: Insular, Ed. Da UFSC, 2001.
- MELIANI, Marisa. *História das rádios livres no Brasil*. 2003. Disponível em <http://www.radiolivre.org/historia_radios_livres>. Acesso em 25 ago. 2007.
- MÉLO, José Luiz Bica. Reflexões conceituais sobre fronteira. In: Castello, Iára Regina et al (org.). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS / Fundação de Economia e Estatística, 1997. p-68-74.
- MELUCCI, Alberto. Necessidades, identidade, normalidade – o eu da falta. In: _____. O jogo do eu. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. p.38-58.

- MOREIRA, Fabiane. *Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo*. Dissertação de Mestrado. PPG Comunicação e Informação/UFRGS, 2006.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. Jornalismo no Rádio no Brasil: instantes precursores da prática e do ensino. In: *Conexão – comunicação e cultura*. Universidade de Caxias do Sul. v. 2, n. 3. Caxias do Sul: Educs, 2003. p.25-32.
- _____. *O Rádio no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
- _____. *Rádio em Transição – tecnologias e leis nos Estados Unidos e no Brasil*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2002.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. pp.305-319. (Coleção Comunicação, 2).
- MOURA, Rosa. Dos espaços sem fronteira às fronteiras dos espaços. In: Castello, Iára Regina et al (org.). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS / Fundação de Economia e Estatística, 1997. p.96-103.
- MÜLLER, Karla Maria. *Mídia e Fronteira: jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento-Rivera*. Tese de doutorado defendida na Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2003.
- _____. Práticas comunicacionais em espaços de fronteira. In: SILVEIRA, Fabrício, REYES, Paulo (org.). *O Campo das Mídias: estratégias e representações*. São Leopoldo, RS: Gráfica da Unisinos, 2001. – (Cadernos de Comunicação, 7).
- MURGUÍA, Julián. *Contrabandistas*. In: *Cuentos Del país de los gauchos*. 2.ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991. p.93-97.
- NAVARRO, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a ‘aventura do discurso’ e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: _____. *Estudos do texto e do discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006. p.67-92.
- NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Minidicionário Guasca*. 1. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- _____. Rio Grande do Sul, um estado de fronteira. In: Boletim CELP Cyro. n. 3, jun. 2002. Porto Alegre: CELP Cyro, 2002. <http://www.celpcyro.org.br/RS_estadoFronteira.htm>. Acesso em 3 nov. 2006.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Editora Olho D’Água, s/d.
- _____. Um outro território. In: BOLAÑO, César R. S. (org.). *Globalização e regionalização das comunicações*. São Paulo: EDUC/Editora da UFS/INTERCOM, 1999.
- ORTRIWANO, Gisela. *Informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação de conteúdos*. São Paulo: Summus, 1995.

PADRÓS, Enrique Serra. Fronteiras e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais*. v. 17, n.1/2, jan/fev, Porto Alegre, 1994.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. 2. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

_____. *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PAIVA, Vanessa. A mensagem radiofônica: o acontecimento (re)significado. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. pp.551-572. (Coleção Comunicação, 2).

PALÁCIOS, Marcos. Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária. In: *Revista Comunicação & Política: comunicação para a América Latina*. Revista do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CBELA. n. 11, ano 9, abr./jun. 1990. São Paulo: Editora Oito de Março, 1990.

PARADA, Marcelo. Rádio: 24 horas de jornalismo. São Paulo: Panda, 2000.

PEÃO domou o computador, o. *Zero Hora*. Porto Alegre, 16 jul. 2006. p.38. Geral.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1993.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1993.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Mídia Comunitária. *Comunicação & Sociedade*. n. 30. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 1998. p.141-156. – (Identidades Comunicacionais).

_____. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. In: *Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional*. n. 6, ano 6, jan./dez.2002. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2002. p.51-78.

_____. Mídia local, uma mídia de proximidade. In: *Comunicação: Veredas*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. n. 2, ano 2, v. 1, nov. 2003. São Paulo: Editora Unimar, 2003. p.65-89.

_____. Rádio Comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias. *Revista FAMECOS*. n. 30, ago. 2006. Porto Alegre: 2006.p.115-125.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras Culturais*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

_____. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2001.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Revista Acadêmica Semestral – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e Mídia da Universidade Federal de Santa Catarina. v. 1, n. 2, novembro de 2004. Florianópolis: Editora Insular, 2004. pp. 13-30.

- PRADO, Emílio. Estrutura da informação radiofônica. São Paulo, Summus, 1989.
- PRATA, Nair. A história do rádio em Minas Gerais. 2003. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26, 2003, Belo Horizonte, MG. Anais eletrônicos... Belo Horizonte: UFMG, 2003. (NP Mídia Sonora).
- QUINZE anos de luta por uma comunicação democrática. *Mídia Com Democracia* – Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. n. 1, p.12-13. jan. 2006.
- RADDATZ, Vera Lucia Spacil. As Representações da Identidade Cultural no Rádio de Fronteira. 2005. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, Rio de Janeiro, RJ. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UERJ, 2005.
- RÁDIOS comunitárias e rádios livres: ruídos e conceitos. *Mídia Com Democracia* – Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. n. 5, p.10-11. jan. 2007.
- RÁDIO Favela. História. Disponível em <<http://www.radiofavelafm.cjb.net/1/historia.php>>. Acesso em 25. ago. 2007.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, Antonio Carlos R. (org). *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- RECH, Marcelo. Carta ao Leitor. *Zero Hora*. Porto Alegre, 19 abr. 1998. p.18. Opinião.
- RESENDE, Fernando. *Ausências na Comunicação Social e no Jornalismo* – a lógica da rua. Coimbra: Centro de Estudos Sociais / Universidade de Coimbra, Oficina 197 / nov. 2003. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/197/197.pdf>>. Acesso em: 12. mar. 2007.
- _____. O discurso jornalístico no contemporâneo: entre o velamento e produção das diferenças. In: *COMPÓS*, 17, 2007, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: UTP, 2007. (GT Estudos do Jornalismo).
- ROCHA, Bruno Lima. *Abraço-RS*. Viamão/RS. 4 dez. 2007. Entrevista concedida a Ângela Maria Zamin.
- ROCHA, Mário. Uma onda no ar: o jornalismo dos não-jornalistas. In: *Caesura Revista Crítica de Ciências Sociais e Humanidades*. n. 25, Especial Comunicação, jul./dez. 2004. Canoas, RS: Editora da Ulbra, 2004. p.71-77.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. pp.217-233. (Coleção Comunicação, 2).
- ROMÃO, 2007
- RUAS, Tabajara. *Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez*. 6. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- _____. O tempo (os eventos) e o espaço. In: *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. – (Coleção Milton Santos; 1). p. 156-168.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. São Paulo: Monteiro Lobato & Companhia Editorial São Paulo, 1923.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Urbanização: Áreas de fronteira e a Integração Latino-Americana. In: OLIVEIRA, Naia et al. *O Rio Grande do Sul urbano*. Porto Alegre: FEEE, 1990. p. 141-160.

_____. *Urbanização na fronteira: a expansão de Sant'Ana do Livramento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, 1993.

SILVA, Pedro Cancio. A formação integral do homem latino-americano no Cone Sul. In: LEHNEN, Arno Carlos; CASTELLO, Iára Regina; SCHÄFFER, Neiva Otero (org.). *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/co-edição Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994, p. 102-105.

SILVA, Gislene. Valores-notícia: atributos do acontecimento (Para pensar critérios de noticiabilidade I). In.: Encontro dos Núcleos de Pesquisa da INTERCOM, V – *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 28, 2005, Rio de Janeiro, RJ. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado et al. Comunicação e faixa de fronteira. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador, BA. Anais eletrônicos... Salvador: UFBA, 2002. (NP Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação).

_____. Identidade Deteriorada: Jornalismo e estigmas sociais. In: COMPOS, 16, 2007, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: UTP, 2007. (GT Cultura das Mídias).

SOLOSKI, John. O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999. pp. 91-100.

SOUSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Revista Acadêmica Semestral – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e Mídia da Universidade Federal de Santa Catarina. v. 1, n. 2, novembro de 2004. Florianópolis: Editora Insular, 2004. pp. 31-47.

STEIMAN, Rebeca. *A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

TEIXEIRA, Teresa Patrícia de Sá-*Todas as vozes: diferentes abordagens para um conceito de rádio local*, São Bernardo do Campo/SP: UMESP, 1998. Dissertação de Mestrado.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Editorial Losada S. A., 1947. – (Biblioteca Sociológica).

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.

_____. *O estudo do jornalismo no século XX*. 2. reimp. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.

_____. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. A Objectividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999. pp. 74-90.

____. Contando 'Estórias'. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999. pp. 258-262.

VERÓN, Eliseo. Construir el acontecimiento: Los medios de comunicación masiva y el accidente en la central nuclear de Three Mile Island. 2. ed. Barcelona, Espanha: Gedisa, 1995. – (Colección El Mamífero Parlante – Serie Mayor).

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

WOLFE, Tom. *Radical Chique e o Novo Jornalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ZILBERMAN, Regina. *Roteiro de uma literatura singular*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992. – (Síntese Rio-Grandense).

ANEXO A

ANEXO A

Fronteira Brasil-Uruguai

Também se habla português

EDUARDO CECCONI e LEANDRO BELLES

Enquanto os nobres de Espanha e Portugal travavam embates diplomáticos nos escritórios para definir a divisão da recém descoberta América, colonizadores de ambos os lados teimavam em descumprir acordos e tratados.

Fronteira para lá, fronteira para cá, portugueses e espanhóis acabaram semeando na área que hoje separa Brasil e Uruguai uma interação cultural com reflexos no idioma dos habitantes que dura até hoje.

Se as regiões de Campanha e Zona Sul do Estado sofrem a influência hispânica na maneira de falar, comunidades uruguaias apresentam o português como língua materna. Embora esse fenômeno tenha sofrido intensa perseguição desde o século 18, duas instituições de ensino lutam para interromper o processo de extinção dos dialetos.

Na Universidad de la República, o pesquisador Adolfo Elizaincín trabalha há quatro décadas no estudo e na divulgação das variações do português encontradas em localidades do norte e do noroeste do país. Os dialetos diferem entre si, mas se aproximam da maneira como os gaúchos falam na Fronteira Oeste.

Entre as variantes mais "aportuguesadas" e o português rural do Rio Grande do Sul há poucas diferenças. Talvez, apenas na fonética e no sotaque – compara Elizaincín.

Pesquisadores fazem entrevistas com falantes

Na forma de um convênio, a Universidade Católica de Pelotas (UCPel) participa da pesquisa, em parceria com a equipe de Elizaincín. Jorge Espiga, professor de espanhol e linguística da UCPel, observa que os dialetos lusos no Uruguai são utilizados nas classes sociais mais baixas e entre idosos. Este movimento pode comprometer definitivamente as variações do português uruguai.

A tendência é de que o número de falantes diminua – explica. Espiga e Elizaincín torcem para que o trabalho de entrevistas com falantes, visitas a comunidades e divulgação de resultados do estudo estejam o refluxo dos dialetos. A Universidad de la República já oferece cursos a professores para retomar a forma culta do português. Iniciativas que podem manter fortes no futuro os laços lingüísticos entre Rio Grande do Sul e Uruguai, sobreviventes a séculos de preconceito.

eduardo.cecconi@zerohora.com.br
leandro.belles@zerohora.com.br



Um programa com sotaque

Em Tranqueras, cidade de 10 mil habitantes no Departamento de Rivera, um personagem com sotaque típico da região faz sucesso no programa mais popular da única rádio, a Acacia FM. Josyony Aquino (foto), 25 anos, criou o "Abuelo" (avô) para dar opinião em assuntos polêmicos, fazer reclamações e brincadeiras. Tudo carregando o espanhol com palavras em português.

Queríamos atrair a atenção dos ouvintes mais velhos. O sucesso é inacreditável – comenta Aquino.

No programa musical diário, Abuelo aparece duas ou três vezes por semana, para não "queimar o personagem", justifica seu criador.

O SITE DA RÁDIO

www.multimedialnorte.com/vacaciona

Clic RBS Ouça o jeto de falar do personagem criado por Josyony zh.clicrbs.com.br

Comunidades bilíngües e dialetos diversos

Os uruguaios das comunidades estudadas são bilíngües. O contato português/espanhol é constante. Embora tenham também o português como língua materna, rejeitam as inovações do pólo gaúcho,

preferindo articular as palavras com o estilo hispânico.

Os dialetos diferem entre si e apresentam características diversas, algumas delas facilmente identificáveis:

▼ **Léxica:** alternância de código. A pessoa fala em português, mas insere termos espanhóis na mesma frase. Exemplo: "Tenho um cachorrinho blanco".

▼ **Fonológica:** as pronúncias são hispânicas, com os sons do espanhol. As vogais tônicas "e" e "o" são mais fechadas do que o português do Brasil. É o famoso sotaque. Ex: no Rio Grande do Sul se fala "bôla", no Uruguai, "bóia".

▼ **Morfológica:** palavras da língua portuguesa recebem sufixos espanhóis. Ex: "ão" vira "on"; ao invés de "blusão", fala-se "bluson".

▼ **Sintática:** não-utilização do artigo na frente do pronome. No caso da frase "vendi o meu carro", por exemplo, os espanhóis falantes do português acabam suprimindo o artigo "o", dizendo somente "vendi meu carro".

LA E CA

O fenômeno se verifica nas regiões de fronteira, nas proximidades de Santana do Livramento, Quaraí e Barra do Quaraí, do lado brasileiro, e de Rivera e Artigas, do lado uruguai da fronteira.



Território disputado

▼ Em 1680, Portugal fundou Colônia do Sacramento, desobedecendo tratado que identificava parte da área como espanhola. Por mais de cem anos a região foi disputada entre os dois países. Enquanto isso, portugueses e espanhóis fundavam vilas nos dois lados da linha imaginária.

▼ Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso definiu a área como espanhola.

▼ Desde a independência do Uruguai, em 1828, o uso do português passou a ser perseguido. O ensino nas escolas foi proibido e os falantes constrangidos.

▼ Há 40 anos, a Universidad de la República tenta conservar e divulgar as variações portuguesas do Uruguai.



FOTOS: EDUARDO CECCONI, GERALDO

Um jeito de falar "entreverado"

Há uruguaios que preservam o português sem se dar conta, como a aposentada Carmelita Aragonz, 76 anos.

– Yo no "falo" português – diz a moradora das proximidades da Ruta 30, em Tranqueras, a 70 quilômetros da fronteira brasileira.

Ao trocar instintivamente o verbo espanhol "hablar" por "falar", ela revela uma característica típica dos herdeiros da língua portu-
gue-

sa no Uruguai: eles nem se dão conta de que misturam os dois idiomas. Ela, particularmente, não percebe a mescla de português com espanhol.

O vizinho Anibal Soares (foto), 46 anos, também revela o dialeto quando fala, combinando as duas línguas. Ele sempre falou assim, não sabe dizer onde aprendeu. Só sabe ao certo que seus pais sempre falaram assim "entreverado".

OPINIÃO

O livro negro do comunismo

ROBERTO CAMPOS *

Le Livre Noir du Communisme (Edições Robert Lafont, Paris, 1997), escrito por seis historiadores europeus, com acesso a arquivos soviéticos recém-abertos, é uma espécie de enciclopédia da violência do comunismo. O chamado socialismo real foi uma tragédia de dimensões planetárias, superior em abrangência e intensidade ao seu êmulo totalitário do entreguerras – o nazifascismo.

Ao contrário da repressão episódica e acidental das ditaduras latino-americanas, a violência comunista se tornou um instrumento político-ideológico, fazendo parte da rotina de governo. Essa sistematização do terror não é rara na história humana, tendo repontado na Revolução Francesa do século 18 na fase violenta do jacobinismo, na industrialização do extermínio judaico pelos nazistas, e – confesso-o com pudor – na inquisição da Igreja Católica, que durante séculos queimava os corpos para purificar as almas.

O *Le Livre Noir* me veio às mãos num momento oportuno em que, resbando na mídia e no Congresso o debate sobre a violência de nossos “anos de chumbo” nas décadas de 60 e 70, me pusera a reler o *Brasil Nunca Mais*, editado em 1985 pela Arquidiocese de São Paulo. Comparados os dois, verifica-se que o Brasil não ultrapassou o abecedário da violência, palco que foi de um miniconflito da Guerra Fria, enquanto que o *Le Livre Noir* é um tratado ecumênico sobre as depravações insitas do comunismo, este sem dívida o experimento mais sangrento de toda a história humana. Produziu quase 100 milhões de vítimas, em vários continentes, raças e culturas, indicando que a violência comunista não foi mera aberração da psique estava, mas, sim, algo diabólicamente inerente à engenharia social marxista, que, querendo reformar o homem pela força, transforma os dissidentes primeiro em inimigos e, depois, em vítimas.

A aritmética macabra do comunismo assim se classifica por ordem de grandeza – China (65 milhões de mortes); União Soviética (20 milhões); Coreia do Norte (2 milhões); Camboja (2 milhões); África (1,7 milhão, distribuído entre Etiópia, Angola e Moçambique); Afeganistão (1,5 milhão); Vietnã (1 milhão); Leste Europeu (1 milhão); América Latina (150 mil entre Cuba, Nicarágua e Peru); movimento comunista internacional e partidos comunistas no poder (10 mil).

O comunismo fabricou três dos maiores carneiros da espécie humana – Lenin, Stalin e Mao Tsé-tung. Lenin foi o iniciador do terror soviético. Enquanto os cruzados em quase um século – 1825 a 1917 – executaram 3.747 pessoas, Lenin superou esse recorde em apenas quatro meses após a revolução de outubro de 1917. Alguns líderes do Terceiro Mundo figuram com distinção nessa galeria de assassinos. Em termos de percentagem da população, o campeão absoluto foi Pol Pot, que exterminou em 3,5 anos um quarto da população do Camboja. Fidel Castro, por sua vez, é o campeão absoluto da “exclusão social”, pois 2,2 milhões de pessoas, equivalentes a 20% da população da ilha, tiveram que fugir. Juntamente com o Vietnã, Fidel criou uma nova espécie de refugiados, os *boat people* – ou sejam, os *balnearios*, milhares dos quais naufragaram, engordando os tubarões do Caribe. A vasta maioria dos países comunistas é culpada dos três crimes definidos no artigo 6 do Estatuto de Nuremberg: crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

A discussão brasileira sobre os nossos “anos de chumbo” raramente situa as coisas no contexto internacional da Guerra Fria, a qual alcançou seu apogeu nos anos 60 e 70, provocando um “refluxo autoritário” no Terceiro Mundo. Houve intervenções militares no Brasil e na Bolívia em 1964, na Argentina em 1966, no Peru em 1968, no Equador em 1972, e no Uruguai em 1973. Fenômeno idêntico ocorreu em outros continentes. Os militares coreanos subiram ao governo em 1961 e adquiriram poderes ditatoriais em 1973. Houve golpes militares na Indonésia em 1965, na Grécia em 1967 e, nesse mesmo ano, o presidente Marcos impunha a lei

marcial nas Filipinas, e Indira Gandhi declarava um “regime de emergência”. Em Taiwan e Cingapura, houve autoritarismo civil sob um partido dominante.

O grande mérito dos regimes democráticos é preservar os direitos humanos, estigmatizando qualquer iniciativa de violá-los. Mas por lamentáveis que sejam as violências e torturas denunciadas no Brasil, *Nunca Mais*, elas empalidecem perto das brutalidades do comunismo cubano, mimadiciadas no *Livre Noir*. Comparados ao camiceiro profissional do Caribe, os militares brasileiros parecem escoteiros destrinçados apartando um conflito de subúrbio... Enquanto Fidel fuzilou entre 15 mil e 17 mil pessoas (sendo 10 mil só na década de 60), o número de mortos e desaparecidos no Brasil, entre 1964 e 1979, a julgar pelos pedidos de indenização, seria em torno de 288, segundo a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, e de 224 casos comprovados, segundo a Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça. O Brasil perde de longe nessa aritmética macabra.

Em 1978, quando em nosso Congresso já se discutia a Lei da Anistia, havia em Cuba entre 15 mil e 20 mil prisioneiros políticos, número que declinou para cerca de 12 mil em 1986. No ano passado, 38 anos depois da Revolução de Sierra Maestra, ainda havia, segundo a Anistia Internacional, entre 980 e 2,5 mil prisioneiros políticos na ilha.

Causa-me infanda perplexidade, na mídia internacional e em nosso discurso político local, a “angelização” de Fidel e Guevara e a “satanização” de Pinochet. Isso só pode resultar de ignorância factual ou de safadeza ideológica. Pinochet foi ditador por 17 anos; Fidel está no poder há 39 anos. Pinochet promoveu a abertura econômica e iniciou a redemocratização do país, retirando-se após derrotado em plebiscito e em eleições democráticas como senador vitalício (solução que, se imitada em Cuba, facilitaria o fim do embargo). Fidel considera uma obscenidade a alternância no poder, preferindo submeter a nação cubana à miséria e à fome, para se manter ditador. Pinochet deixou a economia chilena numa trajetória de crescimento sustentado de 6,5% ao ano. Antes de Fidel, a economia cubana era a terceira em renda por habitante entre os latino-

americanos e hoje caiu ao nível do Haiti e da Bolívia. O Chile exporta capitais, enquanto que Fidel foi um pensionista da União Soviética e agora, para arranjar divisas, conta com remessas de exilados e receitas de turismo e prostituição. Em termos de violência, o número de mortos e desaparecidos no Chile foi estimado em 3 mil, enquanto que Fidel fuzilou 17 mil! Apesar de fronteiras terrestres porosas, o Chile, com população comparável à de Cuba e sem os tubarões do Caribe, sofreu um êxodo de apenas 30 mil chilenos, hoje em grande parte retornados. Sob Fidel, 20% da população do ilha, ou seja, algo que nas dimensões brasileiras seria comparável à Grande São Paulo, teve que fugir. Em suma, Pinochet subentendeu-se à democracia e tem bom senso em economia. Fidel é um PhD em tirania e um analfabeto em economia.

O *Livre Noir* nos dá uma idéia da bestialidade de que escapamos se triunfassem os radicais de esquerda. Lembremo-nos que em 1963, Luiz Carlos Prestes declarava desinibidamente que “nós, os comunistas, já estamos no governo, mas não ainda no poder”. Parece-me ingenuidade histórica imaginar que, na ausência da revolução de 1964, o Brasil manteria apenas com alguns tropeços sua normalidade democrática. A verdade é que Jango Goulart não planejava minimamente sua sucessão, gerando suspeitas de *continuísmo*. E estava exposto a ventos de radicalização de duas origens: a radicalização sindical, que levaria à hiperinflação; e a radicalização ideológica, pregada por Brizola e Arraes, que podia resultar em guerra civil.

É sumamente melancólico – porém não irrealista – admitir-se que no albor dos anos 60, este grande país não tinha senão duas miseráveis opções: “anos de chumbo” ou “rios de sangue”.

* Economista e deputado federal (PPB-RJ)

CARTA AO LEITOR



Trezzi, Wagner e Mariano: investigação sobre crimes na fronteira

Zero Hora começa a publicar na página 48 da edição de hoje uma reportagem impressionante: as fronteiras abertas para o crime no sul do Brasil. Numa investigação minuciosa, três repórteres de Zero Hora levantaram o véu que encobre um Mercosul paralelo, marcado pelo tráfico de drogas, armas, ouro e dinheiro falso, por quadrilhas que montaram seu próprio mercado comum entre Brasil e Uruguai e, sobretudo, pelo descontrolo na fronteira, por onde transitam os arsenais de guerra em mãos de marginais brasileiros.

Escondidos em processos judiciais, em investigações das polícias do Brasil, do Uruguai e da Interpol e em dezenas de entrevistas, os repórteres de ZH enveredaram por um submundo ignorado pela maioria dos brasileiros e uruguaios. “O que mais me impressionou foi a desproteção, a falta de fiscalização na fronteira”, constata o repórter Nilson Mariano, 40 anos, há 14 em ZH, encarregado de percorrer os 1.003 quilômetros de fronteira do Brasil com o Uruguai.

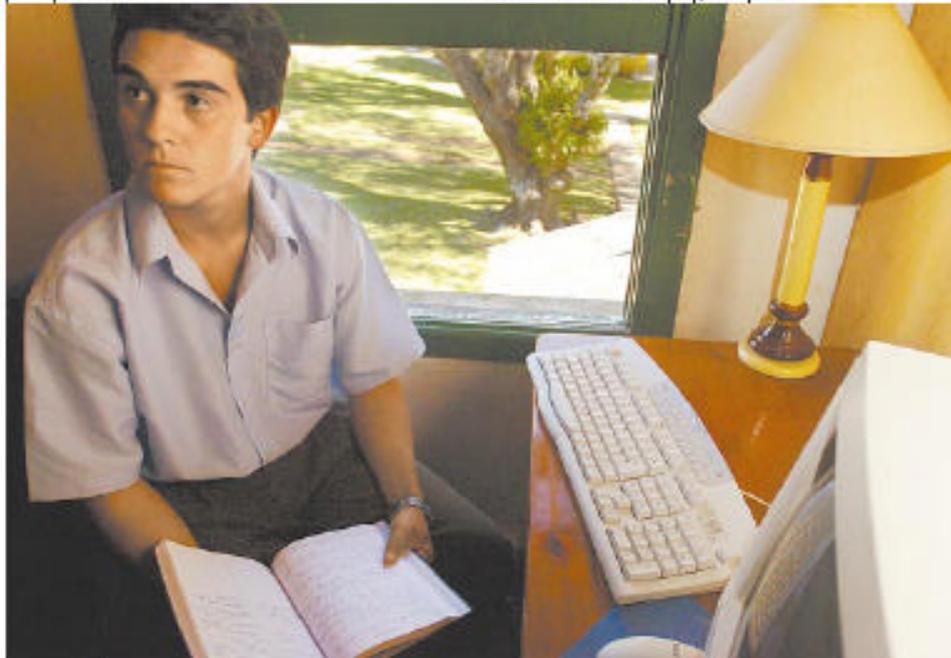
A trilha seguida pelos jornalistas demonstrou que os chibeiros, pequenos contrabandistas que integram há séculos a paisagem da fronteira, estão sendo substituídos por criminosos sofisticados que muitas vezes se valem das facilidades fiscais do Uruguai para a lavagem de dinheiro. “O Mercosul existe para os criminosos, mas não para a Justiça”, comprovou o repórter Humberto Trezzi, 35 anos e há nove em ZH, que viajou duas vezes pa-

ra Montevidéu para desvendar como dinheiro sujo é reciclado no sistema bancário uruguaio e por que o Rio Grande do Sul volta e meia sofre de crimes de notas falsas de dólares. Numa destas idas, o repórter descobriu que ainda tramita na Justiça gaúcha um processo, por crime de colarinho branco e evasão de divisas, contra um uruguaio que morreu há quatro anos.

Boa parte da misteriosa exportação de ouro pelo Uruguai – que produz 3,2 toneladas anuais e vende ao Exterior 30 vezes mais – foi decidida pelo repórter Carlos Wagner, 47 anos e há 15 em ZH. “A rede do ouro é longa, complicada e bem protegida”, identificou o repórter, que precisou entrevistar três dezenas de pessoas, no Brasil e no Uruguai, para desemaranhar as intrincadas operações que envolvem o comércio clandestino do metal.

Coordenada pelo editor de Polícia de ZH, Altair Nobre, 28 anos e há seis no jornal, a série de reportagens, que será publicada até a próxima quarta-feira, coincide com a assinatura, em Santiago do Chile, de mais um acordo de cooperação para o combate ao crime no Cone Sul. “As aberrações narradas pelos repórteres dão a dimensão do desafio que as polícias do Mercosul têm pela frente”, diz o editor. Com a reportagem, ZH espera contribuir para que o desafio seja compreendido e apoiado pela sociedade e para que a fronteira seja livre apenas para as saudáveis relações econômicas, culturais e de amizade entre os países do Mercosul.

Marcelo Rech



▲ Nas laçadas do peão, mão-de-obra qualificada como a de Abim é cada vez mais procurada

O peão domou o computador

O jovem Abim Lucio Leal Faria cursou o Ensino Médio, sonha em ser administrador de empresas, é hábil no programa de computador Excel – aquele software de planilhas, que assusta até os mais habituados à informática – e ouve funk e pagode.

Abim não vive nos centros urbanos. Aos 20 anos, o garoto nascido em Bagé é o mais novo peão da fazenda da Estância Santa Leonilda, de Rosário do Sul.

As atividades exercidas por Abim continuam brutas como as de 1913, ano em que Otávio Ramos de Vasconcelos, avô de João Fernando Osório, atual proprietário, comprou a Santa Leonilda. Abim pastoreia 2,7 mil cabeças de gado, põe sal mineral nos cochos, faz cercas de arame nos campos e passa oito horas do dia montado em um cavalo crioulo, castigado pelo sol e agitado pela chuva.

A novidade é que Abim aprendeu a domar o computador e tem formação técnica em escola rural, qualidades cada vez mais buscadas na contratação de pessoal.

A rastreabilidade do rebanho (controleamento do animal do nascimento ao consumo), exigência dos mercados internacionais, obrigou Osório a qualificar a mão-de-obra que lida com os animais

bruídos, cruzamento das raças herford e nêgre.

– Abim passou a ser o responsável pela rastreabilidade da fazenda, uma função que era feita exclusivamente por mim – ressalta.

Arquiteto de formação e pecuarista por opção, Osório percebeu a outra ponta do negócio, o comprador, se tornou mais seletivo. Os frigoríficos, os europeus, as donas-de-casa, todos querem carnes mais tenras e saborosas.

– O peão precisa entender que, ao acelerar a vaca batendo nela, está agredindo a carne que será vendida, então apressando o embarque do animal para o frigorífico – analisa.

Hoje tempo em que se come zorrillo

Com humor, ele lembra os tempos em que reinaram métodos grosseiros de peões avessos a padrões mínimos de civilização.

– No passado, havia vasos sanitários no

galpão, mas os peões preferiam o mato para as suas necessidades. Eles usavam a palmeira para lavar as botas, porque era muito fácil colocar os pés e puxar a descarga – conta.

Adolescência, Osório acertou-se de um grupo de campeiros que assara carne em uma fogueira e perguntou qual seria o almoço.

– É febre – respondeu um deles. – Quer provar?

Não deve ser ruim, pensou, antes de aceitar. Quando mastigava um pedaço de carne, o peão indagou:

– Gostou?

– Sim – respondeu.

– Pois tu acabou de comer zorrillo.

Histórias assim fazem parte de um passado cada vez mais remoto. Hoje, Abim é peça de uma engrenagem em transformação. Ele anota as informações do dia-a-dia da Santa Leonilda em uma agenda, e as repassa para o computador. Depois, os dados são enviados, via Internet, para o Ministério da Agricultura.

O choque cultural com a prezada veterana é inevitável. Quando Abim chegou à fazenda, em setembro passado, homens semi-alfabetizados franziam o cenho quando o aparelho de CD amplificava o som de Martinho da Vila e as baladas de funk. Aos poucos, foram “trouzando os garbões”.

– De começo, o pessoal tranava o pé. Mas no verão já pediam para colocar bem alto o som de funk – divertiu-se.

O GAÚCHO

Tropeiro

No ano passado, em Jaguarão, Bernardino De Arma conduziu a última tropa de gado: 700 reses. Detalhe: ele tinha 88 anos. A velhice começa a pesar. Bernardino admite que não deseja aceitar tantas antes da primavera, porque teme encançar se dormir ao relento. Confessa não ter o mesmo vigor dos tempos em que despertava com o poncho branqueado pela geada.

– Não posso pegar frio. Mas, se for no verão, ah, vou sim, estou pagando R\$ 50 por dia – desculpa-se.

De bota e bombacha, como prestes a montar a cavalo, ele rebula em pendurar o chapéu de abas largas dos tropeiros, um escudo contra o sol e a chuva. Conhece os atalhos da Fronteira Sul, as aguaçadas mais frescas para saciar a boiada. Foi hipnotizado pela magia de dormir contemplando as estrelas na cama de arreios: o lombinho por travessão, os polegões de colchão, o poncho de cobertor.

– Nasci para isso – diz.

No comando das tropas, sustentou oito filhos. Já levou mais de 2 mil bois por viagem. Numas das mais ariscadas, na Lagoa Mirim, trouxe o cavalo por uma cerca paratocar o gado pelo canal. Na volta, trouxe 1,5 mil cordões, carga fragil como cristal.

– Não se pode andar ligeiro com as ovelhas no início, porque depois elas ficam mansas e não aguentam.

Bernardino sempre montou pauliteiros, domava os próprios cavalos do andar. Enquanto a guarda encomenda, sonha com os mugidos das vacas, o ciliar da boeira (a estrela-chave) no céu estrelado, o cheiro da grama de carne de condro pingando nas brasas, as rodas no lamas, os gritos dos tropeiros a ecoar no silêncio dos campos.

– Nunca perdi uma cabeça de boi nas tropas – orgulha-se, resiste do início e aos caminharões boiadeiros.



Você tem alguma curiosidade sobre o Pampa? Deixe o e-mail para a pergunta, pois ser selecionado pelo editor da reportagem em 20 minutos e ganhar a chance de ser o próximo a ser entrevistado no seu dia. Veja mais notícias da vida de reportagem em zh.oiorbs.com.br

Onovo retrato do Pampa

- DOMINGO** O mapa da transição
- SEGUNDA** O galope da tecnologia
- TERÇA** O pantano globalizado
- QUARTA** As raízes da indústria
- QUINTA** A safra de novidades
- SEXTA** Os traços do presente
- SÁBADO** As apostas no futuro